

1.802

BIBLIOTECA

OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA

OFERTA



1868

JUNHO

VOL. I

BIBLIOTECA N.º 2

1938

DIRECTOR
MANUEL MÚRIAS
 REDACTOR-GERENTE,
 PROPRIETÁRIO E EDITOR
 ALVARO PINTO

OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA
 SAI ENTRE 5 E 10 DE CADA MÊS

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS:
 RUA DO SALITRE, 155, 1.º
 TELEFONE 4 8276
 LISBOA ♦ PORTUGAL

SUMÁRIO DO N.º 2 ~ VOL. I ~ JUNHO DE 1938

MANUEL MÚRIAS — *O Homem e a História*; JOAQUIM COSTA — *Teixeira Lopes, Escultor do Idealismo e do Símbolo*; ANTÓNIO CORRÊA DE ALMEIDA E OLIVEIRA — *«O Fidalgo Aprendiz, «Le Bourgeois Gentilhomme» e «La Cortigiana»*; FAUSTO GUEDES TEIXEIRA — *Fonte pura* (soneto); JÚLIO BRANDÃO — *A Sereia* (soneto); PEDRO GAIVÃO — *A meus Irmãos*; PEDRO HOMEM DE MELO — *Cântaro cheio*; VIRGÍNIA DE CASTRO E ALMEIDA — *Carta de Paris*; CARLOS PARREIRA — *Uma vida como outra qualquer*; CARLOS MALHEIRO DIAS — *Traços auto-biográficos*; ANTÓNIO BAIÃO — *A extinção pombalina da Inquisição de Goa*; CORONEL LEITE DE MAGALHÃES — *A Espiritualidade da Colonização Portuguesa e o materialismo das modernas concepções coloniais*; MANUEL DA SILVEIRA SOARES CARDOSO, M. A. — *Alguns aspectos da vida económica e política do Brasil na primeira década do século XVIII*; ALVARO PINTO — *Para a história da «Águia» e da «Renascença Portuguesa»*.

CRÓNICAS — RODRIGUES CAVALHEIRO — *Sob a Invocação de Clio*; DIOGO DE MACEDO — *Notas d'Arte*; D. M. — *Cinema*; PEDRO CORRÊA MARQUES — *Panorama Internacional*.

INTERCÂMBIO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO — *Trechos de Gilberto Freire sobre o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das Colónias*.

BIBLIOGRAFIA — *Notas críticas de M. M., Eugénio Navarro e A. P.*; *Obras registadas na Conservatória da Propriedade Intelectual*; *Livros recebidos por «Ocidente»*.

NOTAS E COMENTÁRIOS.

FINS DE PÁGINA — *De Oliveira Salazar, António Corrêa d'Oliveira, Antero de Figueiredo e Rocha Pombo*.

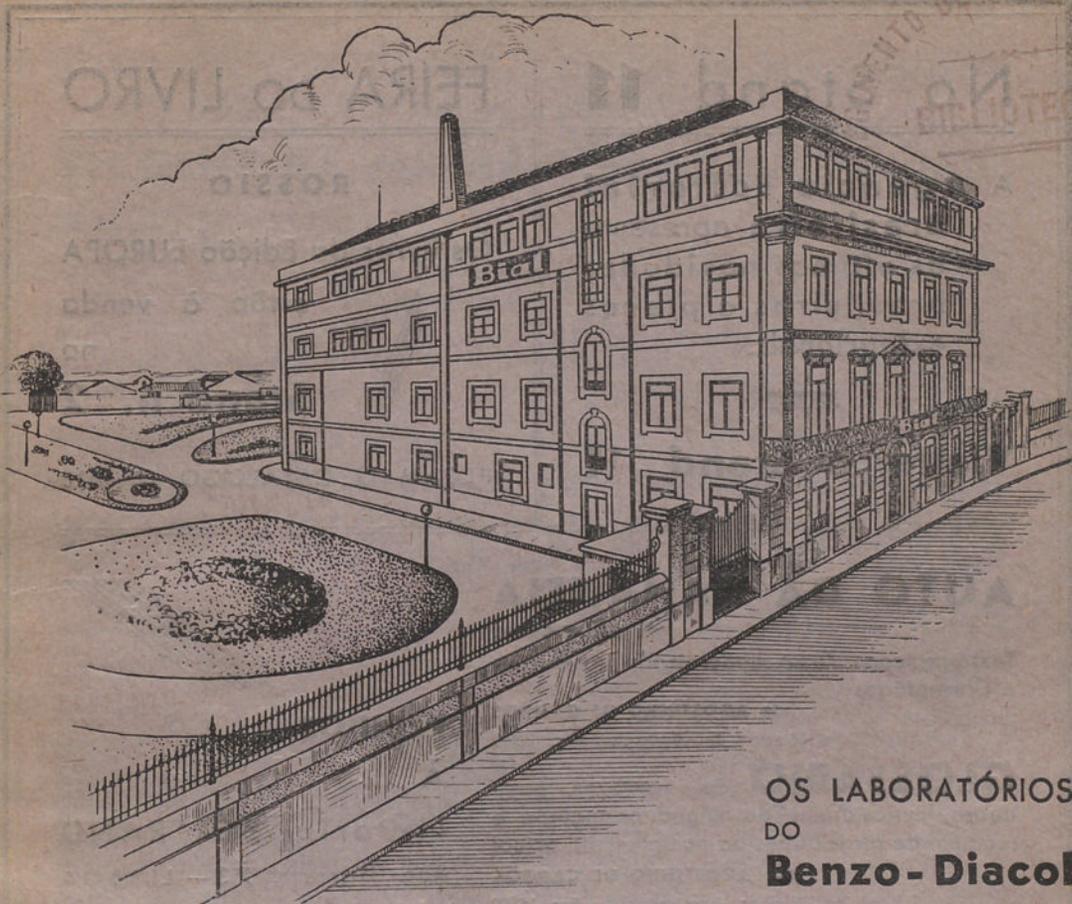
ILUSTRAÇÕES — *Crianças, por Teixeira Lopes; Virgem das Dores — por Matsys; Manos — por Carlos Botelho; A Rua dos Gatos (Coimbra) — por Tom*.

PÁGINA MUSICAL em *hors-texte* — *Valsinha — por Oçcar da Silva*.

VINHETAS — *de Corrêa Dias*.

ASSINATURA		NÚMERO AVULSO	
Portugal — 6 meses	55\$00	1 ano	100\$00
Brasil — 6 »	65\$00	1 »	120\$00
Estrangeiro — 6 »	£ 0.15.0	1 »	£ 1.8.0
Portugal			10\$00
Brasil			10\$000
Estrangeiro			sh. 2,50

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA



OS LABORATÓRIOS
DO
Benzo-Diacol

«ASPECTOS»

Revista brasileira

Director -- RAUL DE AZEVEDO

N.º AVULSO — 5\$00

R. Domingos Ferreira, 221 — Rio de Janeiro

OFICINAS

167, Rua dos Douradores, 169
LISBOA

Tel. 2 3683

ARMAZEM

256, Rua da Prata, 260
Lojas e 1.º andar

A DECORATIVA

CASA RECOMENDAVEL PELO SEU BOM GOSTO E SERIEDADE

Móveis e estofos

Papeis pintados e Vitraux

Oleados e passadeiras — Maples e Divans

Grande sortido de tecidos nacionais e estrangeiros para estofos e decorações

GRANDE EXPOSIÇÃO DE MOBÍLIAS NO 1.º ANDAR

ENCARREGAMO-NOS DA REMESSA DE TODOS OS LIVROS AQUI ANUNCIADOS

No Stand 11

A **Agência Editorial Brasileira** apresenta as últimas novidades brasileiras a preços excepcionais.

Visite o Stand 11

FEIRA DO LIVRO

ROSSIO

Os livros da Edição EUROPA estão à venda no
Stand n.º 2

PEÇAM O CATÁLOGO GRATIS

AUTO DA CANANEIA

de GIL V. CENTE

Texto prínceps / Texto modernizado / Anotações e Comentários

de AGOSTINHO DE CAMPOS

1 vol. de 184 págs., brochado . . . Esc. 12\$00

GLOSSÁRIO de incertezas, novidades, curiosidades da língua portuguesa e também de atrocidades da nossa escrita actual

por AGOSTINHO DE CAMPOS

1 vol. de 304 págs., brochado . . . Esc. 15\$00

Recreações Filológicas

por JORGE DAUPIÁS

1 vol. de 316 págs., brochado . . . Esc. 12\$00

PEDIDOS

À

Livraria BERTRAND

Rua Garrett, 73 — LISBOA

ou à

Livraria INTERNACIONAL

Rua 31 de Janeiro, 43 — PORTO

"OS LIVROS DA NATUREZA"

Uma colecção de obras dos maiores cientistas contemporâneos que pesquisam os mistérios da vida natural

O 1.º VOLUME

AS AVES CANTAM. PORQUÊ?

de Jacques Delamain

Obra coroada pela Academia Francesa, constitui o mais vasto e brilhante estudo moderno sôbre os seres alados.

A sair do prelo: O 2.º VOLUME

"HISTÓRIA DE UMA FAMÍLIA DE LEÕES"

O famoso estudo de A. A. Pienan

Livros de assunto científico escritos com uma leveza e uma emoção incedíveis

CADA VOL. 10\$00

LIVRARIA CLÁSSICA EDITORA

Restauradores, 17

IMPRESSÕES E RECORDAÇÕES DE UM BRASILEIRO ILUSTRE
SOBRE A PÁTRIA DE SEUS AVÓS.

VIAGENS DA MINHA TERRA pelo Dr. Afrânio Peixoto.

DE BRAGANÇA A SAGRES

1 vol. em grande formato 17 x 23, impresso em óptimo papel, profusamente ilustrado com 100 ocogravuras e 47 desenhos de Alberto de Sousa. Brochado 30\$00, encadernado 40\$00, à cobrança mais 1\$50.

Livraria **LELLO & IRMÃO**, editores - **Porto**
AILLAUD & LELLOS, L.ª / Rua do Carmo, 80 - **Lisboa**
à venda também em todas as livrarias do País

O PARAÍSO PERDIDO

MILTON

Reprodução de uma das 50 gravuras que ilustram esta linda obra poética



Mais dolorosas ânsias lhes fulminam
A cólera, o rancor, suspeltas, ódios

O grandioso poema de **MILTON**, ao descrever-nos o Eden, e os nossos primeiros pais Adão e Eva, no período feliz da vida inocente, a queda do homem, a perda do Paraíso, formam nem mais, nem menos, do que o 1.º versículo da Bíblia Universal, cujo epílogo se decifra no predomínio do espírito humano.

MILTON é o cantor da religião; a musa do cristianismo derramou-lhe no coração os santos aljofares de sua aurora de púrpura; o poeta do Paraíso Perdido, semelhante àquele monge da legenda espanhola, ia ao céu implorar das estrelas os sonhos com que devia embriagar os homens.

Em **MILTON**, o canto é grave como Deus, e a harmonia é a das estrelas, a balouçarem-se nas rédes etéreas; parece que o sol se vai erguer alegre do seu leito de ouro, e que as flôres docemente acariciadas pelos raios, entre-abrem a furto as pétalas, como se descerram os lábios tímidos da donzela



Esta bela obra é ilustrada com 50 gravuras de Gustavo Doré, e impressa em excelente papel, no formato de 16,5 cm. por 24,5 cm. com uma linda capa em tricromia, uma das cenas entre Adão e Eva, antes do pecado.

É de 40\$00, vende-se durante a Feira do Livro por **25\$00**
— PROCURE NO STAND N.º 25

Ach. Brito



Sabonetes - Perfumarias

Loções - Dentifícios

Águas de Colónia

Pós de Arroz - Brilhantinas

As instalações mais completas | Produtos de preparação e qualidades impecáveis, preferidos sempre por nacionais e estrangeiros.

A maior fábrica do País

UMA COLECCÃO DE LIVROS PARA TODA A GENTE:

"POR TERRAS DE MARAVILHA"

Biblioteca de viagens dirigida pelo DR. CAMPOS MONTEIRO, F.º

1.º — **NO PAÍS DOS HOMENS LEÕES**

Vinte anos entre os Zulos, os Bantos, os Pigmeus, etc. — pelo Comandante ATTILIO GATTI, da Societa Antropológica, de Roma, tradução de António Costa e Almeida. **8\$00**

2.º — **VINTE ANOS DEBAIXO DO MAR**

Memórias dum operador cinematográfico — por J. E. WILLIAMSON, tradução de Campos Monteiro, Filho. **8\$00**

3.º — **O DESPORTO DAS GRANDES EMOÇÕES**

A captura das feras e dos paquidermes — por J. DELMONT, tradução de Campos Monteiro, Filho **8\$00**

A sair: **SOBRE O SAHARA ARDENTE**

Viagem aérea através do deserto — por WILLIAM SEABROOK, tradução de Campos Monteiro, Filho

Livros reais, vividos, aliando ao seu alto poder instrutivo a mágica atracção das mais empolgantes aventuras

Edição da LIVRARIA TAVARES MARTINS / Clérigos, 12 / PORTO

O HOMEM E A HISTÓRIA

I

○ Homem é um animal político: outros o teriam reconhecido e proclamado antes do velho filósofo grego. — Mas quando dizemos: — «o Homem é um animal político» queremos dizer *que se não concebe o Homem isolado*.

Evidentemente: pode repetir-se o caso estranho de Robinson. Até que ponto, ainda assim, vivia Robinson isolado na sua ilha?

De facto êle vivia materialmente só: subia ao alto, vagueava ansioso na praia e, por mais que a sua vista alcançasse, não via sombra de vela no mar ou pègada de homem na terra. E contudo não se pode dizer que vivesse desamparado do auxílio de outros homens. A memória prendia-o aos homens com quem vivera antes — aos seus costumes, aos seus processos de aproveitar a terra para viver.

Levara consigo para a sua ilha uma larga experiênciã de vida social.

Que precisou o homem de inventar perdido na ilha deserta? Só precisou de recordar: fazer como sabia que se fazia ou como vira fazer. Era, no seu isolamento, o resultado da colaboração dos outros homens. Continuava apenas a experiênciã colhida no convívio dos homens que conhecera e tratara.

Tinha a memória dos actos que presenciara e, também, a memória — mais funda e misteriosa — dos actos passados nos séculos: a memória dos actos ocorridos em milênios na sociedade em que nascera e se formara.

Dizendo, pois, que o homem é um animal político, queremos dizer que êle é, essencialmente, um *animal histórico*: — vive do passado ainda mais do que do presente. Segundo Augusto Comte: «Les vivants seront de plus en plus gouvernés nécessairements par les morts».

E é assim cada vez mais porque o pecúlio de experiênciã e sabedoria acumulado pelos homens, herdado de geração em geração, se vai ampliando e enriquecendo; e pesa mais.

Mas não é perfeitamente exacto o que dissemos: — *vive-se do passado ainda mais que do presente*; nem é inteiramente exacto o que



ensina Augusto Comte: «*Les vivants seront de plus en plus gouvernés nécessairement par les morts*».

O passado — *passou*; não se vive, não se pode viver *dos mortos* e da *morte*. O que acontece é que, na nossa preocupação de simplificar e reduzir a linhas rígidas a expressão das ideias, damos por *morto e passado* o que vive connosco, o que é mais vivo, mais forte em nós — precisamente, acaso, o que não morrerá connosco e há-de sobreviver-nos.

Na sociedade moderna vivemos na precipitação do contingente e do accidental e não damos conta, por isso, senão do accidental e do contingente: ao contrário do Poeta, que se lamentava de haver chegado demasiado tarde a um mundo demasiado velho, nós — contentamo-nos com o transitório, isto é, com o que criámos ou julgámos criar ou nos interessa nesta hora, por ser desta hora e não ser de ontem, nem ser, provàvelmente, de amanhã; — por ser um momento, o nosso momento, o momento da nossa vida, que é quasi não ser.

O que vive em nós mais vivo é o que já vivia antes de nós e viverá depois: — é a herança espiritual e moral, o património secular acumulado pelas gerações e que nós recebemos, afeiçãoamos às circunstâncias da hora que passa, e transmitimos.

Precisamente — êsse é o problema grave e patético, que os homens têm de pôr e resolver: — *como vamos recolher das gerações passadas e transmitir às gerações futuras o património dos mais altos valores de espírito, que nos foi legado não para o desbaratarmos, mas para o acrescentarmos com um labor constante e tenacíssimo?*

Os ingleses usam uma palavra frizante, o verbo *to hand*, para exprimir a transmissão do património espiritual e moral recebido dos tempos e legado depois às gerações que vão surgindo. É como quem diz: — passa de mão em mão, mas não se perde... Compreende-se melhor esta realidade quando temos filhos, que nos obrigam insensivelmente a alongar os olhos, a perscrutar o futuro; e se já não temos Pai. Sentimos então vivamente que somos o elo duma cadeia sem fim; — pelos filhos, vem-nos a consciência da responsabilidade do futuro que estamos a afeioar na têmpera que soubermos dar às almas nascidas de nós; pelo Pai morto vem-nos mais forte a responsabilidade da herança recebida e de cuja guarda nos hão-de ser pedidas contas rigorosas.

...Mas voltemos ao princípio: Quando dizemos aristotêlicamente — «*o Homem é um animal político*», não entendemos «*político*» no sentido moderno (isto é: *falso*). Recorremos ao próprio sentido

etimológico da palavra e entendemos: *só vive o homem em cidade*, quer dizer, só pode viver em sociedade organizada, com leis próprias, tradições vivas, objectivos conscientes.

Os antigos compreendiam-se muito bem, quando distinguiam os *cidadãos*, com todos os direitos na *cidade*: — é que os estrangeiros não haviam herdado do *património* moral, da experiência secular em que se criara e desenvolvera a *cidade* e prosperava. Como lhe havia de ser então entregue a partilha da sua guarda?

Dos antigos herdámos com igual conceito a palavra Pátria, inseparável, na sua raiz, de *património*.

Pátria é a terra dos Pais, quer dizer: não apenas a terra, mas a Terra, os costumes, os conceitos morais, a religião, a lembrança dos santos e dos heróis, a língua e arte na sua expressão mais profunda e mais bela, o conjunto de normas, escritas ou orais, definidas às vezes num hábito, ou numa tendência, a que chamamos *Tradição*.

Jean Giraudoux reduziu êste pensamento numa frase:

— *La Patrie, ce sont les souvenirs d'enfance.*

Mas é bem de ver que, neste nosso tempo, só poderia compreender assim a Pátria o homem rural, nado e criado junto da terra e das freimas, com a toada da língua e do canto nos ouvidos, o fulgor pitoresco dos hábitos, dos trajos, dos despiques nos olhos, a lembrança piedosa das práticas religiosas, do respeito pelas coisas superiores da ordem, da disciplina e da hierarquia.

Os modernos afeitos a mudar de casa quando calha, a atar amizades e a desatá-las ou simplesmente esquecê-las a tôda a hora, vivendo na lufa-lufa incaracterística da grande urbe contemporânea constituída na sua maior parte por *estranjeiros*, que não sentem, não compreendem, nem respeitam a alma da cidade em que se refugia a sua incapacidade de prosseguir a áspera vida rural, se não são vítimas dos erros de educação de comunidades despegadas de interesses superiores aos seus egoísmos e à sua preocupação de conforto — os *modernos*, dirão como Léon Blum:

— *Si la Patrie n'était vraiment que le coin de la terre où l'on naquit, que des souvenirs, que des habitudes, le patriotisme serait un instinct grossier, une sorte de fétichisme».*

Originário, ao que parece de israelitas búlgaros, francês por artifício da lei que sancionou o acaso do nascimento em França dum família que seguia a condenação do judeu errante, — sem pátria, mas saúdoso dela por entre as vagas lembranças de ódios recalçados e de despeitos, Léon Blum não compreende, naturalmente, o patriotismo francês feito de amor à terra e à tradição (por muito

pouco que seja consciente êste amor à tradição). Êle não comprehenderia, por isso, o que escreve Fustel de Coulanges:

— *L'amour du sol tout court n'est pas le patriotisme. Il faut joindre l'amour de notre histoire. La France géographique est peut de chose, si l'on ne relève l'affection qu'on lui porte du respect de son histoire. Cette histoire est notre bien autant que le sol. Nous n'avons pas le droit de la négliger.*

E no entanto, não pode deixar de se reconhecer a sinceridade de Léon Blum, cujas mãos receberam um dia, para que os definisse e animasse os próprios destinos da França.

Tipo perfeito do estrangeiro (a-pesar-da lei, que deveria limitar-se a sancionar a naturalização efectiva, pela comunhão total do homem com a Pátria, — o caso de Léon Blum é um dos mais característicos, para nos convencer de que a invasão estrangeira se faz primeiro pelas ideias, que adulteram a própria vida do espírito nacional. E é dos mais característicos, porque Léon Blum, como estrangeiro não se sente *continuar*, — está longe de se reconhecer herdeiro e responsável de uma *tradição* histórica — pode sentir-se herdeiro da *revolução francesa*, mas não da França.

«*Um povo é uma criação contínua*, — escreveu algures Paulo Bourget, parafraseando certo passo de Cláudio Bernard. — «O que é essencialmente do domínio dêsse povo, o que não pertence a nenhum outro, é a *ideia directriz* da sua evolução nacional... Em todo o povo vivo há *uma ideia criadora* que se desenvolve e manifesta pela organização. Durante a sua existência, êste povo fica sob a influência desta mesma *fôrça nacional criadora*, e a morte vem quando a não pode já realizar... É sempre esta mesma ideia nacional que conserva êste povo, reconstituindo-lhe as partes vivas, desorganizadas pelos abusos, ou destruídas pelos accidentes exteriores e pelas evoluções...

Socorro-me da expressão de Bourget para esclarecimento do verdadeiro *conceito de tradição* — a linha permanente, o fio do interesse e objectivos superiores que dá à história de um povo fisionomia própria, inconfundível, — destrinchando-a das falsas tradições (absolutista, liberal, republicana) com que, às vezes, pretendem baralhá-la.

Com efeito, que são essas tradições de vez em quando invocadas, se não precisamente, o resultado dos *abusos*, dos *accidentes* e das *revoluções* de que fala Paulo Bourget?

Da selva escura das doutrinas contraditórias e dos factos que se emaranham, às vezes divergentes, enigmáticos outras vezes na li-

nha sinuosa em que se orientam, o que importa é destrinçar a ideia geral, directriz e criadora, em que a nação se forma e desenvolve. Será êsse o maior esforço e o mais nobre da historiografia portuguesa contemporânea, que revolve os arquivos para devolver Portugal ao seu verdadeiro perfil, mas ainda assim não tanto para *conhecer* o passado, — mas para *compreender* o presente.

Encontramo-nos, assim, perante dois conceitos, bem diversos da história.

Entende-se sem dúvida que haja quem estude a História pela História: — pode ter-se o gôsto de arrolar, ordenar, classificar, qualificar os factos históricos, como quem, num museu de história natural, arrola, ordena classifica e qualifica as rochas, as plantas ou os animais, por simples intenção científica desinteressada. E não há palavras que possam exprimir devidamente a admiração enterrecida que merecem êsses beneditinos trabalhadores de pura ciência histórica.

Outros, porém, não são capazes de tão alto desinterêsse.

Interessa-me a história pelo meu tempo e por mim próprio, porque não posso desprender-me nunca do que existe em mim e no meu tempo do pensamento e da acção de quantos, obscuros ou illustres, aqui lidaram e daqui partiram para a mais bela aventura em que homens se lançaram.

Sabemos que não estamos aqui por acaso; mas sabemos também que nos não foi dado escolher nem os pais, nem a Pátria.

Nascendo onde nascemos, dos pais que Deus nos deu, o que naturalmente impressiona mais na História de Portugal, é o que podemos descobrir de nós próprios no decorrer dos séculos ou, — o que é o mesmo, o que descobrimos em nós dos séculos que passaram.

Alguma razão há para que se esteriotipem determinadas expressões, que nos confundem na história. E assim não dizemos habitualmente: — os portugueses exploraram a costa africana, dobraram pela primeira vez o Cabo, descobriram o Brasil e colonizaram-no, insinuaram-se pela miriade de canais entre as ilhas do último Oriente até ao norte da China, até ao Japão...

Dizemos: — *explorámos* a costa africana, *dobrámos* pela primeira vez o Cabo, *descobrimos* o Brasil, *chegámos* por mar à Índia...

Os portugueses? Sim: — nós. E esta confusão implica o reconhecimento mais ou menos consciente duma solidariedade que não principiou ontem, quando nascemos para a vida, nem há-de terminar amanhã, quando morrermos. Uma solidariedade que se explica sòmente por isso — porque em nós vive afinal o permanente do pas-

sado, vive já o futuro, que afeiçoamos com nossas mãos e há-de ser como o fizemos nós...

E eis porque, só nós, a *nossa* História compreendemos bem — porque só nós a sentimos dentro de nós ainda latejante de *vida*, a preparar-nos para novas aventuras... E eis porque, vista à luz de ideias estrangeiras, mal a podemos perceber sem lhe deturpamos os contornos.

Tal como somos, somos o resultado duma longa elaboração, que imprimiu carácter, formou condições especiais de observar, de pensar e concluir.

Como haveríamos de nos compreender a nós próprios com ideias de outros, organizados sôbre conceitos diversíssimos resultantes, de elaboração histórica tão diferente, tão divergente às vezes?

Jacques Maritain fala de «três revoluções» para explicar o nosso tempo e as suas angústias:

— *a revolução religiosa*, que ao fechar do século XV, por todo o século XVI, quebrou a unidade moral da Cristandade dolorosamente construída na Idade Média.

— *a revolução filosófica* de Descartes, que um século depois havia de afastar a inteligência da disciplina da Inteligência a inquietação que, séculos e meio antes nos domínios da Religião lançara Martinho Lutero;

— e a Revolução que se ficou chamando Francesa embora fôsse, em primeiro lugar, contra a França — que alargou ao campo político, e ao social as duas revoluções anteriores.

A explicação é demasiado esquemática para ser perfeitamente verdadeira; mas tem a vantagem de nos dar um quadro para os factos e ajuda-nos assim a compreender melhor o desenrolar dos acontecimentos e o articular das ideias.

As *três revoluções* de Jacques Maritain em todo o caso explicam a história de França, mas não têm sentido igual na história portuguesa; e mau é pensar-se que seria possível incrustar os factos da história portuguesa, num esquema preparado com a história de França na mente: Maritain pensava naturalmente na história francesa e nas reacções tão diversas que na história francesa as três revoluções provocaram.

Foi diferente em Portugal. Da primeira revolução puderam os portugueses imunizar-se; esquivaram-se igualmente durante um século às conseqüências da revolução cartesiana. Só a revolução política, a findar o século XVII, se havia de insinuar em Portugal, pouco a pouco o colocando no ritmo de inquietação intelectual, moral e política da Europa.

Não é indiferente salientar isto, porque mal se pode compreender o sentido da história portuguesa e a sua função na história da civilização se o esquecermos. Marca a divergência profunda, que distingue o desenvolvimento de Portugal do desenvolvimento das restantes nações europeias (a não ser a Espanha) e é o que verdadeiramente caracteriza a acção inconfundível dos portugueses na história do mundo: — a sua grandeza.

Mas o esquema de Maritain interessa-nos e convém-nos, porque nos pode dar as paralelas que ajudarão a compreender a nossa razão perante o mundo e explicá-la, pois está provado que não basta ter razão: é necessário ter razões para explicar e justificar a nossa razão. Ora as nossas razões deduzem-se claramente da compreensão da formação de Portugal, do seu desenvolvimento, da sua decadência e das condições em que se iniciou e tem sido possível orientar o seu esforço de restauração.

Precisamos de ver — primeiro como nasceu e se formou Portugal; depois, como se aplicaram as energias vigorosas da nação moça numa obra de expansão imperial que parece um milagre na História; como se organizou, pela invasão do espírito estrangeiro, a decadência; como se iniciou o Ressurgimento pela restauração das virtudes e do pensamento tradicionais.

MANUEL MÚRIAS

«Na nosso ordem política, a primeira realidade é a existência independente da Nação Portuguesa, com o direito de possuir fora do continente europeu, acrescentando à sua herança peninsular, por um imperativo categórico da História, pela sua acção ultramarina em descobertas e conquistas, e pela conjugação e harmonia dos esforços civilizadores das raças, o património marítimo, territorial, político e espiritual abrangido na esfera do seu domínio ou influência». — OLIVEIRA SALAZAR.

TEIXEIRA LOPES

O ESCULTOR DO IDEALISMO E DO SÍMBOLO

A figura, tão discutida e tão rara, d' grande escultor, que é Teixeira Lopes, encontra-se há muitos anos em plena consagração. É, evidentemente, um artista de raça; e herdou a vocação de seu pai, o sr. José Joaquim Teixeira Lopes, ceramista e escultor também, que, como êle, veio fadado do berço para trabalhar o barro, esculpir o mármore ou retocar o bronze, saído da fundição, em modêlos que o metal eterniza.

Na modesta oficina de Gaia, a primeira escola de Arte que António Teixeira Lopes conheceu, e onde seu pai, o simpático escultor-patriarca, modelava, com extrêma simplicidade, figurinhas de carácter popular, alegorias rústicas e encantadoras composições de presépios, dum realismo quási ingénuo mas sentido, o estatuário recebeu, na lição de uma modesta mediania, que, por vezes, resvalava em pobreza, a verdadeira iniciação do trabalho e o sentimento da Arte, em tôdas as suas manifestações.

Vindo de longe, de S. Mamede de Riba-Tua, uma povoação serrana de onde era originário, seu pai trocou a lavoura por outras preocupações de mais nobres e raras responsabilidades; mas êste facto assinalou, talvez, para sempre, a sua carreira, dando inicialmente àquele homem humilde uma marcada tendência para um naturalismo de feição muito simples, em que se acentuavam simpatias e preferências por tudo quanto se prendia à vida modesta e ingénua do povo português.

Conheci ainda o bondoso artista, e tratei com êle, durante algum tempo, muito de perto. Era um homem de grande corpulência, espadaúdo e forte, duma compleição robusta e atlética, de convívio fácil, sociável e atraente.

Dotado dum temperamento expansivo e afável, conversava, de-vagar, sôbre os têmeas mais variados, desde a lavoura e o amanho da terra, que sempre o interessou, até à arte e à indústria da cerâmica, em que teve muito cêdo de lançar-se, quando os tempos eram rudes e não havia Mecenas que ajudassem a facilitar a marcha aos artistas pobres que começavam. Mas nessa altura da vida, o casal transmontano atravessava já uma fase menos penosa; e a frente de sua mulher, a bondosa D. Raquel, paciente e agradável senhora, que exprimia uma calma, de religiosidade antiga, bem podia mostrar-se menos desanuviada, ao encarar, sorrindo, o futuro dos seus. Porque os primeiros anos, êsses foram, na verdade, bem tormentosos.

Seu filho, o próprio escultor, já vitorioso, me confessou, um dia, com

certa satisfação íntima, que, quando as dificuldades aumentavam no lar humilde, colaborava, de boa vontade, com o pai, na preparação de tôscas figurinhas de barro, que êle próprio e a mãe iam vender depois às feiras e romarias, procurando, por essa forma, auxiliar o sustento e a conservação da família. Não será um capítulo impressionante de romance esta penosa e difícil aprendizagem?

Nessa altura, António Teixeira Lopes era uma verdadeira criança; e pode dizer-se que o preço da glória, que hoje ninguém lhe disputará com fundamento legítimo, o foi êle procurar, entre amarguras e dissabores, a essa distante e rude iniciação.

Quantas vezes, seu pai, o velho escultor e barrista, conversando intimamente comigo, me mostrou as grandes dificuldades vencidas, sorrindo, de puro gozo, quando as recordava! Mas, não raro, o vi também enxugar as lágrimas, que afloravam de leve, caindo sobre as barbas requeimadas daquele Hercules trasmontano, que conseguira, com invulgar obstinação e coragem, remover os maiores obstáculos e destruir dificuldades que pareciam insuperáveis, com o esforço dum verdadeiro titan. Mas uma alegria quâsi ingénua de criança o dominava; e para os belos triunfos de seu filho tinha sempre o vólho artista palavras de franca e comovedora exaltação. Êle era, com efeito, a maior compensação da sua carreira; e os triunfos que alcançara traziam sempre àquele lar humilde, onde o trabalho era uma benção, inenarráveis alegrias, que valiam bem, na verdade, a fabulosa conquista do velocino de ouro,

O humor sândio e igual dêsse homem vigoroso e forte afirmava-se, a cada momento; e trabalhava contente, sem exigir um salário excepcional. De aspirações limitadas e restritas, êsse bondoso vólho não conhecia ambições que fôsem muito além do sustento dos seus ou do modesto alargamento da sua courela transmontana. E ia preparando a estátua, modelando o baixo-relêvo, amassando a argila, que, por vezes, em suas mãos de gigante se animava dum centelha fugaz; e, com a mais inalterável simplicidade e a mesma despreocupação, entretinha-se, pelas noites álgidas e intermináveis de inverno, à luz bruxoleante de uma candeia serrana, em que uma pequenina cruz erguia os braços ainda mais pequeninos, como em minúsculo Calvário, a dar forma a figurinhas de cândida ingenuidade, que haviam de representar simples zagais, de duro cajado e samarra de pele de ovelha, reis poderosos, de manto constelado e corôas refulgentes, ou santos veneráveis que, vivendo nas glórias do Agiológio, viviam também na ternura, no fervor amoroso e na piedade da gente humilde.

Ao lado do pai, o filho olhava, enlevado, trabalhando também. Essa aprendizagem de António Teixeira Lopes, mesmo em meio de tanta singeleza, foi fecunda; e, sem dúvida, veio a apurar e a definir a vocação latente do homem que nascera fadado para vir a ser um grande escultor. Mas dir-se-á que a obra do pai, mesmo nas suas manifestações múltiplas, nem sequer remotamen-

te poderia pôr-se em paralelo com os trabalhos do filho. Quem o duvida?! Mas isto, que é exacto, nada representa em face do problema de uma vocação que se apura e define, desde os primeiros momentos de uma vida de Arte, que logo se anunciou promissora. E a Crítica, que não pode desprezar o estudo das suas obras definitivas, tanto as de feição clássica como as de factura moderna, seria, sem dúvida, incompleta, se esquecesse ou desprezasse, por insignificantes, estes elementos, que tanto contribuíram para a formação do seu espírito de artista e para as revelações duma sensibilidade, que, desde os primeiros instantes, se mostrou logo muito segura e poderosa.

Assim, êste discípulo de Donatelo e de Soares dos Reis — que, por sua vez, havia experimentado a sedução e o sortilégio da obra de Miguel Ângelo — muito antes que as grandes obras da escultura clássica fizessem despertar, para mais largas e supremas expansões da beleza, as irreprimíveis tendências do seu talento vitorioso, aprendera primeiro, na rude e indecisa iniciação do trabalho popular, realizado com todos os defeitos de uma escola incipiente, a exprimir, à vontade, as melhores emoções, recolhidas no fundo do seu temperamento, em que a observação e a melancolia instintiva alternavam com o idealismo e a graça natural, extremamente simples.

Quem observar, com alguma atenção, a obra de Teixeira Lopes, encontrará, desde o primeiro momento, bem nítidamente marcadas, duas tendências essenciais: a simpatia pelos humildes e a expressão humana, quasi sempre idealizada, do drama interior que as suas figuras exteriorizam e representam.

Ao passo que a obra de Soares dos Reis exprime a fôrça, aliada ao equilíbrio, a eurtmia e a graça também, brotando, quasi sempre, de um sentimento natural, mas não esquecendo nunca o ponto de partida, que é o carácter e a observação das figuras e a sua mais sólida estrutura, a de Teixeira Lopes acrescenta elementos de estilização, cânones estéticos essencialmente expressivos, em que o conceito decorativo, aliado ao idealismo poético, se sobrepõe e exalta, procurando marcar uma tendência e definir, quasi sempre, um símbolo.

No *Conde Ferreira*, no *Busto da Inglesa* e na *Flor Agreste*, três obras absolutamente distintas e de feição magistral, o autor clássico do *Desterrado* e da *Morte de Adonis*, ergueu-se à maior altura da sua expressão escultural, juntando elementos de observação e de convenção, para chegar a um resultado vitorioso; e nem a elegância lhe faltou, para revelar a complexidade de um temperamento, ao mesmo tempo vigoroso, delicado e gentil.

Em Teixeira Lopes, a escultura é um misto espontâneo de fôrça imaginativa, de observação directa e de idealismo formal e construtivo. Em cada uma das suas figuras, consideradas isoladamente, nota-se a atitude interior do artista, que procura dar comunicabilidade subjectiva à expressão característica dos seus modelos. Esta maneira de conceber a obra de Arte é, sem dúvida, uma surpreendente revelação psicológica.

António Teixeira Lopes é, na verdade, um poeta do barro e do mármo-

re; mas que espécie de poesia será a sua? Lírica, quasi sempre, de feição melancólica, por vezes, ascética, é também, em alguns casos, menos frequentes, de carácter épico.

Como se exterioriza uma semelhante comoção estética? Pela fôrça expressional dos seus recursos de modelação, que são, em todos os casos, magistraes, e a intuitiva delicadeza do seu temperamento, a que uma absorvente preocupação de conceitos literários communicou modalidades e formas de simbolismo gracioso e decorativo.

Admirando profundamente Rodin, Teixeira Lopes surpreende-se, quasi sempre, com a violência, excessivamente esboçada, das suas sínteses esculturais, exprimindo uma vida fremente e impetuosa, em desacôrdo com a serenidade dos seus processos e a calma harmonia dos seus conceitos.

Há na obra de Teixeira Lopes um aparente paradoxo que parece desmentir, até certo ponto, a oportunidade e a abundância das suas formas ideativas.

Os seus monumentos em projecto são quasi sempre apresentados nos seus pormenores analíticos, e revelam um carácter descritivo muito accentuado, o que é deveras para surpreender numa individualidade que fêz sempre largas concessões à imaginação, e que, tendo capacidade bastante para criar o simbolo — a *História*, a *Dôr* e a *Caridade* são dêste ponto de vista demonstrações exuberantes — não logra, em todos os casos, a boa fortuna de alcançar a síntese estética na realização escultural. Mas isto de modo algum pouca a sua obra, que é, no sentido da expressão original, das mais notáveis que conheço.

Já na boémia de Paris, quando Teixeira Lopes era fixado num esplêndido retrato de Salgado, naquele estranho ambiente, ao mesmo tempo desalinhado e elegante, em que modelou a estátua de *Ofélia*, as suas preocupações sentimentais e romanescas se accentuavam singularmente. Começaram, por essa ocasião, as vitórias do escultor, e nunca mais deixaram de repetir-se. O expressivo *Caím* e uma característica *Rapariga napolitana* são dessa época. E traduzem afirmações sérias, de excelente valor expressivo, revelando seguros modelos de escultura, de boa e sólida modelação. E para que tudo na vida do artista se mostre paradoxal, até as suas aparentes derrotas são, na maioria dos casos, o ponto de partida para triunfos mais clamorosos e decisivos. Antes da sua ida para França, é preteridopor Tomás Costa no concurso a uma pensão do Estado; e é ainda o mesmo estatuário que o bate, convencionalmente, no projecto do *Monumento ao Infante D. Henrique*.

Soares dos Reis, ao pôr-se ao lado daquele escultor, no primeiro caso, justifica a preferência na intenção de salvar dois artistas, em vez dum, porque a partida de Teixeira Lopes para o estrangeiro estava, de antemão, definitivamente assegurada, até mesmo pelos próprios recursos do seu talento.

O estatuário genial do *Desterrado* não podia ter illusões; e há mesmo

quem sustente que Soares dos Reis colaborou abertamente na vitória de Tomás Costa, auxiliando-o na preparação do esboço do concurso.

Seja como fôr, Teixeira Lopes acabou, afinal, por vencer, porque sendo batido por Tomás Costa, provocou uma campanha de imprensa que se tornou para êle uma verdadeira glorificação.

O Infante, na concepção original do nosso escultor, comandava de Sagres, da amurada duma galera, a Epopeia das Navegações. O motivo repetiu-se agora vitoriosamente, embora numa visão de pormenor um tanto diversa. O talentoso architecto Carlos Ramos e os seus admiráveis companheiros vingam Teixeira Lopes, à distância de 44 anos, adoptando a sua fórmula estética, de um nacionalismo triunfante.

Que dizer das suas cabeças de velhos, vincadas pelas rugas dos anos e onde pode ver-se a marca de amarguras sofridas e de dolorosas canseiras rudemente suportadas?... Algumas delas são perfeitas maravilhas de execução, porque Teixeira Lopes como escultor é um técnico admirável. Mesmo quando a inspiração parece hesitar ou enfraquecer um pouco, o cinzel, trabalhando des-trahamente no desbaste do mármore, consegue arrancar à pedra inerte e fria palpitações de immortalidade. Razão tinha, pois, o eminente poeta Eugénio de Castro para, enlevado diante dos bustos dos pais do escultor, escrever esta quadra de fulgurante beleza:

A própria Glória, ao entregar-te a verde palma,
Vendo esta obra sagrada, ajoelhará rendida:
Fizeste de teus Pais os filhos da tua alma,
Dêste a immortalidade a quem te deu a vida!

E diante dessas lindas cabeças de crianças, que choram, sorriem ou dormitam de leve, numa palpitação abençoada de carnisas tenras, poderemos repetir as justas palavras dum grande crítico francês, ao deparar com a obra de Rodin: «Este homem empreende, com um pedaço de barro na mão, uma luta contra o ideal, porque é, acima de tudo, um alto valor humano».

E, a despeito disto, o ideal subsiste, porque essas figuras nos deixam na alma uma consoladora impressão de enlévo, vindo para nós muito de leve, como num sonho indefinido e vago! São realidades com a magia do sonho, segundo a fórmula que Jean Dolent attribuia, com justeza, às *Maternidades* sublimes de Carrière, e que Mauclair muito oportunamente recorda. É a projecção do mistério, fixando na vida indecisas e quasi angélicas representações. Elas mostram-nos a singeleza e a graça em aliança harmoniosa, como que esforçando-se porque a existência seja para nós uma benção, ainda mesmo em meio das maiores amarguras. Mas Teixeira Lopes vence ainda na representação de certos símbolos, como a *História*, no monumento funerário de Oliveira Martins, de uma intensidade fecunda e poderosa, que fêz soltar a Guerra Junqueiro esta expressão, ao mesmo tempo profunda e exacta: «É a filha do Dante!»

Na escultura e na figuração dos santos, o artista consegue quasi sempre vencer, porque possui a comoção estética de fundo místico, que nos revela, para além das formas objectivas, a marca do sobrenatural. São belos exemplares, neste género, a *Rainha Santa Isabel* e *Santo Isidoro de Sevilha*, magnificas e vitoriosas afirmações de estatuária religiosa. E há ainda duas imagens que eu não devo esquecer aqui, embora se encontrem bastante fora da tradição e dos modêlos consagrados pela Igreja: *Nossa Senhora de Fátima*, e o *Senhor dos Passos*, que se encontra numa das ermidas do Norte. A primeira destas imagens não entrou, evidentemente, na simpatia popular, porque, afastando-se por completo da representação conhecida, criou uma expressão nova nos domínios da estética em que a crença do povo não intervem. Mas que nobre expressão de beleza, de simplicidade e elegância! Que fúlgida inspiração a do artista, ao interpretar um têmea, que entrou há muito no âmbito da estatuária convencional! Passei uma noite inteira diante dessa bela imagem, quando, à minha volta, muita gente dormia ou rezava, e o acampamento de Fátima velava lá fóra, sob a tranquila palpitação das estrêlas, que se mostravam, decerto, indiferentes aos dramas humanos e à piedade sincera e comovida das multidões; mas a simplicidade e a graça dessa imagem impressionaram-me profundamente, no seu idealismo emocionante e na sua graça airosa, um pouco ainda prêsa à terra, mas como que preparando-se para desprender-se e subir definitivamente aos páramos da eterna luz...

No *Senhor dos Passos*, cuja *maquette* eu vi, enlevado, em casa dum illustre escritor meu amigo, o artista lançou todo o pêso da cruz sôbre a imagem sofredora mas resignada de Cristo; e ao sair para fóra da convenção e da regra, Teixeira Lopes simbolizou nessa extraordinária imagem o drama convulso da miséria humana, caindo em cheio sôbre Jesus, que se não deixa aniquilar por ela.

É ainda a vitória dum simbolismo moral, a consagrar o talento dum grande escultor, que continua, felizmente, a sua carreira triunfal.

JOAQUIM COSTA

Criar a Vida?... E o homem foi Criador!
Criou-a na Arte, em alma e pensamento,
Em puro e ardente espírito de Amor...

Olha a Escultura! olha a Pintura: É ver!
Como na Côr há sangue! E o Movimento,
Como se move em si, sem se mover!

ANTONIO CORREA D'OLIVEIRA

O FIDALGO APRENDIZ, "LE BOURGEOIS GENTILHOMME" E "LA CORTIGIANA"

À evidente semelhança entre «*O Fidalgo Aprendiz*», de D. Francisco Manuel de Melo, e «*Le Bourgeois Gentilhomme*», de Molière, aludiram vários autores, como Camilo (*Curso de Literatura Portuguesa*, 1876), Teófilo Braga (*História de Teatro Português*, 1880; *Curso de Literatura Portuguesa*, 1885), Reinhardstöttner (*Portugiesische Literaturgeschichte*, 1904), Edgar Prestage (*D. Francisco Manuel de Melo*, 1914), Aubrey Bell (*Portuguese Literature*, 1922). Mas foi o prof. Afrânio Peixoto que, em carta aberta, dirigida ao prof. Mendes dos Remédios e publicada na *Atlântida* (ano 4.º, n.º 41), fêz o cotejo das duas peças e pôs em evidência os pontos de contacto, afirmando a convicção de que Molière se inspirara em D. Francisco Manuel. Ao convite para expôr a sua opinião sôbre o problema não chegou a responder o professor de Coimbra, nem sôbre êle deixou quaisquer notas no seu espólio. A *Revista da Academia Brasileira de Letras* publicou os pareceres de vários críticos que debateram o assunto, geralmente corroborando a opinião de A. Peixoto.

As semelhanças apontados por A. Peixoto opôs o prof. Le Gentil diferenças que contrariam a tese da imitação por parte de Molière, quer no assunto, quer nos personagens, e conclui que, se a influência se deu, deve restringir-se às cenas das lições. «Trois scènes annoncent «*Le Bourgeois Gentilhomme*», celles du maître d'escrime, du maître de danse, et du professeur de poésie. Mais la pièce qui commençait en comédie de caractère, se termine en farce. Notre campagnard est dépouillé la nuit, chez une intrigante, par deux compères. On oublie sa vanité pour ne plus voir que sa poltronnerie et sa maladresse. L'hypothèse d'une influence de Melo sur Molière ne doit pas être écartée à priori».

As diferenças notadas por M. le Gentil para limitar a hipótese da imitação às cenas das lições não nos parece valerem para tal conclusão. O fidalgo pobre com a mania da ostentação, caracterizado por Gil Vicente (*Farsa dos Almocneves, Quem tem farelos?*) e Jorge Pinto (*Auto de Ribeiro e Mendo*), definido por Clenardo, nas suas cartas latinas (V. *Carta a Látomo*, de 26 de Março de 1535), era o tipo que convinha ao meio português, onde pu-

lulava. Ao meio a que se destinava a peça de Molière, a côrte de Luiz XIV, convinha o tipo freqüente nesta época em França, o burguês rico que compra o solar de um nobre arruinado ou um título de nobreza, «qui donne dans la noblesse». Estava-se ainda longe da época de Beaumarchais, para ridicularizar livremente a nobreza, e já não era pequena audácia a exibição de um personagem nobre tão equívoco como Dorante.

O assunto é, na essência, o mesmo. Simplesmente, a sugestão dada pelo tósco e *burlesco* auto português, destinado a um público pouco exigente, tinha de ser aproveitada de modo a dar uma comédia para a Côrte do Rei Sol (que nem por isso deixa de terminar em farsa burlesca), e para satisfazer os desejos dêete, que pedira a Molière uma cerimónia turca; e foi-o pelo maior génio cómico de todos os tempos. Poderia, pois, vir de Melo a ideia da peça de Molière.

Sendo o auto português de inspiração vicentina, julga M. le Gentil que as suas fontes são puramente nacionais.

Parece-nos, porém, trazer alguma luz ao problema o cotejo, já esboçado por P.-G. Dublin (*Molière et L'Arétin*, *Mercure de France*, ano 46.º, n.º 896, de 15 de Outubro de 1935) com «*La Cortigiana*», de Pedro Aretino. «*La Cortigiana*» poderia ter sugerido o trecho de «*O Fidalgo Aprendiz*» como o de «*Le Bourgeois Gentilhomme*». Como em tôdas as comédias do Aretino, duas acções se desenrolam simultâneamente nesta peça — as aventuras de Parabolano e as aventuras de Messer Maco.

Messer Maco é um burguês rico, ingénuo, ignorante, pretencioso e ridículo, que vem a Roma para cumprir o voto de seu pai de o fazer Cardial. Convencem-no de que não pode ser Cardial, sem primeiro ser cortesão (fidalgão, gentilhomem). Toma por preceptor Mestre André, um intrujão que explora a parvoíce do discípulo, e por criados Sanese e Grilo, do tipo de Afonso Mendes, de «*O Fidalgo Aprendiz*», o tipo de criado velhaco e escarninho, que vem da comédia antiga.

Há a aprendizagem, o lôgro da aventura amorosa, a covardia do personagem evidenciada pelas cenas do mêdo, o *travesti* em moço de fretes, a traição dos comparsas, a ameaça de intervenção do Alcaide, a extravagante cerimónia da investidura na qualidade de cortesão.

Na cena XXI do acto 1.º, depois do primeiro encontro com Messer Maco, Mestre André monologa:

«Arranjei ao Sanese um patrão e combinei com êste ser seu pedagogo, e levo-lhe êste livro sôbre os modos de o fazer cortesão. ...Pregá-la-ia a meu pai, quanto mais a um Sanese, se meu pai perdesse o juízo; e é maior esmola pagar os cavalos a quem quer mandar os miolos pelo correio do que seria desembaraçar-se de uma boa parte dos frades e dos padres, pois mal à cabeça falta o miôlo, logo se enche de estados, de grandezas e de tesouros. ...e fica em extasis quando lhe confirmam o que diz... Mas se eu acabo de afinar

a parvoíce do ranhoso do Sanese, ficar-me-á mais obrigado do que os tesou-
reiros do mal gálico ao lenho da Índia...»

E começam as lições. Mestre André, em tom faceto, que o discípulo não percebe, disserta sôbre as principais virtudes do cortesão, e como tais lhe refere os vícios mais extravagantes. Anuncia-lhe a visita a Mestre Pasquino, o mestre da poesia, que afinal não chega a entrar em cena, não tirando o Aretino dêste encontro os efeitos cómicos que D. Francisco Manuel e Molière souberam aproveitar. Mas Messer Maco logo se declara poeta, «*per lettera e per volgare*», e receita o que êle chama um *epigrama*, em seu louvor e de sua própria lavra, e que não é mais que a justaposição inconsciente de frases extraídas de Vergílio. Mais tarde (acto II, cena XII), Messer Maco escreverá um *strambottino* dirigido a Camila Pisana:

«O stelluzza d'amore, o angel d'orto,
Faccia di legno e viso d'oriente,
Io sto più mal di voi la nave in porto.
Dormo la notte a la tempesta e al vento;
Le tue bellezze vennero di Francia,
Come che Giuda lhe si strangoloe
Per amor tuo mi fo Cortigiano io
Non aspetto già mai cotal desio».

que, embora errado, Mestre André elogia:

«Oh! que versos sentenciosos, cheios, fluentes, dôces, doutos, suaves, argutos, deleitosos, limpidos, puros, amenos, tersos, sonoros, novos e divinos».

M. Maco. Fazem-vos pasmar, não é verdade?

M. André. Pasmam, renascer e desesperar; mas há um verso errado.

M. Maco. É licença poética, e então?

Também D. Gil Cogominho, se bem que ainda não tivesse recebido lições de poesia, diz «uma trova com feição», de sua autoria:

Gil. «Vos estais no vosso estrado,
jazendo como um Prelado,
e eu, triste, na chuminé
como um negro bujamé!»

Poeta. Não a fez tal frei Sicrocio!...

.....
Gil. «Sendo todos de um terrão;
minha mana Grimanesa,
não sei eu por que rezão
quereis sempre ser Princesa,
e eu seja madraceirão.
Todo o mundo por vós chama...
que ha chamar de muitos modos,
a mim apupão-me todos,
do Mocambo intés Alfama!...»

Poeta. Há mais?
Gil. Não.
Poeta. Estão bem feitos,
mas falta para dez hum.
Gil. Mestre! não falta nenhum.
São êles todos perfeitos?
Poeta. Todos, mas um falta!
Gil. Eu sei
que não falta. Homem, não vêes,
que de cada cousa dez
levão huma para el-Rei?
Pois eu não sou dos de Malta,
pago como paga o prove,
de sorte que, se tem nove,
nenhum para dez lhe falta.

É manifesta a semelhança dos dois passos.
Já antes, quando o Mestre de dança diz a Gil Cogominho:

«Passeai por esta casa
que vos quero dar o ar»

nos vem à ideia o diálogo de Messer Maco com o criado Sanese, auxiliar de Mestre André:

Sanese. Dizei: a vossa Senhora. Não ouvistes o mestre que disse: recomendo-me a vossa Senhora?
M. Maco. Recomendo-me a vossa Senhora. Com o chapéu na mão, não é verdade?
Sanese. Sim, senhor. Endireite-se! Ajuste o fato! Escarre com fôrça! Bravo! Passeie com distinção! Bravo! bravíssimo! (*La Cortigiana*, acto I, cena III).

Messer Maco, do mesmo modo que D. Gil e M. Jourdain, aspira a uma aventura amorosa. Basta-lhe ver Camila Pisana a uma janela para se apaixonar. E logo lhe dirige uma carta em termos ridículos:

«Salve regina abbimi misericordia, perchè é vostri odoriferi occhi e la vostra marmorea fronte che stilla melliflua mana mi ancide si che quindi l'oro e le perle mi sottraggono amarvi...»

E com ela lhe manda os versos acima transcritos.

Simula-se uma entrevista.

Zopino. Dir-lhe-ei que a Senhora Camila me envia a êle, e que se não fôsse por causa de D. Diogo de Lainis, que, por ciume, lhe tem a casa guardada, poderia ser recebido com os seus fatos, mas, por êsse motivo, terá de vir vestido de moço de fretes.

Grilo veste os fatos de Messer Maco. Zopino disfarça-se em beleguim. Messer Maco finge que vai ali para levar um caixote da Senhora, e,

se não aparecer ninguém, entra na casa. Mas o galante é poltrão, como D. Gil:

«Venham perto de mim, não vá o senhor Espanhol fazer-me em frangalhos. Ai Jesus! ei-lo, eu tenho mêdo, eu tremo.

D. Francisco Manuel desenvolve êste motivo em cinco cenas da 3.^a jornada com muita graça e intuição psicológica.

E vem a cena final do acto II, que corresponde às duas últimas cenas de «O Fidalgo Aprendiz».

Zopino, no seu disfarce, pergunta a Messer Maco se quer levar um morto ao cemitério. Recusa do nosso herói: está ali para transportar o caixote da Senhora. Mestre André insiste. Ao ver-se desconhecido dos amigos, Messer Maco julga-se perdido, trocado naqueles fatos. Os comparsas decidem castigar-lhe a preguiça: o Governador ordenara a prisão de M. Maco, que estava em Roma como espião para o castrar, dizia-se:

Grilo. (com os fatos de M. Maco) Ai! Jesus!

M. André. Não tenhais mêdo, que vestiremos os vossos fatos a êste moço de fretes, e o alcaide, julgando-o M. Maco, mandá-lo-á prender e castrar.

M. Maco. Eu sou moço de fretes, eu sou moço de fretes, e não M. Maco, Socorro! socorro!

Zopino. Agarra, cerca, ao espião, ao bandido! Ah! ah! Corre atrás dêle, Grilo, não vá succeder-lhe algum mal, que pode ter algum parente banqueiro e que nos venha a ter ódio. ...

D. Gil não dá conta da traição do criado e do falso amigo, mas logo vê que foi logrado e repara nos seus desmandos:

«Meu amigo Dom Beltrão,
e meu aio Afonso Mendes!
Amigo nem amo tendes!...
D. Gil tornou-se carvão!...
Homens, que vos enxeris
na Côrte, como em bigorna,
vêde bem no que se torna
qualquer «Fidalgo Aprendiz!»

Messer Maco, não, continua iludido e ambicioso.

Chama-se Mestre Mercúrio, para assistir, como médico especializado, à cerimónia da investidura na qualidade de cortesão (acto III, cena XIV). O nosso herói entra numa caldeira com água, depois de ter tomado umas pílulas que o fazem vomitar as tripas. Perfumam-no, barbeiam-no, revestem-no. Parece outro. «Êle salta, baila, canta e diz coisas, e em termos tão idiotas, que mais parece de Bergamo que de Siena. E Mestre André, fingindo pasmar com algumas dessas palavras que êle profere, faz-lhe crer com inauditos juramentos que é o mais belo cortesão que jámais se viu. E a Messer Maco, na sua fantasia, parece-lhe ser mais belo ainda do que se diz. Ah! ah! ah! E

quer a todo o transe quebrar a caldeira para que nela se não faça algum outro cortesão belo como êle». Há-de ser naquele mesmo dia Bispo, no dia seguinte Cardial e à tarde Papa...

E, assim, elevado a tão altas dignidades, quem poderá resistir-lhe? Força a entrada em casa de Camila Pisana. Mestre André e Zopino simulam um assalto, e fazem-no saltar pela janela:

M. Maco. Estou morto. À estrada, à estrada. Os Espanhois fizeram-me um buraco atrás com a espada. Para onde irei eu? Para onde fugirei? Onde me esconderei?

A ideia da investidura na fidalguia por meio de uma cerimónia extravagante, fazendo ressaltar a basbaquice do personagem, estava, pois em «*La Cortigiana*», e de lá a poderia ter tomado Molière.

Messer Maco tem mais parentesco com M. Jourdain que com Gil Gogominho. Ambos burgueses ricos, ambos crêem em tudo o que lhes ensinam, ambos se deixam cair na cerimónia da investidura e se julgam realmente elevados à dignidade ambicionada. Quando Parabolano tira a moralidade da peça e faz perdoar a cada um os agravos recebidos, como se dirige primeiro a Messer Maco, êste comenta: «É justo, porque eu sou cortesão, sou». Gil Gogominho, rude fidalgo pobre, reponta e graceja com os mestres, deixa-se apanhar numa armadilha, mas logo reconhece a sua insensatez.

Qualquer que tenha sido a influência do Aretino em Melo e Molière, fica ao nosso polígrafo a honra de haver servido de modelo ao cómico francês nas cenas das lições. Tudo o resto é explicável pela imitação de «*La Cortigiana*». Nas cenas das lições, como Melo e Molière as realizaram, a prioridade pertence àquele; e, conhecidas as circunstâncias históricas, que tornam possível a influência de «*O Fidalgo Aprendiz*» em «*Le Bourgeois Gentilhomme*», e as fontes dêste (P. Brunoy, *Le Théâtre des grecs*, cit. por Regnier, *Les grandes écrivains de la France*, Molière, tomo VIII, apontou semelhanças entre as cenas das lições e algumas cenas das *Nuvens*, de Aristófanos, mas nada de comparável ao paralelismo existente com o auto português), cremos que o pleito deve dar-se por definitivamente julgado a favor de D. Francisco Manuel.

P.-G. Dublin, para dar uma imagem do valor dos dois teatros, o de Molière e o do Aretino, diz: «Celui de Molière est un feu d'artifice continu et éblouissant, celui de l'Arétin une gerbe d'étincelles...» De «*O Fidalgo Aprendiz*» poderíamos dizer que é, na forma rude do auto, um jôrro de graça espontânea e vibrante, em que o burlesco não apaga a fina e penetrante observação.

ANTÓNIO CORREIA DE ALMEIDA E OLIVEIRA

FONTE PURA

TU transformaste o Amôr! Do amôr tão triste,
Cheio d'egoísmo e dúvida e de dôr,
Tiraste a parte má e conseguiste,
Com tudo que era bom, um novo Amôr.

E, se alterando-o assim, tu difundiste
Sôbre a vida mais luz e mais calor,
É a ti que eu vejo em tudo quanto existe,
Tudo o que existe um mundo do Senhor.

Em vez dum grito, é uma carícia o vento,
A terra é o céu; o mar uma oração...
O que era instinto fez-se sentimento.

E eternamente o sol na minha frente,
Seja onde fôr que eu ouça o coração,
Tal como a Deus eu sinto-te presente.

FAUSTO GUEDES TEIXEIRA

A SEREIA

CANTA a Sereia. O Egeu é todo uma safira.
Colhe os remos o nauta, em êxtase, a escutar...
Velho monstro amoroso, arqueia o dorso o mar;
A voz dela é de Anfião a embaladora lira.

E o nauta diz consigo: «Oh! divina mentira!»
Mas a voz canta e evoca as delícias de amar,
E o busto nu da tentadora, a flutuar,
Finge em estos vibrar num amor que delira.

E a noite vem caíndo — esplendente velário
A cobrir êsse leito intérmino, onde a aragem,
Morna, geme ao passar num beijo voluptuário...

E a flôr de perdição, cujo canto incendeia,
Impele o moço argivo a arrojarse à voragem...
— Qual de vós nunca ouviu o canto da Sereia?

JÚLIO BRANDÃO

A MEUS IRMÃOS

VINDE cá, meus irmãos; na nossa aldeia
o silêncio da morte evoca imagens
dos tempos que passaram.
Como benção do céu a lua cheia
regressa aqui de tôdas as viagens;
só vocês não voltaram...

Sôbre a mesma colina, entre amendoeiras,
límpidas hortas, figueirais deitados,
a nossa terra alveja,
e lá no alto como mãos fagueiras
abençôam enterros e noivados
as duas torres da igreja.

Só achareis de novo em tôda a roda
as vinhas nas planícies que ocuparam
em tempo os laranjais;
que a brancura das flôres foi-se tôda
e com ela os anos polvilharam
a frente a nossos Pais.

A casa onde nascemos, mais velhinha,
fita ainda com olhos de janelas
essa estrada d'além...
Espera-vos talvez, triste, sósinha,
pois há casas que têm almas tão belas
como as almas de Mãe.

Cada um dos seus velhos aposentos
já foi berço, e leito mortuário
d'alguem da nossa raça;

A MEUS IRMAOS

os primeiros e ultimos momentos
de longas vidas, com destino vário,
tudo aqui se entrelaça...

Quando a percorro em noites singulares
estremeço, e sinto de repente
como o roçar d'uma asa:
são talvez essas almas familiares
que veem visitar saudosamente
a sua velha casa!

Na varanda a roseira desmaiada
no seu velho alegrete de azulejos
decerto vos espera;
ninguém a cuida, nunca é podada,
e cobre-se de rosas que são beijos
ao vir da primavera...

Ainda ao lado o loureiro as folhas cria
sôbre os troncos viris tôdos ufanos
com seus ninhos d'abril;
era ele que os ramos fornecia
para nos enfeitar em dia d'anos
a cadeira infantil.

As moças ainda cantam nos fumeiros
sob a luz das candeias tremulantes
n'um riso d'alegrias,
e ao voltarem do campo os jornaleiros
descobrem as cabeças como d'antes
ao som d'«Áve Marias».

Paira nas tardes o silêncio antigo
que o murmurio das nóras emoldura
n'um quadro primitivo;
e eu cada vez me sinto mais amigo
da Natureza tão serena e pura
que me faz pensativo...

Terra da minha terra, de que é feito
êste laço d'amôr que a ti me prende
impensado e banal?
É que dentro em teu seio jaz desfeito
o pó das gerações de quem descende
a minha alma imortal.

É feito d'ossos o teu solo adusto,
brilham as almas no florir das plantas
sob o céu estrelado,
e quando o vento passa pondo o susto
nos corações, o som com que me encantas
são vozes do passado...

A noite é silenciosa, uma fragrancia
como bafo do campo envolve as coisas
n'um sagrado misterio...
Tudo dorme, só eu penso na infancia
e nos velhos d'então que sob as lousas
dormem no cemiterio.

Pobres velhinhos cujo olhar cansado
nos namorava quando pequeninos
como a um fóco de luz;
Deus deu o exilio já por acabado
e regressaram, ao dobrar dos sinos,
para o seio de Jesus.

Já não encontrareis seus corações
que nos dias azuis da primavera
nos deram tanto amôr,
quando a noss'alma branca d'ilusões
parecia na terra onde nascêra
uma amendoeira em flôr.

A MEUS IRMÃOS

Mas, bendito o Senhor!, ainda é dado
às nossas almas onde ajoelhar
a sua antiga fé,
pois do templo do amôr immaculado
as colunas do altar
conservam-se de pé

São nossos Pais cansados e velhinhos
em cujas mãos os nossos beijos sentem
inda o mesmo calôr...
— aves felizes que ainda acham os ninhos
e asas maternais que lh' adormentem
os espinhos da dôr!

Vinde cá, meus irmãos; na nossa aldeia
o silêncio da noite evoca imagens
dos tempos que passaram.
Como benção do céu a lua cheia
regressa aqui de tôdas as viagens...
Só vocês não voltaram!

Estombar, 1896.

PEDRO GAIVÃO



CÂNTARO CHEIO

À beira da fonte
Com cântaro cheio
Que vou eu fazer?

Já desci ao mar
Já subi ao monte
Sem ver no horizonte
Nem dôr, nem prazer.

Enquanto vazio
Meu cântaro tinha
Promessas da fonte:
Sua alma era a minha!

Mas agora cheio
Não guarda sentido
Além do receio
De ficar partido.

30-3-938.

PEDRO HOMEM DE MELO

CARTA DE PARIS

FUI hontem ver um film americano. Depois de um dia de trabalho, um film americano — quando é de boa qualidade — refresca-me e descança-me como um banho do mar ou uma laranjada à volta de um passeio a pé, de muitos quilómetros, ao sol. Um bom film americano é candido e forte como uma infância sadia. A maior parte das vezes não tem pés nem cabeça, atira um soberbo desafio a tôda a lógica latina e emana alegria tão sincera e triunfante que nela se afundam e se fundem e se transfiguram todos os disparates. Não há adultérios, nem trocadilhos espirituosos e cínicos sôbre questões sexuais, nenhuma complicação mórbida, nenhum culto da dôr e da doença, nenhuma *goody-goodiness*.

O assunto era o seguinte: um mordomo jovem, inteligente e simpático servia o seu amo com amôr e perfeição tais como hoje em dia, em Paris, só existem no campo das ficções porque o officio de criado é considerado desprezível e só se admite que um homem livre o exerça se pode contrabalançá-lo com a dôse forte de insolencia capaz de salvar a nova noção de dignidade humana que surgiu nas massas com a virulencia de um abcesso de máu carácter.

Mas voltando ao film: o amo era o representante de uma familia nobre e poderosa e exercia o alto cargo de Presidente do Conselho de Ministros no seu país... um país europeu de fantasia americana, desenhado sôbre um fundo de opereta suntuosa.

O mordômo era o representante de uma longa linhagem de mordômos impecaveis, servindo de pais para filhos na mesma familia de amos.

As perfeitas relações entre o amo e o mordômo — com amizade, respeito e confiança mutuas, nunca desmentidas — constituíam a primeira parte do film. Demonstrava-se por uma série de divertidos e conclusivos episódios que o amo era o representante de uma longa linhagem de amos perfeitos, assim como o mordômo era, por seu turno, o representante de uma longa linhagem de perfeitos mordômos.

De repente, salta-se do passado para o presente. Descobre-se que o mordômo acaba de ser eleito deputado progressista na Câmara onde o amo preside um ministério conservador.

O novo deputado ataca, por meio de discursos brilhantes e de extrema violencia, o partido conservador; acusa o amo de graves erros políticos, de pessima administração, de enganar o povo com falsas promessas. Mas... na sua vida privada, continúa a ser o inexcusavel e dedicado mordômo que sempre foi; e o amo continúa a estimá-lo do mesmo modo.

Este assunto pertence à categoria dos que os americanos tratam com triunfante simplismo, candura de alvorecer, ingenuo à vontade e amabilissima ausencia de psicologia.

O officio de mordômo torna-se, porém, incompatível com o de deputado; não porque as relações excelentes entre amo e criado sejam por esse facto alteradas, mas apenas porque o mordômo não tem materialmente tempo de exercer com igual perfeição os seus dois officios. O amo, bem contra vontade, vê-se obrigado a despedir o mordômo e explica-lhe: «Bem vês... Apesar de muitas difficuldades e dos teus tremendos ataques na Câmara, consigo ir governando o país tem-te não cáias... Mas o que não consigo é vestir-me sem o auxilio perfeito a que me habituaste...»

Na vida uma coisa importante exclui outra, como descobriu Kaiserling. É preciso escolher. A gente que julga poder açambarcar o mundo com as mãos ambas, vai sempre ao encontro de um fracasso. É preciso escolher; e, pelos tempos que vão correndo, mais do que nunca.

No tal film os bons americanos, para evitarem o perigo da tragédia (a tragédia repugna à mocidade descuidada do espirito americano) só tocam na questão material do tempo: o mordômo não tem tempo de ser simultâneamente mordômo e deputado. Assim o problema fica resolvido sem se entrar em considerações de ordem psicológica que o público americano não aprecia e põe de parte como desnecessárias. E desconfio que tem razão. No fundo, ao ver o film, tôda a gente percebe que se trata da escolha entre a aristocracia inábil e cançada, e o progresso, a democracia... Escolha feita há já muito tempo. Tanto, que o assunto se tornou já caduco e outras escolhas se impõem: outros nomes, outras illusões. Mas, da escolha já feita, da qual trata o film, só agora começamos a contar as coisas que se perderam...

Em cada país essa escolha teve um carácter especial; e foi talvez em França onde ela surgiu mais intransigente. A liberdade individual foi o ponto de partida e por fim tornou-se obsessão; cresce, e, pelo menos aparentemente, não há sinal algum de cansaço no

seu desenvolvimento. É um ideal que, pouco a pouco, vai excluindo todos os outros ideais. Conservar a sua liberdade individual e ampliá-la até ao infinito, é para o francês, o mais sagrado dos deveres. Se com isso o país sofre e definha, se o próprio francês tem que abandonar ao Moloch «liberdade individual» tôdas as alegrias naturais e humanas... tanto pior; essas razões não bastam para o desviar do caminho que se orgulha de ter escolhido.

O francês olha com desconfiança para tudo que lhe aparece; em primeiro lugar pergunta imediatamente a si próprio: «Será isto uma emboscada contra a minha liberdade individual?» E foi assim que rejeitou o sentimento de admiração, porque se persuadiu que êsse sentimento implicava uma submissão voluntária.

Considerar admiravel um homem, (se é francês, já se vê) ainda vai. Mas se êsse homem cuida ou espera receber qualquer demonstração de admiração, está perdido.

Napoleão, envolvido na admiração que inspirou, tornou-se para muitos franceses o símbolo de uma fraqueza vergonhosa. O deus «liberdade individual» reclamou aí a sua presa, e devorou-a.

No outro dia celebrou-se a festa de Jeanne d'Arc. Fôrças de terra e mar desfilaram defronte da estatua. Monsieur Lebrun e vários Ministros depuseram corôas de flores comemorativas. Não havia público. O cortejo desfilou entre passeios vazios. A gente circulava à vontade, tratando dos seus afazeres, como se nada fôsse.

Ao «Cortejo da Luz» acudiu muito povo. Apesar da noite chuvosa e fria, a multidão apinhou-se desde o Arco de Triunfo até à Bastilha. Mas aí não havia perigo. Não se tratava de admirar uma pessoa ou um símbolo; tratava-se de ver só por si, de satisfazer uma curiosidade. Não era um acto de admiração; era um espectáculo novo.

Há tempos um francês disse-me com melancolia: «Aqui o Estado já não celebra com grandeza, nem o povo acata com respeito, senão os enterros.»

Isto é muito grave. A capacidade de admiração é uma das melhores fontes de alegria, das mais generosas, talvez a mais bela por ser a mais desinteressada. É também um dos mais seguros elementos de ascensão. Quem se barricada contra o sentimento de admiração, deita fóra uma grande riqueza. Mas a França neste momento está deitando fóra muitas das riquezas que contribuíram para a sua grandeza e para o seu prestígio.

Como uma mulher histérica e egocentrista, o francês de hoje, dominado pelo seu ideal de liberdade individual, vive acorrentado;

tornou-se prisioneiro e escravo. Por amôr de uma liberdade illusória, renunciou a muitas liberdades reais. Um dos seus pontos de honra, um dos seus maiores orgulhos consiste em considerar os chefes do seu govêrno como simples funcionários. O homem da rua ao escutar o discurso de um chefe, diz de si para si ou aos seus amigos: «Talvez um dia seja eu quem discursse naquele lugar. Pode ser que eu não chegue lá por não ter instrução sufficiente; mas o meu filho tem o seu *bachot*». *Bachot*, sinónimo de instrução; instrução, sinónimo de capacidade para ser ministro, Presidente do Conselho, Presidente da República. Tudo é acessivel a todos. O que é preciso é instrução. Mas esquecem uma coisa importante: um homem, para ser chefe, tem de possuir qualidades raras e admiraveis; e se um povo se obstina em não reconhecer tais qualidades, essa obstinação faz baixar o nivel da sua própria dignidade. Pelo seu turno, o chefe aceitando que o tratem como a um simples funcionário e desistindo das honras, admiração e respeito devidos às suas qualidades de chefe, sanciona deste modo o seu próprio rebaixamento.

Um chefe que admite que o ridicularizem constantemente em caricaturas, em revistas, em numeros de *music-hall*, que o representem perante o povo sob os aspectos mais grotescos, não tem qualidades de chefe.

Tudo isto são lugares comuns. Mas neste momento de *confusão das linguas*, os lugares comuns — isto é, o ensinamento proveniente da experiencia humana de séculos — foram esquecidos a tal ponto que, às vezes, chegam a parecer novidades.

Estou perfeitamente de acôrdo que o mordômo, jovem, intelligente e simpático do film, seja deputado e até ministro e chegue a governar o povo do seu país, desde o momento que possua as qualidades raras e admiraveis que são necessárias a um tal destino. Mas que o meu cabeleireiro, que estuda com patética perseverança, biologia e sociologia, e que tira desse estudo as mais espantosas e incriveis conclusões, se considere perfeitamente habilitado a sobraçar uma pasta de ministro...

E no entanto o homem da rua é muitissimo capaz de o eleger; e a principal razão será a certeza de não ter de admirar, de não colocar em perigo a sua liberdade individual.

Paris. Maio de 1938.

VIRGINIA DE CASTRO E ALMEIDA

UMA VIDA COMO OUTRA QUALQUER

EMÍLIO Freire, o escritor estranho, que apenas tres ou quatro conviviam, agradados da sua conversa fantasista, tôda em contrastes de melancolias e apoteóticos entusiásmos, sendo para a grande massa dos bons rapazes dos jornais e dos cafés, uma espécie de maluco, complicado de uma espécie de orgulhoso, — Emilio Freire marcara-me para essa noite um encontro no *Parque*, onde iria mostrar-me os olhos mais convencidamente negros, que tinha conhecido, «duas largas estrêlas de veludo, você verá, como Baudelaire dizia d'outros olhos, não sei onde».

Fazia um tempo macio de julho, com um vento mui ténue, em carícias de plumas, ritmado não sei por que pressentimentos de outono, e se os olhos, cansados do falacioso zangarreio das luzes, cocavam as alturas, viam, lá em cima, no setim do azul, uma lua sonâmbula de balada escandinava, evocando brancos nupciais de fiordes, nostalgias de Seráfita, que fôsem como nuvens no ocaso, que brandamente se formam e brandamente se esvanecem.

Na larga esplanada, o *giorno* das lâmpadas, grazina, tumultuário, dava o mote ao crepitar das conversas. Silhuêtas estrídulas detinham-se um momento à beira das mesas e passavam para outras priápicas efusividades, para outros apertos de mão, esfolhando a sua alegria profissional de encantadoras, a cascalhadora juventude da sua inconseqüência.

Quando cheguei, já êle estava instalado, monóculo na órbita esquerda, farripa ao léo, e na máscara aguda, de trintanário e de seminarista, o rictus de sempre, que não se sabia se era o brazido a extinguir-se, a reminiscência por assim dizer muscular, dum sarcasmo, que houvesse debitado um instantinho antes, ou a eclipse reentrante dum grito, por orgulho ou por timidez cortado cerce, quando ia a esfusiar-se das suas inextricabilidades de taciturno.

— Nada, ainda não veio!

Tocou com a colher no rebordo do pires: — Peça coisas... E passou-me a brochura francesa, que tinha aberta sôbre o zinco, para eu saborear as frases que tracejara à margem, em dois riscos frenéticos, admirativos.

— «...*Il est des êtres sur qui le bonheur humain s'acharne, comme s'il était le malheur; et, en vérité, il est le malheur...*»

— «...*et désormais le non de Noailles n'évoquera plus le vainqueur de Cérises, ni cet archevêque de Paris, ami secret des jansénistes et pour*

qui Racine écrivit l'histoire de Port-Royal — mais une jeune Minerve revenue de toute sagesse, docile au seul vertige, et, qui, comme l'Euphorion de Goethe, s'élançe à corps perdu «dans un espace plein de douleurs...»

— É belo! Não acha? E num tom acre, rouco, estilhaçado de comoção:

— Se não fôsse isto (apontando o volume), já tinha rebentado p'r'aí, ou endoidecido, aos uivos, a uma esquina!

Uma pausa de lassitude, em que compôz o monóculo:— Pois, meu caro, ainda não veio. Já lhe sei o nome. Duas sílabas apenas; volitante, breve, duas notas erráticas de música; enuncia-se e desfaz-se logo na bôca, sàpidamente, como um *fondant*: *Hoursi!* A irmã está além, n'aquele grupo. *Foulard* castanho claro, com um jeito desataviado, que é um código inteiro de petulância. E aquele pôr de chapéu?! Não foi o espelho que lh'o ensinou, de certo.

Fôram as mil impertinências que barafustam dentro d'ela, e que n'outra qualquer não seriam mais do que uma grosseria de campônia, à procura duma estouvance de cortezã, mas que em *Zaira* (chama-se *Zaira*, turca, de Constantinopla) constituem um poema estesiante, uma verdadeira *arte de ser Mulher*.

Repare bem, agora que ela está em cabelo: aquele fácies magestático, aquela máscara de imperatriz do *fóra d'horas*, não lhe lembra uma cara célebre? É alucinante de semelhança. Dir-se-ia um *éco* da de Adolfo Willette, o demiurgo dos *pierrrots* e *colombines*, que se amam e se atraíçom sôbre um fio alvacentos de lua, ante a espreita, no escuro, de dois grandes olhos de gato, fitos, côm de fósforo...

II

Um cronista estimado, grande assobiador de injustiças, avançou a cumprimentar-nos, magro, de bengala na mão esquerda, que êle segurava com uma espécie de acinte torsionário, de mistura com um rôlo de papeis e um par de luvas gastas, surrelfas, rezingonas, deshabituaadas, parecia, do seu papel de fazer valer galbos de dêdos, e que representariam talvez, menos um complemento catita de indumentária, do que o acessório mártir dessa figura de actor, mimando gestos, envoltos em pepluns roçagantes, e com as fulas interjeições dos que os fados marcaram «para levar tudo à direita, com a bréca!»

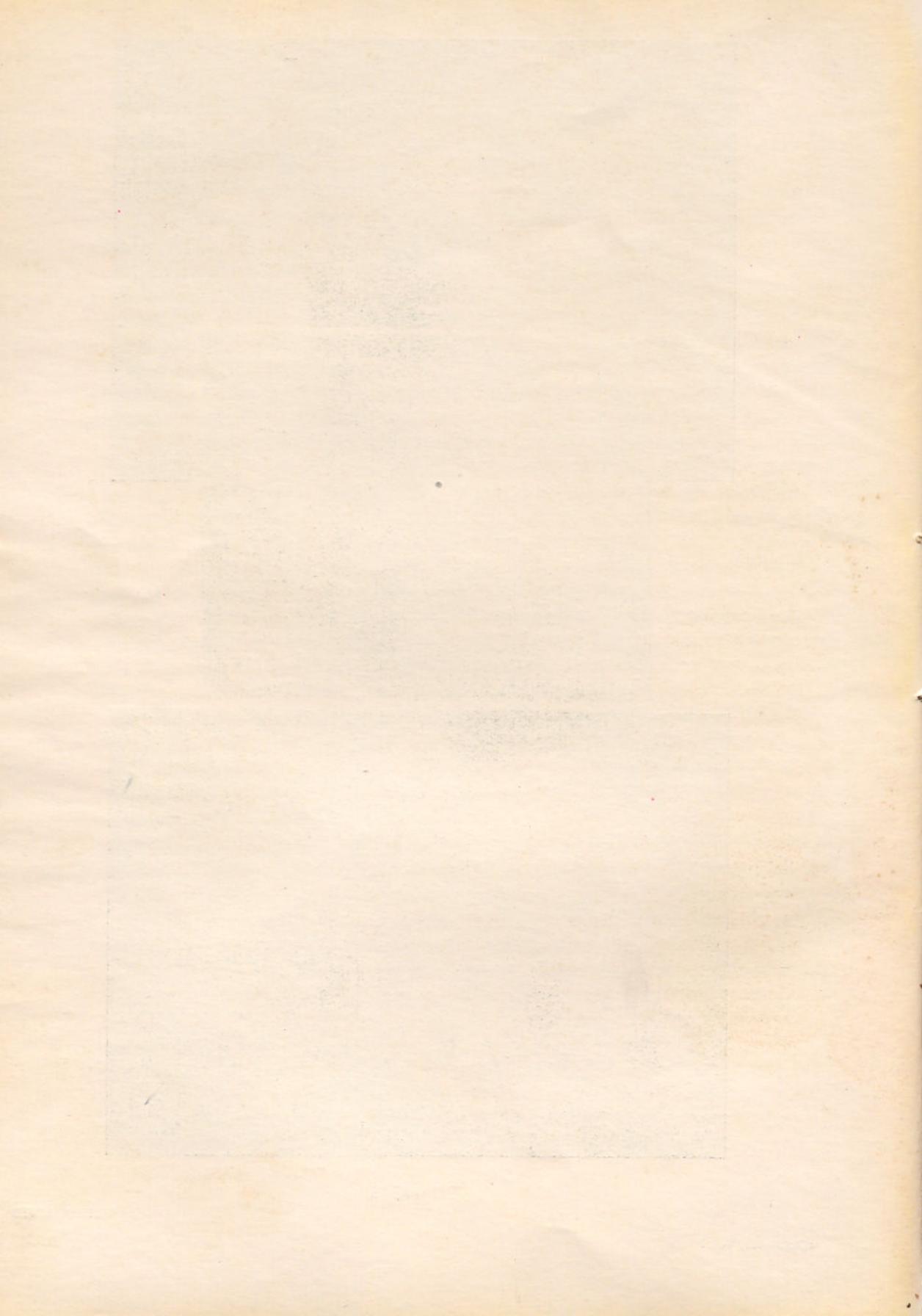
— A gozarem os regalos de babilônia, não é verdade? E tanta miséria espadanando por êsses quintos andares! Êle vinha para se indignar. E debruçado para Emilio Freire:

— Como vae indo o nosso Diógenes?



CRIANÇAS

Por TEIXEIRA LOPES



III

Vinha gente saindo dos animatógrafos ali perto — deslisar monótono de multidão, como um ruge-ruge d'águas marralhando entre seixos.

Mas Zaïra levantára-se, o busto alto, tôda embaïnhada de preto, carne de culpa a refranger-se em estâmes electricos de sedução, e a que o detalhe claro do lenço desenhando a sua voluta espásmica ao de redor do pescoço, dava um amavio sortílego, quase crispante, à força de *acintoso*.

Dirigira-se com o seu passo archi-ducal, involuntariamente solene, para uma *maquette* vibrátil, em vestido de ramagens; alma e nervos, oihos de terciopelo negro fazendo noite no oval pálido do rosto, e animadas ambas num colóquio de colibris, todo ruflado de risos, eram como um grupo de *Cánova*, ao mesmo tempo ingénuo e sensual.

— Ei-la, ciciou-me o meu companheiro. E levantava-se já, com um apressuramento precioso, o monóculo nictitando dum júbilo quente, — para lhes fazer os lugares.

— Castor...

— ... e Polux, rematou Zaïra, numa inflexão de cabeça, do mais apurado donaire; num mômo *coquette*, do século — dezoito mais polvilhado de *lindo*. — Muito prazer! Estendeu-me a mão; dessas mãos estonteantes, dum afusado *como muito raro acontece*, em modelagens de escultura; «dessas mãos de luz eléctrica, como definia Claudio Ruivo, o estéta por desespero, tu-cá, tu-lá da intimidade refráctaria de Emílio, «que se levantam às seis horas da tarde e nunca vêem o sol, maceradas em trint'anos de ociosidade e de vigília, feitas para erguer, em ante-manhãs de estúrdia, sob a aranha tranzida dos lustres, *flûtes* nervosas de champagne, enquanto salmodia a queixa prostrada dos tangos e dos *steppes*, historiando crimes, insolubilidades funestas, a volúpia acerba dos suicídios...»

IV

Positivamente, as duas lucarnas de nanquim *não me diziam nada*, comparando-as com a graça senhorial, com o altívolo à vontade da minha Hermione resplandecendo no seu simples estofo preto...

Mas o meu amigo embrenhára-se num jôgo floral de subtilêzas desinteressadas e de galanteios *sem sexo* com o oval duende, que êle etiquetára já, com o seu ache imperativo de classificação, — de «chama ao vento» e de «*girouette* à tardinha».

Riam-se os dois, chupando cigarros, mais uma outra, dum flexuoso esguio de amulêto, com uma péle loira de ninfa de Corrégio, — que se achegára e tinha pedido logo uma «bebida vermelha», porque estava mesmo, «Vocês não-de vêr», com a têlha tôda.

Como *Zaira*, a «Nossa Senhora da tristeza heróica», segundo a *trouvaillerie* espiritual de Emilio Freire, — percebesse o meu interêsse, estabeleceu a corrente, e sacando da malêta a sua cigarreira de madrepêrola:

— Fuma, você?

— *Trop aimable!* — *Oh, non! Que çà?!*

V

Debruçara-se sôbre a mesa, as mãos em ogiva, mãos de Marlène, *vozeantes*, humilimas, súplices, onde estreleceu *também*, como no film conhecido, a scintila brusca, ansiosa, do anel, que trazia:

— Você vê-me assim calma, mas tenho sofrido bastante. Se soubesse! Há oito anos que rólo, hoje aqui, amanhã além...

... Noites de Túnis, como dansarina, num *cabaret* subterrâneo.

Tinha que dansar horas e horas seguidas (era a *consigne* da casa), e acravada à péle, a babujar-lh'a, a envilecêr-lh'a, uma horrivel sensação de ásko, vinda dos centenaes de pupilas, que perseguiam cada um dos seus passos, a moïnha sonâmbula em que ia, — com a baforada do seu desêjo...

Porque ela dava-se, mas odiava-os. As mãos crispadas, lacerando a carne; as respirações silvantes; os minutos de espasmo, que punham nos carões hediondos a *petite mort*, eram a sua crucificação, o seu castigo do Deus colérico...

... até que a levaram d'aquilo!

Foi um peruviano, de brincos de oiro nas orelhas e uma barba côm de hulha; duma têz lívida, que gelava, não se sabia porquê. Ela tinha-lhe medo, e *seria por isso* que não resistiu. O homem dizia-lhe que tôda a mulher que êle apetecesse, tinha que gostar dêle, e um pequenino riso de dentes carniceiros, muito brancos, convulsivava-lhe, então, a larga face inquietante. Era como se a traspassasse nesse momento uma lâmina aguda, e caía-lhe nos braços, a comê-lo de beijos, a morder-lhe carícias, medonhamente.

Soube, depois que em *Aden*, quando êle fazia uma especie de pirataria por todo o Mar Vermelho, se dissêra que estrangulára uma chilêna, que não o quiz seguir. Encontraram a rapariga, tôda descomposta, um grande *foulard* castanho, *dum tom igual ao que ela trazia*, — a apertar-lhe o pescoço.

VI

Jogou com êle em todos os casinos das cidades sôlheiras do Mediterrâneo. Ganhavam e perdiam tudo. Desesperado, êle socava-a no caminho para casa, e uma vez chegados lá, ia-se a ela, com obscenidades tremelhicantes de energúmeno, e rasgava-lhe de alto a baixo os vestidos, com uma fúria de des-

truir, tão perdida, que ela ainda hoje se admirava de como a ponta da lâmina lhe não riscava a carne.

Eram cênas tremendas! Sabia-se. Os donos dos hotéis, claro! já não os queriam receber. Só mediante espórtulas de príncipe, um, ou outro lá acedia. Ela, agachada a um canto do quarto, via-o ir e vir, dum lado para o outro lado, no seu vae-vem de neurótico, um farrapo de canção a borbulhar-lhe no desenho dos lábios, e detestava-o, com um afinco que era o avêssio da loucura de tôdas as suas células, que não podiam enxotá-lo, *que não podiam passar sem êle...*

Nas horas propícias, quando qualquer minúscula *réussite* lhe punha nos nervos um bom-humor de *mam'zelle*, nos seus dias «de papel de sêda», como êle próprio comentava, — trazia-a como um ídolo. Queria que ela se envolvesse em grandes panos, dum grão espesso, em caprichosos recâmos d'oiro e prata, representando íbis e cegonhas, que êle guardava «das suas andanças pela China», e a queimar perfumes num estranho braseiro de cobre, feito de quatro corpos de sereias, enlaçados, ia murmurando roucas palavras dum ritmo plangente, que quando se diria amortecido, findo, lá reanimava, sempre lamentoso, sempre igual, e durava assim, durava...

De olhos fixos na sua imobilidade hierática, a barbicha perdia o seu luzidio *mineral*; a lividez adoçava-se-lhe duma tinta suave, e lembrava uma estampa de apóstolo, que tivera em criança, nos primeiros tempos da sua chegada a Lisboa, depois de terem deixado para sempre Constantinopla.

VII

Nesses períodos, raros, era uma páscoa florida a existencia de ambos. Estavam, então, em Nápoles. Iam a Cápri, para contemplar dos altos o melodrama violeta do entardecer, e de mãos dadas, muito juntos, queriam que quando acabassem os dois a sua jornada pelo mundo, fôsse assim mesmo: aquela agonia dôce de crepúsculo, sem um estremecimento, sem um grito... Na volta jantavam numa das *trattorias* da borda d'água, onde zoavam descantes e sons aos tropêços, de orgão da barbaria.

Como viviam, entretanto? Viviam, *c'est tout!*

Êle nunca lhe contára os seus negócios; como procedêra; as suas idas e voltas no tam-tam do dia-a-dia. Trocava-se a última moeda, e ei-lo aí vai; durante dois, tres dias, não lhe lobrigava o vulto: que se desenvencilhasse como pudesse!

Mas uma noite, numa rixa tremenda, foi preso. Eram por todo êle coálhos de sangue. Vociferava e rugia, levado a rastos pelos gendarmes. Veio dar-lhe a notícia, tão pálido! mas aureolado não sabia de que sobreexcitação

muito viva, irreprimida, um rapaz ruivo, francês, de «maneiras distintas», que já tinha visto em Sienna, numa saída de museu, de olhos cravados nela, e, sem que nada autorizasse tal coisa, *ma parole!*, lhe conseguira fazer chegar às mãos uma carta, a declarar-se rendido, e que se ela entendesse, *que êle devia matar alguém*, bastava um simples gesto.

Acompanhava a carta uma fotografia. No cartão vinha apenas isto: — *Pour déchirer? Peut-être!*

Não respondêra. Evitava-o. Mandara-lhe dizer que a não perseguisse. Mas conservára o retrato.

O peruviano morreu no hospital, a escabujar impropérios, numa raiva adunca, rôxo de ódios por ela cá ficar ainda; *não a poder levar também para as expiações do inferno!*

VIII

Passados tres dias, partiam *os dois* para Paris.

As fômes que curtiram por êsses *garnis* da Margem Esquerda! Êle chorava. Torcia as mãos finas num desespero cómico de *baby*.

Para além, viam-se as grandes árvores do *Luxemburgo*. Ela propunha que fôssem sentar-se junto do lago, para que, no arruido festivo das vozes e das coisas, na translucidez meiguíssima do ar, como uma oferenda da bem-aventurança, pudessem esquecer que desde a véspera estavam apenas com uma metade de *croissant*.

Êle arranjou substituir por uma semana o pianista, numa *boîte da Rua Cujas*. Como violoncelo, uma sueca. *Selma*, era inevitável. — Chamam-se tôdas assim. Num canto da sala tomavam *grog*s quentes, enquanto êle lia *à cette mufle* as legendas de velhos números de *Ilustrações*. Deixou-lh'o de presente...

A grande Metrópole enfeitiçava-a. Vêr, *et se promener* valia mais do que tudo!

Não sabia como conseguiu estar dois anos — *modêlo* na casa Worth.

Um escultor polaco foi a sua ocupação sentimental durante êsses dois anos. Passava horas e horas a estudar-lhe as atitudes, rôlo sôbre rôlo, nuni fumacéu obstinado de cachimbo; embevecido com a *graça única* que êle lhe achava, e verdadeiramente ela tinha (não o dizia por vaidade), resplandecendo nas *criações* dos costureiros.

Essas atitudes e essa graça copiava-as êle, depois, préga a préga, mímica por mímica, de naturalidade dândi e de esbelteza, — no arranjo das roupagens com que vestia as suas grandes damas e as suas princezas de *ivresse*, — ciúme e despeito da populaça boémia do *Montparnasse*.

Agora não era nada; mas já tivera fortunas, já queimara muito dinheiro! Oiro, oiro! Na miséria e na opulência, o facto é que sempre conservou a mesma confiança na sua estrêla. Era o fatalismo dos da sua raça...

Sentada num banco de *square*, sem saber bem onde acabaria a sua noite, — nunca conhecêra o desânimo.

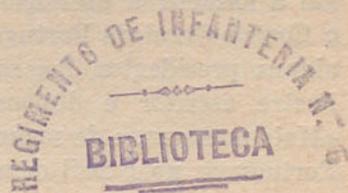
No entanto, a aspiração máxima que sempre teve foi poder servir, como uma escrava, o homem com quem vivesse, — o seu homem!

— Mas, impossivel! Todos se esquecem de que sômos mulheres, e só querem vêr em nós — as deusas! — Fume você outro cigarro. E não faça caso do que lhe contei. Uma vida como outra qualquer, não é verdade?!...

1934.

CARLOS PARREIRA

«Portugal é um rico pano de terció pelo verde broslado de ouro, mui antigo, que as fidalgas Espanhas dos condados, num remoto dia medievo, de luz puríssima, estenderam ao rubro sol peninsular, à borda de um mar de cobalto a cachoar em borbulhões de estrêlas de prata e cristal, mar que logo, espraiando-se nêle, o recortou e franjou de espuma nevada. Portugal é uma tira de sol entre dois azuis religiosos: — o do Céu e o do mar. —
ANTERO DE FIGUEIREDO.



CARLOS MALHEIRO DIAS

TRAÇOS AUTO-BIOGRÁFICOS
(Continuação)

OS ÓRFÃOS DA GUERRA

“**D**ATA dessa hora o início do impulso com que a Colônia Portuguesa do Brasil despertou do sono de indiferentismo patriótico em que jazia, para se levantar a prestar à Mãe-Pátria, numa hora amarga de provações e sacrifícios, o auxílio moral e material que o homem pode prestar à sua terra natal, quando a nação se ergue para salvar a integridade do seu solo e a honra do seu nome»: — foi assim que o sr. Humberto Taborda, secretário geral da Grande Subscrição Patriótica, dirigida pelo Visconde de Moraes, concluiu o seu relatório, quando o govêrno alemão declarou guerra ao nosso país, arrastando-nos a um conflito armado em que, até então, nos havíamos conservado neutros.

Reunido em sessão o Conselho Director da «Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria» do Rio de Janeiro, sob a presidência do Encarregado de Negócios de Portugal, dr. Justino de Montalvão, e com a presença do Consul Geral (interino), dr. Pedroso Rodrigues, foi proposta pelo Encarregado de Negócios a convocação das agremiações portuguesas, para uma reunião, em 16 de Março de 1916, no salão do edifício do «Jornal do Comércio».

O convite dirigido às associações portuguesas era «para o fim patriótico e necessariamente urgente de prestar à Pátria, nesta hora grave da sua História, a sua solidariedade moral e material».

O convite que a Câmara Portuguesa de Comércio endereçava àqueles portugueses representava o desejo de ver congregadas em torno da bandeira de Portugal as forças dispersas por toda a colônia: — «na certeza de que, naquele momento, não podia haver obstáculos que se opusessem à união de todos os portugueses».

No dia designado e perante uma assistência que enchia literalmente o vasto recinto, depois de ter convidado o Encarregado de Negócios de Portugal a assumir a presidência, e tendo convidado para fazerem parte da mesa o Consul Geral de Portugal (interino) o presidente da Câmara Portuguesa e alguns presidentes das sociedades mais antigas, o sr. Justino de Montalvão, ilustre escritor e diplomata, pronunciou algumas palavras necessárias: «Mais uma vez, e de maneira que devemos assinalar com orgulho, a Colônia Portuguesa no Brasil demonstrava, pela compreensão dos seus deveres cí-

vicos, que, todos, ricos e pobres, *abatendo as bandeiras partidárias, se irmanavam no mesmo sentimento colectivo*, em face de uma afronta contra a Pátria. O acto do Govêno Português, requesitando os navios alemães, correspondera a uma necessidade nacional e fôra affectuado em pleno respeito das convenções internacionais, como o confirmou, em termos tão nítidos, Sir Edward Grey, no discurso em que assegurou que Portugal podia contar com o auxílio da Inglaterra e de todos os aliados. Tinha-se já dito, e com justo critério, que o gesto da Alemanha não fôra determinado senão com o fim de obstar a que o exemplo de Portugal fôsse seguido pelas nações americanas. Tão claramente o compreendeu a opinião da Nação Brasileira, que, desde o momento em que a guerra fôra declarada a Portugal, o Brasil reconhecera-se implicitamente ameaçado, como as outras nações neutras. A gratidão de Portugal, neste momento em que os destinos nacionais estavam em jôgo, teve ocasião de se expandir, nessa aclamação que, pelas ruas de Lisboa e Pôrto, saüdava no Brasil a segunda Pátria dos portugueses... Todos os portugueses, que enternecidamente amam como filhos adoptivos aquela terra hospitaleira, onde os nossos antepassados escreveram uma obra imperecível da sua História, sentiam de novo ressurgir, nesse ambiente de solidariedade, a alma do grande passado que não morre, que não morrerá jámais, numa nação que nasceu livre e livre ha de continuar, através dos seus perigos e para a sua gloria... Estava certo que esse estímulo supremo orientaria a Grande Comissão para *congregar as forças da colónia portuguesa no Brasil*, com o fim comum da defesa nacional...»

Depois do discurso do Encarregado de Negocios, falou com admiravel concisão o Consul Geral de Portugal, o dr. Pedroso Rodrigues: Como interprete da Câmara Portuguesa de Comércio, expôs considerações breves e claras, despidas de galas literárias e de efeitos oratórios, para dizer àquella assembleia, onde via representados todos os matizes políticos a quem um mesmo sentimento inspirava, ser necessário que «se mobilisassem as nossas forças e aproveitassemos as dedicações que a comunidade da raça, da lingua e da tradição e a amizade inabalável que nos une ao Brasil haviam de colocar a nosso lado para a vitória. Aquella solidariedade patriótica tinha de afirmar-se em actos positivos. Precisavamos congregar os nossos esforços e decidir qual era o meio mais eficaz de contribuir para a guerra, e como prestaríamos à Pátria o auxilio moral e material que ela de nós esperava».

Eram estas interrogações que a Câmara deixava em suspenso, — embora tomasse já a iniciativa de propor a constituição de uma Grande Comissão Pró-Pátria, constituída por todos os presidentes das Associações. A Câmara não podia dictar, desde logo, um programa, *mas procuraria pelos meios ao seu alcance realizar a união da Colónia*.

Mais do que tudo, naquele momento, naquella vibrante emoção de patriotismo, Carlos Malheiro Dias pensava sempre na difficil união da Colónia

— que só chegou bastante mais tarde com o 28 de Maio, e com a formação da Federação das Associações Portuguesas do Brasil... O patriotismo português existia, evidentemente, mas não existia a união entre os portugueses.

Depois que o dr. Pedroso Rodrigues terminou o seu discurso, o Encarregado de Negocios de Portugal apresentou logo a proposta de constituição e a eleição da Grande Comissão Pró-Pátria.

Naquela altura, o dr. Alexandre de Albuquerque — ex-deputado da Nação do extinto regime, — propôs que *«se instituísse a festa da confraternização da Colónia Portuguesa do Brasil, tornando-se assim perduravel a memoria dêste acto e escolhendo-se para tal celebração a data de 9 de Março, dia da declaração de guerra da Alemanha a Portugal.»*

A 21 de Março, o Encarregado de Negócios comunicou os nomes que, por acórdos prévios, se afiguravam dignos da Comissão Central da Grande Comissão Pró-Pátria, e que eram: para Presidente Honorario, o Embaixador de Portugal, dr. Duarte Leite; para Vice-Presidente, o Consul Geral de Portugal, dr. Alberto d'Oliveira (que ia regressar em breves dias ao Rio); para Presidente, o Visconde de Moraes; para 2.º Presidente, o Conde de Avelar; para Tesoureiro Geral, o sr. António Ribeiro Seabra; para Secretario Geral, o sr. Humberto Taborda (¹).

*

O Embaixador de Portugal, dr. Duarte Leite, foi recebido no Gabinete Português de Leitura, no dia 28 de Maio, na qualidade de Presidente Honorário da Grande Comissão Pró-Pátria, dizendo ser necessário concentrar e centralizar esforços para acudir a algumas das necessidades que a guerra ia criar à metrópole, todos esquecendo antigas dissensões, que os separavam, em face do perigo comum, que ameaçava subverter a família portuguesa... êste congraçamento da Colónia portuguesa, de um alto significado, era o mais belo espectáculo que ela poderia oferecer, e eram dignos dos mais rasgados louvores os que o promoveram... E acrescentou: «O que é essencial é que a união perdure, e não se resolva em manifestações platónicas... Não se ignora

(¹) 1.ª Sub-Comissão: Comendador Manuel António da Costa Pereira (presidente); comendador José António da Silva, (secretário); Albino Sousa Cruz (tesoureiro); 2.ª sub-comissão: Conde de Agrolongo (presidente), comendador José Vasco Ramalho Ortigão (secretário); comendador José Gonçalves Guimarães (tesoureiro); 3.ª sub-comissão: António Augusto de Almeida Carvalhais (presidente), Carlos Plácido (secretário), Serafim Fernandes Clare (tesoureiro); 4.ª sub-comissão: Visconde de S. João da Madeira (presidente); Paulino Correia da Rocha (secretário); José Rainho da Silva Carneiro (tesoureiro); 5.ª sub-comissão: José Constante (presidente); Artur José Gomes Barbosa (secretário); Barão de Peixoto Serra (tesoureiro); comissão de imprensa: comendador António Rodrigues Ferreira Botelho, director do «Jornal do Comércio»; João Lage, director de «O País»; e Carlos Malheiro Dias, director da «Revista da Semana».

que tem-se procurado desvirtuar a significação do movimento que produziu a união da Colónia, tornando-a dependente da concessão de uma ampla anistia aos condenados políticos... Sempre foi partidário de uma anistia completa, do mesmo modo que os portugueses do Brasil. Nesse sentido telegrafára ao govêrno, expondo a opinião da Colónia que era, sem excepção dos próprios republicanos, favoravel a ela. Nos seus telegramas ao Presidente da República, que personificava a política de conciliação, dizia-lhe que os portugueses desejavam todos uma anistia generosa. A resposta do Presidente da República dava a entender que tudo dependia da atitude desses adversários... Bastava para isso se tornar completo, que os adversarios do regime se nobilitassem com o exemplo que lhes deu a Colónia portuguesa do Brasil. Infelizmente não veio a anistia completa. Ela falhou, não por má vontade do Govêrno, mas por má vontade daqueles que deviam ser beneficiados. É que a opinião dos monárquicos em Portugal era acentuadamente germanofila... E essa germanofilia provinha da ideia falsa de que a vitória da Alemanha traria comsigo a restauração da monarquia. O que ela traria era, provavelmente, a perda da autonomia da Pátria, pela integração de Portugal na Espanha, ou, pelo menos, a redução de soberania e um estado de vassalagem deprimente e precário.

O que a vitória da Alemanha traria, era a perda do patrimonio colonial, já tão periclitante em face da penetração pacífica dos alemães, que nos ameaçava. Portugal, lutando contra a Alemanha, combatia pela própria independencia e pela integridade das suas colónias, que estão dependentes do bom ou mau êxito da tremenda conflagração... Os dirigentes monárquicos estavam em franco desacôrdo com o seu monarca, que, num grande desinterêsse patriótico, muito de louvar, manifestou a vontade de que êles apoiassem o govêrno durante a guerra... Êles são hostis à guerra, e como tais se manifestam, não dando ao Govêrno nenhuma espécie de solidariedade... Os monarquicos residentes no Brasil pensam de maneira diferente (1). Para êles a Pátria está acima das convicções políticas... Para haver monarquia portuguesa, era necessário que Portugal existisse autónomo e independente. Se o país

(1) É conveniente declarar que, a-pesar do que o Presidente da República, dr. Bernardino Machado, e o embaixador Dr. Duarte Leite tenham dito relativamente à anistia, a obra de conciliação entre os republicanos e os monarquicos portugueses, em Portugal e no Brasil, só começou a realizar-se efectivamente depois do 28 de Maio! Malheiro Dias, em 1922, em larga conversa com o Presidente Dr. António José d'Almeida, explicou-lhe a sua antiga atitude, na qual a Pátria estava sempre acima das convicções políticas. A sua política era o patriotismo, sobretudo nesse momento em que o Brasil ia celebrar a sua independencia secular e desejava que o govêrno português se associasse à grande consagração. O Dr. António José d'Almeida receiava quaisquer conflitos provocados pelo nativismo, referindo-se a vários artigos violentos e malévolos a seu respeito, e que muito o impressionaram. Declarou Malheiro Dias que êsses panfletos não significavam de forma alguma um Brasil luso-fobo, «que só existia dentro de um minúsculo ar-

assumisse uma atitude diferente daquela que tomou, estava irremediavelmente condenado...»

*

No dia 13 de Junho, no Gabinete Português de Leitura, o Visconde de Moraes pronunciou as seguintes palavras:

«Tendo regressado da Europa o Dr. Alberto d'Oliveira, Consul Geral de Portugal e nosso Vice-Presidente da Grande Comissão Pró-Pátria, e achando-se ali neste momento, congratulava-se pela sua presença nesta assembleia e convidava-o a tomar posse do cargo que lhe conferiu a Colónia portuguesa desta Capital. Achava-se também presente o Dr. Pedroso Rodrigues, que durante alguns meses exercera interinamente as funções de Consul e de Vice-Presidente de Honra da Comissão Pró-Pátria. S. Ex.^a ia despedir-se, visto ter de partir em breves dias. Interpretando os sentimentos de todos os seus companheiros, assegurava que em cada um deixava indeleveis e gratas recordações o seu passageiro convívio.»

Falou depois o Embaixador de Portugal, que salientou os «maravilhosos serviços prestados pelo Dr. Pedroso Rodrigues, a cujas qualidades de carácter e de intelligencia, bem como ao seu valor literário, fez um caloroso elogio.» Passando a referir-se ao Dr. Alberto d'Oliveira, o Embaixador fez o perfil da individualidade do Consul Geral de Portugal no Brasil, que, como funcionário, diplomata e homem de letras, à sua Pátria prestára já serviços da maior relevância, e que à Colónia portuguesa tinha dedicado a sua intelligência e nobre esforço para engrandecê-la.

Nesta altura, os srs. Visconde de Moraes e Humberto Taborda conduziram o Dr. Alberto d'Oliveira até à mesa presidencial, onde tomou lugar à direita do Embaixador. Em seguida, o Dr. Pedroso Rodrigues agradeceu ao Dr. Duarte Leite as palavras com que o distinguiu «as quais representavam para êle o mais alto galardão conquistado na sua carreira diplomatica.»

Como se vê, a situação moral, intelectual e diplomática de Portugal no Brasil era naquele tempo notável. O embaixador Dr. Duarte Leite, antigo presidente do conselho, era um homem eminente pelo seu talento e vários trabalhos; o Consul Geral, Dr. Alberto d'Oliveira, o Consul Dr. Pedroso Rodrigues, e o secretário da Embaixada, Justino Montalvão, eram grandes poetas e escritores, considerados e admirados como dos mais ilustres.

raial jacobino e de um pequeno panfleto.» E afirmou: «A ida de V. Ex.^a ao Rio é indispensável e será uma apoteose». Foi nessa ocasião que Malheiro Dias publicou a sua «Carta aos Estudantes Portugueses», que concorreu para tornar possível a ida do Dr. António José d'Almeida ao Rio de Janeiro.

Compreende-se assim o que se fez de grande no Brasil, nos momentos graves do nativismo, da guerra e das hostilidades nefastas das políticas republicana e monárquica.

Alberto d'Oliveira, depois do Embaixador, fez um admirável discurso, do qual convém arquivar o seguinte:

«Vejo nessa resolução (da Comissão Pró-Pátria), a prova solene e categórica de que ela deseja cooperar de modo efectivo com as autoridades portuguezas para a mais completa execução do seu grande programa patriótico e dar-lhe perante a opinião pública *o prestígio e fôrça incomparáveis que resultam do congraçamento e da união da Colónia, de que ela é fiel e autorizado interprete. Quási todos, senão todos, sabem com quanta fé e ardor me devotei, desde a minha chegada ao Brasil, à obra dêsse congraçamento.* Tenho a convicção de que, ao partir do Rio, há sete meses, deixara a Colónia, não infelizmente ainda por completo unida e congraçada entre si, mas pelo menos congraçada comigo... Mais uma vez, os nossos compatriotas residentes no Brasil demonstravam que o exílio é um tónico para o patriotismo e que é nos emigrantes, a quem a terra alheia concedeu o bem que a Pátria lhes negou, que, apesar disso, mais sadia e normalmente se desenvolvem o amôr e o respeito da Pátria. A nossa Colónia no Brasil, dividida por opiniões ou fés diversas, provou, mais uma vez, a pureza ideal do seu patriotismo, aperfeiçoado pelo exilio e pela saúde, e que nenhuma ambição, nenhum egoismo, nenhum interêsse turvou... Todos em Portugal viram nessa attitude, não uma impulsão efémera e irreflectida, mas um propósito deliberado de esquecer para sempre divergencias, êrros, paixões, e de colocar mais alto, e em mais altas emprêsas, a nossa mira. Enfim, eu vi e vejo na união da Colónia o prólogo da sua coordenação, da sua organização como fôrça imensa que é, consciente de que o é, disposta a ter vida autónoma, a desprender-se de tudo que não seja a defesa dos importantes interêsses morais e materiais, que lhe estão affectos. A política tem de ficar definitivamente banida das nossas preocupações colectivas, embora cada qual guarde a fidelidade, que o próprio brio lhe impõe às suas convicções e ideais sinceros. As lutas políticas só têm justificação, e só têm eficácia, no territorio nacional. Em terra estrangeira — por muito irmã nossa que seja como é o Brasil — dissensões dessa natureza só servem para enfraquecer-nos e desprestigiar-nos a olhos estranhos, sem nos trazerem o menor proveito ou honra. A Colónia assim o compreendeu, porque, logo que se uniu, se apressou a organizar-se. Esta Comissão Pró-Pátria, e as sub-comissões em que ela se ramificou, não se extinguirão com as circunstâncias excepcionais que lhes deram origem... São organismos novos, apenas esboçados, e que vão naturalmente evoluir no sentido da maior amplitude e complexidade das suas funcções... Vejo nesta illustre Comissão, tão

bem constituída, o verdadeiro ministério, o verdadeiro poder executivo da Colónia portuguesa...» (2).

A grande subscrição patriótica atingiu rapidamente um total de Rs. 2.909:000\$000, sem contar os donativos, conseguidos com fins determinados pelos subscritores, como a Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, a Cruzada das Mulheres portuguesas, o Comité de Socorros aos Prisioneiros, etc. A demora na entrada efectiva do nosso exército na Grande Guerra e as dúvidas ou incertezas sôbre a nossa definitiva participação no conflito detiveram um pouco o entusiasmo com que se abriu a grandiosa subscrição patriótica, convertendo-se os fundos arrecadados em valores patrimoniais e começando a Comissão Pró-Pátria a estudar o destino que devia dar a êsses fundos.

Foi ainda Carlos Malheiro Dias quem sugeriu à Comissão o alvitre de se fundar um asilo para os filhos dos nossos soldados que morressem na guerra — alvitre que foi logo aceite e ampliado, a 5 de Março de 1917, pelo Visconde de Moraes, Conde de Avelar, Albino Souza Cruz e António Ribeiro Seabra. Na reunião, a que esteve presente o Embaixador de Portugal, Malheiro Dias apresentou êsse alvitre que, depois de discutido, foi aprovado, ficando assente que o mesmo fôsse submetido à sancção de uma grande assembleia, a realizar-se em 16 do mesmo mês.

Eis as palavras com que Carlos Malheiro Dias fundamentou a sua longa e calorosa proposta:

«Neste templo, elevado por portugueses às glórias da nossa lingua; desta lingua que implantámos no continente europeu e americano, depois de a havermos cinzelado como uma joia; neste templo onde não se pode entrar sem respeito, parece-me que nunca, desde que o edificaram nossos maiores, uma tão grande solenidade reuniu a Colónia portuguesa (3).

Pela primeira vez aqui resoa a palavra terrível que exprime a maxima tragedia humana: «a guerra». Se esta palavra, dezenas de milhares de vezes escripta nos livros que guarnecem de alto a baixo as paredes desta sala magestosa, adquirisse o poder de se transformar em som, nós todos escutaríamos um clamor tempestuoso, composto de milhares de vozes heroicas. Mas, mesmo quando apenas balbuciada, esta palavra solene e trágica basta, na eloquência concisa das duas sílabas, para fazer estremecer os corações, como se dentro de nós sentissemos adejar as azas fúnebres da morte.

A guerra tem sido, até hoje, o preço crudelissimo por que os povos pagam a nobre, a orgulhosa ventura de terem uma Pátria. A guerra, nós a deploramos com o nosso sentimento cristão; mas não a tememos por nosso atavismo romano. A guerra é-nos familiar. Conhecêmo-la desde Viriato, quando arremetiamos contra os legionários consulares. Na guerra nascemos, na

(2) Neste memoravel discurso, Alberto d'Oliveira traçou um excelente programa, que mais tarde se executou ao criar-se a Federação das Associações Portuguesas do Brasil.

(3) O Gabinete Português de Leitura, onde a Grande Comissão Pró-Pátria teve a assembleia geral de 16 de Março de 1916.

guerra nos fizemos. A nossa Pátria teve por bêrço um castelo, em Guimarães. Foi pelejando contra os mouros que conquistámos o solo patrimonial. É pequeno, mas com que ondas de sangue o regámos! Não tivemos, como o povo brasileiro, quem nos desse uma Pátria já constituída. Depois, como não faltasse um palmo da escassa terra em que não tivéssemos plantado o estandarte das Quinas e por onde não tivessem retinido as nossas espadas e galopado os nossos corceis de batalha, fômos ao Salado ajudar Castela a exterminar os exércitos dos kalifas. Depois, e porque não se aquietavam nas baínhas as espadas do heroísmo português, passamos o estreito e velejámos para Ceuta e fizemos flutuar aos ventos do deserto, nos bastiões de Marrocos, os nossos pendões vitoriosos. O heroísmo português asfixiava; os nossos pulmões arfavam, reclamando a imensidade dos oceanos; e, como já não havia terra por onde arremettessem os cavaleiros de Cristo e de S. Tiago, cujos ginetes escarvavam as areias das praias, os heróis, sem despirem o arnez, desceram dos corceis e subiram, armados, para o convés dos galeões, das caravelas e das fustas, e partiram — cavaleiros dos oceanos — em sublime ímpeto, a combater contra os mares desconhecidos, devassando-lhes os segredos, arrancando-lhes as ilhas, os arquipelagos e os continentes. Vós todos o sabeis. Na África, na Ásia, na América, as espadas portuguesas cintilaram, brandidas pelos dilatadores do mundo.

Os ventos de todos os mares do globo empolaram os velames das nossas naves e nenhum povo do universo, depois do povo romano, jámais come-teu mais espantosas façanhas. Abrimos à civilização os itinerários marítimos, dominámos nos confins do mundo os potentados asiáticos. Durante dois séculos estivemos apossados do delirio do sublime. A Grécia e Roma tiveram de criar pela imaginação a éra mitológica dos heróis sobrehumanos. Em Portugal, não precisámos de inventar deuses e heróis. A nossa mitologia foi uma realidade. Chama-se epopéa dos descobrimentos e das conquistas. Vasco da Gama, é o nosso Ulisses; Afonso de Albuquerque, o nosso Aquiles. O nosso Homero, Camões.

Portugal não treme diante da guerra com um terror mulheril. Uma nação que não se sente capaz de defrontar os sacrificios que o destino lhe impõe, não é mais do que a sombra de uma nação, que o dedo de qualquer conquistador audaz apagara do mapa do mundo; e seria um escárneo que a nação, que mais concorreu para a descoberta do planeta, dele viesse a desaparecer. Portugal, não renunciando ao dever de intervir na maior guerra da história, na guerra que é a condensação de todos os conflitos seculares das raças, transportados à ultima potência pelos recursos fabulosos da civilização, demonstrou que na substância moral do seu povo sobrevivem as qualidades que immortalizaram os antepassados. Isso deve encher-nos de ufania. Mas a guerra não se reveste, apenas, do aspecto heroico. O reverso da gloria é o sacrificio e nesta palavra consubstanciam-se a morte, a dôr, a orfandade, a miséria, a privação de muitos dos bens terrenos que a humanidade precisou de séculos para obter. Dispa-se a gloria militar dos seus europeis; arranque-se-lhe o manto de purpura. O avêso é um sudário. Debaxo encontraremos a figura esqualida da morte. Os hinos estrugidores da vitória são como o rufar dos tambores na presença dos cadafalsos para abafar os gritos dilacerantes das vítimas. O clangor dos hinos triunfais cobre os gemidos da viuvez, os choros convulsivos da infancia e as lamentações inconsolaveis da maternidade. A gloria é bela, mas como todos os luxos, paga-se cara. Não é só ufa-

nia pelas acções de bravura dos seus filhos, nossos irmãos, que a Pátria tem o direito de esperar de nós. É preciso, senhores, que não desviemos os olhos da tragédia que principia a representar-se em Portugal. É necessário que contemplemos o sacrificio desta aventura de honra. Volvamos os nossos olhos para Portugal. Vós sabeis que elle é pobre. Pobre como todos os que viveram mais no arrebatamento que na faina do interêsse. E, porventura, há algum povo que na guerra possa considerar-se rico? Para todos foi preciso regular e restringir a alimentação, impôr como lei de salvação pública a privação de muitas das regalias e dos confortos da paz. Portugal já começou a sofrer. A gloria, como a comunhão, é um sacramento que exige a purificação pela penitencia.

Há hoje em Portugal milhares de lares onde faltam os filhos, partidos para o campo de batalha. Nos olhos maguados das mães portuguezas há lagrimas, e dos seus seios mortificados exalam-se os suspiros. Há criancinhas que ainda mal sabem falar e que já foram condenadas à orfandade. O povo vai ter que suportar pesados tributos. Nas cidades, as luzes apagam-se cedo. Já não há pão de trigo senão para os enfermos. O pão branco vende-se nas farmacias, como os remedios. Aqueles que não estão na guerra, expostos à morte, sofrem a sua parte no sacrificio comum. A Pátria é o prolongamento do campo de batalha, o purgatório daquelle inferno.

E nós? Que fazemos nós? Por que deshumano privilegio nos eximiríamos de contribuir para atenuar, na medida máxima das nossas fôrças, as desgraças gerais e para participar no sacrificio unanime? Podemos nós, pelo facto de estarmos ausentes da Pátria, considerarmo-nos desobrigados de participar com o nosso quinhão, senão no perigo, pelo menos no sacrificio? Podemos nós conciliar o nosso patriotismo com o desinteresse pela tragédia a cujo imenso palco sanguinoso, ara de holocausto, acaba de subir Portugal? Podemos nós dignamente cruzar os braços quando nossos irmãos padecem? Interrogo a consciencia da colectividade portuguesa. Podemos nós fechar os olhos e concentrarmo-nos na imobilidade hedionda do egoismo, quando os nossos parentes longinquos se encontram submetidos às vicissitudes inevitaveis da guerra? Podemos nós continuar a chamar-nos portuguezes, se rejeitarmos na partilha dos sacrificios o direito de dignamente o sermos? Não! Não pode comprehender-se que no mesmo povo, por uma fortuita circumstância geographica, succeda essa selecção iniqua, que de uns faz as vítimas e dos outros os simples espectadores da catastrophe. Não quero sequer demorar-me a considerar os argumentos de que poderia valer-se o egoismo para libertar-se do dever. Não quero acreditar que ainda hoje, nesta hora, haja no Brasil, portuguezes desunidos por quaisquer divergencias politicas, que, aliás, não atenuariam, antes só agravariam o seu delicto de abstenção. É na imagem da Pátria que todos devemos fixar nossos olhos e não na inscrição do seu pedestal. Nunca, como neste momento, se me afigurou expressão lapidar e suprema do sentimento e da honra, a designação terníssima de «Mãe», ligada à palavra sacratissima de «Pátria».

É a nossa mãe que estende os braços. Qual é, entre nós, o portuguez que lhe voltará as costas?

Se nenhum portuguez deixará de escutar o apelo do dever, torna-se indispensavel e urgente encontrar para o desempenho desse dever a fórmula que mais harmoniosamente interprete os sentimentos da Colónia, em relação com as necessidades de socorro reclamadas pelo estado de guerra. É es-

sencial que se tracem as proporções a que deve atingir, para ser digno de nós, esse dever de patriotismo e de humanidade. Este é, senhores, o motivo principal da convocação desta assembleia.

Há diversas circunstâncias inseparáveis da nossa condição e da nossa existência no Brasil, que convém ter sempre presentes. Somos nesta terra hospitaleira, descoberta, criada e encaminhada pelos nossos antepassados aos mais gloriosos destinos, muito mais do que uma colónia, um povo hospedado por um povo irmão. Não eram muito mais numerosos do que nós os portugueses que constituíam a nacionalidade no período das maiores e gloriosas empresas da nossa raça. O nosso dever terá que ser proporcional ao nosso número. É forçoso que se equivalham. Somos aqui bastantes para realizarmos uma obra de vulto, tanto nos delineamentos morais, como na estrutura material. Não podemos invocar a mediania dos nossos recursos para desculpar as dimensões restritas em que viesse a realizar-se o nosso concurso numa hora desta magnitude histórica. Com sobrada razão nos honramos de haver sempre sabido manter no Brasil, perante o respeito dos nacionais e das colónias estrangeiras, a proeminente categoria que a tradição histórica, os laços de indissolúvel parentesco, os serviços que prestamos à terra brasileira, e o nosso valor numerico, naturalmente nos concedem. Este é o momento de provar quanto é merecida a posição em que nos colocamos. A Colónia portuguesa do Brasil constitui, nesta hora, o alvo de tôdas as atenções. Voltam-se para nós, do norte ao sul do Brasil, todos os olhares que observam, todos os corações que sentem, todos os espíritos que reflectem, e é de justiça dizer-se que nessa expectativa ninguém põe em dúvida que a Colónia portuguesa, hoje, como sempre, reivindicará pelo depoimento do seu patriotismo, a proeminência que nunca deixou de ser-lhe reconhecida.

A nossa privilegiada posição no Brasil não foi apenas conquistada pela actividade do nosso trabalho, mas principalmente pelos testemunhos incessantes do nosso character, do nosso altruismo, da nossa união e do nosso fervoroso amôr pela Pátria. Vós todos conheceis a obra realizada no Brasil pelo cultivo dessas virtudes. É essa obra o firme alicerce sôbre que se levantou o edificio da nossa hegemonia. Todos nós contemplamos os monumentos erigidos pelo patriotismo veemente dos nossos maiores, nesse colar de beneficencias que, desde Manáos ao Rio Grande do Sul, se sucedem como os padrões da nossa fraternidade e do nosso altruismo, e cuja joia central é este templo erguido às letras, que resume, no estilo architectónico da fachada e na substância do conteúdo, as glorias da Pátria.

Somos bons construtores, quando a obra é generosa e nobre! Démos bastantes provas de saber construir, com êsses materiais, edificios cuja solidez desafia os séculos. Retomemos o nobilitante trabalho! Edifiquemos mais uma dessas obras, que servirão de lição às gerações vindouras, uma obra que seja o elo que prenda a alma do passado à alma do porvir, uma obra que servirá de escola ao altruismo e ao patriotismo! Sejamos dignos das gerações que nos precederam. Construamos! Edifiquemos!

Mas construir, edificar o que?

A Colónia portuguesa do Brasil defrontou-se, a 9 de Março do ano passado, com um acontecimento que lhe impunha o cumprimento de deveres indeclináveis para com a Pátria: foi a guerra.

Diante dessa situação uniu-se.

Depois, sem plano, obedecendo apenas às imposições individuais do

sentimento e aos dictames da consciencia, principiou, com breves intermitencias, a expressão desse patriotismo avassalador. As dádivas foram-se aglomerando e quasi ao mesmo tempo dispersando. De toda a parte iam chegando os materiais, mas não se havia gisado ainda o plano da obra em que todas as dedicações colaborassem.

A Comissão Central da Grande Comissão Pró-Pátria, vendo chegar o momento em que vai intensificar-se a grande crise febril do amor pátrio, sentiu que as dádivas da Colónia, como essas torrentes caudalosas e efemerias que se formam depois das tempestades, iriam também desaparecer, sem deixar vestígios da sua passagem, indo alimentar outras obras, embora humanitarias e digníssimas.

Foi inspirada nesta sucessão de pensamentos que a Comissão Central da Grande Comissão Portuguesa Pró-Pátria reconheceu que o dever da Colónia portuguesa do Brasil não podia amesquinhar-se e limitar-se à mera função de angariar e transmitir dinheiro para as benemeritas instituições que, em Portugal, já dispõem do amparo dedicado das populações e do governo, mas que as tradições do seu passado e as condições permanentes da sua existência lhe impunham construir uma obra perduravel e em que pudesse rever-se, com o justo orgulho do dever cumprido, a colectividade portuguesa do Brasil, e na qual, longe de estiolar-se, se engrandecesse, vivificada, a sua força latente e imperecível.

E, pois que a Providencia nos permitiu, sem quebra do nosso dever para com a Pátria, que constituíssemos os exércitos militantes do altruismo e do trabalho, e não os da morte e da destruição; aqueles exércitos que não terão de assistir aos espectáculos atrozés da devastação e do morticínio; aqueles que não terão de ensopar-se de sangue; aqueles, também indispensáveis à vitória, a quem está confiada a missão de reparação, estendamos as nossas mãos protectoras sobre as mais frageis vítimas da catástrofe, sejamos a força que protege a innocencia, tomemos sob a nossa guarda as criancinhas: as sementes melindrosas do futuro!

Pela proposta que vou passar a lêr-vos, e para a qual confiadamente espero a manifestação unanime da vossa consagração, a Colónia portuguesa do Brasil se constituirá em protectora dos orfãos dos soldados imolados na guerra. Esta proposta ecoará em os acampamentos portugueses de França e em todos os lares de Portugal. Esta proposta levará ao coração de cada soldado a certeza pacificadora de que, no caso da sorte o haver designado para engrandecer o martiriológio da Pátria, os seus filhos ficarão sob o amparo da Colónia portuguesa do Brasil! E, assim, o pensamento último de cada herói, tombando no campo de batalha, inundado de sangue, será de gratidão e de benção para vós.

Não vos detenhais a examinar a enormidade do encargo, receiosos de não o poder cumprir. Os soldados que a estas horas se preparam para entrar nas próximas batalhas, pertencem às mais novas das classes. São a flôr da mocidade. São a flôr do exército. São a ala dos solteiros: a segunda ala dos namorados, a cinco séculos de distância da outra, que o Condestável commandou.

Até hoje a Colónia portuguesa nunca considerou pesado o dever, quando êsse dever é o da honra e o da piedade. Vou passar a ler-vos o programa do dever de amanhã, confiado aos vossos corações e às vossas consciências. Creio firmemente que o aceitareis, porque só injustiça e ofensa vos faria supondo-vos capazes de o repelir.



VIRGEM DAS DÓRES
(MUSEU DE ARTE ANTIGA)

Por MATSYS

A Grande Comissão Pró-Pátria, tendo em vista aplicar as dádivas da Colónia portuguesa do Brasil, em uma obra que represente condignamente os sentimentos patrióticos e humanitários dos portugueses, e pretendendo concentrar na realização e manutenção dessa obra todos os recursos de que disponha, a-fim-de lhe imprimir a máxima grandeza e de dotá-la com a máxima eficácia; atendendo à alta conveniência de não dispersar, mas sim reunir em uma só obra de grandes proporções a soma de tôdas as coadjuvações e auxílios representativos do patriotismo e da filantropia de Colónia portuguesa no Brasil: atendendo a que só a concentração de todos os valores acumulados pelo patriotismo e pela generosidade em uma obra fecunda, organizada, administrada e mantida pela Colónia, conseguirá evitar o caráter transitório e mesmo efemero em que iriam dissolver-se tantas abnegações; atendendo a que a Colónia, representando um conjunto de mais de um milhão de portugueses, está nas condições de criar uma obra autónoma, sem subordinação a outras obras já fundadas, destinada ao alívio ou remédio de uma das maiores desventuras ocasionadas pela guerra; atendendo ainda a que a Colónia portuguesa não pode, não deve e certamente não quer abdicar dos seus deveres e da sua autonomia, limitando-se ás funções de colectividades filantropicas com séde em Portugal, mas antes preferirá seguir o nobre exemplo dessas instituições e procurar ampliar a esfera de sua acção benemerita: a Comissão Central da Grande Comissão Portuguesa Pró-Pátria dá conhecimento à Assembleia das seguintes deliberações resultantes dos estudos a que procedeu nas suas sessões preparatorias e para as quais espera a consagração da Assembleia.

Art. 1.º A Grande Comissão Portuguesa Pró-Pátria estará imediatamente em contacto com as comissões suas congeneres, constituídas nas demais cidades do Brasil, solicitando o seu indispensavel concurso junto das colónias de que são delegadas e convidando-as a nomear representantes seus no Rio de Janeiro, para colaborarem com a Grande Comissão na direcção e administração da Obra de Protecção aos Orfãos da Guerra.

Art. 3.º Os orfãos dos soldados portugueses mortos na guerra serão socorridos, ou pensionados, ou educados e protegidos pela Grande Comissão Pró-Pátria como se fossem os pupilos ou afilhados da Colónia Portuguesa do Brasil, e até ao limite máximo dos recursos com que a generosidade da Colónia habilite a Comissão sua delegada.

Art. 4.º A Grande Comissão Pró-Pátria entender-se-á, para o efeito de execução desta obra humanitaria, com o Governo Português, a-fim-de que lhe sejam comunicadas, à medida que forem sucedendo, tanto nos campos de batalha como nos hospitais de guerra, as perdas dos soldados que tenham deixado filhos menores, para que immediatas providências sejam tomadas para tornar efectiva a assistência a êsses órfãos e nas condições que reclamarem as circunstancias variaveis, de que se revestir a sua pobreza e necessidade.

Art. 5.º A Grande Comissão Pró-Pátria nomeará uma comissão sua delegada com séde em Lisboa, constituída por personalidades que tenham pertencido á Colónia Portuguesa do Brasil e mereçam a sua unanime confiança, à qual serão concedidos amplos poderes para agregar os vogais auxiliares que entender conveniente e constituir sub-comissões regionais para a vigilância dos orfãos. De acôrdo com essa comissão delegada, serão organizados os serviços da Obra de Protecção aos Orfãos da Guerra, nas condições que se reconhecerem as mais convenientes à plena eficácia dos seus grandes objectivos.

Art. 6.º A Obra de Protecção aos Orfãos da Guerra, mantida, dirigida e administrada pela Colónia Portuguesa do Brasil, poderá fundar em Portugal um ou mais or-

fanatos, quando se reconheça a sua utilidade, para recolher e educar aqueles dos orfãos seus protegidos que reclamem essa hospitalidade; e bem assim lhe competirá tomar, em substituição ou complemento dos orfanatos, as demais providencias que se impuzerem como necessárias à fiel interpretação dos pensamentos patrioticos e altruistas que presidem à fundação desta obra.

Art. 7.º A assistencia aos orfãos da guerra durará pelo prazo que fôr consideravel à emancipação pelo trabalho em Portugal ou no Brasil dos orfãos protegidos pela Colónia Portuguesa. Ao findar essa assistencia, os capitais até aí applicados na sustentação e educação profissional dos orfãos da guerra, poderão ser consagrados à manutenção de asilos ou sanatórios que perpetuem a iniciativa filantrópica da Colónia.

Art. 8.º Pelos corpos executivos da Grande Comissão Pró-Pátria, representada na Comissão Central, serão com frequência prestadas contas da arrecadação e applicação dos fundos subscritos, dando mensalmente publicidade à relação dos Orfãos pensionados e protegidos pela Colónia e redigindo anualmente um minucioso relatório, que abranja não só os actos da sua administração, como informações sôbre cada orfão, seu comportamento, estado sanitario, progresso escolar, condições sociais e económicas da familia, de modo que a Colónia Portuguesa do Brasil esteja ao facto de tudo o que diz respeito aos seus afilhados e não se desinteresse do seu destino.

Art. 9.º Todos os serviços de direcção e cargos administrativos da Obra de Protecção aos Orfãos da Guerra serão gratuitos com excepção do indispensavel pessoal de secretaria e do pessoal contratado para os orfanatos, «crèches» ou outras instituições identicas, que hajam de criar-se e manter-se em Portugal.

Art. 10.º Os fundos necessarios à Obra de Protecção aos Orfãos da guerra, que entrará em immediata execução serão constituídos por tôdas as dádivas já recolhidas e a escolher por subscrição e outros meios.

Art. 11.º Os orfãos deixados por portuguezes domiciliados no Brasil e que, chamados às fileiras, tenham morrido em serviço da Pátria no campo de batalha, ou por enfermidade contraída na guerra, terão a preferencia da assistencia da obra, quando os recursos dela não possam abranger a totalidade dos orfãos causados pela guerra.

Senhores! A obra de socorro, assistencia e amparo aos orfãos da guerra, que é, desde agora, a nossa obra, — e que devemos esperar ver adoptada, em uma aclamação unisona, por tôda a Colónia Portuguesa do Brasil — esta obra, em que está empenhada a vossa honra colectiva; esta obra que perpetuará a vossa benemerencia; esta obra que condensará as manifestações do vosso amor pátrio; esta obra de sublimes intuitos, que será o monumento erguido às vossas duas maiores virtudes: a bondade magnânima e o patriotismo inquebrantavel; esta obra de que reverterão para vós tantas bençãos de herois e de mães; esta obra de que podeis orgulhar-vos e que a história mencionará; esta obra, senhores, representa desde agora um compromisso sagrado! A sua extensão e a sua efficácia, a sua maior ou menor utilidade social, as dimensões do raio de acção da sua benemerencia, dependem exclusivamente de vós. A contar dêste instante, os vossos óbolos grandes ou modestos, só terão uma applicação: a constituição do patrimonio de assistencia aos orfãos da guerra. As vossas dádivas não se dispersarão. Serão concentradas na edificação deste monumento de altruismo, em cujo pedestal ficará gravado o nome da Colónia portuguesa do Brasil. Pensai que assumistes um compromisso solene, ouvido por Deus no céu e pelos soldados portuguezes nos campos de batalha. Desde agora a Colónia Portuguesa tem a seu cargo os orfãos da guerra, e não me parece necessario dizer-vos a quanto obriga essa paternidade! Quantos serão os orfãos que ides proteger, a quem servireis de amparo? Façamos

votos por que poucos sejam, pois isso provará que a morte poupou os nossos heroicos soldados e a clemencia divina não desamparou as crianças portuguezas. Mas deve constituir para nós uma questão de honra que a «todos» os orfãos, sejam poucos ou muitos, se estenda a protecção da poderosa Colónia Portuguesa: que todos passem a ser nossos filhos adoptivos, e que não engeitemos nenhum!

Não pode, evidentemente, a Grande Comissão Portuguesa Pró-Pátria assumir responsabilidades e encargos superiores aos recursos que lhe trouxeram, e tem, por isso, que limitar a esses recursos a acção humanitária da Obra de Protecção aos Orfãos da Guerra, mas a Grande Comissão espera, porém, que todos os portuguezes cumprirão nesta hora solene o seu dever; que a Colónia Portuguesa saberá aproveitar esta ocasião excepcional para afirmar a sua solidariedade, o seu altruismo e o seu amor pátrio! E, pois, que, para esta obra, (que não pode ser de alguns, ou de muitos, mas de todos), é indispensável que nenhum portuguez em estado de fazê-lo deixe de contribuir, a-fim-de que, de alto a baixo, como uma só familia, a Colónia se reuna e se nivele, perante a Pátria, o sr. comendador Adriano de Castro Guidão vos transmitirá, em nome da Comissão Central, a proposta tendente a desenvolver as subscrições iniciadas e avolumar nas necessárias proporções os donativos para a manutenção desta obra grandiosa.

Senhores! A hora que está decorrendo na história da humanidade poderia chamar-se com propriedade a hora das pátrias. Outra voz, de eloquência e de beleza, que não a minha, deveria ter dito, sobre este tema, o que tão imperfeitamente vos disse o meu sentimento. Se estes livros falassem, o que elles vos diriam da Pátria! Que narrações ouvirieis! Imaginai que resoavam neste silencio as palavras de Fernão Lopes, Damião de Góes, de Rui de Pina, dos cronistas da idade da conquista e da cavalaria! E que ouvirieis Vaz de Caminha lendo a sua carta a D. Manuel sôbre a descoberta do Brasil, e as falas magestosas de Vasco da Gama e de D. João de Castro, e os gritos de comando de Nun'Alvares, e as estrofes dos «Lusiadas»! Os livros são o jazigo miraculoso do passado. Como os busios, que conservam na sua íntima estrutura o murmurio do mar, assim também nos livros permanece eternamente o éco das acções extraordinárias. O sublime não morre. O privilegio do talento e do heroísmo está em que não os abrange a lei fatal do aniquilamento. Porventura morreram para nós o Infante D. Henrique, Afonso de Albuquerque, Alvares Cabral e Camões? Eles sobrevivem, immortalizados pelo genio e pelas façanhas. Quem sabe se nesta sala vagueiam, invisiveis, os seus magestosos aspectos. E se estão presentes, certamente parecerão satisfeitos, porque, em minha consciencia vos digo, vós acabais de lançar os alicerces de uma obra das que dignificam um povo, das que honram uma Pátria!»

Depois de um almôço oferecido no Jockey-Club, no Rio de Janeiro, foi encarregado C. Malheiro Dias de vir a Lisboa, na qualidade de enviado da Grande Comissão, para se entender com o Govêrno a fim de ultimar os trabalhos relativos à instalação definitiva da Obra de Protecção aos Órfãos da Guerra.

Na «Ilustração Portuguesa» de 21 de Maio de 1917 lê-se:

«Ao fim de quatro anos de ausência, chegou, há algumas semanas, vindo

do Rio de Janeiro, o autor do «Filho das Hervas» e da «Paixão de Maria do Céu», e director da «Revista da Semana»... Veio à sua terra como enviado especial da Colónia Portuguesa numa nobre missão patriótica: a de se entender com o nosso Govêrno para a instituição entre nós da grande obra de Protecção aos Órfãos da Guerra, criada pela comissão Pró-Pátria... Para a execução da generosa tarefa que o trouxe a Lisboa, êle tem tratado com os elementos officiais... Os seus amigos ofereceram-lhe, no Hotel MetrÓpole, um banquete presidido pelo presidente da Academia das Ciências de Lisboa, dr. Coelho de Carvalho, e a que assistiram o sr. Ministro da Instrução e o Embaixador do Brasil. Além do presidente da Academia, discursou nesse banquete o jornalista e orador brasileiro dr. José António de Freitas».

Na qualidade de enviado da Colónia, Malheiro Dias regressou ao Rio, onde fez a exposição dos seus trabalhos. Em Lisboa, não deixara ultimada a sua missão, por terem ocorrido acontecimentos de ordem política, que não permitiram aos poderes públicos adoptar as soluções desejadas e imediatas. Todavia, C. Malheiro Dias afirmava que, da parte do Govêrno, existia o melhor empenho em auxiliar a Comissão Pró-Pátria na realização dessa grande obra de assistência. Tivera ocasião de entender-se com o sr. Presidente da República e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, àcêrca da representação enviada pela Comissão Pró-Pátria relativamente à situação militar dos desertores, reservistas e refractários residentes no Brasil, e sôbre a conveniência de serem organizadas as inspecções militares e atenuadas as dificuldades e embaraços para os passaportes a tirar nos consulados.

Malheiro Dias tinha assim iniciado a execução dessa obra esplêndida que seria: «uma obra de socorro, de assistência e de amparo; que condensaria as manifestações do amor pátrio; obra que a história mencionaria; e que representava desde seu início um compromisso sagrado».

Essa obra não se executou integralmente no Rio mas converteu-se, com a benemerência dos Portugueses do Brasil, no admirável sanatório da Quinta dos Vales, em Coimbra, onde se ergue hoje um imorredouro padrão de amor e patriotismo!

PARA CONTINUAR: *A História da Colonização Portuguesa do Brasil — Ida a Marrocos com Alberto d'Oliveira e Antero de Figueiredo — O almôço da «Contemporânea» — «Exortação à Mocidade» — A viagem aérea Sacadura Cabral e Gago Coutinho — O centenário da Independência do Brasil — O Presidente António José d'Almeida no Rio — O primeiro Congresso dos Portugueses do Brasil — O 28 de Maio — O embaixador Martinho Nobre de Melo.*

A EXTINÇÃO POMBALINA DA INQUISIÇÃO DE GÔA

ORDEM INÉDITA DO INQUISIDOR GERAL NESSE SENTIDO E INVENTARIO DOS SEUS MÓVEIS E PRECIOSIDADES

E' conhecida a documentação oficial que pôs termo — embora provisòria-mente — ao tribunal do Santo Officio da India. Publicou-a Miguel Vicente de Abreu a página 265 e seguintes da sua versão do livro de Dellon *Narração da Inquisição de Goa* (Nova Goa, 1866) e depois dêle, ordenando-a melhor, Fortunato de Almeida a página 443, da parte III, do tomo IV da sua *História da igreja em Portugal*. Mas nem um, nem outro publicaram os dois primaciaes documentos neste insertos e os estudos publicados no *Oriente Português*, IX e *Conimbricense* são decalcados sôbre o trabalho de Abreu.

O marquês de Pombal remetia, com data de 10 de Fevereiro de 1774, um offício ao governador da India, acompanhando a provisão do Inquisidor Geral adiante publicada, e tratando nele severamente os inquisidores de Goa. São dignas de registo as palavras a êles referentes:

— «No caso em que aquelles ministros (pouco costumados a obedecer, sendo pelo contrario a iludirem com pretextos as ordens que vão desde longe, de Portugal) pretendam meter tempo em meio, debaixo de protestos e de replicas, ou de outras semelhantes delongas, lhes responderá logo o dito ouvidôr:

— Que V. S.^a tem ordens positivas de fazer prompta e effectiva a execução das ditas provisões sem admittir requerimento algum, que possa dilata-la. E no outro caso, pouco esperavel, de mostrarem ainda renitencia, lhes intimará o mesmo ouvidor significativamente que considerem que logo que isto chegar á presença de V. S.^a os mandará tratar como rebeldes a el-rei e ao eminentissimo e rev. Cardeal Inquisidor Geral. E que serão, como taes, reclusos e remetidos pelo primeiro navio à presença de S. M. e de S. Em.^a».

O marquês de Pombal conjecturava bem; o caso era *pouco esperável* e o ouvidor geral, em carta ao governador, de 22 de Fevereiro de 1775 narrava como, *lidas as ditas provisões na referida mesa, logo lhes deram prompta execução, sem que nella hesitassem, nem por um momento*. Como haviam êles de hesitar?

Mas a sua boa vontade é bem manifesta num relatório que publicaremos quando tratarmos do restauro, embora efêmero, desta mesma inquisição.

Eram irmãos estes dois inquisidores: Manuel António Ribeiro e José António Ribeiro da Mota e as suas notas biográficas podem ler-se a página 306 da monografia *A vila e concelho de Ferreira de Zêzere*, pois o leitor curioso pode ainda hoje admirar a sua residência, *Casa do Adro*, à entrada da vila de Ferreira, residência por eles fundada e onde, após a sua transferência para a inquisição de Coimbra, vinham gozar dos seus ócios e de *ares patrios*.

Eis a íntegra da provisão do Inquisidor Geral:

D. João da Cunha, presbytero cardinal da Santa Igreja de Roma, do Conselho de Estado e do gabinete d'El-Rey meu senhor, arcebispo de Evora e Inquisidor Geral nestes Reinos e seus dominios etc.

Fazemos saber que os numerosos povos que constituíram no Oriente os amplísimos estados da Real Corôa Portuguesa, tendo feito indispensaveis as fastosas representações de um vice-rei nato e de uma Relação para a decisão das controversias forenses e á imitação d'esta, de uma Inquisição para os negocios relativos á religião; fazendo porém conhecer as mudanças e circunstâncias dos tempos que reduziram tôda a extensão daqueles vastos e opulentos estados aos curtos limites de Goa, Bardez, Pondá, Zambaulim e Salcete que erão absolutamente impróprios e inconservaveis os aparatos de grandeza em tão limitado continente.

Por estas justas e bem combinadas considerações; depois de sabermos que El-Rei meu senhor por um necessário efeito d'elas tinha reduzido o governo politico e militar d'aquelle vice reinato a um capitão general e o civil a um ouvidor chanceler e aos tres juizes de fóra de Goa, Salcete e Bardez, se nos fez indispensável representar ao mesmo senhor a urgentíssima necessidade de reduzirmos tambem a Inquisição ao estado em que ella se acha em toda a America portuguesa, aonde não ha mais que comissarios subordinados á Inquisição d'esta côrte que recebem e a ella remetem as denuncias que tomam nos casos pertencentes ao seu conhecimento e cumprem as mais ordens e deligencias que a mesma Inquisição lhes encarrega; e servindo-se S. Magestade pela sua Regia resolução de 6 de abril de 1773 aprovar a nossa representação e acordar-nos o seu real beneplacito para tudo o que entendessemos ser mais conveniente ao serviço de Deus e do mesmo senhor, por todas as referidas causas, juntas ao plenissimo conhecimento que temos de que os dominios de El-Rei meu senhor na Asia estão redusidos aos mesmos termos em que se contemplaram os da América para entender-se como se entendeo que não era necessario nelles aquelle estabelecimento, extinguímos e havemos por extincta a Inquisição de Goa e mandamos aos inquisidores e mais ministros, de que ella se compoem que do dia da publicação d'esta em diante mais se não congreguem em sessão ou acto de tribunal porque por ella reassumimos toda a jurisdição que cometemos e para os negocios da religião temos dado providencia, depu-

tando e creando um commissario, com as instrucções que nos pareceram convenientes.

Dada em Lisboa sob nosso signal e sêlo do conselho geral do Santo Officio aos 20 de janeiro de 1774. Manoel Ferreira de Mesquita secretario do mesmo Conselho Geral a fiz

J. Cardeal Inquizidor Geral (¹)

Este é o proprio original enviado a Gôa, que tem o *Cumpra-se*, Goa em Mesa, 26 de Stbr.º de 1774 — *Ribeiro, Mota* (rubricas dos inquisidores de Gôa).

*

* *

Por provisão de 8 de fevereiro de 1774 (m. 6, n.º 2434) ordenou o Inquisidor Geral que, apenas a mesa do S.º Officio de Gôa tivesse conhecimento da provisão atrás mandasse soltar todos os presos reclusos nos carceres, quer os já julgados, quer os que ainda não tivessem os processos concluidos, os quaes, devidamente encaixotados, serião remetidos na primeira nau ao Conselho Geral. A' Junta da Real Fazenda se entregaria o dinheiro que houvésse; moveis, e casas ao governador; ao commissario se entregaria todo o cartorio do secreto. Tem o *cumpra-se* da mesma data anterior.

Com efeito, na mesma data do *cumpra-se*, certificavam os notarios da inquisição de Goa que, com o alcaide, soltaram dos carceres secretos todos os presos, e bem assim da casa de polvora os depositados e degredados, cujos nomes, num total de 39, se podem ver no m. 6, n.º 2435. Da mesma forma cumpriram tambem o encaixotamento dos processos não findos, a entrega dos fundos da inquisição de treze *caixões em que vão os papeis e livros de que se compunha o archivo do secreto do Santo Officio da India* cujo inventario ficou em poder do novo commissario. Também se inventariaram os moveis e da respectiva copia autentica vamos transcrever na integra a sua lista (²):

NA SALA DA AUDIENCIA E DESPACHO

Uma imagem de crucifixo;

Um docel de damasco encarnado com sua espalpada;

Duas mangas e duas cortinas de ló encarnado;

Um frontal de damasco encarnado, que consta de tres panos grandes, tres pequenos;

(¹) T. do Tombo. Papeis avulsos do Conselho Geral do S.º Of.º, m. 6, n.º 2.433.

(²) m. 6, n.º 2441.

Uma cortina, duas portas, sete sobreportas, tudo com sua franja por cima que finge sanefa;

Uma mesa grande com seu pano de chita e seu couro com seu pano de damasco que cobre toda a mesa, seis esvrevaninhas de prata cada uma com quatro tinteiros, e duas campainhas de prata;

Um missal forrado de veludo com brochas de prata;

Doze cadeiras da mesa de Moscovia;

Quatro tamboretetes;

Um banquinho;

Um banquinho que fica, debaixo da mesa grande;

Dous cuspidores de tabuas;

Seis estrados em que fica a mesa grande.

NA CASA DA PRIMEIRA AUDIENCIA

Um oratório com seu crucifixo de marfim;

Um bufete com seu pano;

Um missal;

Uma campainha de bronze;

Um arieiro de cobre;

Quatro tamboretetes velhos de coiro;

Um banquinho;

Duas cadeiras;

Duas cadeiras mais com seu tamborete forrado de veludo verde velho.

SEGUNDA CASA DE AUDIENCIA

Um painel de S. Pedro, martyr;

Um bufete com seu pano á roda de damasco velho e coiro em cima;

Um missal;

Um arieiro e uma campainha, tudo de bronze;

Uma cadeira de braços, velha;

Um banquinho;

Uma estante de páo com os livros seguintes: Turrecilha, volumes oito; Farinacio, volumes sete; Fr. Antonio do Espirito Santo, volumes tres; Tiraquello, volumes cinco; Menopico, volumes um; Sanches, *De Matrimonio*, volumes dois; Valasco, encultação, volumes um; Barbosa, *De juridés*, volume um; Escobar, *De Puritate*, volume um; Codigo, volume um; *Digestus vetus*, volume um; *Inprociatum*, volume um; *Directorium inquisitorum*, volume dois; *Reportorium Inquisitorum*, volume um; Martha, decisoes, volume tres; Sales, volume um; Del Rio, dispuzição, volume um; Seuerta opera, volume um; Gregorio Lopes, volume tres; Azorio, volumes dois; Index dos li-

vros prohibidos, volumes quatro; Paulo Christiano, volumes quatro; Benedicto, volume um; Sexto, Decretalis, volumes um; Paramos, *De origine*, volume um; Molina, volume um; Colectorium das bullas, volume um; Vanguer-va, volume um; Biblia, volume um; Torre blanca, volume um; Sousa, Afo-rismo, volume dois; Ordenançoens do Reino em um volume; Sciencia del confessor, volume um; Consilia Navarres, volume um; Suma dos casos de Con-ciencia, volumes dois; Barbosa, *De Canonicis*, volume um; Summa de Theolo-gia, volume um; Vale, *De incâtacione*, volume hum; *De catholica institutione*, volume um; Guerreiro, *De pnevilegiis*, volume um; *Defencio* induarum, volu-me um; Carena, volume um; Repertorio das ordenações, volume um; Sanches De Cal, volume um; Dous livros de letra mourisca; *Lucerna inquisitorum*, volume um; Um livro grande de folium sem título; um livro pequeno de meia folha sem título; Dedução chronológica e analitica, volume dois; Petição do recurso do Provedor da corôa; coleção das leis promulgadas, volume um; Breviario romano, volume um.

NA SALA

Quatro bancos de espaldal estofados de coiro já velhos;
Um banco estofado raso;
Um almario pequeno, de guardar a talha da agua;
Um grande de páo do docel.

NA CAPÉLA

Duas imagens de Christo crucificado de marfim;
Um S.^{to} Antonio com seu resplendor e cruz de prata, sem menino;
Um retabulo do altar, dourado, com cinco paineis;
Duas cortinas velhas de Chiry e seu varão de ferro;
Um painel de tabua de N. Sn.^{ra} com duas cortinas de ló velhas;
Dois castiçaes de latão grandes;
Seis castiçaes pequenos de cobre branco;
Duas estantes;
Um missal com brochas de prata;
Um estrado do mesmo altar com seu bancal velho;
Uma caldeirinha de agua benta de bronze;
Um lavatorio de cobre;
Duas sintas de levar o S.^r com suas correias velhas;
Um bufete com duas gavetas;
Dois castiçaes grandes de prata;
Dois castiçaes pequenos de prata;



Dois castiças, um grande e outro pequeno de prata dourada, com suas patenas e uma colherinha;

Uma cruz do estandarte de S. Pedro Martyr, de prata;

Um Espirito Santo do mesmo estandarte, de prata;

Duas galhetas com seus pires de prata;

Uma salva de prata;

Um caixão de seis gavetas grandes e dentro os ornamentos seguintes:

Um ornamento de damasco branco, velho que consta de um frontal pregado na grade; uma casula, sua estola e manipulo;

Uma casula com sua estola e manipulo de Taby branco velho;

Um ornamento de damasco branco novo que consta de um frontal, casula, estola e manipulo;

Um ornamento de melania azul usado, que consta de um frontal, casula, estola e manipulo;

Um ornamento de setim roxo em bom uso que consta de um frontal que fica no altar pregado na grade, casula, estola, manipulo, capa de asperges com sua estóla, e um pano de pulpito;

Um ornamento roxo de gurgurão de Taná que consta de frontal, casula, estola e manipulo;

Um ornamento rico e bordado de ouro, branco e vermelho que consta de frontal, casula, estola e manipulo;

Quatro alvas, tres cordoens, seis amitos, duas sobrepelizes, seis toalhas do altar, sete toalhinhos de lavabo, duas de prégo, e cinco feitas dos altares, tudo velho;

Um frontal do altar das abjuraçoens de setim roxo;

Um frontal de setim roxo do altar do auto da fé;

Um estandarte de S. Pedro, martyr, novo;

Um estandarte de S. Pedro, martyr, velho;

Um docel com seu espaldal de setim roxo p.^a o auto da fé;

Um pano de damasco vermelho de cobrir a Mesa grande do despacho;

Duas pedras de Ar;

Seis bolsas de corcuaes com seis palas dentro;

Seis véus dos calices dos ditos ornamentos;

Uma bocetinha redonda de páo lacriado ou pintado com o seguinte, com 12 corporaes com suas guardas, 12 sanguinhos embrulhados em uma guarda velha de corporal, tres toalhinhos de palas, 11 corporaes e 13 sanguinhos;

Seis bandeiras de Tiada, das quais 4 novas e pequenas e 2 grandes;

Um frontal branco de damasco pobre;

Duas mangas de ló branco do altar usadas;

Um par de galhetas com seu pires de louça da China;

Um par de galhetas de vidro com com seu pires;

A EXTINÇÃO POMBALINA DA INQUISIÇÃO DE GÔA

Uma caixa de guardar frontaes com 2 grades dentro;
Um branco grande velho forrado de guardar tochas;
Uma haste do estandarte de S. P.^o Martyr com 4 travessas, 2 das quaes
tem 4 ponteiras de prata;
Uma alcatifa velha com seu pano de Chiri por cima;
Um coxim velho de Damasco;
Um copo de vidro.

DENTRO NAS CASAS DOS CARCERES

Sete fasquias de páo velho;
Um banco de despejo com seu vaso de cobre;
Quatro bufetes entre grandes e pequenos;
Dez cadeiras velhas de páo de braço;
Tres bancos velhos, sendo um só de encosto.

COBRE E FERRO

Dois caldeirões de cobre;
Uma panela de cobre e um guinde de trazer azeite, velho, pequeno;
3 tachos de cobre sorteados;
1 frigideira de cobre;
2 caldeirinhas de tirar agua, de cobre;
Uma caçarola de cobre, velha com seu cabo de páo e uma tanás da mesma, de ferro, velha;
Uma fatexa pequena de ferro de tres unhas;
1 sinta de ferro de prizão;
2 pares de machos de ferro;
1 enxada e 1 cudolim de ferro;
1 almario velho de páo de 4 gavetas;
1 caixão grande com 6 gavetas;
1 guarda roupa pequeno de páo velho de pinho;
1 caixão pequeno velho;
5 candieiros de latão da terra sorteados.

ROPA

60 camizas brancas groças, que servião para os reos e 61 calsoens
cumpridos de linha groça de Balagate, que servião para os mesmos reos;
60 cutoens de linha de Balagate, que servião para os mesmos reos;
57 calsoens azues groços de amandabá;
58 cutoens azues do mesmo pano de mandabá;

- 37 habitos de mulheres de pano azul de mandabá;
- 31 toucados brancos groços;
- 1 colcha branca de Damão ;
- 4 cazacas de linha velhas;
- 6 calsoens de linha velhos;
- 3 vestias de linha velhas;
- 4 Anjinhos de ferro de priza dos dedos;
- 50 Taulis de barro que servião para comerem os reos;
- 28 garfos, 7 caloens, 2 tigellas;
- 16 candieiros de barro;
- 2 pratos groços de comer de louça da China;
- 1 antepara de páo velho;
- 2 pitoens com seus páos e ferros de pilar arroz;
- 1 ralo de limpar peixe;
- 1 pedra de mover tempras com seu filho;
- 2 campainhas das portarias de bronze pequenas com suas porcas;
- 47 estrados que ficão dentro das cazinhas dos caceres e cozinha muitos deles velhos;
- 4 lampioens de hostrão, que ficão nas paredes dos corredores;
- 3 negras velhas por nome Maxima velha, Catherina aleijada de 1 perna e Quitheria cega de 1 olho;
- 1 bentozinho pequeno com sua chave;
- 43 taboas e paos, entre grandes e pequenos tudo sorteado de theca.

NA SALLA GRANDE

- Dez bancos sorteados dos quaes um é de encosto;
- 2 anteparos de páo um deles com dous varoens de ferro;
- 1 pulpito que servia para o auto da Fé de pao velho;
- 3 mordças de ferro estanhadas;
- 1 cruz de bronze, que ficava em cima da porta do pateo;

Sendo feito o dito Inventario pela maneira acima e atraz declarado, de tudo mandou o dito Ministro fazer este termo de ensarramento e ordenou que o Meirinho e Alcaide que forão do dito Tribunal Fructuozo Dias Lopes, e Joze Gonçalves ficassem entregues de todo movel inventariado, para effeito de darem conta delle todas as vezes, que por Ordem ou mandado do dito Dezebargador lhes fosse ordenado a entregar delle, excepto as seis escravainhas de prata que logo o ditto Ministro me ordenou tumasse entregue dellas para effeito de as entregar ao Illustrissimo e Excellentissimo Snr. Governador e Cappitam General deste Estado e se sugeitou às leys depositarias, e

asignarão aqui comigo, e com o dito Dezembargador e eu Joaquim Jozé da Silva Carneiro, escrevão que o escrevi — Joaquim Jozé da Silva Carneiro — Dezembargador Nobre — Fructuozo Dias Lopes — José Gonçalves.

INVENTARIO DO QUE SE ACHOU NA CAZA DO SECRETO E NA
CAZA PRIMEIRA DE AUDIENCIA

Um caixão que está debaixo da peanha da imagem do Sr. Jesus que fica na casa do despacho, em que está o sagrado corpo de S. Victor, martyr e tem de fóra uma authentica com sêlo pendente metida em um canudo de latão;

Duas estantes pequenas em que ficavam os papeis do dito tribunal do S.^{to} Officio;

Um almario com 16 gavetas;

Uma mesa que está junta do dito almario com tres gavetas;

Um almario pequeno com 4 gavetas;

Duas mesas em que se escrevia, uma d'elas com duas gavetas;

Uma arca com tres chaves que servia de cofre;

Uma arca ou cofre que tem por baixo 5 gavetas;

Uma arca com uma fechadura;

Uma imprensa de selo;

Duas estantes de côro;

Duas cadeiras de braços de palhinha;

Uma escada de páo;

32 couros de sólo p.^a assentos de cadeiras;

Duas caixinhas, ou cofre pequenos;

Um tableiro pequeno (3).

Terminado assim o inventário procederam à entrega do dinheiro conforme as instruções da metrópole e, o que mais nos interessa, à abertura do cofre do fisco.

Vai o leitor ficar deslumbrado, como nós ficámos, ao deparar com: uma mutra (*sic*) de ouro de 45 cruzados e 150^{rs} de bom ouro pertencente a certos mouros residentes em Moçambique; um par de fivélas e ligas e uma chapa de prata, pertencente à casa; dois pendentes, um mutim e dois fios de continhas de ouro pertencente a certa Maria, christã noua; um par de braças de coral la-creado com continhas douro e um rosario tambem de ouro de M.el Afonso de

(3) M. 6, n.º 2441.

Vindão; quatro pares de botões de pedras engastadas em prata pertencentes á casa; 8 botões de prata, da casa; duas argolinhas de oiro de Naby Naigue; um afogador de tres voltas de pingos de oiro, pertencentes á casa. (4)

Afinal os caixões dos papeis, e livros do S.^{to} Officio, por as náos estarem já a abarrotar de fazendas, foram recolhidos na *Casa do Cabedal* para serem remetidos para o Reino na monção de 76 (5). E o commissario que com tanta urgencia havia procedido ao seu acondicionamento...

ANTÓNIO BARÃO

(4) *Ibidem*, m. 6.º, n.º 2.442

(5) *Ibidem*, m. 6.º, n.º 2.444

«Portugal não se fez ou unificou nos tempos modernos nem tomou a sua forma com o ideal pagão e anti-humano de deificar uma raça ou um império. Constituiu-se com os limites que ainda hoje tem na Ibéria, já nos séculos XII e XIII, e com imensos domínios na África, na Ásia, na Oceania e na América nos séculos XV e XVI, defendendo do islamismo a civilização romano-cristã e dilatando esta por novos mundos. Esta vitória, transcendente para a humanidade, conseguimos-la quando os outros Estados da Europa se envolviam em lutas de dinastias, de cismas, de heresias, que a ensangüentavam». — OLIVEIRA SALAZAR.

A ESPIRITUALIDADE DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

E O MATERIALISMO DAS MODERNAS CONCEPÇÕES COLONIAIS

SÃO apenas decorridos uns escassos vinte anos sôbre o dia 11 de Novembro de 1918 em que, aceite o *Armistício* pedido pela Alemanha, terminou a Grande Guerra que, desde 28 de Julho de 1914, cobrira de sangue e de ruínas quási tôdas as nações da Europa, espalhara o luto e a dôr por todos os continentes da terra, e fizera sepultura de navios e vidas e riquezas os fundos arenosos de todos os mares. O mundo inteiro, horrorizado da chacina e dos estragos produzidos, só exprimiu então um voto angustiado: que, sôbre os milhões de mortos e estropiados pela causa da Justiça e do Direito, se construísse a Paz santa e fecunda que, através dos tempos futuros, poupasse a Humanidade àquele flagelo, jámais deixando transbordar para além das fronteiras de cada povo a ferocidade inaata dos homens ou as ambições desmedidas dos seus governos. E quando, em 28 de Julho de 1919, se assina em Versailles o *Tratado* em que 33 Altas Partes Contratantes assumem o compromisso:

- de aceitar certas obrigações de não recorrer à guerra;
- de manter relações internacionais fundadas sôbre a justiça e a honra;
- de observar rìgorosamente as prescrições do direito internacional;
- e, finalmente, de fazer reinar a justiça e de respeitar escrupulosamente tôdas as obrigações dos *Tratados nas relações naturais dos povos organizados*;

não houve coração que não estremecesse de jubilo. Assim se fundava a *Sociedade das Nações*, em cujo seio não poderia lavrar a perfídia e cuja fôrça constituiria um escudo ou uma ameaça contra os ferrabrazes inclinados às violências.

Mas ainda não era tudo: a harmonia internacional seria sempre um desiderato precário se não se fundasse sôbre a harmonia social, que depende essencialmente do bem-estar que se crie às populações trabalhadoras, — a grande malta das trincheiras, onde se morre, e dos laboratórios donde a Humanidade vive e extrai o seu confôrto.

E assim se escreveu, na Parte III do «*Pacto*» firmado, o seguinte:

Considerando que a Sociedade das Nações tem por fim estabelecer a paz universal, e que essa paz não pode ser fundada senão sôbre a base da justiça social;

Considerando que existem condições de trabalho implicando para um grande número de pessoas a injustiça, a miséria e privações, o que motiva um tal descontentamento que a paz e a harmonia universais são postas em perigo...

Considerando que a não adopção por uma nação qualquer dum regime de trabalho realmente humano faz obstáculos aos esforços das outras nações desejosas de melhorar a condição dos trabalhadores nos seus próprios países;

As Altas Partes Contratantes, movidas por sentimentos de justiça e de humanidade assim como pelo desejo de assegurar uma paz mundial durável, resolveram...

...Criar o organismo que deveria pugnar pela realização deste programa humanitaríssimo. E assim nasceu a «*Repartição Internacional do Trabalho*».

¿Que mais se poderia desejar para que cessassem os dissídios humanos que têm origem na conquista do pão e da parcela de felicidade a que todos têm direito, realizando-se pelo acôrdo o que a ferocidade doutrinária preconizava que se fizesse pela revolução?

Dir-se-ia que as dezenas de milhar de cruces erguidas sôbre os covais dos cemitérios trágicos, que a Grande Guerra produzira, haviam despertado nas almas a recordação do doce Nazareno, que fôra o Apóstolo sublime de Paz e do Amôr, querendo que a Humanidade se guiasse pela Justiça e pela Caridade.

...E o Mundo ficou de olhos postos na Sociedade das Nações, a rezar contas de esperanças como se ela fôsse o novo Messias que, pelo verbo ou pelo látego, viesse a carrilar as gentes desvairadas para que deixasse de sêr um mito a Fraternidade Universal, prègada por Jesus.

Decorreram anos, porém... ¿E que é hoje o Mundo que temos diante de nós?

¿O que o Pacto das Nações nos prometeu?

Olhem-lo bem e perguntemos a nós próprios porque será que êle nos aparece ainda pior do que dantes era. O sangue corre por tôda a parte. Os exércitos são, como nunca foram, nações armadas. As fábricas produzem, sem descanso, engenhos de extermínio. E tão grave é o momento que passa, que na França, em 12 deste Abril corrente, o Chefe do Govêrno, Daladier, a-fim-de justificar os plenos poderes que desejava pedir para impôr à Nação os sacrifícios necessários em nome da defesa nacional, fez ouvir o seguinte grito de alarme:

... apelamos para o Parlamento e para a Nação em nome da Pátria e da Paz. Em tôrno de nós, fora de nós, a Europa transforma-se. Regimes políticos desabam. Agitam-se povos inteiros. Estados desaparecem enquanto novos Impérios se organizam. Por isso a defesa nacional ultrapassa o quadro formado pelo plano da organização militar.

Mas ainda se ouviu coisa pior: as palavras que denunciam os conflitos sociais que ameaçam deflagrar em desordem interna, transformando a

França no mesmo brazeiro e açogue que tem sido a Espanha assaltada pela ferocidade comunista. Já tôda a economia francesa se desorganiza com a paralização freqüente das fábricas, acusando a indisciplina da população operária, como também já se viu a mesma indisciplina acusada noutros ramos do trabalho nacional e até nos quadros do funcionalismo público.

¿Que tem feito, pois, a Sociedade das Nações?

Eu respondo: fez... aquilo mesmo. Tudo quanto é hoje desassocêgo no Mundo têve sua origem na própria acção do sinédrio genebrino. Dentro do seu programa, a Sociedade das Nações só tinha um inimigo a combater: a Rússia. Era o inimigo declarado de tôda a Humanidade. Dentro dela se gera a «guerra» a tôdas as nações organizadas. Não quer fronteiras, nem propriedade, nem religião, nem moral, nem familia a conservar a vida material e espíritual dos povos. Esforça-se pelo cáos. E, para atingir o cáos, escraviza as massas trabalhadoras, do trabalho-escravo extraindo o oiro com que alimenta as revoluções e o *dumping* económico de que espera colher a subversão da ordem política e social do Mundo.

...E viu-se ¿o quê? — Simplesmente esta coisa inconcebível: abrir-se à Rússia a porta larga do *Templo* genebrino para colaborar na aspiração internacional da Paz! Nem sequer se tinha observado que todo o Mundo começara de agitar-se e de agoniar em crises a partir do instante em que as capitais europeias acolhiam as representações comerciais ou diplomáticas da República dos Sovietes, — agências sinistras da desordem universal. E foi para a «Guerra» que doidamente se caminhou...

Diga-se, porém, que já na própria Sociedade das Nações, antes da Rússia ali ser admitida, existia um organismo merecedor das piores suspeições, pois que nada mais era do que o centro de convergência de tôdas as cabalas e reclamações internacionais, dentro dêle se fazendo a mais perversa política que as ideologias socializantes ou os negócios mascarados de humanitarismo urdiam com habilidade satânica: era o já citado *Bureau International du Travail* que se criara para velar pela justiça social. Todo o «*Trabalhismo*» militante, mais ou menos marxista, fervente de ódios e de místicas destruidoras, ali deparara o seu campo de manobras, em aliança estreita com os últimos abencerragens das democracias enfêrmas e os matreiros agentes das sinagogas judaicas, assim se criando a fôrça da desordem de que viria a resultar o Mundo-Novo, que tivesse por Deus a múmia de Lenine e que fôsse materialmente o Reino de Israel. De comêço, o areópago genebrino parecia hostil à Rússia Vermelha. Houve mesmo um instante em que uma das suas mais altas figuras julgou necessário que a República Sovietica fôsse isolada por uma rêde de arame farpado. Mas, dentro do areópago, o trabalho de sapa da judiaria aliada de Moscovo ia abrindo caminho à marcha rastejante da sua ideologia, — e quando a Rússia ali entrou apenas se assistiu ao rasgar de uma inutil máscara, que já não iludia ninguém.

De facto, a *Conferência Económica de Genebra*, em 1927, e depois a *Conferência Económica de Londres*, em 1933, já pareciam obra moscovita, — e, todavia, os Sovietes ainda não abancavam nos salões do *Templo da Paz*, que fôra o promotor daquelas assembleias fracassadas. O fim que tiveram em vista foi tão somente gerar aquele «vago e suspeito comunitarismo internacional, que consistiria em uns disporem dos bens e outros da boavontade... de ficar com êles, — como disse Salazar. E dali romperam tôdas as modernas concepções coloniais, que se fundamentam no direito à vida dos povos, querendo tornar aceitável a internacionalização ou expropriação da propriedade alheia.

...E eis a razão porque, durante alguns momentos, gastei a minha cêra com êsse ruim defunto que é a Sociedade das Nações, abusando da vossa paciência. Portugal deve-lhe muitas das suas horas de intranquillidade espiritual no que respeita à integridade dos seus territórios ultramarinos, pois que ela é a fonte inspiradora de todos os planos de pacificação universal por aquilo a que se chama... *a livre circulação das matérias primas*. Outras vezes diz-se, mais claramente: *o regime da porta aberta para os territórios coloniais*. E também é freqüente dizer-se — sobretudo quando se pretende responder a appetites mais fortes — que se deve procurar «*uma distribuição mais equitativa das matérias primas*». Em qualquer dos casos, a violência e o roubo, preconizados e aceites pelo cenáculo de Genebra, como agentes produtores da Paz...

... Eis a que estava reduzida a promessa de se manterem «*as relações internacionais fundadas sôbre a justiça e a honra!*»

Para se legitimarem os actos de pirataria a que a humanidade tivesse de assistir, as razões supremas invocadas eram as seguintes:

1. — *A ordem nacional é impotente em presença da desordem internacional;*
2. — *A guerra não deriva somente ou principalmente dum sentimento de appetite por territórios ou de sede dum despojo ou de prestigio. Ela nasce também de más condições de vida, do sentimento de insegurança económica, do desejo de emancipação económica e social.*
3. — *Em consequência devem ser atenuadas as desigualdades naturais resultantes da repartição geográfica da riqueza do mundo.*

¿E que é que se via como remédio salvador? — Apenas isto: a internacionalização dos bens alheios. No fundo, o que mais se pretendia era oferecer à Alemanha uma compensação pela perda das suas colónias, que os membros beneficiados da Sociedade das Nações se recusam a devolver-lhe por espírito de lucro e... por excesso de medo. Mas, ao mesmo tempo, todos os domínios coloniais ficariam abertos aos capitais e ideologias da Europa judaica e socializante, tornando-se a terra de todos... e de ninguém.

O certo é que não faltaram homens de categoria política e mental a

A ESPIRITUALIDADE DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

apoiar, no terreiro do jornal e do livro, o pensamento da sinagoga genebrina, que só na vida material dos povos assentava as suas razões contra a manutenção da ordem política existente. O «*mandato colonial*», que Wilson concebera e a Conferência de Versailles aceitara, foi o padrão que mais agradou aos plumitivos empenhados na busca de paz universal.

¿E qual é o regime dos territórios sob *mandato*? Em resumo, é o território onde a função civilizadora se limita a não consentir o tráfico de escravos, nem o das armas e do álcool; onde há liberdade de consciência e de religião, sem outros limites que não sejam os impostos pela ordem pública e os bons costumes; onde os indígenas não podem receber instrução militar para outros fins que não sejam a polícia e a defesa do território; onde é interdito o estabelecimento de fortificações ou bases militares e navais; e onde, finalmente, se asseguram aos associados de Genebra as mais absolutas condições de igualdade para as troca e o comércio.

Assim ficaram a ser «*mandadas*» as colónias alemãs perdidas, com excepção do Sudoeste Africano e de algumas ilhas do Pacífico, onde os domínios ingleses e o Japão passaram a ser «*senhores*».

Como se vê, é uma concepção colonial absolutamente materialista. O negro cresce e forma-se como Deus quiser, à imagem das árvores das florestas. Nenhuma solidariedade espiritual se procura estabelecer entre o aborígene e o «*mandatário*», pois que a êste apenas interessa que a terra produza e exporte, sendo-lhe indiferente que os povos tenham ou não a mesma fé, a mesma língua, a mesma civilização, e algum dia se orgulhem de também terem uma pátria. É a concepção democrática da *Liberdade*, que se transporta para os sertões como o instrumento maravilhoso de felicidade entre os homens, capaz de por si só produzir o milagre da transformação nas almas bárbaras, eliminando os ódios entre as raças e corrigindo os costumes no sentido da sua moralização.

Em 1933, depois da última *Conferência Económica* promovida pela Sociedade das Nações, apareceu no mercado francês um livro em que era sugerida a aplicação do regime dos *mandatos* às colónias portuguesas. O seu autor era um jornalista húngaro de nome Elemér Böhm, acreditado em Genebra. Arrogava-se o título de «*doutor da Universidade de Lille*». E, para se dar mais importância ao título (... e à figura), conseguira que o prefaciasse (... e o aplaudisse) o professor Bernard Savergne, da Faculdade de Direito onde se doutorara.

...Ora o livro inteiro fundava-se na insuficiência dos «*meios materiais e intelectuais*» de Portugal para cumprir os seus deveres morais de pôvo colonizador. Quere dizer: reproduzia, como fonógrafo, o que em Genebra ouvira e aprendera, nada mais sendo que a voz dos preopinantes e frequentadores do cenáculo tendenciosamente empenhados no esfacêlo de Portugal... para sossêgo e regalo próprios. E a concepção materialista da obra publi-

cada a sôlido de Genebra, exuberantemente se afirmava no seu próprio rótulo: *La mise-en-valeur des colonies portugaises*. Tudo se resumia, portanto, na valorização dos bens, que eram nossos, pelo capital... que seria de toda a gente.

E a expropriação justificava-se pelas razões seguintes:

O critério da ocupação efectiva é, desde agora, julgado insufficiente. Está substituído e completado pela ideia e exigência do progresso, do desenvolvimento material e moral das colónias e de suas populações. A colonização não é mais, — segundo o Pacto — uma acção egoísta duma nação qualquer, mas, ao mesmo tempo, uma missão civilizadora, confiada, sob a fiscalização internacional, a uma nação que dê garantias para a realização desta missão.

Ora, segundo o próprio escrevinhador, seria Portugal a potência *mandatária*... das suas próprias colónias. Por conseguinte, a Portugal se reconheciam as virtudes necessárias para bem-cumprir a *missão civilizadora* que a Sociedade das Nações inscrevera no seu programa. E, portanto, ¿qual a conclusão a extrair? — Se a lógica não estivesse em zero nos miolos do pluminativo húngaro, por ela chegaria a esta dedução fatal: que a razão humana não poderia vêr no seu arrazoado senão o desejo claro de abrir as portas e as terras portuguesas de além-mar à judiaria de tôdas as côres, desde a que enriquece no jôgo dos negócios até à que mexerica nas «*internacionais*» da política, para que a sua acção não quebrasse nos «*silveirais das fronteiras*», por detrás dos quais as nações se defendem das operações inconvenientes.

Mas o jornalista húngaro não se viu desacompanhado na sua missão pró-Genebra e contra as colónias portuguesas... Foi também teoria que muito se acarinhou e defendeu em certos sectores da política e da imprensa da nossa velha aliáda, — a Inglaterra. Mas, algumas vezes, o pensamento generalizou-se, querendo-se que o regime dos *mandatos* se tornasse extensivo a todos os países coloniais. Ou, pelo menos, aos que eram — como nós — pequenos demais para se oporem pela fôrça à vontade dos leões...

Devemos, porém, referir-nos a uma concepção mais larga, que, em meados de 1931, foi exposta, em conferência retumbante, numa das salas da Sociedade de Geografia Francesa. O seu autor é um dos mais talentosos pensadores da política moderna: Georges Valois. Versatil no pensamento, mas sempre brilhante na produção. Muitos furos acima do Böhm alquilado a Genebra... E, por isso mesmo, incomparavelmente mais perigoso. Sobretudo, esquematizador de rara habilidade e argumentador pujante de lógica, que sempre põe nas suas traças o mais diabólico engenho. Êle próprio referiu que logo, em tôrno da sua ideia, se agruparam homens dispostos a queimar os cartuchos da sua inteligência, do seu capital e da sua influência política para que o plano se tornasse realidade, como medida de salvação universal.

Estava-se, então, em plena crise económica. Na Europa — para não

dizer no Mundo inteiro — arruinavam-se os bancos, paralizavam as fábricas, periclitavam os negócios, e crescia de hora para hora a multidão dos desempregados famintos. Urgia o remédio para tamanha calamidade, e onde se deparava êle?

Georges Valois atenta no fenómeno, profunda-o, e chega à conclusão seguinte: *é todo o velho sistema económico que se afunda; êsse sistema não pode ser restaurado; é preciso, pois, achar um novo objectivo para o trabalho da Europa, a-fim-de estabelecer a circulação geral.*

E êsse novo objectivo seria:

a) — a criação de novos mercados interiores;

b) — A exploração dum mercado exterior, que não podia ser senão a África.

Mas a África seria um mercado... para o futuro. A fraca densidade da sua população e o character primitivo dos seus povos equatoriais não consentiam que se olhasse como um mercado do presente. E, assim, deveria ser apenas considerado «*como um estaleiro da Europa do XX século, — estaleiro da metalurgia, da mecânica, da hidro-eletricidade e das obras públicas para tôdas as nações europeias.*»

Emfim, a constituição dum grande sistema económico eurafriano que, ao lado do sistema americano e do sistema russo-asiático, seria uma das três peças da nova economia mundial.

Assim, uma das necessidades mais imperiosas seria... «*uma transformação radical da velha política colonial*», pois que a valorização da África pelos métodos actuais seria a continuação das dificuldades em que a Europa se debatia. Para que a África se tornasse o «*Estaleiro da Europa*», sòmente como «*empresa colectiva europeia (e não mais inglesa ou francesa, alemã ou italiana, etc)*» êle se converteria em realidade.

¿Mas que valeria o «estaleiro», com a sua mão-de-obra primitiva e rara, se não se procurasse decuplicar-lhe ou centuplicar-lhe a capacidade de produção por meio dos utensílios e máquinas de trabalho? — Daí, a conclusão seguinte: *A Europa não poderia valorizar a África senão com o espírito industrial.*

Mas a África é imensa... E a construção dos seus portos, dos seus caminhos de ferro, das suas estradas, das suas fábricas, etc., etc., exigiria um material mecânico abundantíssimo para tôda a exploração, — e onde se iria buscar o capital para tão gigantesco empreendimento? — George Valois, responde, sem a menor hesitação: *às companhias poderosas, que dispõem de avultados capitais.*

Estas companhias, porém, são ávidas de lucros... Na sua ambição de ganho, poderiam lançar-se na exploração intensiva, dando margem à sôbreprodução desorganizadora, que faria baquear o sistema. E, contra essa des-

graça, logo Georges Valois apresenta o remédio: acima delas, funcionariam «organismos regularizadores, não somente nacionais, mas também internacionais».

Um grande plano geral e decenal seria estabelecido para a valorização do continente africano, compreendendo:

- a) — As zonas de grande valorização;
- b) — A natureza das produções a organizar e suas quantidades;
- c) — A rede de estradas necessária a esta economia;
- d) — A rede ferroviária;
- e) — A rede aérea;
- f) — Os portos a criar ou a desenvolver;
- g) — As máquinas a fornecer ao conjunto da economia africana;
- h) — A repartição das fábricas na Europa;
- i) — A repartição dos produtos africanos;
- j) — O plano internacional do financiamento;
- k) — O plano de educação dos povos primitivos;
- l) — O plano de higiene;
- m) — O plano de formação dos quadros europeus e africanos;
- n) — O método de realização de todos os planos supracitados.

É, como se vê, uma concepção que, desde os fundamentos à cúpula, se doira de atractivos sedutores. À inteligência de Georges Valois parece nada escapar na sua construção diabólica. Ele próprio suscita as objecções prováveis ao seu raciocínio e prontamente lhes responde. E, convicto de que não deixou buracos nem pedra mal colocada na obra concebida, chega a afirmar com orgulho: *não pode existir nenhuma objecção económica ou técnica à operação que nós propomos*. Apenas as de ordem política preocupam seriamente o seu espírito... Chega mesmo a reconhecer que, se quisesse pôr em primeiro lugar a forma de se associarem as nações da Europa para a execução do seu plano, o problema appareceria insolúvel. E, portanto, deveria começar-se pela criação duma *sociedade internacional de estudos*, constituída por entidades da mais reconhecida competência, a-fim-de preparar o ambiente junto dos vários govêrnos...

¿E qual o método geral de realização? Vale a pena reproduzi-lo para se fazer ideia bem segura do engenho com que foi architectado.

Ei-lo:

É preciso partir do que existe.

Se se considera que há necessidade de chegar a um plano geral de valorização, elaborado por todas as potências associadas, e que, por consequência, será preciso tender a uma conferência de organização onde tomarão assento todos os interessados, deverá prever-se em primeiro lugar:

- 1.º — A compartimentação actual da África não será posta em questão;
- 2.º — Essa compartimentação tomará forma de divisão administrativa,

A ESPIRITUALIDADE DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

sendo considerados os ocupantes actuais como encarregados dum mandato administrativo;

3.º — *Fora dessa compartimentação, será organizada uma ecónomia geral africana, aberta a todos, e cujo plano decenal será obra duma conferência económica eurafriana.*

Quere dizer: tôdas as colónias convertidas em *mandatos*. Mas, acima dos *mandatos*, uma federação de interêsses económicos, que seria uma nova Sociedade das Nações (ou ela própria) a regular todos os problemas concernentes à vida e progresso do continente africano, e que, dentro da própria Europa, teria de promover a racionalização da sua própria economia, a união aduaneira, a reforma monetária, e ainda tôdas as questões políticas e sociais que resultassem da nova estrutura ideada.

¿É ou não formidável, na construção de «castelos», o engenho dêste sr. George Valois? — Castelos... de cartas — devo acrescentar. Porque a verdade pura é que, não obstante a filáucia de julgar inatacável o seu raciocínio, tôda a sua construção está errada não só técnica como também economicamente, apenas constituindo uma panaceia, de aparentes virtudes, que não pode iludir pessoas cautas, mas apenas servir à plutocracia sedenta de negócios fartos. E chega a entristecer que a pena assim empenhada na criação duma Europa-Argentária, seja precisamente a mesma que, em 1924, na «*Economia Nova*», tivesse escrito: — *Eu digo que o regime económico do mundo moderno foi a organização do roubo. E mais ainda: «...o regime do liberalismo não aproveitava senão ao pirata do trabalho e ao pior inimigo de Deus e dos homens, o plutocrata, senhor e servidor do Dinheiro».*

...Pois todo o «plano» era apenas isto: — «a organização do roubo». ¿E a favor de quem? — Simplesmente do *plutocrata*.

É êle próprio que se denuncia quando visiona o financiamento da empresa colossalíssima pelas grandes massas dos capitais disponiveis, e sem emprêgo, que pagariam tudo quanto era «*stock*» de máquinas, e material de alojamento, e vestuário, e conservas, e bebidas, etc., que estavam pejando as fábricas e os armazens da Europa, à falta de compradores, e que teriam de ser absorvidos pelo «*estaleiro*» da África, industrialmente apetrechado para o máximo da produção... e do consumo.

¿Que mais será preciso para que se veja como se transformou em «*ôssô*» a antiga espiritualidade de George Valois? — Nunca se levou tão longe a concepção materialista da obra colonial. O «*racionalismo utilitário*», que provoca e orienta a *Conferência de Berlim* (1885) e se estadeia ainda mais vigoroso na *Conferência de Versailles* (1919), requintou no cérebro do volúvel pensador francês. E que a «*semente*» lançada à terra pelo malabarismo intelectual de Georges Valois não ficou improdutivo, vimo-lo nós naquele telegrama de Londres onde, em 10 de Novembro do ano findo, se noticiava:

O «Daily Herald» pede a propósito das reivindicações coloniais alemãs que se crie um sistema geral de mandatos administrados internacionalmente, incluindo nomeadamente a Alemanha.

Mas já antes se tinha ouvido, na própria Câmara dos Comuns da Inglaterra, pela bôca do antigo «leader» trabalhista Lansbury, qualquer coisa de semelhante e que se consubstancia nas seguintes palavras:

...desejo uma concepção absolutamente nova da unidade do mundo, mediante a qual se organize a produção e o comércio das matérias primas mundiais, sob a égide da autoridade internacional, ao serviço de tôdas as nações do mundo.

E o velho político Lloyd George, aplaudindo a moção apresentada por Lansbury a sugerir a convocação duma conferência internacional onde a sua tese fôsse discutida, ainda foi mais longe: nomeadamente citou a Belgica, a Holanda e Portugal como nações favorecidas em demasia com as suas colónias, relativamente a outros países... que de colónias se diziam necessitados.

...E é assim — esta miséria — o pensamento colonial moderno! Rompe dos miolos onde tôda a preocupação se reduz a cifras, negócios, interêsses, ambições, numa abstracção gelada por tudo quanto é idealismo ou espiritualidade rácica a brotar do íntimo em irreprimíveis ânsias criadoras, e que, através de sucessivas gerações, sempre se há manifestado em devoções plenas de riscos e custosas em sacrifícios. Foi o pensamento que criou e armou a velha pirataria dos mares, ora lançada na caça das riquezas pela sofreguidão de mercantões e videirinhos falhos de escrúpulos, ora largada dos portos pela cupidez ou conveniência política dos próprios Estados. Assim se viu na Holanda, na Inglaterra e até na cristianíssima França, pois que foi com os golpes audaciosos dos seus corsários que teve início a posição colonial que hoje disfrutam. E talvez por isso mesmo o Mundo nos não compreende a nós, que temos uma história diferente...

*

*

*

¿Não será? — Há quem diga que não. E, por desgraça, até em Portugal nasceram e medraram certos escribas que se devotaram à difamação da virtude com que se criou, e se firmou, e se explorou o nosso território de além-mar. Para tanto, os factos que remontam à era de Quinhentos foram apreciados e julgados como se nesses recuados tempos já imperasse a moral social dos nossos dias e a humanidade se regesse pela cartilha dos *Direitos do Homem*.

A questão foi lapidarmente posta por Sua Eminência o Cardial Pa-

triarca de Lisboa na admirável «pastoral» colectiva do dia da Páscoa do corrente ano:

Não compreende a história de Portugal quem esquece que elle nasceu cruzado da Cristandade contra o mouro.

É assim mesmo!... Antes de se volver para o Sul, D. Afonso Henriques tenta o alargamento das fronteiras para Norte, no anelo de reunir sob a mesma corôa os povos irmãos de Portugal e Galiza. Mas quantas vezes o tente, outras tantas sossobra, como se Deus tivesse querido vedar à gente portuguesa outros destinos que não fôsem os da Reconquista, para além das linhas onde o crescente de Mahomet barrava passagem à Cruz de Cristo. E, então, a fronteira que começa a deslocar-se, é, justamente, aquela que estava confiada à guarda dos Cavaleiros da Ordem Militar do Templo, em cujo balsão alvi-negro a Cruz Vermelha sangrava, assim como também resplandecia na brancura dos mantos vestidos sôbre o aço das armaduras. Entram em Portugal precisamente no ano em que se dá a batalha de S. Mamede (1123). É-lhes confiada a defesa da linha do Mondêgo, que aguentam enquanto o Rei se lança sôbre a Galiza. Mas quando, em 1141, aparece no Douro a primeira armada de Cruzados que demandavam a Palestina, o sônho da Galiza desfaz-se e é o Sul que se vislumbra para a expansão da Raça. Em 1143, D. Afonso Henriques oferece ao Papa Inocêncio II a vassalagem do seu reino. E é, então, como soldados de Cristo, que se iniciam contra os Moiros os fossados que haviam de estender a terra portuguesa até o limite dos Algarves, fundando a Nação que hoje é, e que nunca mais o poder humano pode destruir.

¿E que é que nos leva, depois, à conquista de Ceuta, logo no ano seguinte àquele em que a independência do reino se firmara com o tratado de Paz aceite por Castela? ¿O comércio dos Moiros, como tem sido afirmado por escritores transviados do culto da Nação? — Não! Podemos afirmar com orgulho — e com verdade — que foi o mesmíssimo espírito de «cruzado» que nos projectou no oceano, a dilatar a Fé e o Império. Antes de Ceuta, D. João I pensou na conquista de Granada, que era então, na península hispânica, o último reduto do Crescente. ¿E quem é que o contraria? São os Infantes, tendo a inspira-los D. Henrique, que dizem ao Rei: «*nam por outra necessidade, senam por serviço de Deus e por acrescentamento de vossa honra*». ¿E quem era o Infante D. Henrique? — Era o administrador do Mestrado da Ordem de Cristo, cujos freires eram, ao mesmo tempo, cavaleiros e monges, que se comprometiam a só pegar em armas para defesa de Deus e da Pátria e para protecção dos fracos e dos oprimidos, tendo por legenda votiva, sob a cruz do balsão, êste versículo: «*Non nobis, Domine, sed nomini tuo da gloriam!*... Não a nós, Senhor, mas ao teu nome dá glória!...

¿E que era o Norte de Marrocos senão a chave da porta mediterrânea, por onde passavam à península os guerreiros do Islam? — Conquistadas, portanto, as praças de Ceuta e Tanger, nunca mais as multidões mouriscas

poderiam acudir à gente da sua fé e da sua raça, que ainda guerreava as cristandades de Castela. E a perfeita concepção estratégica do Infante viu-se depois: a ocupação mussulmana, que se iniciára em 711, extinguiu-se na Espanha com a queda de Granada em 1492. Na bula *Sane clarissimus*, expedida pelo Papa Martinho V em 4 de Abril de 1418, as guerras portuguesas em Marrocos são mandadas prégar em tôda a cristandade como Cruzada contra os infieis, merecendo a protecção da Santa Sé.

Mas a expansão mussulmana não se fizera apenas para o Ocidente: também se espalhara por todo o Oriente. Dalí provinha o grosso do seu comércio, e, portanto, a riqueza que alimentava o seu poderio. Além de tudo, havia no Oriente populações que a espada do Islam escravizara. ¿E onde seria o reino do Preste João, que arvorava a Cruz à margem das terras conquistadas por Mafoma?

Em nova Cruzada pensa, então, o Infante D. Henrique: — destruir o poderio turco no Oriente. ¿Mas por onde se poderia chegar aos portos da Índia, de que Marco Polo trouxera a notícia e descrevera a importância?

Recolhe-se, então, à Ponta de Sagres para, cercado de Mestres, lançar as caravelas sôbre a estrada das ondas a procurar a passagem que levasse Portugal às terras do Nascente, dominadas pelos Infieis. Di-lo Diogo Gomes, que foi o descobridor da ilha de S. Tiago, em 1462. E confirma-o a carta do Rei D. Manuel, datada de 10 de Janeiro de 1562, que se encontra nos arquivos da Torre do Tombo. A sua divisa era o *Talent de bien faire* — a vontade de bem fazer — com que partira das águas do Douro para a conquista de Ceuta. O seu anelo religioso afirma-se claramente nas páginas do cronista Zurara e, muito especialmente, na Cruz de Cristo que rutila nas velas pandas das caravelas. Mas, evidentemente, — como observa Alfredo Pimenta — «essa obra só podia ser consolidada por duas outras concorrentes: a obra da conquista (política) e a obra de exploração (económica)». E assim teria de resultar, fatalmente, com a dilatação da Fé, a ocupação das terras e a formação do Império.

Em 1460, quando o Infante morre, já as armadas portuguesas tinham rasgado os mistérios do Mar Tenebroso até aos confins das costas da Guiné. E mais ainda: já estava iniciado o povoamento, por casais de famílias, das ilhas desertas de Porto Santo, Madeira e algumas dos Açôres, com seus animais domésticos, e as sementes e plantas que haviam de fundar a sua economia. E, dentro de cada povoação, erguia-se uma igreja, para que não faltasse o conforto espiritual à gente portuguesa.

Quere dizer: já em meados do século IV, Portugal ensinava a colonizar terras despovoadas, com perfeição tal que nunca foi excedida, e ligando-as pelo sangue, pelos interesses e pela fé, ao tronco metropolitano que lhes dera a vida. Só nos princípios do século XVI a Inglaterra e a França haviam de seguir-lhe as pisadas, lançando-se na colonização da América do Norte.

Mas ainda não é tudo: por sua bula de 8 de Janeiro de 1455, o Papa Nicolau V, depois de enaltecer a actividade da Nação portuguesa ao serviço de Deus, fazendo em navegação «*o que ainda nenhuma nação da Europa havia feito*», confirma a licença que lhe dera para invadir e conquistar terras aos sarracenos, apropriando-se delas e applicando-as em sua utilidade própria, também podendo reduzir à escravidão perpetua os infieis, e declara que, para «*se prosseguir com mais fervor em tão pia e ilustre empresa*», ao rei português e seus sucessores ficarão pertencendo para sempre as terras conquistadas desde o Cabo Bojador e Não por tôda a Guiné e além até à extremidade meridional daquela plaga, concedendo ainda, para maior cautela, todas as províncias, ilhas, portos, lugares e mares adquiridos e por adquirir, com autorização para fundar, nas partes conquistadas, igrejas, mosteiros e outras casas religiosas, e negociar com os infieis excepto em ferros, navios e armamentos.

¿E que é que isto significa? Claramente, o reconhecimento do espírito cristão das conquistas que iam dilatando a Terra portuguesa, e a subordinação ao pensamento e autoridade da Igreja em todos os actos que foram praticados. E, para confirma-lo, ainda surge depois, em 1455, a bula do Papa Calisto III, que concede à Ordem deCristo a jurisdição espiritual sôbre as terras conquistadas.

Muitos anos decorreram, porém, até que o sonho do Infante se realizasse: de pôrto em pôrto, de mar em mar, as caravelas portuguesas só atingiram a Índia em 20 de Maio de 1497. E então se inicia a segunda fase da colonização em que o vulto de Portugal se torna gigantesco, sem igual em tôdo o mundo civilizado.

Primeiramente, é o combate aos Moiros e seus aliados, que se trava em todos os recantos do Índico, a rematar a Cruzada que, depois de formada a Nação, nos levava às terras ardentes de Marrocos. E, de comêço, não se pensa em nenhum domínio político. De 1505 a 1509, com D. Francisco de Almeida, tôda a ocupação territorial deveria limitar-se à construção de fortalezas que defendessem os pontos estratégicos e abastecessem as esquadras, elevando-se porém ao máximo o nosso poder no mar para que se mantivessem o monopólio do comércio e da navegação contra o Moiro ou outros inimigos. Era o plano, essencialmente comercial que depois enriqueceu e tornou fortes a Inglaterra e a Holanda.

... Mas não nos serviu a nós! Reagiram contra êles as fôrças espirituais — religiosas e militares — da Nação. E foi com Afonso de Albuquerque, em 1510, que essas fôrças espirituais se manifestaram no máximo do seu vigôr, impondo a ocupação para maior grandeza da Pátria e melhor serviço a Deus. É com o génio de Albuquerque que a Índia se torna uma conquista. E, depois, dêside o Cabo da Boa Esperança aos confins da Malásia, com a capital na terra de Gôa, a sua espada e a sua Fé criam o Império onde ne-

nhum outro pôvo ousava disputar-nos o Senhorio. Mas, quando toma Gôa, manda dizer ao Rei: — *não se dava vida a nenhum mouro... aos lavradores da terra e bramenes mandei que nam matassem.*

Mas ainda não é tudo... Na mesma carta diz ao Rei: «*Aqy se tomarão alguas mouras, molheres alvas e de boma parecer, e alguns homens limpos e de bem quizeram casar com elas e fiqar aqy nesta teraa, e pediram fazenda, e eu os casei com elas e lhe dei casamento ordenado de vossa alteza, e a cada hum seu cavallo e casas e terras e gado, aquylo que arrezoadamente me pareceu bem.*

E, noutro ponto, acrescenta: «*...e espero em noso senhor segundo os homens que sam casados nesta terra e folgão de viver nela, que os mesmos lavradores serão portugueses, os quaes são casados já quy muitos, e os de cananor querem vir viver aquy.*

Por último, informa: «*...a fôrça dos turcos soo per sy nom he muito grande, se os geentios nom fosem seus soditos e nam andassem naa guerra co êles; e os gentios são homens cheeos de novidades, e se acharem capitam portugues que dê escala franca e sôldo, são logo cem mill piães com êles...*»

Repare-se, pois, na beleza de todo êste plano de colonização, que não pode deixar de ser o nosso orgulho, pois que se traça no dealbar do século XVI, quando ainda eram bárbaros os costumes dos próprios países civilizados. Nêle se afirma, na sua totalidade, o puríssimo espírito cristão da nossa Raça, que apenas considera inimigos os inimigos da sua Fé: nenhuma piedade para com o Moiro, que seria exterminado; mas respeito absoluto pela vida do gentio, que poderia ser colaborador activo da obra portuguesa; e a colonização firmada sôbre os cruzamentos de portugueses e mulheres nativas, dentro do espírito cristão que não distingue as raças; e a família constituída com raízes na terra, a ligar-se pelo sangue e pela fé ao tronco nacional. A cada casal se distribuiu a casa e a gleba, o cavallo para o serviço do Rei, e o gado para o serviço da lavoira e criação, sendo a primeira tentativa de colonização mixta, e auxiliada, que o Mundo conheceu.

Cria-se, ao mesmo tempo, a assistência pública. O hospital completa a fortaleza. A igreja tem por auxiliar a escola. E, no exercício de cargos públicos, também os nativos ocupam o seu lugar.

E, todavia, há uma *História de de Portugal* onde se escreve esta monstruosidade:

«*A pirataria e o saque fôram os dois fundamentos do domínio português, cujo nervo eram os canhões, cuja alma era a Pimenta.*»

Que miséria!... Armadas sôbre armadas vão transportando para a Índia os missionários da Fé Católica, que se espalham por todo o Oriente erguendo conventos, e seminários, e missões, e igrejas, a opôr um dique à torrente mussulmana que já havia transpôsto Malaca, e se espalhava até ao co-

ração de Java, dominando o gentio impotente contra a sua fôrça e a sua audácia. E a torrente quebra... E as cristandades vão-se multiplicando até ao extremo da Malásia, e ao coração da China, e algumas ilhas do Japão. ¿E qual é o «*canhão*» que as apoia? ¿E qual é a «*Pimenta*» que elas nos dão?

Quando Estevão da Gama, parte de Massuah em socorro da Etiópia cristã, ameaçado pelos turcos, e por lá anda, de Cruz erguida, a bater-se, com seus homens de armas, até à morte, ¿seria um pirata ou um cruzado?

Porque fizemos o comércio que as terras ofereciam e aprezamos as cargas que o Moiro transportava nos seus navios-piratas, ¿em que é que, por isso, fica diminuída a nossa honra? A nossa actividade comercial regulou-se desde a primeira hora pelo *Regimento* de 1507, levado a D. Francisco de Almeida por Fernão Soares, e depois, a partir de 1577, pelo *Regimento* de D. Sebastião. E em qualquer dêles se afirma a perfeita dignidade do Estado.

Por sua vez, as presas tomadas aos infieis obedeciam rigorosamente às autorizações das bulas pontificias, e eram feitas em boa guerra como mandavam as leis de Cavalaria.

¿E porventura poderão dizer a mesma coisa os holandeses e ingleses que, depois, por ali andaram, em guerras de côrso, a saquear-nos a fazenda e a desmembrar-nos o Império? Êsses, sim, quando rumaram para o Oriente, não tiveram senão um fito: cevarem-se. E enriqueceram... Ao passo que Portugal, ao fim de dois séculos de cruzada, não era senão uma ruína, — mas a ruína gloriosa que deixava o Oriente aberto à civilização cristã e ao progresso geral da Humanidade.

*
* *

¿E teria sido tudo quanto Portugal realizou?

Veamos então o Brasil... Ainda no Oriente singravam as esquadras a destruir o poderio mouresco e a dilatar a Terra Portuguesa, e já no Brasil se tinha iniciado a construção do segundo Império. Em 3 de Dezembro de 1530, sai de Lisboa, sob o comando de Martinho Afonso de Sousa, a Armada que ia fundar o govêrno e o povoamento da terra brasileira. Em 1532, manda o Rei dividir o território em capitánias para concessão a donatários e faz demarcar, de Pernambuco até ao Rio da Prata, cinquenta a sessenta léguas de costa para cada capitania. Cumpriria aos donatários levar gente para o povoamento, e gados e sementes e ferramentas para a lavoura. O domínio, em cada capitania, tornou-se hereditário. O Rei seria apenas o suzerano das terras concedidas. Mas depois reconhece-se que o regime quási feudal da terra brasileira precisava de ser corrigido: os donatários, tornados senhores absolutos, levantavam protestos contra as suas violências. E sucede, então, o *Regimento* de 17 de Dezembro de 1548, que institui o Govêrno Geral, a cuja

autoridade os donatários deveriam obediência, nêsse documento se afirmando mais uma vez o espírito cristão que informava a nossa actividade transoceânica, pois que o próprio Rei escreve: «*a principal cousa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasill foi pera que a gente della se convertese a nossa santa fee catolica*». E quere que não «*lhe seja feita opressão nem agravo allgum*»...

Com o governador geral Tomé de Sousa, seguem os primeiros missionários da Fé católica (1549). São os Jesuítas. É chefe de missão o padre Nóbrega. Em 1553 mais outra missão se vai fundar, com Anchieta. E então se começa de executar, com a irradiação da catequese, o formidável plano de *aldeamento* dos indígenas, sôbre a direcção espiritual e administrativa das missões, que foi a maior concepção do espírito cristão na obra civilizadora do ultramar. Oliveira Martins condena-a, com palavras de ódio sectário que são manchas na história nacional... Mas é o próprio Brasil — o Brasil de hoje — que carinhosamente enaltece a fecundidade da semente lançada à terra pelos diligentes transformadores do sertão.

Depois, todo o território vasto do Brasil é um formidável campo de luta. Há a combater, primeiro, «*a ferocidade das tribus indígenas*». Há a repelir, depois, todos os assaltos da pirataria francesa, e inglesa, e holandesa, que, desde 1555 a 1648, constantemente saqueia e arraza e ocupa as *Terras Brasilecas*, obrigando os governadores, e os colonos, e os missionários (com os indígenas das suas aldeias) a uma batalha sem repouso, que felizmente termina com a vitória absoluta das nossas armas.

Mas, entrementes, o plano de *aldeamento* toma um carácter administrativo da maior beleza com a promulgação do alvará de 10 de Setembro de 1611, que é o diploma onde vejo espelhada tôda a alma da Raça, na pureza do seu amor cristão, a desempenhar a sua missão civilizadora com a inteligência e o humanitarismo que ainda não conheciam par e que, mesmo depois, nenhum outro povo conseguiu igualar.

Começa o alvará por lembrar a lei de 20 de Março de 1570, que expressamente proíbia cativar os índios que não fôsem tomados em guerra justa e autorizada, salvo os que «*salteassem os Portugueses e outros Gentios para os comerem*». Depois, na parte dispositiva, entra a declarar que são «*livres*» todos os Gentios não só os já baptizados como os que ainda viviam «*conforme os seus Ritos e Cerimónias*», e que todos, como pessoas livres «*sejam tratados e havidos*» «*sem poderem ser constrangidos a serviços, nem a cousa alguma contra a sua livre vontade*», devendo ser-lhes pago o trabalho pelas pessoas que dêles se servissem. A seguir, determina as condições e a forma como poderia fazer-se a guerra aos Gentios, sendo notáveis as precauções tomadas para que nenhum abuso fôsse praticado. E simultâneamente se legisla sôbre os cativos que da guerra resultassem, assim como sôbre as condições em que poderiam ser resgatados os Gentios «*presos e cativos de ou-*

tros para os comerem», pois que êste resgate se considerava «remédio ao bem dêles, e salvação de suas almas». Ao fim, regula a formação das aldeias, com o máximo de 300 casais, tendo por «capitão» um secular «de boa vida e costumes», casado, de boa geração e abastado de bens, o qual deveria exercer o cargo por 3 anos. Para as povoações, o Governador fixaria o sítio conveniente, onde os Gentios poderiam «edificar a seu modo», e os «lugares para neles lavrarem e cultivarem». E acrescentava-se: «E os ditos Gentios serão senhores de suas fazendas nas Povoações, assim como o são na Serra, sem lhes poderem ser tomadas nem sôbre elas se lhes fazer moléstia ou injustiça alguma...»

¿Onde haverá tratado de colonização que assente em princípios mais justos e mais perfeitos do que estes que, há mais de três séculos, o génio de Portugal architectou?

Mas ainda não é tudo: a construção social ficaria imperfeita sem a formação moral. E então se determina o seguinte «Em cada uma das ditas Aldeias haverá uma Igreja, e nela um Cura, ou Vigário, que seja Clérigo Português, que saiba a língua, e em falta dêles, serão Religiosos da Companhia; e em sua falta, das outras Religiões...»

¿É ou não admirável (e, sobretudo, esmagadora para a critique de Oliveira Martins) esta Organização gentilica que se concebe para a evolução social da *Terra Basílica*? Portugal não trata apenas de enfiar colonos, entregar navios, e enriquecer os mercadores metropolitanos: vê-se como civiliza... E civiliza sem que haja exemplo doutra obra mais perfeita.

Até então, tôda a actividade ao longo das costas, e para o interior dos sertões, tinham por fito o desenvolvimento da agricultura. Alastrava o cultivo da cana sacarina, do algodão, do tabaco e dos cereais, com a complementar criação de gados. Todo o Brasil era uma *fazenda*. Mas succede que, após a descoberta das *esmeraldas* pelo donatário Tourinho em 1578, se entra febrilmente na pesquisa das minas. E em 1622 é descoberto o primeiro *ouro*. E em 1694 dá-se a colonização mineira, que abre novos horizontes à economia e povoamento do Brasil. Por fim, são os *diamantes* que se descobrem em 1733. O imenso sertão brasileiro é explorado de lés-a-lés. Rasgam-se caminhos por matos e encostas. Multiplicam-se as povoações, que em breve se tornam cidades. O Brasil vai tomando a forma e o corpo dum verdadeiro Estado. Já são *Estados* ou *províncias* as suas maiores divisões administrativas. E a família — como diz Gilberto Freire — «é desde o século XVI o grande factor colonizador do Brasil...» É ela que vai formando as raízes eternas da Nação. E quando para alí se desloca, em 1806, com D. João VI, a Côrte Portuguesa, já a *Terra Basílica* tinha tôdas as condições de vida própria, — dela provindo até os rendimentos com que Portugal pagava, em Amsterdam, os altos encargos da dívida contraída no gasto secular da sua missão civilizadora.

Alguns anos depois (1822) era um Império formado, — o segundo que brotava do sangue e da alma do povo lusitano. Portugueses de raça ou mestiços de sangue português, juntamente com índios brasileiros e nêgros africanos, constituíam a fôrça social da Nação que em três séculos se criara.

¿E qual é a solda que agrega os elementos dispaes dessa fôrça?

Di-lo Gilberto Freire: «*O catolicismo foi realmente o cimento de nossa unidade*». Quere dizer: foi ainda o espírito de Cruzado que orientou Portugal na formação da *Terra Brasileira*.

*

*

*

Diz-se, porém, que somos agora um povo esgotado... E aponta-se, até, a nossa pobreza em recursos materiais e intellectuais para a obra de civilização nos domínios que ainda nos restam.

¿Mas qual é a *civilização* a que se referem os nossos detractores?

Já o vimos: é a obra da *máquina*. Para a gente que apenas nos mede pela nossa pequenês em tamanho e capitais, a grandeza espiritual, que se acusa em alguns séculos de história, nada vale. Já ninguém se lembra de que foi «*o génio audaz e investigador dos portugueses*» que «*ensinou à Europa a navegar e a colonizar*». E que nós soubemos, antes dos outros, «*trilhar os mares e os sertões, «escaldrinhar» o fundo das barras, a entrada dos rios, a verdade das rotas, os fluxos do mar, os surgidouros dos portos, os desvios das serras, as brenhas do mar*». E que também «*soubemos, primeiro que ninguém o soubesse, lançar os alicerces das novas cidades, fundar os elementos de novas Europas*».

...Assim o escreve a pena que mais severamente apreciou a vida histórica de Portugal: Oliveira Martins.

E, todavia, bem mais pequenos e mais pobres éramos nós quando a *Grande Aventura* começou. Na mobilidade, na energia, na miscibilidade e na formação cristã da nossa gente se encontra o milagre da acção gigantesca que o Mundo nos deve.

¿E como é que se prova que essas qualidades tenham sofrido perda que nos apouque ante o mundo moderno?

Todo o ultramar português é um campo de trabalho glorioso e fecundo: nenhum ponto por ocupar; tôda a população indígena prêsa a nós por uma afeição que ninguém desmente; por tôda a parte caminhos rasgados e povoações erguidas; do mais longe dos sertões afluem mercadorias a movimentar os portos; as missões religiosas, instaladas no interior das selvas, não repoisam na faina de transformar as almas bárbaras; e, finalmente, já mais de 80.000 portugueses por ali andam em labuta pelo pão cotidiano, a fazer a obra que Deus nos determinou.

¿Quem tem feito mais?

A ESPIRITUALIDADE NA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

É talvez uma obra diferente daquela que o mundo moderno concebe... Não se destaca pela grandiosidade, que se alimenta do oiro semeado na terra. Mas oferece aos olhos do mundo o exemplo único duma construção em que a «*máquina*» é o espírito de sacrifício da gente que a vai erguendo com nêrvos de aço e bagas de suor no rôsto. E quem não fôr cego da razão (...e da consciência), já nas duas costas de África poderá ver como se firmam na terra os alicerces de mais um Império que está a ser construído sobre ossadas de herois e de mártires e que há de ser fecundado e cimentado pela devoção espiritual do povo português.

E contra aqueles que apenas acreditam no poder criador do *capital* e da *máquina*, — que são a ilusão desgraçada do racionalismo utilitário dêste mundo mercantil moderno, — digamos, como Salazar, de cabeça erguida:

«Nós somos filhos e agentes de uma civilização milenária que tem vindo a elevar e a converter os povos à concepção superior da própria vida, a fazer homens pelo domínio do espírito sobre a matéria, pelo domínio da razão sobre os instintos».

E eis a razão porque Portugal se arrenega quando ouve falar nos *Mandatos* da Sociedade das Nações... ou de outras Sociedades em comanda!...

...É que o nosso *Mandato* é diferente: é o de Deus!

(Conferência realizada na Casa de Entre-Douro-e-Minho, em 28-4-1938)

CORONEL LEITE DE MAGALHÃES

«Estes dois vultos (Nóbrega e Anchieta) ficaram para sempre na nossa história, e na fase heróica em que ela reveste alguma coisa mais do que interesse restrito de nação, pois que saí da vida do próprio continente para entrar nos anais do mundo. Pela firmeza, perseverança e indefectível valor como que se fizeram medianeiros das duas raças, impedindo o extermínio ou a completa degradação dos aborígenes — estas duas grandes figuras, que representam naquele momento a civilização cristã, pertencem legitimamente à humanidade: hão-de crescer com o tempo; e não anda longe o dia em que uma visão mais clara ou um simples instinto mais lúcido para abranger tôda a grandeza do drama histórico — há de destacar naquele período a função daqueles homens, a mais augusta que já coube na terra a um ideal religioso». — ROCHA POMBO.

ALGUNS ASPECTOS DA VIDA ECONÓMICA E POLÍTICA DO BRASIL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XVIII

I. A DESCOBERTA DAS MINAS

A descoberta de ouro em Minas Gerais, em fins do século XVII, veio finalmente satisfazer um anelo de muitos anos. Debalde se haviam procurado as supostas jazidas preciosas do Brasil; debalde os esforços de D. Francisco de Sousa, de D. Rodrigo de Castel-Branco, de todos aquêles que, movidos por interesses particulares ou instigados pela Metrópole, haviam penetrado no vasto sertão à procura das tão apetecidas riquezas que quási desde os primórdios da colonização se supunha existiam nas entranhas das terras de Santa Cruz.

Coube aos Paulistas o papel decisivo no drama que se vinha desenrolando. Ora movidos pelas suas próprias conveniências, como eram as caçadas aos índios para o labor das suas fazendas, ora para agradar a El-Rei, que da sua real grandeza os premiava, conseguiram êles, à fôrça de grandes fadigas, arrancar à natureza o seu segrêdo. E dos ribeiros, que das vertentes corriam, acharam o precioso metal que ia transformar o Brasil.

As notícias recebidas do interior inflamavam o Brasil, e faziam-se sentir as suas repercussões em Portugal e no estrangeiro. De tôda a parte o ouro chamava uma multidão desordenada; de tôda a parte chegavam os aventureiros — homens e mulheres; velhos e novos; laicos e clérigos; brancos e pretos; mulatos e caboclos — atraídos para essa nova Terra da Promissão como por um íman, sofrendo os rigores da viagem, atravessando rios e serras. Eram os novos aduladores do Bezerro de Ouro, que pelas três principais estradas de S. Paulo, Rio e Baía, marchavam para o interior.

A história da expansão portuguesa talvez nunca tenha visto um tão portentoso deslocamento de população. Nos primeiros anos do século XVIII as vastas terras de Minas Gerais, até então mergulhadas num silêncio profundo que só os gritos dos selvagens e as entradas periódicas dos Paulistas quebravam, transformou-se num autêntico formigueiro de mais de 30.000 almas. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Antonil, Cap. V. 4.000 pessoas já se encontrarião no Caeté pelo ano de 1697, segundo o depoimento de Artur de Sá e Meneses, governador do Rio. Carta a El-Rei de 12 Junho 1697. A. H. C., Doc. do Rio, N.º 2080. 50.000 pessoas pelo ano de 1705, escrevia Filipe de Barros Pereira, amanuense de Garcia Rodrigues Pais, guarda-mór das novas minas. Carta a El-Rei escrita do Rio a 17 de Setembro 1705. A. H. C., Doc. do Rio, N.º 3107.

Pertenciam os emigrantes a tôdas as classes sociais; havia-os da fidalguia, e havia-os do povo, todos irmanados pela mesma ânsia de riqueza. Julgavam êles que o caudaloso manancial a todos havia de desalterar a sêde, mas nem todos o souberam captar. Houve também muitos que, enchidas as arcas com o precioso metal, o esbanjavam depois nos deleites a que se entregavam, naquella vida fácil e convulsiva do sertão ainda não conquistado, ou o perdiam nas contendias e lutas que entre os mineiros se travavam. Uns colhiam a areia aurífera dos rios e ribeiros, e dela extraíam o metal; outros faiscavam no cascalho que ia ficando. Outros ainda cortavam a mata, e plantavam as roças, ou então conduziam mantimentos dos portos do mar. Era uma vida acidentada e caprichosa, aquella do sertão, em que a roda da fortuna inexoravelmente rodopiava.

Nesta variedade de circunstâncias, na falta absoluta de ordem e justiça, era inevitável que os primeiros anos da história de Minas registassem cenas de morte, roubos e traições. A ambição humana teve em Minas largo campo de acção, e a tarefa de homogeneizar esta fantástica heterogeneidade havia de ser uma das grandes realizações dos anos imediatos.

II. O DELÍRIO DO OURO

O Brasil vivia horas de exaltação, embriagado pelas riquezas que se julgavam perpétuas. «...se afirmam serem tam perduraveis aquellas Minas», escrevia D. Rodrigo da Costa, antigo governador-geral da Baía, «que em quanto o Mundo durar se não poderam extinguir...» (2) Já anos antes havia escrito Artur de Sá e Meneses, governador do Rio, que as minas do Caeté «se dilataõ de tal sorte pello pé de hua serra que faz emtender aos mineyros sera o ouro naquella parte de muita durasaõ...» (3) À falta de dados precisos, faziam-se cálculos espantosos. As novas minas eram de tal extensão, escrevia ditirâmbicamente outro coevo, que «se supoem comprihenderem... quazi toda a America p.lo certaõ...» (4) Dizia-se em Lisboa, em 1709, que «as minas estão avaliadas em Europa, e não sem justo fundamento pellas mais ricas que nunca se viraõ, e sertamente haõ de despertar a enveja» das nações estrangeiras (5). Era, pois, convicção geral que Portugal tinha encontrado finalmen-

(2) Carta a El-Rei escrita de Lisboa? a 19 de Junho 1706? A. H. C., Doc. do Rio, N.º 2917.

(3) Carta a El-Rei de 12 Junho 1697. A. H. C., Doc. do Rio, N.º 2080.

(4) Félix Madureira e Gúsmão, «Meyos apontados a VMag.de pera milhor arecadação dos quintos do ouro, e segurança pera virem ao Rio de Janeiro sem riscos de mar, e de piratas.» 28 Julho 1705? A. H. C., Doc. do Rio, N.º 2910.

(5) Consulta do Conselho Ultramarino de 17 Julho 1709. A. H. C., Registo das Consultas do Rio, L.º 1.º, Cód. 232, fl. 257 v.º

te outro Potosí no coração daquêlê «diamante resplandescente» que era o Brasil ⁽⁶⁾.

No princípio do século XVIII numerosos indícios davam verosimilitude a esperanças assim atordoadas. Descobriam-se novas lavras com freqüência surpreendente. O precioso metal parecia encontrar-se em tôda a parte, nos inumeráveis rios e ribeiros, nas encostas fluviais. Pouco menos de 50 anos antes tinha o Padre António Vieira, no seu célebre sermão «Sôbre as verdadeiras e as falsas riquezas», horrorizado os seus parroquianos paraenses com uma descrição vigorosa das minas do Perú, pintando com côres ardentes o trabalho árduo dos mineiros nas intermináveis galerias subterrâneas de Potosí, que transformava os homens em morcegos; sem ar, sem luz, na busca incessante do cubizado metal que a natureza escondera nas profundidades da terra. ⁽⁷⁾ Em Minas Gerais, porém, o caso era bem diferente. Encontrava-se o ouro quási à flor da terra, e em tais quantidades que desafiava a imaginação: grãos que pesavam mais de 150 oitavas, outros de 95, e ainda outros de 3 e 6 libras ⁽⁸⁾. Segundo afirma Rocha Pita, houve quem levasse à Baía grãos de 192 oitavas, de 200 e 300 oitavas, e um que se dizia pesar 13 libras ⁽⁹⁾.

A possibilidade de aproveitar os novos tesouros não deixava de impressionar fôsse quem fôsse, e grandes fortunas, de facto, se angariaram na ganancia mineira, especialmente pelos Paulistas, que, sendo os primeiros que lá entraram, foram também os que, a princípio, maiores lucros conseguiram. Baltazar de Godói colheu algumas 20 arrôbas de ouro de lavras e de roças. Francisco do Amaral ajuntou mais de 50 arrôbas dos seus múltiplos ramos de actividade, que abrangiam não só a exploração mineira mas a negociação de roças, escravos e mantimentos. Manuel Nunes Viana e Manuel de Borba Gato ajuntaram um cabedal pouco inferior. Garcia Rodrigues Pais e João Lopes de Lima colheram 5 arrôbas do seu ribeiro; Domingos da Silva Moreira, de lavras e de comércio, 5; Amador Bueno da Veiga, 8. Houve altura em que se avaliava a fortuna de Tomaz Ferreira em 40 arrôbas ⁽¹⁰⁾. Dionísio da Costa achou areia aurífera que lhe rendeu um arrátel de ouro em cada bateada ⁽¹¹⁾. José de Góis e Morais adquiriu uma fortuna tão avultada que chegou a oferecer ao donatário, Marquês de Cascais, a importante soma de 45.000 cruzados pela Capitania de São Vicente ⁽¹²⁾. As repercussões desta nova riqueza não

⁽⁶⁾ Vide D. Rodrigo da Costa, *doc. cit.*

⁽⁷⁾ O sermão é de 1656. Vide a edição de António Sérgio (2.ª ed., Lisboa, 1937), pág. 17. Note-se que as minas de Potosí eram de prata.

⁽⁸⁾ Antonil, Cap. IV.

⁽⁹⁾ *História da América Portuguesa*, L.º VIII, § 64.

⁽¹⁰⁾ Vide Antonil, Cap. VIII.

⁽¹¹⁾ Afonso d'E. Taunay, *História da Vila de S. Paulo no Século XVIII, 1701-1711* (S. Paulo, 1931), pág. 6.

⁽¹²⁾ *Ibid.*, págs. 4-5.

tardaram, como era natural, a fazer-se sentir. O luxo em S. Paulo no princípio do século, por exemplo, causava a admiração dos forasteiros. Muitos brincos, muitos anéis, muitas sêdas, tanto nas senhoras como nas escravas — eis as evidências mais aparatosas que o ouro trazia ⁽¹³⁾.

Em face de tantas faustosas manifestações, era muito natural que milhares de pessoas, abandonando os seus emprêgos, as suas casas e famílias, as suas terras, caminhassem em bandos para as minas, onde tinham, pelo menos, a possibilidade de dar nova orientação à existência. O ouro era o poderoso agente que os atraía, e na luta pela vida nada mais lhes importava.

Tudo isto, é claro, levantava inúmeros problemas de ordem económica e política que clamavam rápida solução, e viu-se a Metrópole a braços com o embaraçoso dilema que a descoberta das minas lhe criou: ou opôr-se ao delírio que alastrava a sua mais próspera colónia, ou deixar-se arrastar nêle. Vejamos a atitude de Portugal perante os portentosos acontecimentos do Brasil.

III. A METRÓPOLE PERANTE A NOVA RIQUEZA DO BRASIL

Embora a descoberta de ouro tivesse activado a colonização e povoamento de vastas áreas do sertão, e levado muito para o ocidente a linha da fronteira habitável, que até então se cingia à marinha, a caudalosa corrente de ouro que surgiu, inundando o Brasil e Portugal, não deixou de ter consequências infelizes, nem foi sempre recebida, nem na Metrópole nem na América, com braços abertos. O desenvolvimento das minas trazia duas importantes consequências que a Metrópole logo considerou perniciosas. Uma foi o enfraquecimento da economia agrícola das capitânicas do litoral pela extraordinária fuga de escravos para as lavras auríferas; outra o gradual despovoamento das praças do Brasil. Durante os primeiros anos do século XVIII dedicou Portugal, por conseguinte, os seus melhores esforços para salvaguardar os interesses da agricultura brasileira, e para assegurar a defesa da colónia que o movimento de população para o interior arriscava. Esta política clarividente sacrificava lucros imediatos e não despreciandos, quais eram o rendimento do quinto, mas visava a estabilidade da economia brasileira, e a defesa do extensíssimo domínio americano contra possíveis agressões estrangeiras.

Bem reconhecia Antonil, arguto observador da vida económica brasileira dos princípios do século XVIII, que eram o açúcar e o tabaco «as verdadeiras minas do Brasil e de Portugal», e não as do ouro, pois êste se extraviava para o estrangeiro. Não «há pessoa prudente», escrevia, «que não confesse haver Deos permittido que se descubra nas minas tanto ouro, para castigar com elle ao Brazil, assim como está castigando no mesmo tempo tão abundante de

⁽¹³⁾ Carta de J. Domingos da Silva Bueno a El-Rei, Minas Gerais, 20 Agosto 1704. A. H. C., Doc. de Minas, Maço 1.º.

gueras aos europeos com o ferro». (14) Em Lisboa, também, as notícias que vinham dos descobrimentos auríferos não inflamavam a Côrte. Já em 1700 reconhecia o Conselho Ultramarino que «na conservação dos engenhos e cultura de tabaco consiste a de todo o estado do Brazil, os quaes são fructos perpetuos (o q̃ se não considera nas minas)...» (15) Seis anos depois era esta opinião ainda defendida. «...bem se mostra com evidência», diziam os Conselheiros Miguel Nunes de Mesquita e Francisco Pereira da Silva em 1706, «que as milhares Minas do Brasil são os assucares e tabacos, porque estes são estaveis e perpetuos o que se não considera nas do ouro...» (16)

A defesa do Brasil, como se vira na invasão dos Holandeses, só se conseguia estando a marinha bem povoada (17). Era, aliás, a defesa mais económica, pois quasi dispensava grandes corpos de exército e poderosas fortalezas. Sob êste ponto de vista, os relatórios officiais que vinham do Brasil eram extremamente desconsoladores. Queixavam-se os governadores de que a maior parte dos moradores fugia para as minas, deixando as povoações sem gente para as defender, «sendo indubitavel», como se dizia em Lisboa, «que se as da Marinha não tiverem gente que as defenda se poderaõ perder, e que perdidas ellas tambem ficão perdidas as Minas». (18) É que estava provado que as próprias fortalezas só difficilmente resistiam quando não havia povoadores nas suas circunvizinhanças que as podessem socorrer nos momentos de perigo. «...as guarnicoens de soldados honde não há povoação de cazaes, e moradores que cultivem a terra, e comerceem», dizia o Conselheiro António Rodrigues da Costa em 1709, referindo-se, numa consulta do Conselho Ultramarino, ao projecto sôbre a fortificação da Ilha Grande, «saõ m.^{to} deficeis de conservar como se vio na Nova Colonia do Sacramento, e muito custoza a sua subsistencia...» (19)

Era êste temor e a preocupação de sofrer irremediáveis perdas a cultura do açúcar e do tabaco que levavam Portugal a opôr-se ao desenvolvimento desenfrenado das minas, chegando mesmo a Corôa a proibir novos descobrimentos. «Havendo visto o q̃ escrevestes sobre o descubrimento das Minas do districto dessa cidade», escrevia El-Rei a D. Rodrigo da Costa, governador-geral do Brasil, em resposta às notícias que lhe enviara sôbre as minas que se

(14) Cap. XVII.

(15) Consulta de 3 Novembro 1700. A. H. C., Cód. 232, fl. 156 v.º.

(16) Consulta do Conselho Ultramarino de 26 Outubro 1706. A. H. C., Cód. 232, fl. 235 v.º.

(17) Numa consulta do Conselho Ultramarino de 8 Janeiro 1693, dizia-se que com muitos vassallos teria o Brasil «a melhor e mais barata defença como vimos nas capitánias do Norte que ocupadas pelloos olandeses não poderião darlhe lucro nem comcervacaõ pella offença dos corsarios...» A. H. C., Cód. 232.

(18) Consulta do Conselho Ultramarino de 26 Outubro 1706. Doc. cit.

(19) 17 Julho 1709. A. H. C., Cód. 232, fl. 257 v.º. A Ilha Grande fica muito próximo da barra do Rio de Janeiro.

começavam a descobrir no sertão da Baía, «me pareceu dizervos que segundo a conjunctura do tempo presente, em q̃ as nacoes estrangeiras se achão con tanta inveja, e ambição de riquezas, q̃ se vão descobrindo nas nossas conquistas, não convem, q̃ por hora se trate dessas Minas, q̃ ficaõ na jurisdicão dessa cid.^o; especialmente sendo estas em parte, em q̃ pode ser facil poderem ser invadidas, e ocuparem as terras, em q̃ estaõ situadas, os nossos inimigos; e demais, q̃ deve pezarse muyto o danno, que se vay experimentando em se despovoarem as povoações de gente, q̃ as possaõ defender; e em consequencia virem a faltar os nossos generos, por não ter a gente do trabalho, q̃ se ocupe na cultura delles, deixando-se de se acudir a fabrica do Tabaco, e acucar, q̃ lhe fica maiz perto, p.^a hirem buscar os seus interesses em mayores diztancias...» (20)

Durante a primeira década do século XVIII foram estes dois problemas as principais preocupações da Metrópole enquanto ao Brasil, e na solução deles não julgou aconselhável o aumento das minas. Conservar essa colónia da cubiça estrangeira, que bem conhecia o sabor do ouro; adiar com êste propósito a exploração das lavras, que depois as poderíamos aproveitar em épocas mais propícias; velar, enfim, pela prosperidade sólida duma terra por mil laços ligada a Portugal — eis o que se pretendia fazer. Havemos de ver, nas páginas que seguem, os meios que a Metrópole adoptou para conseguir o fim que desejava.

IV. A CRISE DA AGRICULTURA

Embora a crise do açúcar tivesse começado alguns anos antes do período que nos ocupa, proveniente das grandes baixas que os preços e mesmo a compra dêste género nos mercados europeus sofreram como resultado do desenvolvimento da cultura açucareira nas Antilhas, (21) é inegável que a decadência dos engenhos se acentuou com a grande falta de escravos que vieram a sentir nos princípios do século XVIII. Era «a todos geralmente notorio», escrevia D. Rodrigo da Costa pelo ano de 1706, «q̃ sem os escr.^{os} que vem de Angolla, e costa da minna se não podem fabricar no Est.^o do Brazil nenhuã sorte de lavouras, por serem os d.^{os} escravos os verdadeiros, e unicos agricultores dellas e não averá nimguem que naquelle Est.^o afirme o contrario, nem duvide o q̃ digo...» (22) Ora o crescente desenvolvimento das minas aumentou de tal maneira a procura da mão de obra africana que os preços oferecidos pelos mineiros iam muito além das possibilidades económicas da maior parte dos

(20) Carta régia de 9 de Julho 1703. A. H. C., papéis vários, ainda por classificar.

(21) Sôbre a crise do açúcar, vide o interessante trabalho de Roberto C. Simonsen, *História económica do Brasil 1500-1820* (2 vols., S. Paulo, 1937).

(22) Carta a El-Rei, escrita em Lisboa (?) a 19 Junho 1706 (?). A. H. C., Doc. do Rio, N.º 2917.

fazendeiros. Daí a falta de escravos para as lavouras, que os mais elevados preços dos mantimentos que se vendiam no mercado colonial não chegavam a compensar, porquanto a economia dos engenhos dependia quasi exclusivamente das vendas que se faziam em Portugal e no estrangeiro.

A «sêde insaciável» dos mercadores de negros pelo lucro do seu negócio levava-os inevitavelmente a transportar as suas cargas humanas para as minas, onde vendiam os escravos por preço duplo e triplo daquêle por que antes das descobertas se pagava nos engenhos. (23) Em 1703, segundo os preciosos dados de Antonil, vendia-se um negro «bem feito, valente, e ladino» nas minas por 300 oitavas; um moleção por 250; um moleque por 120; um crioulo «bom oficial» por 500; um mulato «de partes, ou oficial», 500; um bom trombeteiro, 500; uma mulata «de partes», 600 e mais oitavas; uma negra ladina cozinheira, 350 oitava. (24) Estes preços eram de tal ordem elevados que muitos proprietários, «vendose ynpoibillitados p.^a continuarem as suas lavouras, deixam as proprias fazendas, levando, ou vendendo os escravos com que se acham p.^a as d.^{as} minnas, só por lograrem os excecivos presos que por elles se dam...» (25)

Mas não era só de pretos que precisava um engenho; precisava também de feitores, caixeiros e de outros funcionários superiores, cargos êstes que se costumavam dar a brancos. Ora os empregados das fazendas eram os primeiros a fugir para as minas, abandonando os seus lugares com prejuízo notável da lavoura. «Antes de haverem minas», escrevia muitos anos mais tarde um anónimo, que parece ser o Desembargador Chanceler da Relação da Baía, «muitos dos homens que passavaõ da Europa para America tinhaõ por bom principio serem feitores, e caixeiros de Engenho, ou serem Vaqueiros, Lucrando o quarto, e em tudo serviaõ bem para sua concervação com utilidade de todos; agora depois das Minas saõ rogados; e como sua tenção hé passarem para as minas, tendo gainhado para hum Cavallo não esperam mais; e se experimenta o pouco zello na sua demora prevalecendo o bom successo que teve hum a razaõ de cem para não pararem; de que rezulta a exorbitancia dos preços das soldadas de algum, e a falta delles para as ditas intendencias.» (26)

Resultava desta dupla situação angustiosa que muitos senhores de engenhos, não podendo comprar negros nem pagar os salários que os empregados exigiam, conservavam-se nas suas terras no meio de grande miséria, «tendo só a confiansa na providencia Divina, recebendo menos da metade do que antes das minas colhiaõ». (27)

(23) Ibid.

(24) Cap. VII.

(25) Carta de D. Rodrigo da Costa a El-Rei, Lisboa (?), 19 Junho 1706 (?). Doc. cit.

(26) A. H. C., papéis vários, por classificar.

(27) Ibid.

O declínio progressivo que alastrava pela agricultura brasileira causava séria preocupação na Metrópole, onde se previa a «última ruína» da florescente colónia, e daí um decréscimo sensível no rendimento da Fazenda Real, pôsto que esta, até aqui, se baseava nos dízimos dos produtos da terra e nos impostos alfandegários que os mesmos pagavam. Previa-se, também, uma inevitável diminuição da navegação portuguesa, que depois do ocaso do comércio oriental, se sustentava do transporte de mercadorias entre o Reino e a América. Tudo isto havia de ter repercussões graves na economia nacional, sendo não menos evidente que «a quantia que sae deste Reyno em asucar, e em Tabaco se fica conseruando nelle a moeda, que o ouro ã nos entra torna a sahir, o que bem se prova porque depois de tantos annos de minas se acha este Rn.º exausto de dr.º...» (28) Já se dizia em 1700, quando as minas ainda estavam no seu início, que como consequência natural da decadência das lavouras «se sentirá hum grave e irreparavel perjuizo nas alfandegas deste reino, pella grande diminuição ã ha de experimentar no seo rendim.º...» Parecia justo, portanto, «ã se de toda a providencia neste cazo, por ser sem duvida, ã se se não atalhar o irem os d.ºs escravos p.ª as minas, ã passaraõ p.ª ellas todos pello excessivo preço ã offerecem e daõ por elles.» (29)

Em face destas gravíssimas dificuldades, a Metrópole favoreceu a agricultura brasileira quanto pôde à custa das minas. Foi assim com efeito que, atendendo à enorme saída que tinham os negros na capitania do Rio de Janeiro — entrepôsto natural da mercadoria humana para o sul — se passou o primeiro despacho régio de 12 de Janeiro de 1700, no qual se ordenava ao Governador de Angola fizesse «hir cada anno hum pataxo mais carregado de negros» para aquela cidade, dos quais só 200 se poderiam tirar para os Paulistas, vendendo-se-lhes «pello mesmo preço ã se venderem os da terra...» (30) Declarava o mesmo despacho que a conta destinada aos Paulistas de forma alguma poderia ser excedida, ficando os restantes, que viessêm de África, para suprir as faltas do mercado do Rio; nem podiam os mesmos Paulistas adquirir outros escravos nas demais praças do Brasil, às quais se lhes proibia a venda de pretos para as minas. A êste despacho veio reforçar o decreto de 20 de Janeiro do ano seguinte, que mantinha em seu vigor as proibições assim cominadas.

Isto no que dizia respeito ao sul, porquanto no norte, pelo ano de 1701, se fechava a estrada da Baía às minas a todo o trânsito que não fôsse boiadas para o sustento dos mineiros, e em 1702 era esta proibição renovada no Regimento das Minas que levou o Desembargador José Vaz Pinto, novo superin-

(28) Consulta do Conselho Ultramarino de 30 Março 1708. A. H. C., Cód. 232, fl. 240.

(29) Consulta do Conselho Ultramarino de 3 Novembro 1700. A. H. C., Cód. 232, fl. 156 v.º.

(30) Ibid.

tendente delas. ⁽³¹⁾ Cerrado desta maneira o caminho da Baía, esperava-se que os escravos habitualmente enviados àquela praça suprissem a falta que dêles sentiam os senhores de engenho das capitanias septentrionais, já que, segundo as novas leis, não podiam ser extraviados para as minas.

As resoluções da Côrte não deixaram, é claro, de prejudicar certos elementos no Brasil, e já em 11 de Maio de 1703 queixava-se o governador do Rio «das m.^{tas} duvidas que se vão arguindo s.^o a ley que VMag.de mandou estabelecer no tocante aos escravos que haviaõ de hir p.^a os Paulistas e Minas...» ⁽³²⁾ A resposta do Conselho Ultramarino, que mereceu a aprovação régia, era determinante: que se fizesse guardar inviolavelmente a lei que se passara sobre os negros, «porõ se esta se alterasse seria dar ocaziaõ a que todo o estado do Brasil se destruisse, faltando escravos p.^a a lavoura de seus frutos, e do trabalho dos engenhos na certeza do grande preço que estes haviaõ de ter se os vendessem p.^a as Capitanias do Sul.» ⁽³³⁾ Com mais razão se queixavam os officiaes da Câmara da capitania de S. Vicente, em 3 de Junho de 1705, da grande falta de escravos que sentiam os moradores daquela capitania, não só pela diminuta quota que se lhes impusera mas também pelo grande dano que resultava de os irem comprar ao Rio de Janeiro os revendedores, que os vendiam depois aos preços que queriam. ⁽³⁴⁾ Embora se tivesse reconhecido a justiça da queixa dos Paulistas, considerava o Conselho que os interêsses que defendia eram de maior urgência, e a reclamação, por isso, não foi atendida.

As medidas assim promulgadas não deram os resultados previstos. Debalde se recomendava aos governadores que fizessem observar rigorosamente as leis então vigentes; debalde se proibia a venda de negros para as minas. De tôdas as capitanias do Brasil iam centenas de escravos para lá; despojavam-se os engenhos e as culturas do tabaco da sua mais valiosa mão de obra; a lavoura decaía. Em Lisboa tornaram-se a encarar os problemas que esta situação trazia. Sabia-se que a estrada da Baía há muitos anos era franca; que eram as próprias autoridades coloniais que muitas vezes fechavam os olhos às ordens régias, e deixavam passar, com a sua tácita aprovação, e nem sempre sem lucro pessoal, as levas de escravos que contra a lei seguiam para as minas.

Tentou-se remediar estas danosas conseqüências por meio duma nova lei. «Fuy servido rezolver», reza o decreto régio de 17 de Setembro de 1706, «que os governadores e Ministros a que pertence a execucao das ditas leys no cazo, que as não fação observar pontualmente incorreram na pena de suspensão de seus cargos e officios, e fiquem inhabeis para numca entarem no meu

⁽³¹⁾ Vide A. H. C., L.^o 1.^o de Regimentos, Cód. 169, f. 109 et seq.

⁽³²⁾ Consulta do Conselho Ultramarino de 10 Setembro 1703. A. H. C., Cód. 232, fl. 199.

⁽³³⁾ *Ibid.*

⁽³⁴⁾ Consulta do Conselho Ultramarino de 27 Agôsto 1706. A. H. C., Cód. 232, fl. 234.

serviço, e percaõ todos os bens da Coroa e ordens que tiverem e além disso paguem dous mil cruzados para a fazenda real, e quero que qualquer pessoa do povo possa denunciar em publico, ou em segredo (d)os ditos Menistros ou governadores, e mais pessoas, que contravierem a esta minha ordem...» Por outro lado, para suprir a falta de escravos nas copitanias do Rio de Janeiro havia El-Rei «por bem que se faça hum contracto para se tirarem de Angolla todos os annos mil escravos para o Rio de Janeyro, e tres athe quatro mil da costa da Mina pondosse para este effeito editaes e ficando vedado o Rio de Janeyro e as capitancias do sul para que se naõ possam introduzir escravos alguns por aquella parte com pena de serem perdidos e os Navios confiscados para o contracto, e que do mesmo modo seja vedado debaixo das mesmas penas que embarcaçam alguma possa hir comerciar em negros por toda a costa da Mina e Ilhas de Cabo Verde...» (35) Foi êste decreto confirmado em 30 de Março do ano seguinte, (36) e para reduzir aos governadores a tentação de não darem cumprimento às ordens régias, se lhes acrescentou os soldos pelo mesmo ano. (37)

Nada, porém, bastava para impedir o negócio dos negros, que clandestinamente se praticava. Começavam as minas então a desenvolver-se extraordinariamente, e começava a Metrópole a interessar-se no lucro que poderia tirar delas, até que, por resolução régia de 10 de Setembro de 1710, se dispensaram as proibições até aí em vigor, concedendo-se plena liberdade para que se pudessem introduzir nas minas todos os negros que se quisessem enviar a elas. Ficava apenas, como último vestígio de denodado, se bem que baldado, esforço de 10 anos, a proibição de se tirarem escravos dos engenhos. (38)

V. O DESPOVOAMENTO DA MARINHA BRASILEIRA

Intimamente ligado ao problema dos escravos estava o do despovoamento do litoral brasileiro pelos brancos e ainda pelas outras pessoas livres, aspecto êste da vida económica e militar da colónia que já acima ligeiramente focámos, mas que agora merece mais cuidadosa atenção. Vimos também como a descoberta das minas atraía milhares de indivíduos, cujo anseio era participar das novas riquezas que se achavam. Considerando a Metrópole que a passagem de tanta gente para o interior não convinha à conservação do Brasil, como havia de impedir o portentoso movimento de população?

Encarou-se o problema pela primeira vez na Baía, onde se mandou fe-

(35) A. H. C., L.º 2.º de Decretos, 1702-1737, Cód. 1.

(36) Consulta do Conselho Ultramarino de 17 Julho 1709. A. H. C., Cód. 232, fl. 257 v.º

(37) *Ibid.*

(38) Consulta do Conselho Ultramarino de 6 Fevereiro 1710. A. H. C., Cód. 232, fl.

char a estrada das minas em 1701, e depois em 1702; ⁽³⁹⁾ mas as proibições assim cominadas não foram respeitadas, nem se promulgaram neste sentido, que nos conste, outras medidas. O grande problema do norte era a fuga dos escravos, e a falta dêles para os engenhos; e êste se tentou resolver na maneira que já vimos.

No Rio de Janeiro, porém, o entropôsto natural para as minas, o êxodo da população livre atingiu maiores proporções. Logo depois da abertura do chamado Caminho Velho das minas, pelo ano de 1700, as novas lavras do interior começaram a chamar tanta gente para elas, não só do recôncavo e distrito daquela cidade, mas ainda das outras capitânicas do sul, que os governadores viram-se obrigados a impedir a imigração que ameaçava despovoar uma grande parte do Brasil. Artur de Sá e Meneses, quando da sua governança do Rio, chegou a proibir a passagem de pessoas para as minas sem licença sua, ⁽⁴⁰⁾ mas esta medida nunca foi mais do que um fraco paliativo. Continuava o êxodo, e alcançava tais proporções que D. Álvaro da Silveira de Albuquerque, o sucesor de Artur de Sá, previa o dia em que o Rio se acharia despovoado, e as culturas das terras circunvezinhas abandonadas por falta de quem as trabalhasse. ⁽⁴¹⁾ O Rio, dizia D. Álvaro em 30 de Agosto de 1702, já estava sofrendo as conseqüências desastrosas do movimento de população, que se reflectiam na escassês de certos produtos e serviços, e nos preços desproporcionalmente elevados que se cobravam pelos artigos de primeira necessidade, representando tudo isto «hum grave prejuizo ao bem commũ...» ⁽⁴²⁾ Em 10 de Setembro do mesmo ano tornava a escrever a El-Rei «em como aquella praça se achava exhausta de mantim.^{tos} de carnes e far.^{as} em rezaõ da falta de novidades como por alguas pessoas que as fabricavaõ passarem as Minas...» ⁽⁴³⁾

Os preços que os mineiros ofereciam por mantimentos e outros artigos de primeira necessidade eram de uma exorbitância incrível, e êste facto não poderia deixar de ter reverberações na economia colonial. No ano de 1703, segundo afirma Antonil, vendia-se um alqueire de farinha de mandioca nas minas por 40 oitavas; uma cara de açúcar de uma arrôba, 32 oitavas; 6 libras de carne de vaca, 1 oitava; uma boceta de marmelada, 3 oitavas; uma galinha, 3 ou 4 oitavas; um queijo da terra, 3 ou 4 oitavas; um queijo flamengo, 16 oitavas; um boi, 100 oitavas. ⁽⁴⁴⁾ Não sabemos quais os preços dos mesmos gêneros no Rio de Janeiro, mas não eram, com certeza, inferiores aos que se cobravam em S. Paulo. Nesta vila custava um alqueire de farinha de mandioca,

⁽³⁹⁾ Cf. pág. 265 supra.

⁽⁴⁰⁾ Carta do mesmo ao Conselho Ultramarino escrita em Lisboa (?) a 2 (?) de Março 1703. A. H. C., Doc. do Rio, N.º 2626.

⁽⁴¹⁾ Carta do mesmo a El-Rei de 30 Agosto 1702. A. H. C., Doc. do Rio, N.º 2625.

⁽⁴²⁾ Ibid.

⁽⁴³⁾ Consulta do Conselho Ultramarino de 6 Março 1703. A. H. C., Cód. 232, fl. 192 v.º

⁽⁴⁴⁾ Cap. VII.

em 1703, uma média de 640 réis; uma libra de açúcar, 120; uma arrôba de carne verde, 200; uma caixa de marmelada, 240; uma galinha, 160; um queijo da terra, 120; um queijo flamengo, 640; um boi de córte, 2\$000. ⁽⁴⁵⁾ A diferença entre uma e outra tabela era, pois, notável, e daí o resultado natural «de subirem tantos os preços de todas as cousas como se experimenta nos portos das cidades e villas do Brazil, e ficarem desforneados muitos engenhos de assucar das peças necessarias; e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quasi todos (às minas), aonde vendidos hão de dar maior lucro.» ⁽⁴⁶⁾

Os elevados preços que cobravam os mercadores logo após a descoberta das minas despertou sérias apreensões em S. Paulo, onde as perniciosas conseqüências da alta dos preços se sentiam já antes de 1703, o que tinha levado a Câmara, atendendo ao «grande Brama que ia pelo Povo constrangido da necessidade», a fixar preços máximos dentro dos termos daquela vila. Em 1701 tinham os édeis decretado, com efeito, o preço de 4 patacas (1\$280) por alqueire de farinha, de 3 patacas (960 réis) pela mesma quantidade de feijão, e de 2 patacas (640 réis) por milho; ⁽⁴⁷⁾ mas as posturas da Câmara não conseguiram o fim desejado. Os preços continuavam a subir, e já em 1704 a farinha se vendia a 8 e 10 patacas o alqueire, e o feijão, milho, e outros artigos atingiam preços proporcionalmente elevados. ⁽⁴⁸⁾

Continuava o governador do Rio de Janeiro, entretanto, a proibiçãõ estabelecida pelo seu antecessor de só deixar passar às minas pessoas, tanto brancas como de côr, que tivessem licença sua, proibiçãõ esta que as cartas régias de 27 de Abril de 1703 ⁽⁴⁹⁾ e de 4 de Maio do mesmo ano ⁽⁵⁰⁾ vieram reforçar; mas a fiscalizaçãõ que se estabeleceu na capitania do Rio de Janeiro de nada serviu para impedir o grosso número de gente que se evadia para as Minas.

Entre as pessoas que as minas atraíam figuravam centenas de militares, os quais, desertando os seus postos, encaminhavam-se para o interior à procura de outra vida. A fuga dos soldados das praças da marinha era problema de tôda a ponderaçãõ, pois ficando elas sem as guarnições que as defendessem, sujeitavam-se a serem assaltadas pelos inimigos da Corõa, como, de facto, aconteceria ao Rio de Janeiro em 1711. «...convem darse toda a providência na fugida que fas a infantr.^a p.^a as minas», opinava o Conselho Ultramarino na consulta de 4 de Setembro de 1704, «e... se deve mandar escrever ao Gov.^{or} da B.^a, Rio de Janr.^o, e da praça de Santos que nas mostras em que

⁽⁴⁵⁾ Taunay, *op. cit.*, pág. 15.

⁽⁴⁶⁾ Antonil, Cap. VII.

⁽⁴⁷⁾ Taunay, *op. cit.*, pág. 38.

⁽⁴⁸⁾ *Ibid.* pág. 40.

⁽⁴⁹⁾ Consulta do Conselho Ultramarino de 7 Janeiro 1704. A. H. C., Cód. 232, fl. 201.

⁽⁵⁰⁾ *Id.* de 4 Setembro 1704. A. H. C., Cód. 232, fl. 209.

se costumaõ dar baixa aos soldados os que faltarem a ellas por ocaziaõ de hirem p.^a as minas, ou p.^a outra qualquer p.^{te} façãõ toda a delligencia p.^a os reconduzirem p.^a as mesmas prarças, e os prendaõ, e da prizaõ os mandem p.^a Angolla na primeira ocaziaõ; porq̃ com este castigo se poderá remediar o damno q̃ se exprimenta nas suas fugidas, e se intimidará aos mais...» (51) Dois dias depois recebia êste alvitre a aprovação régia, (52) mas de pouco serviam as rigorosas penas assim cominadas. Quási 4 anos mais tarde, em 1708, falava-se em Lisboa dos soldados que o governador do Rio pedia do Reino para a guarnição daquella praça, quando era certo que se lhe haviam remetido 15 companhias poucos anos antes. (53)

Debalde se falou na construção duma trincheira e reduto em Parati para deter à fôrça as levas de gente que caminhava para as minas. (54) Aínda se pensou em impor as penas de dez anos de degrêdo para Angola e de se queimar a embarcação do mestre que conduzisse alguma pessoa com destino às minas sem a licença do governador. (55) Pensou-se também em impor às mesmas pessoas que passavam à minas as penas de 6 anos de degrêdo para Angola e de confiscação dos bens que levassem ou do ouro que trouxessem. (56) O governador, por sua vez, ou por interêsses particulares — era notório até ao próprio Conselho Ultramarino que D. Álvaro tinha negócio nas minas —, ou por se ver incapacitado de tomar as providências que as circunstâncias pediam, executava com pouco rigor as ordens que lhe vinham de Lisboa. Encontrava-se, segundo insinuava, entre Scila e Caríbis, pois concedendo as licenças que os que pretendiam passar às minas lhe requisitavam, escrevia êle, se despovoaria o Rio de Janeiro, e se tornaria mais arriscada a sua defesa; e não as concedendo, haveriam de ter os quintos mais baixa pela falta de gente para trabalhar nas lavras. O ouro seduziu o governador, mas a Metrópole conservou-se firme na sua determinação. «...no q̃ respeita as licenças p.^a as minas», alvitrava o Conselho na consulta de 27 de Janeiro de 1705, cujo parecer foi aceito pela Rainha da Grã-Bretanha, «q̃ se deve responder ao Governador q̃ neste particular se regulle pellas ordens q̃ se lhe tem dado, fazendoas observar inviolavelmente, permitindoas aquellas pessoas, de que se não possa seguir dano à Republica, porque neste cazo deve respeitar mais a defença, e concerva-

(51) A. H. C., Cód. 232, fl. 209.

(52) *Ibid.*

(53) Consulta do Conselho Ultramarino de 30 Março 1708. A. H. C., Cód. 232, fl. 240.

(54) *Vide* carta de D. Álvaro da Silveira de Albuquerque a El-Rei, *doc. cit.*, e consulta do Conselho Ultramarino de 6 Março 1703 in A. H. C., *doc. do Rio*, N.º 2624.

(55) Note-se que no princípio do século XVIII a primeira étape da viagem do Rio às minas se fazia por mar, desta cidade à vila de Parati.

(56) Consulta do Conselho Ultramarino de 24 Janeiro 1704. A. H. C., cód. 232, fl. 205.

ção daquella cidade; ã está em primr.^o lugar, do que as conveniências ã se possa seguir do augmento(s) dos quintos». (57).

A defesa e conservação do Brasil — foi esta, de facto, uma das preocupações constantes da Metrópole durante a primeira década do século XVIII. Na realidade, porém, a política assim traçada veio ao encontro de poderosas influências que se não puderam vencer. A experiência mostrava abundantemente que nenhuma deligência era eficiente para impedir a passagem para as minas, e daí a poucos anos, com a abertura do Caminho Novo, estabelecendo ligação directa do Rio com o interior, se deixou de pensar nesta solução do problema que durante quási dez anos tanto preocupou a Metrópole.

VI. CONCLUSÕES

A Metrópole, em conclusão, muito ao contrário do que se tem dito e redito, considerava as minas, no seu início, como um mal que se devia quanto possível evitar. À vista dos grandes esforços que se fizeram, principalmente no século XVII, para a descoberta de ouro, prata, e pedras preciosas no Brasil, a atitude inflexível adoptada por Portugal depois de ver realizado em grande parte o antigo anelo, parece, de facto, paradoxal; mas a nova orientação obedecia à preocupação constante de conservar e defender os seus domínios americanos. Reconheceu, e justiça lhe seja, que o desenvolvimento desenfreado das minas poderia trazer conseqüências irremediáveis, e preferia sacrificar o lucro que podesse tirar delas a sujeitar o Brasil a uma aventura perigosa. Foi êste o seu invariável cuidado durante os primeiros dez anos do século XVIII.

Se esta política se não continuou, foi devido a circunstâncias que Portugal não pôde dominar. Lutou contra a ambição do ouro, e em vão. Não conseguiu domar a corrente, e acabou por se alastrar nela. «...no principio quando comessou o descobrim.^{to} do ouro nas terras de São Paulo», dizia o Conselheiro Francisco Dantas Pereira em 1708, «se cuidou m.^{to} em que não era conveniente a continuacão destas minas, porq̃ nos persuadimos que ariscavamos huõ rendim.^{to} certo como eraõ o de que gozavaõ os habitadores de todo o estado do Brazil nos generos produzido das fabricas dos seus engenhos, e cultura dos tabacos por huõ incerto, que o podia desvanesser o tempo, na pouca segurança da estababilidade destes descobrim.^{tos}, e que neste cazo, que justam.^{te} se deviaõ atalhar e impedir, a que se não despovoagem as povoaçoens do Brazil dos seus moradores com a ambição de irem buscar as capitancias do sul o seu interesse, e por ventura que daqui nacesse a providencia de se premitir aos Paullistas a extração de duzentos negros som.^{te} para o trabalho das d.^{as} Minas, p.^a que na impocebelidade não terem q.^m os ajudassem a minarar, e a tractar dos campos p.^a o seu sustento os fizesse retroceder do emprego a ã os tinha

(57) A. H. C., cód. 232, fl. 220 v.^o

aplicado a sua delligência, e industria. Porem como o tempo mostrou que nada bastou p.^a os apartar de desentranharem os Rios dos seus Tezouros, e se não pode prohibir a passagem de taõ inumeravel gente, como hoje rezide nellas por ser impossivel fecharenlhe as portas p.^a a sua hyda pois lhe são livres as daquelles vastissimos certoens, e a experiencia verificasse as grandes conveniencias que se tem seguido da continuação das d.^{as} minas ao commercio deste Reyno, e as Conquistas, cem concequência a fazenda de VMag.de, vindo hoje as frotas as mais ricas, e podorozissimas em riquezas, q̃ tem nenhuõ Monarca no Mundo, fazendosse taõ apetedidos os dominios de VMag.de pello que em sy emserraõ animando de maneira as utilidades q̃ vem das Minas a mercancia q̃ nella só hoje estriba a sua concervação pois se reduziraõ ao mais lastimoso estado as mais drogas q̃ vem das Conquistas que não só sentem iremecivelmente nas suas vendas huã conçideravel perda mas o mayor embaraço p.^a a sua sahida, sendo fiel testemunho de tudo as Alfandegas de VMag.de q̃ se achão cheyas destas mercadorias, vindo tambem a conhecerçe, como verdade solida, que a não ser o ouro que vem de Saõ Paullo, se acharia exaurido de todo este Reyno de dr.^o, sendo hoje o unico q̃ temos entre nos, pello mais se extrahir pelas nacoens estrangeiras. E conçiderado ser isto asim se deve por todo o cuidado em se sustentarem, e manteremçe as ditas Minas applicandosse todos os meyos p.^a a sua perpetuidade.» (58).

Pelo ano de 1710 o fracasso era completo; e foi então que se provou o fruto até aí prohibido. Foi então que se cuidou na arrecadação do quinto, de aproveitar o comércio, de compartilhar, enfim, nas riquezas das minas; e se adoptou uma política, que, tendendo a assegurar o rendimento do quinto e do comércio, havia de colorir a vida brasileira até quasi às vésperas da separação.

(58) Consulta do Conselho Ultramarinode 30 Março 1708. A. H. C., Cód. 232, fl. 240.

Lisboa, 5 de Abril de 1938.

MANUEL DA SILVEIRA SOARES CARDOSO

«A universalidade de idea e de acção no Curso da evolução católica e europeia, dirigida à elevação material e moral da espécie, eis a característica da história da nossa Pátria. Foi com ela que firmámos baluartes admiráveis de defesa ocidental na Mauritânia, povoámos os arquipélagos atlânticos, bordámos de fortalezas e feitorias os contornos da África e do Ocidente, abrimos o caminho para as relações de todos os povos e fizemos o Brasil». — OLIVEIRA SALAZAR.

PARA A HISTÓRIA DA «ÁGUIA» E DA «RENASCENÇA PORTUGUESA»

V

Vimos notas de jornais em que se confundiu o programa da «Renascença» e o seu plano educativo com «saüdosismo» e mostrámos como não houve nunca, quer na *Águia*, quer na Sociedade que se lhe seguiu dogmática alguma que a escravizasse a esta ou aquela orientação filosófica. E apontámos os factos que mais podiam esclarecer opiniões confusas e desnorteadoras.

Examinemos agora o que se escreveu num volume de «História de Portugal», publicado em 1937 pelo professor Hernani Cidade. Lê-se a págs. 130 e 131:

«Não foram sem fecundidade os dezasseis anos que medeiam entre a proclamação da República e o advento da ditadura militar. Mostrá-lo-ão alguns factos mais significativos. Por exemplo, a organização, no Pôrto, em 1913, da «Renascença Portuguesa» com o fim de chamar o Portugal novo à consciência das suas possibilidades espirituais. Teve como revista *A Águia* e publicou uma série de obras, na qual, além de poesia e novelística, se insere crítica e história literária, e a história das religiões, a filosofia e o ensaio; ao mesmo tempo, em conferências públicas procurava estender a sua acção cultural. O pensamento directivo formulou-o o poeta Teixeira de Pascoais, que, na «Arte de ser português», compendiou os motivos de ordem espiritual do novo nacionalismo, *saüdosista*, é verdade, mas também estimulador de renovação, embora de objectivos pouco precisos».

Até aqui, a não ser o êrro de data — 1913 em lugar de 1912 — é pequena a divergência dos factos, pois, embora se diga que o novo nacionalismo era *saüdosista* havia o acrescento duma «renovação», que era, no fundo, a base de todos os trabalhos dentro da «Renascença». Os fundadores e propagadores da nova agremiação não falavam em maior cultura do povo português, não organizavam cursos e Universidades populares, conferências e exposições para agitar ou demolir. Não criavam as bibliotecas «Lusitana» e «Histórica» para ostentação de vaidades ou conquista de postos. Êles queriam, sobretudo, fazer ressurgir o velho feitio original da Grei e dar-lhe uma consciência firme e profunda para que bem se pudessem combater tôdas as infiltrações nefastas que durante o século XIX nos tinham desnacionalizado até à medula. Não se exaltavam grupos ou facções. Nem

se procuravam figurinos de última hora para se macaquearem fantasias literárias, filosóficas ou sociais. A «Renascença» lutou apenas, com denodo e rectilíneo esfôrço, pelo ressurgimento bem português da velha Nação.

Logó a seguir, é que Hernani Cidade foge à exactidão dizendo:

«A Grande Guerra dispersou o grupo. E Jaime Cortesão, que a viveu na Flandres, fundou, no regresso, em Lisboa, com outros intellectuais, de entre os quais cumpre destacar Raúl Proença e Câmara Reis, a revista *Seara Nova*. Menos evocadora do passado, mais actuante politicamente...»

Diz-se com a maior simplicidade que «A Grande Guerra dispersou o grupo» como se a «Renascença» fôsse uma patrulha efémera nascida dum capricho e alimentada por ilusões poéticas. E, num livro de História, onde devia ser absoluto o rigor de informação, tanto mais que se trata de factos, passados durante a vida do historiador, suprime-se um grupo e cria-se outro com a mesma presteza com que um ilusionista engole punhais ou escamoteia pessoas.

O grupo não se dispersou. Cindiu-se. E não foi a Grande Guerra que praticou êsse corte. Foi, alguns anos depois, a luta entre elementos do Pôrto e elementos de Lisboa, a competição do mando, uma velha separação de ideias e processos que fez sempre de Jaime Cortesão e Leonardo Coimbra os pontos mais altos de dois grupos nítidamente diversos, embora, até 1920, trabalhassem com fervor para o mesmo fim.

É possível que a Grande Guerra influísse na sorte da «Renascença», como evidentemente influíu em tôda a organização social, dentro e fora do País. Mas não foi ela que dispersou o grupo. Pelo contrário, deu-lhe maior expansão e maiores projectos. A literatura da Guerra levou a «Renascença» a meios onde ainda não tinha entrado, pois foi na «Renascença» que se publicaram as obras mais notáveis sôbre a nossa participação em França e Africa, e logo a seguir ao armistício se decidiu contraír um empréstimo para adquirir em Lisboa uma Livraria e uma tipografia para se ampliarem todos os objectivos culturais da Sociedade. Esse empréstimo, fixado inicialmente em 200 contos, estava já assente num Banco do Pôrto e eu deveria vir a Lisboa na segunda quinzena de Janeiro de 1919 para ultimar a transacção. Retido no norte por motivo do movimento político de 19 de Janeiro a 13 de Fevereiro, quando cheguei à capital a livraria tinha sido adquirida por outrem. Andámos estudando outra solução, mas nada vimos de bom. E não só nada vimos de bom como começámos a ver um desmoronar de entusiasmos em todos os sentidos. A política dos últimos anos, a desordem administrativa, as reacções extremistas, com grèves, incêndios e delapidações, fizeram do ano de 1919 um ano trágico. Podia assim continuar-se trabalhando pela maior cultura do povo português, dentro duma atmosfera inquinada dos piores venenos?

O Brasil tinha sido, desde a fundação da «Renascença» uma esperança e um

estímulo constantes. Afigurou-se-me excelente ir para lá, prosseguir, num meio doutra largueza, o que em Portugal se estava tornando impossível.

A 2 de Maio de 1919, ainda na esperança de organizar a nova empresa da «Renascença» (4) descia à tardinha a sempre formosa Avenida da Liberdade. O espectáculo era alucinante. Um tremendo clarão iluminava todo o fundo do horizonte. Às portas das casas, às janelas, no meio da rua, pessoas assustadas comentavam a meia voz «*estão os Ministérios a arder*». Tinham pegado fogo ao «Terreiro do Paço». Não ardeu tudo porque a força pública conseguiu impôr-se. No dia seguinte mais incêndios. A desordem tinha tomado aspecto sinistro. Como se havia de pensar em obras de cultura?

Em princípios de 1920, a desordem atingiu proporções cada vez mais alarmantes, chegando os funcionários públicos a aderir à greve, a que já me referi.

Protestei, quasi só, na reunião da Biblioteca Nacional, demiti-me do cargo que me tinham dado na Reforma de 1919 e fui para o Brasil fundar uma casa editora e continuar lá a publicação da *Águia*.

Mal deixei a administração directa da «Renascença», começaram a crescer e a manifestar-se os mais descontraçados planos dentro dela. Todos queriam mandar, todos desejavam realizar agora coisas maravilhosas, em que não tinham pensado até então. E, umas após outras, chegavam-me ao Rio de Janeiro as mais destrambelhadas queixas e bastantes mesquinhas intrigas. Em capítulo especial tratarei com toda a minúcia dêsse verdadeiro golpe de morte dado na vitalidade e futuro da «Renascença». Agora, basta, para confirmar a afirmação feita a págs. 138 de que, infelizmente, parece ter sido a minha ausência que provocou êsse golpe, transcrever algumas linhas da carta que Jaime Cortesão me escreveu em 1 de Novembro de 1921:

«Só agora respondo à tua carta, porque ela vinha encontrar factos, pelo menos, em pensamento, consumados. O que existe essencialmente entre nós é uma diferença de ideias. Penso, ao contrário de ti, que a missão da «Renascença» findou. E desde que tu, sua coluna vertebral, a não pudeste continuar a sustentar no mesmo aprumo, não creio que ela possa voltar à actividade antiga... No tûmulo cheio de velhos miasmas, que é a nação, devem entrar lufadas de ar distante e renovador. Portugal isolou-se durante bastantes séculos do resto do mundo, de sorte que a tradição é demasiado distante para servir de base a um renovamento... Se tentei um renascimento da «Renascença» foi na convicção de que êsse era o melhor caminho. Enganei-me? O tempo o dirá. Pareceu-me também que na tua ausência era eu a pessoa que mais teria direito a uma acção dentro da «Renascença».

(4) Nunca puderam compreender certos plunitivos que a «Renascença», Sociedade de cultura, só podia cumprir seus fins tendo Estatuto em ordem e administração cuidada, condições indispensáveis ao êxito de qualquer iniciativa séria.

Confundiste a diferença de ideias com a mudança de sentimentos. E tomas comigo um tom, que supõe já certa quebra de amizade, único de todos os males, que me poderá doer profundamente».

Enganou-se Jaime Cortesão, para seu mal e da Sociedade que lhe deveu sempre os maiores serviços e que chegou ao ponto que atingiu, mercê, sobretudo, do calor de seu entusiasmo e de seus muitos talentos. Não havia necessidade alguma de cisão nem doutro grupo. E não deviam, nem «Renascença», nem qualquer outra Sociedade de Cultura imiscuir-se nos enredos traiçoeiros da política partidária.

E que não deviam, e que era na tradição, nas virtudes e heroísmos dos nossos maiores, na lialdade de «Egas Moniz» e na clarividência do «Infante de Sages», vultos que tão bem foram estudados pelo Poeta da «Glória Humilde», que havíamos de colher ânimo para o ressurgimento da Nação, aí o está provando o prestígio do «Novo Portugal» e as galas duma alma inteiramente remoçada dentro do vinco inconfundível de nossas eras mais gloriosas.

Em 1912, ao criar-se a «Renascença», o panorama português era bem nítido: tudo caminhava para os excessos liberais, a mocidade só ouvia falar de direitos, e a indisciplina e a incompetência eram as armas mais valorosas. A «Renascença» foi uma tentativa, organizada e disciplinada, para se mostrar à mocidade e aos futuros dirigentes da Nação quais eram as fontes vivas onde tinham de beber o ímpeto renovador. E alguma influência exerceu até 1920 ⁽⁵⁾. Daí por diante, declaradas crises mais graves e mais profundas, competia-lhe ser mais forte e unida, constituir um bloco de firmeza incorruptível e um exemplo de modelar nobreza. Em vez disso, cindiu-se e embrenhou-se na política partidária. Morreu aí a «Renascença». Continuou ainda alguns anos um grupo com êsse nome, mas sem orientação nem orientadores.

VI

De tudo se serviram os *génios* falsos e os fazedores de chalaças para arreliar a «Renascença» no seu longo período de actividade, prestígio e realizações. Uns — por despeito, outros — por insuficiência mental e ainda outros — por mera ruinda-

⁽⁵⁾ Embora, numa correspondência para o Brasil, dois literatos recentes a tenham suprimido do quadro social português nestes períodos de lamentável miopia intelectual: «Com o advento do regime não apareceu, como natural seria, qualquer movimento valioso de inteligência, capaz de soltar sôbre o uivo dos instintos alvoroçados, um claro brado de ressurreição. Tal honra pertenceu, por altura de 1914, à chamada geração coimbrã que sonhou e conferiu asas ao «Integralismo Lusitano».

de. Quando convinha à perfídia das portas de café dizer que a «Renascença» era avançada, lançavam-lhe todos os remos nesse sentido; quando convinha o contrário, era a «Renascença» acusada de passadista e reaccionária. Se queriam que a «Renascença» fôsse uma coisa inócua e vazia de sentido, pré-gavam que ela era o jogo de dum *saudosismo* deprimente. Se tudo lhe queriam negar, afirmavam que nela não surgiu ideia alguma, nem boa nem má. Pequenas calúnias também não foram poupadas, inventando-se tôda a espécie de mesquinhas que, felizmente, só duravam até chegarem ao conhecimento d'algum sócio que tivesse a paciência de as pulverizar. Dentre estas, porém, uma houve que, pela sua estranheza e persistência, aqui desejo desfazer para escarmento de quem não soube respeitar a delicadeza com que foi tratado sempre pela «Renascença» e por mim.

Em 1916, acordei com Cândido Guerreiro a edição dum livro de sonetos sem indagar se os versos eram dêle ou não. Nunca exigi a nenhum Autor prova de autoria, por nunca ter imaginado que houvesse algum que se apresentasse como dono de obra que não lhe pertencesse. Meses depois de publicado o livro, recebi a seguinte carta do hoje Ministro plenipotenciário em disponibilidade, João Maria Santiago Presado:

«Figueira da Foz — 30 Janeiro 1917.

Uma desagradavel surpresa faz-me hoje dirigir a V., a quem sou devedor de várias gentilezas; e a melindrosa razão que a escrevê-la me determina leva-me também a pedir-lhe a especial fineza de a arquivar, para o que der e vier, como se costuma dizer.

Comigo, que tanto amôr tenho aos livros, porque são os meus exclusivos companheiros no abençoado isolamento da minha vida, acontece que rariissimas vezes compro aqueles que são de Poetas meus contemporâneos, muitos deles amigos meus; não porque não tenha por êles a admiração que êles merecem, mas porque creio ser êste um hábito de todos nós, os poetas, não comprarmos livros uns dos outros.

Ora acontece que já há tempo eu ando a ver anunciado o livro de sonetos de Cândido Guerreiro. Tendo sido êle condiscipulo meu e meu companheiro de Coimbra, era natural que eu tivesse desejos de possuir o seu livro. Contudo não o comprei.

Ao Cândido Guerreiro, depois da nossa saída de Coimbra, nunca mais o tornei a ver, senão uma vez, casualmente, e quási de fugida, em Lisboa. Quando publiquei ultimamente as minhas «Doze Canções d'Amôr», mandei-lhe um exemplar, que êle nunca acusou nem agradeceu. Não tomei isso a mal, e esperei sempre que nesta ocasião êle me retribuísse o seu livro... que não veio. Há dois dias, vendo-o por acaso numa livraria, resolvi-me então a comprá-lo.

Chego agora ao ponto melindroso e desagradavel da minha carta.

Lendo o livro de Cândido Guerreiro, tive a inexplicavel surpresa e o enorme espanto de ir ali encontrar versos insofismavelmente meus e sonetos que quasi integralmente me pertencem. Ora Cândido Guerreiro, pelas suas belas qualidades de Poeta, não tinha necessidade de rebuscar despreziosas poesias minhas, que eu próprio votára a um *semi-abandono* não as incorporando até à data em um volume de versos. Por outro lado, a minha intelligência não atinge como Cândido Guerreiro, por causa de umas ninharias, se aventura a pôr em jogo a sua probidade literária, que é, no fim de contas, uma probidade de carácter. Eu começo por fornecer êstes raciocínios em seu favor e para sua defesa. Mas por mais raciocínios que eu faça e por mais razões que eu procure, o certo é que entre os sonetos do livro de Cândido Guerreiro figuram sonetos e versos que são meus. Cândido Guerreiro já os conhecia do nosso tempo de Coimbra, e talvez agora contasse com a generosidade do meu silêncio. Eu nem quero classificar êste acto de Cândido Guerreiro, mas êle torna-se duplamente criminoso se êle pensasse estabelecer a prioridade dos seus sonetos plagiados (para não empregar outra expressão mais própria) quando um dia possa ver êsses mesmos sonetos encorporados num livro meu. E seria isso o que indubitavelmente acontecia.

Se êsses meus sonetos estivessem inéditos, ver-me-ia desapossado dêles, e impossibilitado de os incorporar em qualquer livro, sob pena de fazer recaír sôbre mim uma tremenda suspeita enquanto as coisas se não aclarassem. Mas todos os meus sonetos em questão apareceram já, e repetidas vezes, em várias publicações avulsas, e se Cândido Guerreiro me forçar a reclamar publicamente aquilo que me pertence (como infelizmente será o que tem de acontecer) eu poderei provar com datas a prioridade dêsses meus sonetos. Não me cabe nesta carta explanar-me em mais considerações, que guardarei para ocasião mais oportuna; apenas pretendo com ela pôr desde já V. ao par deste lamentoso acontecimento, unicamente como prevenção, porque não desejava que alguém se pudesse antecipar a levantar um incidente literário (chamemos-lhe assim), que é a mim, primeiro que a ninguém, que compete levantá-lo, dêse que Cândido Guerreiro não dê uma clara e plena justificação.

V., portanto, dignar-se-á guardar esta carta, que em qualquer ocasião poderá servir, reservando também consigo êste assunto, que eu comunico por enquanto apenas confidencialmente, por um justificado escrupulo em não manchar o nome de uma pessoa que só tem merecido o meu aprêço, tornando pública uma questão tão lastimosa para a sua reputação literária e de homem de bem.

E nada mais quero fazer sem primeiramente escrever ao Cândido Guerreiro, a ver o que êle me diz. Também V. me dispensará de me referir mais aos mal-fadados sonetos ou de mandar os meus para confronto, que é coisa que neste momento não interessa. Foi V. que eu escolhi, por ser o Secretário da Redacção da «Águia» e os sonetos de Cândido Guerreiro serem edição da «Renascença Portuguesa» e além disso por ser pessoa completamente estranha ao assunto, a quem vivamente me ligam laços de simpatia e reconhecimento por tôdas as distincções.

Permita-me que, para maior garantia minha num assunto que me é tão melindroso, eu mande reconhecida a minha assinatura nesta carta; e peço me creia sempre com todo o apreço — *João Maria Santiago Presado*.

Reconheço a assinatura supra. Figueira da Foz, 31 de Janeiro de 1917. Em testemunho da verdade, o notário *Adelino Ferreira de Mesquita*.

Suspendi imediatamente a venda do livro, sem causar o mínimo alarme e escrevi ao Dr. Santiago Presado solicitando informações sôbre o que se fôsse passando. Veio logo nova carta do autor plagiado:

«*Figueira da Foz, 4 de Fevereiro de 1917.*»

Meu presado camarada

Agradeço a pronta resposta à minha carta e compreendo a sua pouco agradável situação, que lamento. Em todo o caso, visto que é absolutamente estranho a êste lamentoso incidente, êle não o deve preocupar, além dos justos limites.

Já escrevi ao Cândido Guerreiro uma longa carta, a mais lial, a mais honesta — deixe-me dizê-lo — que alguém nas minhas circunstâncias podia escrever. Creia que o meu desejo é evitar um escândalo público, porque também lamento pelo Cândido Guerreiro aquilo que aconteceu, devido ao seu pouco escrúpulo tão injustificado. É claro que não me podia calar nem ficar indiferente. Não penso incorporar agora os sonetos de que êle se apropriou, assim como muitas outras poesias, em próximos livros de versos, mas, evidentemente, quero poder fazê-lo sem peias em qualquer ocasião.

O Cândido Guerreiro conhecia os meus sonetos em questão do nosso tempo de Coimbra, mereceram-lhe, pelo que vejo, o seu agrado, e imaginava talvez que êles teriam ficado perdidos ou esquecidos por não os ver no meu último livro «Doze Canções d'Amôr», onde, aliás, não era o lugar deles. Mas tudo isto são conjecturas — que aliás se não devem afastar da verdade. Vamos a ver o que êle diz.

Se os meus sonetos não estivessem já publicados e se êles não fossem já conhecidos desde longa data de outros amigos nossos, eu ver-me-ia desapossado deles — o que seria talvez o menos — ou então, caso êles aparecessem um dia publicados com o meu nome, tôda a gente se convenceria, sem provas em meu abono, que eu é que os tinha plagiado — e isso seria o pior. (Eu emprego o termo plagiar por escrúpulo de usar de outro mais próprio).

Contento-me com quaisquer razões de Cândido Guerreiro que envolvam uma confissão de culpa; e em harmonia com a resposta dele assim verei o que me cumpre fazer. Mas todo o meu desejo — repito — é não fazer agora disto uma questão pública de escândalo, aliás justíssima da minha parte. Conforme V. pede,

e era já intenção minha, comunicarei o que se passar. Creia-me sempre, etc. — *Santiago Presado*».

Continuou o resto do livro guardado por mim, não se satisfazendo pedidos e dizendo-se mesmo que se tinha esgotado, para não revelar o escândalo. O principal prejudicado não desejava represálias e eu vivia, a êsse tempo, de guerra e sobresaltos de tôda a ordem, a fase mais difícil da administração da «Renascença» e um período febril de inquietações pelos amigos dedicados que se batiam em França e na África. Dois anos depois, nova carta sôbre o assunto:

«*Figueira da Foz, 6 de Março de 1919.*

Meu presado amigo e camarada

Aproveitando o ensejo desta carta, cumpre-me também tornar-me a referir ao desagradavel assunto Cândido Guerreiro.

Uma prolongada doença de mais de um ano, agravada com o desgosto da perda de uma filhinha, inutilizando-me durante longos meses para tôda a vida intelectual, e para tudo enfim, inibiu-me de deixar o assunto completamente liquidado, e de dar conta ao meu amigo do que se passára com o Cândido Guerreiro, depois da carta que lhe escrevi.

Pedira-me que o pusesse ao corrente do prosseguimento da questão, e, como o não fiz, cumpre-me agora, por si e por mim, comunicar-lhe o que se passou posteriormente à minha carta. Foi pouco... mas bastante.

Limita-se à resposta do Cândido Guerreiro, que me reconhece realmente, como não podia deixar de ser, a propriedade dos meus sonetos, aliás já anteriormente publicados. E esta circunstância da sua anterior publicação bastaria, se fôsse minha intenção fazer um escândalo público. Mas não desejei nem desejo fazê-lo.

O Cândido Guerreiro diz: «compreenderá V. facilmente... a mágua dolorosíssima ao constatar que *compús e publiquei* num livro de 138 páginas versos que V. já anteriormente *compusera e publicára*»; e, aceitando como explicação uma razão que eu próprio aventei, diz: «Sou obrigado a admitir com V. *que uma reminiscencia vaga, uma elaboração inconsciente, me fizesse reproduzir versos, que porventura V. me leu*». Devo observar, contudo, que se não trata de versos, apenas, mas de *sonetos completos*, e não são um nem dois.

Cândido Guerreiro tornou ainda a escrever-me e pedia-me para me encontrar com êle em Lisboa. Nessa ocasião não pude lá ir, depois veio a minha doença, depois a morte da minha pequenita, e tudo ficou por aqui até êste momento.

Sempre com tôda a simpatia e aprêço, etc. *J. M. de Santiago Presado*».

Combinou-se então que Cândido Guerreiro adquiriria os exemplares existentes aos 10 ou 20 de cada vez e ficou o assunto arrumado.

Calcule-se o nôjo com que, alguns anos depois, li no Rio a seguinte trecho duma carta de Jaime Cortesão:

«Lisboa, 4 de Março de 1924.

Também há dias em Faro se deu uma cêna desagradavel que te diz respeito. Fui ao Algarve para visitar e estudar a região de Lagos a Sagres por causa dos meus trabalhos históricos. À volta fiz uma conferência naquela cidade sobre o «Infante D. Henrique no Algarve». À noite, no hotel, conversava com o Coelho de Carvalho, Bernardo Passos, Cândido Guerreiro e um official do exército, Caetano de Souza, meu amigo e camarada da Guerra, os quais me tinham ido visitar. Veiu à baila a edição dos «Sonetos» do Cândido Guerreiro. O Bernardo Passos censurava-te, pois não quizeras pagar nada ao Autor por uma edição que se exgotou e ainda por cima quizeras fazer uma nova edição de graça. Perante o espanto com que eu recebi essa versão, o Cândido Guerreiro confirmou-a. Sabedor dos factos, declarei que tu eras incapaz de semelhante procedimento, que decerto haveria motivo forte que explicasse aquele caso e que a tua vida de honestidade perfeita te colocava ao abrigo de tal suspeição. O Coelho de Carvalho apoiou-me calorosamente e Carlos Cardoso, fotografo-amador do Pôrto, transmuntano, que tinha ido comigo, confirmou as nossas palavras. Declarei mais que, por ser teu amigo íntimo, me constituía na obrigação de te escrever a comunicar-te o que em Faro se dizia. Perante a atrapalhação do Cândido Guerreiro, que começou a engrolar desculpas, visivelmente comprometido, entendi que o não devia desautorizar mais. Todavia, ao meu amigo Caetano de Souza contei tôda a verdade, isto é, o caso do plágio do Presado. Parece-me que, por tua parte, poderias escrever ao Bernardo Passos, Poeta e Secretário da Câmara de Faro, pondo-lhe o caso em pratos limpos. Deu-se isto em meados de Fevereiro passado. Devo dizer-te que não fui mais longe, porque o próprio Cândido Guerreiro, além dos mais, aceitaram as minhas declarações peremptórias e em tom de quem não admitia desmentido, confirmadas aliás pelo Coelho de Carvalho e Cardoso.»

Não escrevi ao Bernardo Passos, que conhecia muito bem. E não lhe escrevi porque não ligava a menor importância ao que êle pudesse julgar de mim em assunto a respeito do qual eu podia desafiar as mais rigorosas investigações. Nunca me servi da *Águia* ou da «Renascença» para satisfazer caprichos ou vaidades pessoais e nunca deixei de pagar a cada um o que cada um merecia. Sei que, depois de minha ida para o Brasil, vários contractos foram mal cumpridos, desculpando-se algumas vezes a «Renascença» com o «Anuário do Brasil», mas isso já não

era de minha responsabilidade, visto eu ter liquidado tôdas as minhas contas com a «Renascença», de forma bem vantajosa para esta, sem desejar saber sequer se ela liquidava ou não seus compromissos.

Deixei em paz estes meus detractores, que certamente acabariam por se esquecer de me injuriar. E passaram-se 13 anos, sem saber de mais nada.

O ano passado, porém, um distinto amigo e ilustre escritor passou uma temporada no Algarve e lá tornou a ouvir a imprudente e caluniosa canção: eu não pagára a edição dos «Sonetos» de Cândido Guerreiro e quisera fazer nova tiragem nas mesmas ultrajantes condições. Mostrei a êsse amigo a declaração de Santiago Presado e êle, indignado, incitou-me a que a publicasse. Não tive pressa alguma. Tenho sido acusado injustamente várias vezes. Nunca me apresso a defender-me. O tempo, em regra, julga melhor do que ninguém. E se agora estou publicando tôdas estas coisas desagradáveis é porque a minha situação nesta revista me obriga a varrer da minha frente quaisquer embaraços ao bom andamento de «Ocidente».

Porque seria, porém, que Cândido Guerreiro, homem inteligente, insistia em fazer correr a calúnia contra mim e contra a «Renascença», e não fazia uma nova edição do famoso volume?

Creio dar a explicação exacta. Resolvido o incidente com a confissão dêle e com a solução, tomada depois, de ir adquirindo os exemplares existentes aos dez e vinte exemplares, dei o assunto por inteiramente liquidado, apenas o comunicando a Jaime Cortesão, que foi sempre, desde 1910 a 1920, o elemento mais valioso, mais firme e mais prestavel da «Renascença». Nem o próprio guarda-livros soube do caso. Uma vez no Brasil, encarreguei êsse guarda-livros de escrever a todos os autores de livros exgotados ou prestes a exgotar-se, solicitando o direito de nova edição nas condições anteriores, sem me lembrar de excluir os «Sonetos». O guarda-livros escreveu a Cândido Guerreiro e êste ficou julgando naturalmente que eu nunca mais voltaria a Portugal e que, portanto, de posse dêsse pedido do guarda-livros da «Renascença», podia impunemente fazer correr tudo o que lhe aprouvesse a meu respeito e a respeito do livro que não lhe pertence.

Acredito que qualquer outro editor nas minhas condições usasse da discreção que usei durante tantos anos, mesmo depois de hostilizado. O que me parece difficil de encontrar é outro homem de letras tão insensato que se permitisse arriscar assim a sua reputação literária, apenas para saborear o prazer de vingarse de quem nunca lhe fez mal algum e só no último extremo se resolveu a publicar o que aí fica.

ALVARO PINTO

CRÓNICAS

SOB A INVOCAÇÃO DE CLIQ

«PEQUENA HISTÓRIA»
MIGUELISTA

Quando em 1820, naquela manhã célebre de 24 de Agosto — dia de S. Bartolomeu, em que o Diabo espinoteia à vontade —, as tropas formaram aparatosamente no Campo de Santo Ovidio e se distribuiu a famosa proclamação «*Portugueses, uma só vontade nos una*», o sr. João Paulo Cordeiro não cabia em si de contente. Não que fôsse um liberal de convicções firmes e de doutrina sólida — não sabemos mesmo se os havia então em Portugal... —, mas como se julgava pobre e queria ser rico à fôrça, imaginou por momentos que o sol redentor que se erguia luminosamente no velho burgo portuense viria prestes doirar a sua miséria corporal e transformar logo num palacio ostentoso e magnificante o casinhoto amarelo em que habitava modestissimamente lá para os sitios da Cotovia. Vá, pois, de exteriorisar uma adesão incondicional e ruidosa ao novo estado de coisas. Queria-se uma Constituição? Pois bem, êle não sabia verdadeiramente o que isso era, mas gritava a plenos pulmões, nas ruas, nos cafés, nos teatros, em todos os lugares onde o podessem ouvir, a sua fé sem limites, o seu entusiasmo trasbordante pela «*divinal Constituição*». E logo que se esboçou a reacção ao vintismo, passadas as primeiras semanas de embriaguês salvadora, João Paulo Cordeiro appareceu na vanguarda dos liberais para quem os *corcundas* eram pesadêlo diurno e noturno, e impérios, desejos de sangue e apóstrofes de morte saíam da sua bôca em catadupas contra os partidários do Senhor Infante, que andavam a tramar a perda da Nação.

Mas tão exaltada fogosidade política não lhe modificou, ao que parece, a sua vida sempre difícil, — e por isso, como não era homem nem de princípios nem de meios-termos, logo que D. Miguel desponta no horizonte e sóbe ao trôno, vêmo-lo enfileirar ardorosamente entre os mais aguerridos partidários do soberano tão injustamente acusado de usurpador. «Representava agora um dos sustentáculos das instituições, que lhe tinham confiado o alto cargo de primeiro caixa do contrato geral do tabaco e saboarias, considerado como o mais rendoso do reino», — escreve Barbosa Colen na continuação da *História de Portugal*, de Pinheiro Chagas. Os seus sonhos estavam realizadas: — ia ser rico, finalmente! A manhã de Santo Ovidio, os môrras rancorosos aos *corcundas* e a misera choupana da Cotovia perdiam-se já nas brumas do passado...

Como amôr com amôr se paga, João Paulo Cordeiro quiz correspon-

der magnânimamente à confiança de D. Miguel, — e um belo dia dirige ao Rei o seguinte requerimento, agora publicado no excelente *Boletim do Arquivo Histórico Militar* (VII,307):

«Senhor: — João Paulo Cordeiro, Fiel Vassalo de Vossa Magestade, reconhecendo quão grato deve ser à Augusta e Sagrada Pessoa de Vossa Magestade, possuido do mais ardente desejo de servir e ser util, prostrado aos Reaes Pés supplica a Vossa Magestade se Digne de lhe relevar a seguinte exposição. O Supe. tendo lido a Memoria do Coronel Paxhans, e os terribes efeitos que produz o fogo dos canhões de nova invenção, deo ordem para que em Londres com a maior brevidade se apromptassem dois destes canhões que lançassem bombas ou projectis horisontalmente, sendo os mais perfectos possivel de 10 polegadas e de calibre de 80, com todos os aprestes necessários de maneira que coisa alguma lhe faltasse para os pôr em bateria promptos a dar fogo.

Encomendou mais o Supe. 100 bombas ou projectis para estes dois canhões; e 500 para peças de 36, e 500 para peças de 24. Tem o Supe. noticia que a encomenda se aprompta, e calcula que no espaço de 50 dias deverá estar nesta Cidade.

O Supe. desejando ser util á defeza destes Reinos implora a Vossa Magestade a graça de acceitar esta humilde oferta como testemunho de seus dezejos, e como seja necessario que a bateria aonde se devem collocar estes canhões esteja prompta d'ante mão, assim como o lugar proprio para se guardarem as 100 bombas e a materia propria para as encher; e os 1000 projectis para as peças de 24 a 36, he por isso que o Supe. leva á presença de Vossa Magestade esta exposição para Ordenar as providencias necessarias, declarando que o Supe. recorrera para a necessaria instrucção ao Inspector do Arsenal Real do Exercito Manoel Ribeiro d'Araujo o qual fez o desenho e escolha necessaria para a fundição destes Canhões, e projectis, e que o mesmo Inspector poderá dar os esclarecimentos necessarios para tudo estar prompto quando chegarem os canhões e projectis; mas Vossa Magestade Ordenará o que fôr mais conforme ao Seu Real Serviço e R. Mce.»

Num estudo curioso intitulado *Uma «Berta» no cêrco do Pôrto em 1832-1833* (separata da *Revista de Artilharia*, 1933), o sr. coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, erudito director do Arquivo Histórico Militar,

acompanha de perto, e à face de larga documentação, a vária fortuna duma dessas peças monstruosas que o entusiasmo de Paulo Cordeiro conseguira importar da Inglaterra. Eram canhões-obuzes, fundidos em ferro, com 100 quintais ou seis mil quilos de ferro e o calibre de onze polegadas e 9 linhas ou 32^m,3, e que atiravam balas de pedra ou balas ôcas de ferro com um alcance máximo de 2.500 metros aproximadamente.

A saída para Portugal desses mortíferos mastodontes, num barco que do Tamisa os conduziu a Ribeira das Naus, levantou celeuma em Inglaterra, onde o govêrno (ontem como hoje...) foi acusado por Lord Grey, numa interpelação parlamentar, de ter violado a neutralidade. Em Lisboa as singulares peças estiveram expostas ao público em dois domingos, sendo visitadíssimas por tôdas as camadas da população, da nobreza de mais puro sangue à arraia miúda das ruas. Construiu-se um carro especial, que, puxado por muitas juntas de bois, levaria uma delas para Vila Nova de Gaia.

A jornada até à frente de batalha do Pôrto foi um acontecimento épico. Às estradas e caminhos acorriam centenas de pessoas e os padres benziavam com solenidade o poderoso engenho, que já se denominava *Papa-malhados*. A *Gazeta de Lisboa* ia noticiando a passagem do canhão de Paulo Cordeiro através de vilas e aldeias. E um folheto satirico da época, de inspiração liberal, punha a própria peça a falar dessa marcha, simultâneamente penosa e triunfal: — «Por essas estradas deixei época e renome: paredes abaixo, em sítios estreitos onde as rodas do aparelho que me transportavão, não cahião! terraplanar caminhos onde as sobrerodas tolhião a minha passagem! embargos de bois cançados, e substituição dos que fugião de noite, receosos de que o gado destruísse! em fim toda a casta de violencia para tornar fácil o meu transporte nas conhecidas escalabradas estradas de Portugal! tudo deixou apoz de mim hum rasto da famigerada recordação, que o nome de Paulo Cordeiro fica ominoso desde as margens do Tejo atravessando o Liz e o Sena, o Mondego, o Vouga e o Agueda até às mezas do Douro.»

Barbosa Colen afirma que «a peça não correspondera às esperanças que nela tinham posto». E acrescenta: — Servia para pouco mais do que ensurdecer os artilheiros que a serviam...» À face de documentação autêntica e de textos contemporâneos o sr. coronel Ferreira Lima não é da mesma opinião, apontando-nos os estragos que o bombardeamento do canhão de Paulo Cordeiro produziu na cidade sitiada.

Aquando do levantamento do cêrco (Agosto de 1833), os miguelistas resolveram retirar a famigerada peça do local onde se encontrava e transportá-la não se sabe bem para onde. Meteram-na custosamente numa barçaça e lá iam Douro acima, quando foram cair nas mãos duma fôrça liberal, que vinha de proclamar a Ramha em Oliveira de Azemeis e destroçara já um destacamento absolutista que tentara opôr-se-lhe. A peça foi, então, levada para a Ribeira, onde desembarcou e seguiu para a Praça de D. Pedro, puxada

por onze juntas de bois. A sensação causada pelo engenho foi tão grande que, durante anos, a reliquia guerreira se manteve em plena Praça Nova, para gaudío do rapazio portuense.

E o que succedeu a Paulo Cordeiro? É Pinto de Carvalho (Tinop), encantador crónista da velha Lisboa, que nos narra o destino do famoso miguelista. Começa por nos dizer que êle era, durante o reinado de D. Miguel, um dos mais assiduos freqüentadores da casa do negociante inglês João Fletcher, — o Palácio do Manteigueiro, ali à esquina das ruas da Horta Sêca e da Emenda. Por cada ano de govêrno do seu ídolo — acrescenta — João Paulo Cordeiro costumava meter um anel com um solitário nos dedos, de forma que, em 1832, usava quatro aneis com grossos brilhantes. Morava êle então no segundo andar do palácio da esquinafronteira à casa de Fletcher, e que depois pertenceu aos herdeiros de António Pinto da Fonseca, o *Monte Cristo*, tendo instalado o Contracto dos Tabacos, sua principal fonte de abastança, no andar inferior.

Pinto de Carvalho conta-nos depois como é que Paulo Cordeiro se havia para levar todos os dias ao soberano notícias frescas da guerra. «Fletcher empregava um meio engenhoso para interceptar os despachos telegráficos que, pelos artigos telégrafos de Taboinhas — sistema de Chappe —, chegavam à capital. Servia-se para isso de dois telegrafistas seus. Colocava um no alto de S. Pedro de Alcântara, nas águas-furtadas do prédio do Trigueiros, à Rua do Moínho de Vento (prédio fronteiro à Rua da Rosa, e que serviu de hospital dos colericos), e colocava o outro nos altos do palácio do Manteigueiro, sua residência. Paulo Cordeiro tomava conhecimento dessas notícias — que êle ignorava como eram obtidas —, e partia daí para Caxias a comunicá-las a D. Miguel. Nem o rei, nem o conde de Basto, sabiam como eram arrançadas, o que fazia o desespero de ambos. Então, D. Miguel, irritadíssimo, proibiu-o de ir a casa de João Fletcher».

Certo dia em que as notícias eram particularmente desagradáveis para o miguelismo, João Paulo Cordeiro ululava contra os *malhados* com a mesma incontinência de linguagem com que outrora açulava o povo contra os *corcundas* de D. Carlota Joaquina. Então, o negociante britânico Donnett, muito da amizade de Fletcher, disse-lhe: — «No dia em que Você saír a barra com destino à emigração, há-de encontrar o Imperador, que entra triunfante». O vaticínio cumpriu-se, como vamos ver. «Na noite de 23 para 24 de Julho de 1833, João Fletcher, seu filho e seu sobrinho, Alfredo Howall, estavam na Ameixoeira. Daí partiram em sege para Lisboa às duas horas da manhã. Sabedor da chegada, João Paulo mandou um criado seu a casa dos Fletchers, a implorar-lhes por amor de Deus que o salvassem. Fletcher Júnior e Howall dirigiram-se à habitação de Paulo Cordeiro, que encontraram doente, atacado de cólera».

A multidão — eterna criança mal educada — vociferava, agora, nas

ruas, contra os miguelistas vencidos. E quem sabe se Paulo Cordeiro, ao atravessar rapidamente, nos braços dos amigos, para a casa acolhedora do inglês, não entreviu, entre os punhos cerrados, as pistolas aperradas e os cacetes prontos a descarregar, muitos dos que êle incitara, meses antes, na perseguição aos liberais! No Palácio do Manteigueiro esconderam o pobre argentário nas águas-furtadas, embrulhado em antigas velas de navios, conseguindo-se, assim, livrá-lo da ira popular, que exigira uma busca minuciosa a tôda a residência.

Três dias depois, disfarçado de oficial inglês e com barbas postiças, Paulo Cordeiro embarcou na Junqueira para bordo dum navio britânico que se fez de vela no dia 28. Quando saía a barra — e assim se realizava a profecia de Donnett — entrava a embarcação que vinha do Pôrto e que conduzia triunfalmente o *Dador*. Mas pouco tempo decorrido, também D. Pedro conheceria de perto a feminina inconstância da populaça...

ESTUDOS
OLISIPONENSES

Muito em breve nos referiremos com mais vagar ao inegável interêsse que, do grande público e do escól erudito, estão merecendo os estudos olisiponenses. Esta salutar corrente de curiosidade, de investigação e até de gôsto literário filia-se indubitavelmente nas felizes iniciativas de índole cultural de que Luis Pastor de Macedo foi a alma quando no Municipio de Lisboa ocupou o lugar de vereador. A boa semente, então lançada à terra com entusiasmo e com fé, germinou com rapidez e vigor. E em menos de cinco anos poudo registrar-se, com acolhimento mais do que benevolente, a criação de dois fôcos importantissimos de actividade estudiosa, consagrados ao conhecimento e divulgação da história, da arte e do pitoresco da capital: — os Serviços Culturais da Câmara Municipal e o Grupo *Amigos de Lisboa*. Deles teem irradiado publicações da maior valia, ambos se empenhando igualmente numa série de realizações (exposições, visitas, conferências, evocações, etc.) que teem marcado, com crescente êxito, a acção dum núcleo, em aumento sucessivo, de escritores, artistas, investigadores ou simples lisboetas zelosos do seu bairrismo digno do maior louvor.

A reedição da *Lisboa Antiga*, de Júlio de Castilho, a publicação anotada das Narrativas dos Cruzados Osberno e Arnulfo, a nova impressão do *Castelo de S. Jorge*, de Mestre Vieira da Silva, o aparecimento das *Ruas de Lisboa*, de Gomes de Brito, o lançamento do *Boletim Cultural e Estatístico* da Câmara Municipal, e, agora, a revelação da *Lisboa de Outrora* de Pinto de Carvalho (Tinop), marcam as cumiadas duma jornada que merece registro e comentário adequados.

RODRIGUES CAVALHEIRO

NOTAS D'ARTE

CONTOU-ME há dias um artista que passou meia dúzia de anos em Madrid, que havendo feito com exaltação o elogio de Goya, numa tertúlia de intelectuais da qual fazia parte, um camarada seu e dos mais cultos o interrompera, iracundo, com o seguinte comentário: — «*Hombre!* mas êsse é da Frente Popular!» Isto bastou para que o nosso patricio soubesse que Goya era um *criminoso* para os conservadores espanhóis. Pois a mim já me acontecera uma vez em Paris, um caso semelhante. Ao falar de Greco, quando Zuloaga e os modernistas o *descobriram* para negócios e para estandarte das suas revoltas, um músico holandês, judeu e revolucionário obcecado, teve a seu respeito a sêca condenação: — «Sim, sim! seria um grande pintor se não tivesse pintado tantos nobres e tantos santos!»

Estas cegueiras nas pessoas inteligentes e de sensibilidade são de deixar embasbacado um pobre mortal, como eu, que nos seus sonhos de Arte não sabe sujá-la com fanatismos políticos nem com condições fora da estética. São frutos do tempo, é certo, mas frutos duma árvore a cuja sombra os verdadeiros artistas se não abrigam. Por esta razão, provavelmente, é que Deus dotou os seus escolhidos com duas ou mais almas, que tantas vezes se opõem.

— «Eu não sou eu nem sou o outro...»

dizia Sá Carneiro. Calha, até, com freqüência, o raciocínio dos artistas andar de candeias às avessas com o seu temperamento. Isto não quer dizer que um ou outro renuncie às suas liberdades e a Arte não continue independente de tôdas as restantes ideias do homem. A razão áparte da Arte, ignora, por privilégios do seu destino, e até sistematicamente como reacção de ordem emotiva ou de gôsto, as alheias. Sendo a Arte uma resultante do meio, pode ser e é muitas vezes, um protesto contra o ambiente. O seu fim é orientar e enobrecer; portanto, a sua rebeldia que não aceita sujeições de causas frouxas, não tem nada que ser discutida pela policia dos costumes cívicos, nem pelas cegueiras das multidões, nem tão pouco pela lógica comum dos vulgares. A Arte é uma acção de gosto individual, espontânea e indomavel, de causas íntimas, que casualmente pode acertar com os desejos da colectividade, mas não raras ocasiões os censura, num sentido de beleza e de amôr, que fôram as fontes de sua origem. Vinda dos sentimentos e dos encantos da terra, procura nos segredos desta explicar os mistérios do céu, que tanto se ocultam numa flôr como numa prece, numa paixão como numa tempestade. Para a vulgaridade dos homens, é uma loucura que os atordôa, mas que inconscientemente os ilumina. A Arte, finalmente, não tem mais clara explicação do que uma paixão, uma fé ou uma fatalidade... extra políticas.

— Terminado o segundo concurso para o projectado monumento ao In-



MANOS

Por CARLOS BOTELHO

REGIMENTO DE INFANTERIA N.º 6
BIBLIOTECA

REGIMIENTO DE INFANTERIA N.º 5
BIBLIOTECA

REGIMIENTO DE INFANTERIA N.º 5
BIBLIOTECA

fante D. Henrique, foram expostas as respectivas maquetas, ao público, que «ralha de tudo, tenha ou não tenha razão». Mas das deliberações do juri, por leis e hábitos antigos, não há que apelar... Carlos Ramos foi o architecto número 1 dêste concurso número 2. Mereceu o meu abraço e o de tôda a gente, como merece o banquete dos seus confrades; iguais aplausos por motivos iguais, o número 1 do concurso número 1, já os havia recebido há tempos, das mesmas pessoas e dos mesmos confrades.

Como à Condessa de Noailles, «*jamais la verité ne m'a coûté à dire.*»

O cabo de Sagres, por graças do destino que o destinou a Portugal, se não é um monumento inteiro, é mais que meio monumento. Falta só completá-lo, de harmonia com o já construido pela natureza, bem aproveitada a planta e o primeiro e principal corpo da obra, na palma da mão daquele braço que a terra estende pelo mar dentro, de forma tão nítida e grandiosa, que os architectos não possam estragá-la das bandas tôdas do mar e dos excellentes lados da terra, com perspectivas privilegiadas. O seu acresceto — ou continuação no sentido vertical — é de tão grande importância como parece de relativa simplicidade de lógica. Sim! porque architectura sem lógica, é poesia, quando muito! Portanto, para a conclusão dêste monumento que já vai a sessenta metros de altura, delineado pela sorte e lindamente alicerçado, é só uma questão de adivinhar o remate decorativo dêle, cujos projectos de alçado, misteriosamente, o grande engenheiro do Mundo rasgou, dando ocasião aos portuguezes de mostrarem o seu génio, e assim continuarem a obra, para cima, mas todo ao redor daquela vasta e maravilhosa ponta, com vistas da terra, das águas e do céu. Eu não sei se os artistas e os juizes dos concursos, independentemente da literatura, da história e do gôsto citadino em que são mestres, fôram analisar o local do monumento, como convinha a quem tinha o encargo de o completar e julgar. É possível que sim, mas fôram tímidos. Trataram dum pormenor anedótico e esqueceram-se do complemento estrutural daquela enorme massa criada, e do lógico fecho architectónico que ela reclama, tão imponente e impressionante como a sua base. Ao circundar o cabo, quem anda no mar ou calcurria os pedregulhos e as areias da terra, aprende e vê o que falta ali para o monumento ficar pronto. É um problema architectónico de complemento geográfico, como é um problema nacional.

A história e a escultura, sendo primárias na glorificação exigida, são secundárias plasticamente. Os motivos náuticos e literários são pormenores dispensaveis na sua engenharia e sem importância dominante, por serem somente pitorescos e anedóticos.

Há que distinguir entre uma construcção de architectura e um accessorio escultórico ampliado, disfarçando com linhas e planos arbitrários, os encantos da forma e das ideias usurpadas. A architectura é uma arte austera e científica, com importante função de volumes, cálculos, ordem, proporções

e sabedoria interior, racionalista e positiva, inteiriça e magestosa, que não se segura para a eternidade com elementos frageis de inspiração extra.

Tôda a obra de arte deve partir de dentro para fora, da alma para o corpo. Ora a architectura ainda mais que as outras, porque além do espírito e do esqueleto, tem as suas causas práticas de equilíbrio material e utilitárias, que através dos séculos a têm imposto e por vezes assombrado o Mundo. É êste assombro que Portugal espera, para mais possuindo a base dele, já assombrosa para quem lhe passa ao pé. Em architectura, as formas, as graças simbólicas ou imaginativas reservadas às outras artes, só a guarnecem como auxiliares, depois daquela levantada em separado, para enriquecerem o seu rígido delineamento construtivo e espiritualizarem, em notas decorativas, a fria solidez dos seus conjuntos. Quando se parte duma ideia estranha para a concepção interior duma obra de arte que tem as suas razões intransigentemente imutáveis, particularíssimas e, por assim dizer, individuais, enfraquece-se esta e desprestigia-se aquela, como se se torcessem raízes para anormalizar a expressão das árvores.

Repito, que cada arte tem as suas razões; mas as da architectura, não podem negar a razão comum, por ser a única de ordem matemática. Assim, os descritivos realistas ou de subtilidade filosófica, os grafismos emblemáticos, as estilizações de objectos de uso civil ou de expressão humana, quer sejam disfarçados em rectas ou em curvas, quer em grandes planos ou pictóricos efeitos, podem ser motivos apreciáveis na decoração das superfícies ou na sombra dos accidentes que as plantas provocam — e é ver a riqueza dêles nas catedrais! —, mas nunca serão a demonstração dessas superfícies, a objectivação explicativa daquelas sombras ou dos volumes seus causadores, e muito menos do bloco total. Os quadrantes, as velas, as rosas dos ventos, etc., são acessórios de partido ornamental; para serem motivos únicos duma séria architectura, esta resta aberrativa embora pitoresca e original.

O génio inventivo na architectura admite tôdas as fugas da imaginação; mas não pode fugir à sua disciplina inicial, que é severa e intransigente.

— O Dr. Cornélio di Marzio e o Dr. Eugène Deprez, em duas brilhantes palestras sôbre as razões da Arte e as suas relações com a História e com a vida presente, levaram à Sociedade Nacional de Belas Artes um numero e culto público, que, no geral, por falta de crença nos patrícios, não acorre ao convite das suas conferências. Esta descrença nos valores nacionais é outra ferida que nos ficou da escola primária, onde por todos os motivos e mais o moral, se deviam curar tôdas as mazelas hereditárias na raça. Enquanto se doirarem os frutos e se não cuidar do bicho nas raízes das árvores, tudo será baldado esforço e contraproducente ficção. O povo português importa tudo quanto precisa e até do azul do nosso céu desdenha. Não se cria, não se cré, não se basta. Anda divorciado, por êrro teimoso de educação, das graças e

dotes da sua própria vida. Isto acontece nos casos de arte e consta-me que em variadas coisas mais. No entanto — valha-nos ao menos a delicadeza dos gestos! — somos sempre correctos com os estrangeiros. Foi o que aconteceu com os dois professores citados, o primeiro vindo de Itália — a Magnífica —, para bordar uns paradoxos sociais a respeito das ideias de arte moderna, e o segundo chegado de França — a Iluminada —, para fazer umas comparações históricas muito esclarecidas, numa corredia palestra de grande erudição, com os quadros e retratos dos séculos XIV e XV, em França, provando ambos, por A + B, que o Ressurgimento nos seus países é uma realidade, e que antes da velha *Renascença*, a *Nascença* fôra de igual grandeza em todo o Mundo.

Quem, de quando em quando, pelo muito que quere ao seu torrão, sai fora de portas a comparar e a colher lições, verificou aquelas verdades agora cá dentro proclamadas por estranhos e perante o basbaque indígena, deve fatalmente dizer com os seus botões mal cosidos, que em Portugal falta a coragem para falar alto, sobretudo àqueles que deviam tê-la para saberem ensinar baixo. Se os santos de casa não fazem milagres, a culpa não é só dêles, mas igualmente dos devotos. Andamos todos desconfiados a clamar por uma fé de que precisamos, mas nenhum a procura dentro de si, habituados a importar tudo de fora, desde o pensamento às gravatas e desde o gôsto aos meninos.

— Felizmente, de longe a longe, também levamos aos outros as nossas verdades. Foi o que aconteceu desta vez com Reinaldo dos Santos, que em Bruxelas ergueu a sua voz de professor e de crítico de arte, entre os doutores mais especializados no assunto, a propósito de Matsys e das relações dos antigos pintores portugueses com os flamengos e vice versa. Custe a quem custar, a verdade é que Reinaldo dos Santos só é considerado em Portugal depois de ter sido admirado, louvado e premiado no estrangeiro. É ou não é triste esta doença nossa de desconfiados provincianos, na Europa? Pois se até para acreditarmos no génio nacional, deixamo-lo ir brilhar lá fora, e depois é que o importamos!

Decididamente Portugal é um país de comércio onde *Deve Haver* uma *Razão* que ataranta os traficantes e os artistas!

— Pintar com alegria, com convicção, com os sentidos em festa, é uma fôrça maravilhosa, própria dum temperamento moço e duma alma cheia de fé. É que a fé não é uma esperança; é uma certeza! Dá consolação, num meio taciturno de cantadores de fados tristes, ver um artista satisfeito, cantar as côres lavadas duma cidade alacre e variada, como Lisboa, sem finjimentos artificiais de manchas sombrias para destaques dum sol convencional, e revelar a felicidade das suas queridas ilusões em telas vivas, audazes

e viris. Carlos Botelho crê; crê em si e crê na beleza da rua, porque ama, porque sente e porque tem uma visão particular de generosidade. Crê, ama e reza alto, como um devoto da luz que se esparralha por tôda a parte onde a sua argúcia vai colhê-la, como um apaixonado dos panoramas característicos e das misérias mascaradas pela resignada fantasia popular, e como um deleitoso observador dos pregões, um anotador de cantigas, um romeiro contente das emoções e das bemquerenças saudáveis. A filosofia censuradora dos desequilíbrios humanos, que os pinceis dêste artista, por vezes, ensaiam mostrar, acaba por se transfigurar num entusiasmo puramente plástico, que os escapela como aos desequilíbrios das fachadas dos bêcos urbanos ou das anormalidades dos retratos que analisa gostosamente. Carlos Botelho é sempre bondoso com os motivos da sua inspiração. Tem qualquer coisa de garoto no desenho e de menina em noivado nas preferências das suas tintas. Adivinha-se um músico, enternecido e delicado, por detrás do festival simpático da sua pintura. A exposição de Carlos Botelho é chistosa, imprevista e civilizada. É uma graça portuguesa num recanto anticonselheiral de Montparnasse. Deve fazer cócegas nas viciadas concepções da pintura de receituário, dos nossos presunçosos e lúgubres amadores da arte de cavalete e das sensações almofadadas; mas paciência!... O Tejo, as casas côr de rosa ou de alperce maduro, as perspectivas emaranhadas, as flores de papel, os fantoches da rua, as nêsgas de dôr diluidas em perdão, o sol feito em placas de oiro e com mil raios infantis, tôda a gandáia dos espectáculos singelos que só uma subtil sensibilidade sabe descobrir e traduzir, em arrojadas anotações de febre ou com habilidosos golpes de espátula, fizeram de Botelho um dos nossos mais prometedores artistas, que, sem mestres de escola, mas com mestres nos olhos, de dia para dia marcha para a perfeição.

Por enquanto as suas perspicácias não são traições de colheita; mas que tenha cuidado, no futuro, com os vícios da idolatria... Van Gogh, Jongkind e James Ensor, senão outros de igual atracção, com azuis daqui e dramas de além, tentaram-lhe os pinceis em dois ou tres acasos. Todavia a sua personalidade está definida e bem conquistada no bloco da exposição. Onde o artista é melhor, é na transmissão directa da sua verdade e tentado pela verdade da Vida, sendo diferente dos outros, — maior ou menor não se diz —, mas indubitavelmente merecedor dum incondicional louvor.

— A obra de certos artistas de cultura cosmopolita é vária como o movimento das ondas na tempestade. Quanto maior é aquela cultura, maiores são os desejos de vida, mais inconstantes são as inspirações. A fantasia é um permanente tormento para os insaciáveis. Júlio é um dêstes artistas agitados, ávidos de conhecer tôdas as direcções, mas certo nos saltos que dá. Senhor de habilidade física, por timidez a mascara, não vão julgá-lo igual. Já deu a volta ao mundo com a sua arte, e agora ao procurar o eixo do mes-

mo mundo, esbarrou com a poesia. Deslumbrado e infantil, parou um minuto a tecer um lindo poema quási romântico, em delicados desenhos de amoroso, com uma galanteria no traço que parecia furtada às gravuras do século XVIII. Terminados os versos e receoso de atracções mais sólidas, de qualquer escola oriunda do classicismo, mas de nome mais à moda, fugiu do sonho e experimentou os realismos crueis e os sôbre realismos abstractos. Inquieto sempre, com meiguices de pintor e de poeta nos olhos meninos e na imaginação adulta, deu-se férias na vadiagem e veio a Lisboa mostrar-nos os rodopios da sua vida interior. *Ainda* — diz êle disfarçando. Ainda, porque espera dar muito mais voltas em redor do mundo; mas como quando êle corre se leva consigo, estou certo que, antes de se fatigar, deparará consigo próprio isolado, e então fará um definitivo poema, preso ás razões da terra donde saíram as táboas para o seu berço e sairão as do seu caixão.

— No Jardim da Estrela, os congressistas açoreanos prestaram homenagens de profundo respeito regional e com elevadas intensões de espiritualismo, aos seus dois grandes conterrâneos, Antero de Quental e Teófilo Braga, cujos monumentos ali erguidos são da autoria de Teixeira Lopes e de Diogo de Macedo, para quem os oradores foram generosamente amáveis, nas suas eloqüentes orações. Porque o caso é pouco vulgar no tratamento dado aos artistas, registamo-lo como lição de cortesia.

— Há igualmente a registar uma exposição em Bruxelas, da pintora e gravadora Mily Possoz, que há muitos anos vive e luta em Paris, e que, segundo informações dos jornais, tenciona regressar brevemente a Portugal, onde nasceu. Dos seus triunfos, lá fora, freqüentemente as revistas de arte nos dão notícias. Alcançando agora mais êste no país da sua família, julgo dever anunciá-lo áqueles que sempre, como eu, a admiraram, não duvidando nunca de que, conquistados os louros ambicionados, voltaria à sua terra, como voltou Canto da Maya e tantos outros, ainda que mais não seja, para morrer esquecida, cuidando das flores das suas jarras ou contando pelas contas dum rosário as suas saúdosas glórias.

— Os médicos, muitas vezes, gostam de discutir as estátuas e as pinturas, quando pilham *nós* para expansões de análise, sob o aspecto anatómico que presumem ser igual ao dos seus saberes. No geral êstes médicos, ingenuamente, estão em desacôrdo com os artistas, como a função daquelas mesmas anatomias; e porque uns têm obrigação de ser escravos da ciência e os outros têm a liberdade de a interpretar, armam-se contendias entre as classes, guerreando-se até, por ambas terem razão. No entanto, é notavel o número de médicos amadores e colecionadores de belas-artes, e mais notavel ainda

é a vocação de críticos que a classe fornece aos problemas plásticos. Entre nós são estes abundantes e dos melhores.

Este mês alguns feitos houve, relacionados com belas-artes, cujos protagonistas fôram êsses referidos médicos, professores e críticos. O primeiro foi a saída, a seu pedido, da Escola de Belas-Artes, de Lisboa, do Dr. Henrique de Vilhena, que há longos anos guiava os estudantes daquele estabelecimento. Não me interessando os motivos desta inesperada resolução, posso afirmar, no entanto, o quanto ela foi penosa aos discípulos, presentes e passados, porque o Dr. Henrique de Vilhena, além de excepcional professor de anatomia artística, era um justo e delicado analista de arte, amigo de todos os seus alunos.

O Dr. Xavier da Costa, médico e académico, culto e activissimo investigador, tem no prélo e prestes a publicar, uma série de documentos e cartas inéditas de artistas nossos do século XVIII, que pela sua novidade e importância, assim como as dos retratos desconhecidos que acompanham êsses documentos, vão causar agitada perturbação no nosso meio artístico.

O Dr. Reinaldo dos Santos, outro médico distinto como aqueles, Presidente da Academia Nacional de Belas-Artes, vogal da Academia de História e agora eleito para a Academia das Ciências, aproveitando uma simples excursão da secção turística da sua classe, a Evora, fez ali mais uma instructiva conferência sôbre a arte daquela região, passando o seu saber pela História de Arte através dos séculos, até chegar ao de quinhentos, em que a sua sensibilidade artística anda empenhada em aclarar dúvidas, para identificar muitos quadros e assim prestar novos serviços à causa que tanto o apaixona.

— No palacete da rua Barata Salgueiro estiveram patentes à admiração pública, tres exposições ao mesmo tempo. Pelo movimento, pela agitação e pela vida que êste caso deu às salas da Associação dos artistas, mostrando a ansiedade de tantos sonhos, era de louvar a repetição de tais festas, com a porta aberta às vizinhanças, embora nada tivessem umas com as outras e cada qual em sua casa fôsse senhor; mas por vezes os contrastes muito próximos, beliscam. Assim desta feita, a mocidade daquelas numerosas raparigas vestidas de branco, como enfermeiras ou filhas de Maria, palradoras, mexediças, felizes pela novidade da sua revelação ao ar livre, tornava mais sîsuda a austeridade do *Ar-Livre* do lado, onde uma trindade de pintores já fartinhos de barulho ao seu redor, deviam sofrer as irreverencias daquelas gaiatas e a variedade do seu mostruário escolar, perturbando-lhes a intimidade da sua arte de equilíbrio. Não a vi, é certo, mas adivinho-a, porque sei do socêgo respeitoso que os velhos artistas adoram ter junto da sua obra.

— A exposição dos alunos da Escola António Arroyo tinha seu quê de arraial, simpático, audaz de diversidade, utilitário e alegre. Pelas provas da-

das que ali se vendiam, mostra-se que as escolas de arte applicada estão dando lições de febre e de gôsto às de mais petulante chamadoiro. De secção para secção o interêsse dos visitantes crescia, analisando o progresso dos desenhos e a concepção na sua applicação aos objectos singelos da vida caseira, que numa orientação assim bem dirigida deve transformar a decoração dos lares remediados numa melhoria louvavel, alegrando-lhes a alma e a família num sentido estético de arranjos íntimos. Estas escolas técnicas merecem o aplauso, sobretudo do povo, pelo aperfeiçoamento das suas profissões e pela beleza do que com elas pode alcançar, em favor da felicidade.

Bem hajam os mestres dêstes refúgios de ensino, que com tanto amôr cuidam dum bem social! Há no entanto um pormenor a atender neste mostuário e um outro a aperfeiçoar convenientemente, visto as nossas tradições industriais poderem corrigir êsses senões: — o desenvolvimento estético mais português logo nos trabalhos iniciais, e o apuramento nas decorações e, porventura, nas combinações das grêdas e dos vidros da cerâmica, para o qual não nos faltam elementos de base, no passado. Algumas peças de jeito fino colhido em bazares, outras a fingir de modernistas em motivos por nós cultivados há muitissimos anos, só deviam ser permitidas em mãos excepcionais de fogosos alunos. Está bem que a secção de publicidade, com cartazes influenciados pela técnica e pelas combinações de Kradolfer — um estrangeiro que nos veio dar lições gerais nesta especialidade — seja o que lá se vê e muito bem apresentado, porque é uma novidade entre nós, e o que até então se fazia era infeliz. Agora o restante... não. Na verdade, a secção de labores femininos, bordados e rendas, era a mais civilizada, a mais bonita e a mais nossa, a que mais me deu ganas de applaudir e levar para casa.

— A exposição do Mestre Lourenço de Almeida é outra bela lição tradicionalista. E note-se que o artista não sendo já uma criança, sabe ainda criar novidades com o seu sentido educado numa Escola prática de província, e com o seu amôr á profissão herdada no sangue da família. A coisa que mais admiro no meu semelhante é o amôr que êle possa ter ao seu ofício, seja sapateiro ou doutor, bordadeira ou mestra régia, desde que não estejam fora dos seus lugares, como infelizmente tanto acontece.

Mestre Lourenço é um apaixonado do seu ofício, e pelos dotes com que Deus o fadou e êle soube desenvolver, bem merece o orgulho desta religiosa exposição. Trá-lo nas palminhas da mão um Poeta, e outra gente fina da província o estimula com justos actos e palavras. Sendo um obreiro simples que, qual aranha paciente, vai tecendo teias de caprichoso desenho, apegado mais ao prazer da laboração em que se deleitam as suas mãos, do que aos elogios por fim conquistados, êle não deixa de ser um artista sábio, rebuscador dos museus e dos seus segredos de estilo, intrometendo-se por ve-

zes, arriscadamente, com a matéria viril e nobre em que trabalha, nos encantos plásticos doutros destinos.

Entre Gargallo e Mestre Lourenço vai a diferença dum imaginário para um ourives. Cada um deve ficar no seu lugar, e sendo ambos grandes pelo amôr ao seu ofício, nenhum é maior que o outro e ambos merecem da Pátria. Os ferros forjados, torcidos, lavrados e até policromados por Mestre Lourenço, com repuchados milagrosos de folhagem e fragilidades de renda, arrancaram do meu entusiasmo uma sincera admiração, quando os vi aplicados a grades, a lâmpadas, a brazeiros e a relicários, onde o seu engenho natural e imposto pela matéria, delirava num à vontade sabedor.

Esta exposição dum homem já batido no ofício, com responsabilidades a quererem forçar as páginas da História de Arte Contemporânea, era um autêntico santuário de coisas belas e inspiradas na nossa tradição secular, que devia servir de exemplo a muitos artistas consagrados.

— A *Exposição de Arte Moderna*, em S. Pedro de Alcântara, não sendo o *Salon* oficial de Lisboa, foi o Salão mais harmónico, mais simpático e mais *vivo*, do ano. O modernismo deixou de ser um papão, foi a pouco e pouco convencendo os desconfiados e os mal educados, tornou-se equilibrado, sério e respeitado. O tempo é bom diplomata, grande mestre e imparcial juiz. Já ninguém barafusta com as audácias da côr, ninguém ri das composições abstractas, ninguém se irrita com os desenhos livres, com as técnicas anti-academicas, nem com as visões e concepções individuais, reconhecendo-se por fim que só estas são verdadeiras, pertençam a esta ou àquela escola, sujeitas a qualquer princípio de estética ou de moral artística, pendentas ou independentes no baloiçar caprichoso das sensibilidades, consoante Deus quere, os homens podem e a Vida ordena. A chamada Arte Moderna é a Contemporânea; a outra pertence aos museus, à tradição, à história e à verdade de ontem. A moderna é a consequência ou a reacção desta, e também pelas mesmas causas, pertencerá aos museus. Os revolucionários do «*Orfeu*» conquistaram a glória; os «*Independentes*» foram consagrados; e todos os demais insatisfeitos e inconformistas tomaram o seu lugar devido, humanizando-se e transmitindo com relativos apuros de execução nas obras, as fantasias ou interpretações da sua alma.

Esta Exposição do S. P. N., apesar de pequenas falhas na distribuição da luz e na escolha do pano de fundo, e de não ter sido espalhada por salas várias, onde as obras se valorizassem individualmente e as afinidades e orientações de cada grupo se harmonizassem separadamente, sem contendias nem intronamentos com os vizinhos, foi, mau grado êstes senões, uma ordeira e linda amostra do gosto dos artistas mais novos de Portugal, em competência fértil de habilidades e jeitos habilidosamente disfarçados na

assimilação do que se faz lá fora, sob motivos nossos, regionais e realistas, onde tres ou quatro moços de mais angústiosas aspirações, mas de igual mérito nas traduções, usando e abusando da tragédia, se infiltraram pela literatura inspiradora dos motivos de efeito, mais ou menos distraídos da sua função de plásticos e dos seus deveres de pintores que só devem ser poetas com os olhos, com o coração e com a paleta. Dêstes, Mário Eloy é o chefe, educado na Alemanha e nos meios fantasistas dos escritores, admirador de Gromaire, de Chagall, de Patellière, de Grosz e de tudescos quejandos, alcançando formas tortas no nosso meio e espantações nesta galeria, com os retratos de Gaspar Simões, em estilo Michelin, de Max Jacob, em espírito, e de dois anjos simpáticos; Guilherme Camarinha, moço de igual e mais calmo talento, com as côres de Dordio Gomes e com as truculencias visionárias de Henry de Groux ou dos primitivos de além Alpes, compoz uma impressionante *Coroação de Espinhos*, teatral e arrumada, tendo talento para mais altos destinos; Magalhães Filho esculpiu um *Messias* abandonado até das árvores, em talhe de fresco e sublinhado de intensões ilustradoras, por 9.000 escudos, com os juro e tudo, da tradução bíblica. Esperemos que êles todos venham à vida, às boas do juízo e às da pintura...

Tôdas estas obras eram decorativas, intelectuais, habilidosas e alheias. Salvo Eloy, em parte, estes sonhos foram sonhados de fora para dentro. De resto, êste pecado quási se generaliza nas anciosas aspirações dos nossos moços criadores de Arte Moderna, que, ou esquecidos de si ou duvidosos das nossas fortunas, ou apressados no *estar a par* ou por falta de estímulos profissionais e estéticos dentro de portas — recorrem às lições dos centros cosmopolitas, ignorando as causas várias e as dolorosas combinações daquela arte, sacrificando o seu temperamento de admiráveis vocações, às modas inventadas para amadores opulentos e esfaimados de originalidades.

Nesta galeria há uma oportuna lição a aproveitar, com o painel de Francisco Smith, artista português que vive há trinta anos em Paris e nunca se esqueceu da sua terra nem dos líricos dons da sua raça. Para ser um pintor notável num meio exigente e culto, como Paris, não precisou de abdicar de si próprio — antes pelo contrário — nem enveredar por técnicas doutros, nem assimilar a verdade estrangeira, colhendo sim os ensinamentos dos museus e das exposições, para correcção das sensações próprias a exprimir, mas dando-nos ao cabo de tantos estudos e tantos anos, um *Algarve* justo, ainda que evocativo, português, com nítida personalidade do interprete, cheio de amendoeiras, de terrassos e de chaminés, onde só falta o mar e as cisternas, tão decorativo como os outros, mas muito mais fiel às graças que de nascença possui.

Temos mais dois exemplos, nas senhoras desta exposição, a registar: — Estrela de Faria e Clementina de Moura. Se a primeira, no grande painel

cristão — «*Deixai vir a mim os pequeninos*» —, revela doces influencias dos sombreados de Mariette Lydis ou dos lenços pré-raphaelitas ingleses, o certo é que, tanto ela como a segunda, nos retratos expostos, para conseguirem dois mimos de boa pintura, não precisaram de recorrer a terceiros para se imporem com honestidade, delicadas no desenho e no carinho das técnicas, um pouco pálidas, talvez, mas liais à sua fé, socegadas e perfeitas, sem quere-rem imitar os machos nem os extranhos, modelando bem uma bôca apetito-osa, dando vida a uns olhos e encantando os nossos com o seu talento.

De Carlos Botelho e de Van Gogh já mais atrás disse o que pensava, escolhendo um quadro seu para ilustrar estas *notas*, por ser de justiça. De Jorge Barradas, como anda em mudança de estilo, prefiro esperar o resultado de tal resolução, para saber em que época teve mais razões. Gôsto tem êle; o que deve é ter desconfianças da sua grande habilidade. O néo-classicismo é um resultado e não uma maneira... Frederico Jorge, que aportuguesou a tempo o nôme, também parece ter entrado nos eixos, pintando a sério um retrato simples e de bonitos tons, sem preocupações de espalha brazas, ainda que com escapulidelas de pincelada catita, mas com pormenores de finos contrastes. Manuel Lima, que conhece a gramática do ofício, expõe uma gostosa composição decorativa, bem nuançada e equilibrada, a pedir uma parede de casa moderna, ainda que os architectos andem em enganosos princípios de emancipação, guerreando as outras artes por êrros de rivalidade ou petulância de créditos. Machado da Luz foi ousado e original, sem a tôla preocupação de o ser. Os comedidos repontam com aquela visão de perspectivas crueis, louvando-lhe apenas certos pormenores da *Esfregadeira*. A censura é injusta, como foi a dos franceses, aqui há anos, quando Caillabotte appareceu com os «Enceradores de soallo», no museu de Luxemburgo. Tôda a realidade na vida, vista de cima ou de baixo, é digna de consideração. Machado da Luz merece o meu aplauso sincero, porque foi honesto, bom observador nas particularidades da sua figura e não procurou agradar ao público, com pinoquices de fácil alcance, como outros que lhe ficaram áquem e de mais famas.

Celestino Alves é um novo, moderado e hábil, apaixonado pelos sistemas sombrios e discretos, com apêgos ao vegetal luminoso de Corot e aos recortes do grupo dos *Nabis*, no néo-tradiconalismo que entre nós teve Armand de Basto como propagandista, capaz de ser alguém pelo quanto promete; Tomaz de Melo é um caso de boa vontade tenacissima, com gôsto a maleabilidade de espírito, que de salto para salto atingiu desta vez uma *cimaise* honrosa, com o seu recanto de *Rouen*, algo cenográfico nos contrastes da imagem escolhida, mas do melhor que tem produzido. Júlio Santos foi das mais simpáticas revelações dêste certamen. A grande *Païsagem de Extremoz*, afora minudencias escusadas que viciaram a sua visão inicial, e certa crueza de tom e de pincelada, é um excelente painel, que marca um artista em pleno progresso. A *Païsagem de Sintra* é mais largamente tratada e de efeitos

emocionais. O *Pastor alentejano*, porém, é o seu melhor quadro, rude e justo em tudo, seriamente construído, sem alindamentos usados neste género de figuras populares, com um naco de charneca ao fundo, inconfundível e portuguesa. Júlio Santos avançou um bom passo em frente de si mesmo, e neste teimoso gesto de respeito à verdade, desviado de estrangeirismos, tomou um compromisso com o futuro. Ricardo Bensaude e Manuel Lapa têm dois retratos feitos com honestidade.

Abel Manta não precisa de adjectivos nem de elogios. A sua obra passada é um atestado de bom comportamento, que lhe grangeou os foros de bom pintor entre os melhores do seu tempo, da exuberante estirpe do Rubens, do Goya e do Renoir, que desde a «Pescadora da Nazaré» e da «Natureza morta com um peixe», até êstes dois retratos que ora expõe, cada dia mais assegura o seu nome, como excepcional objectivista, visto a pintura psicológica ou abstracta não ter nada a ver com o seu temperamento de beirão, positivo e português sem misturas, embora lírico e de vistas altas como os habitantes da montanha. Dordio Gomes, por último, é outro mestre da pintura contemporânea. O seu grupo de retratos — a *Família do artista* — é o quadro número 1 desta exposição. Em pintura por pintura, ninguém lhe leva a palma. Para êste artista, a Vida é pintura, é côr nas suas combinações, é um quadro permanente de variedade, onde a sua febre, essencialmente de colorista, se espaneja com amôr e quasi obcecado entusiasmo. Excitado pela luz e pelos contrastes da composição da côr, não vê senão volumes e equilíbrios de jôgo colorido nos motivos que transplanta da realidade, caracterizando-os numa maneira muito sua, nervosa e inconfundível, sempre expressiva e á vara larga, quedando a mór parte das vezes, como Cezanne, insatisfeito, incompleto, mas de bem com a consciencia. O seu quadro de *Evora*, cidade branca que conhece desde que abriu os olhos em Arraiolos, foi transfigurado em côres velhas por uma concepção livre de decorador, sujeito embora a uma verdade concreta que repudia trucagens na arte.

— Editado com simpáticos intúitos de propaganda do gôsto singelo e amoroso do nosso povo, e numa patriótica divulgação das características folquelóricas e etnográficas das terras lusitanas, o S. N. P. encarregou o pintor Paulo de ilustrar e compor tipográficamente um formoso album, em moldes originaes e de bom sabor, sôbre *Quelques images de l'art populaire portugais*, onde o artista se revela em mais uma faceta bizarra, das suas multipas e habilidosas aptidões. O livro, luxuoso e limitado a uma tiragem que só os intelectuais estrangeiros gosarão, insere dois estudos de António Ferro e Augusto Pinto, explicando literáriamente as *novidades tradicionais* que Paulo, com alegria, soube colher em tôdas as nossas províncias, para dizer ás gentes civilizadas que a arte popular portuguesa não é menos bela que a erudita colhida por alguns companheiros seus, nas galerias e revistas lá de

fora. E, a propósito, vem a talhe de foice perguntar aos críticos se a arte popular e a erudita não serão a mesma arte, antes e depois duma cultura que a espiritualise e enobreça?

— Cumpre-me anunciar antes de fechar o balanço do mês, a exposição dos quadros de Matsys, no Museu de Arte Antiga, que, vindos da Madre de Deus e depois de convenientemente limpos e retocados, para regalo de meia duzia de amadores e artistas, se patenteiam ali como jóias cubiçadas. Pena é que vergonhosamente para os nossos brios e as nossas queridas loucuras, tão pouco seja visitado pelos portugueses êste museu, desde as camadas cultas que lhe preferem os botequins, ás camadas altas que só procuram gosos nos cinêmas e nas corridas automobilísticas, e aos proletários que só vibram com o futebol ou com os carapetões das guerras entre os lobos. Neste sentido havia que criar núcleos de propaganda de arte e de visitas educativas a estes lugares sagrados, entre tôdas as classes, levando-se ali as escolas, as oficinas, os clubes e a fina flor da sociedade, passando-se pelos refractários círculos de intelectuais, pelas casernas e pelas associações religiosas, visto com as dos políticos a arte não se entender, nem elas terem tempo para contemplações generosas.

Estampa-se aqui um pormenor dum quadro de Matsys, máscara dolorosa e belamente reintegrada na sua primitiva expressão, para defesa das minhas censuras, que por bem intencionadas me serão perdoadas no ajuste das contas finais.

Findou o mês com um ténue alarido em volta do túmulo de D. Diniz, aberto e deslocado, em Odivelas, por ordem da Direcção dos Monumentos Nacionais. O caso, certamente, subirá até ás Academias, porque o túmulo e o tumulado merecem que Portugal se preocupe com êles. E não só êste caso, mas igualmente a representação parcial da arte portuguesa na Exposição bial de Veneza, num pavilhão espanhol, deve dar cuidados a quem cuida oficialmente da nossa honra. Almada Negreiros soube cumprir o seu dever. Com o seu gesto, ponho gostosamente o ponto final nestas notas de Maio, o mês mais fértil de novidades na terra e nas artes.

DIOGO DE MACEDO

CINEMA

«A EXPOSIÇÃO HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO» Não podia ter sido mais prometedora a estreia da Missão Cinegráfica às Colónias de África, iniciativa magnífica do Ministro das Colónias. Conhecedores da competência de António Lopes Ribeiro — sem par, no nosso País —, não receámos nunca que ela fôsse inferior ao que dela se exigia. No entanto, a prova prestada conseguiu surpreender-nos, porque não menosprezavamos as tremendas dificuldades da empresa. O carácter estático de tôdas as exposições — e especialmente duma exposição como a da Ocupação — é das coisas mais anti-cinematográficas que conhecemos. Justificou-se por isso a nossa surpresa quando verificámos que António Lopes Ribeiro tinha conseguido dominá-lo, de tal forma que em frequentes passagens chegou a anulá-lo completamente.

O público e a crítica fez justiça ao trabalho do realizador, mas estamos convencidos que muita gente não pode avaliar no seu verdadeiro valor os méritos da realização. Para tal, são necessários conhecimentos cinematográficos fora do vulgar. Assim, a maioria há-de julgar que foi incomparavelmente mais fácil conceber e dirigir o documentário da Exposição do que a *Revolução de Maio*. Não foi. Foi incomparavelmente mais difícil. António Lopes Ribeiro teve de certo de *mobilizar* mais engenho para êste documentário do que para a *Revolução*. Pensamos muito a sério que foi assim — e por isso damos o maior apêço a êste seu trabalho.

A «prova dos nove», neste caso, tirou-a o público. O êxito do filme foi flagrante e insofismável, mesmo descontando os aplausos que tôdas as exhibições provocaram. Pois bem: o documentário foi realizado sem quaisquer preocupações de ordem comercial. Julgamos saber, até, que não havia a intenção de o mostrar ao público, pelo menos incluído num programa de espectáculo corrente (a metragem do filme, aliás, garante que não nos enganamos). A-pesar-de tudo isso a platéia do *S. Luiz* interessou-se pelo filme de ponta a ponta, sem cansaço, sem impaciência, antes com agrado patente — e tanto quem vira a exposição como quem não a conhecia. É que o público tinha na sua frente, durante 40 longos minutos, uma coisa bastante diferente do que está acostumado a ver, uma coisa imprevista, com que não contava porque não julgava que houvesse em Portugal quem a soubesse fazer: uma *cultural*, uma *cultural* autêntica, a primeira que se faz em Portugal mas que é tão boa como as boas que se fazem lá fora.

O caso dêste filme serviu ainda para demonstrar mais uma vez que o público é susceptível de compreender e de gostar de espectáculos «difíceis», digamos. Exige sim que êles sejam bem feitos, como é de justiça — mas isso é outra história. Por nada perderíamos a ocasião de o anotar aqui.

Já dissemos bastante para se perceber que temos a maior estima pelo

valor cinematográfico do filme. Mas queremos ainda sublinhá-la dizendo que a passagem em que é descrito e evocado o feito de Chaimite, por meio da *maquette* de Emmérico Nunes, nos recordou a emocionante estreia da desnata-deira na *Linha Geral* de Eisenstein. A comparação, se tem o seu aspecto anti-pático, não deixa de ser altamente prestigiosa.

Seria injusto não se assinalar ainda a esplêndida fotografia de I. Gold-berger e M. Luiz Vieira e o excelente comentário de Manuel Múrias, que encontrou no realizador do filme um magnífico intérprete. Sem lisonja, cremos que M. Múrias soube dar ao seu trabalho o «tom» ideal para o efeito, colocan-do-se a meio distância entre o panegírico e a informação.

D. M.

«Portugal, prôa da Europa, que sulcaste mares «nunca dantes nave-gados», e descobriste, para além das névoas, remotos mundos de florestas verdes e virgens, de rios de safira, de palácios e pagodes, de ouro e pedra-rias; Portugal de santinhos meigos, de fidalgos liais, de tropeiros galhar-dos, de soldados destemidos, de mareantes audazes, de lavrantes primoro-sos, de lavradores humildes; campo sòlheiro de pão; jardim de cravos, girassois e camélias; terra de lendas, de história heróica, de soberbas gló-rias; Portugal da aventura, da paixão e da saúdade; — Portugal, meu amor, quem te não estremecerá?» — ANTERO DE FIGUEIREDO.

PANORAMA INTERNACIONAL

NUM mês sucederam-se factos muito importantes na vida de relação das potências. Não é possível ao cronista ocupar-se de cada um destes factos. Teremos de ir volvendo um olhar pelo horizonte internacional, detendo-o nos pontos que nos pareçam de mais curioso panorama...

CONFERÊNCIAS EM ROMA

Fechámos a crónica passada com uma referência ao acôrdo ítalo-britânico, dizendo que êle constituia uma compensação ao «eixo», compensação certamente tão desejada pela Inglaterra como pela Itália. Na verdade a política externa italiana teve sempre uma feição *sottile*, arguciosa, que provinha de ter de jogar mais com a habilidade do que com a fôrça. Sabe-se que a Triplice, formada em 1882, para durar cinco anos, se prorrogou em 1887 e se arrastou até à Grande Guerra. Durante tôda a duração da Triplice, a Itália teve por vezes acessos galofobos muito acentuados, principalmente quando Crispi dirigiu a sua política externa. Mas nunca tentou fazer uma política anti-britânica. Pelo contrário, o que se conhece dos bastidores da diplomacia europeia do tempo mostram que a Itália tentou atrair a Inglaterra a uma política em que entrariam os dois Impérios Centrais, espécie de Pacto dos Quatro, que havia de tentar-se novamente com Mussolini. Nesse tempo ficariam fora do Pacto a França e a Rússia. Agora ficaria excluída apenas a Rússia. Frustrou-se o Pacto dos Quatro porque os acontecimentos políticos supervenientes inutilizaram os projectos dos homens. Mas não se pode dizer que não esteja esboçada nova formação dum poderoso grupo de Nações, que serão quatro, se as negociações entre a Itália e a França conseguirem remover os resíduos duma política de ódio anti-fascista que dominou no *Quai d'Orsay*; e que serão tres, se em França persistir o domínio das Lojas na política.

Por agora registemos, como sintoma feliz, que a Itália e a Inglaterra estão numa fase de relações liais e bem intencionadas. A Inglaterra reconhecerá brevemente o Império da Etiópia e garante à Itália a liberdade plena do canal de Suez, mesmo em tempo de guerra, consoante dispõe a Convenção de 1888. A Itália acaba com a propaganda anti-britânica do pôsto de Bari, garante o excedente das águas do Tsana ao Nilo Azul, reduz a metade as fôrças da Líbia, adere ao tratado naval de Londres, retira «proporcionalmente» os seus voluntários de Espanha, prometendo retirá-los de todo logo que acabem as hostilidades e garantindo que não manterá nenhum privilégio político ou territorial em Espanha, nas Baleares ou em Marrocos. E entre ambas as potências ficou assente que nenhuma delas procurará modificar unilateralmente ou secretamente a situação do Mediterrâneo ou do Mar Vermelho.

Em boa verdade tôdas estas clausulas do acôrdo se reduzem a duas essenciais para ambas as partes contratantes: o reconhecimento do Império Italiano, para a Itália; e a liberdade do Mediterrâneo e do Mar Vermelho para a Inglaterra. O mais são accessórios.

CONFERÊNCIAS
EM LONDRES

Obtida esta conciliação italo-britânica, a Inglaterra tratou de estabelecer relações idênticamente seguras com Paris. A política interna francesa deixara de ser a obcecação sectária, que durante tanto tempo envenenou a Europa. Era possível tratar com um govêrno, que, não sendo o que no momento actual a França require, tem todavia o aspecto normal e civilizado. E o sr. Chamberlain convidou Daladier, chefe do govêrno, e Jorge Bonnet, ministro dos Estrangeiros da França, a visitarem-no em Londres, para conversarem sôbre os assuntos mais importantes da política europeia.

E os dois estadistas francezes foram à fala. Do que trataram só podemos ter notícia pelo comunicado official publicado na imprensa europeia em 1 de Maio.

Nele se diz que as conferências dos ministros francezes com os ministros britânicos versaram sôbre alguns dos problemas de maior interêsse para a paz internacional e que a discussão decorreu num ambiente de mutua confiança. Como é de crer, o assunto mais importante daquelas diligências foi o acôrdo anglo-italiano. E diz o comunicado:

«Os ministros francezes e britânicos examinaram o resultado das recentes conferências entre Lord Perth e o ministro dos Estrangeiros da Itália, consignadas no tratado, tal como foi publicado. Os ministros francezes aprovaram esta contribuição para o apaziguamento europeu. Os ministros inglezes, por seu turno, manifestaram a esperança de que as negociações, que o govêrno francês acaba de abrir com o govêrno italiano, dariam resultados igualmente satisfatórios.»

Evidentemente aqui diz-se às gentes que a Inglaterra aconselhou a França a que mudasse de rumo na sua política externa e deixasse de transplantar para ela os seus rancores partidários. É natural que o sr. Chamberlain tivesse repetido nestas conferências o que um dia disse na Câmara dos Comuns:

— Eu não gosto dos fascismos, mas êles existem e não há remédio se não contar com esta realidade.

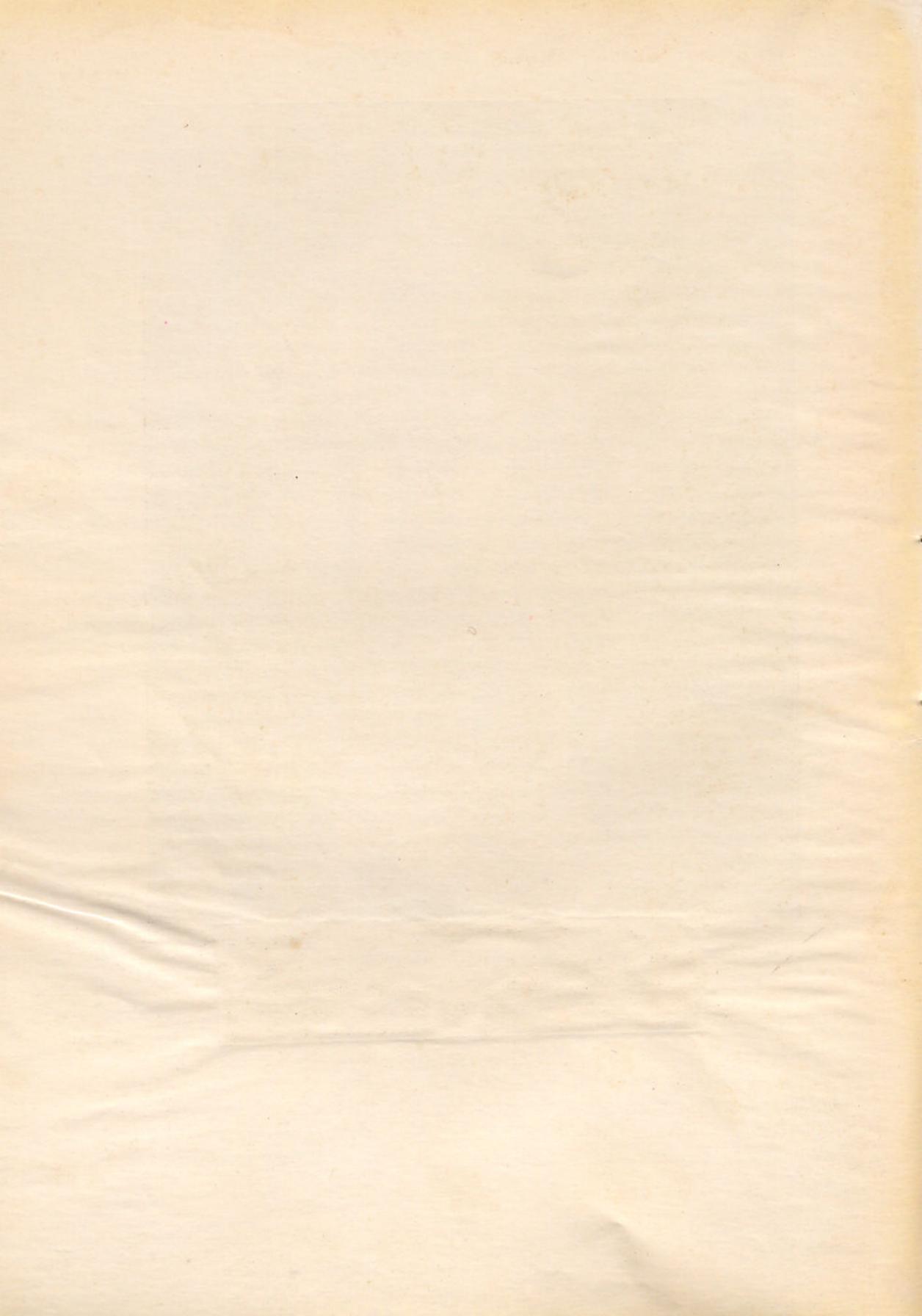
Nas conferências de Londres se tratou sem dúvida da questão espanhola também. E a Inglaterra deve ter dado bons conselhos à França: convém que entre em relações de lialdade com a Itália e...

Vejam os comunicados:



ROUEN
(ADQUIRIDO PELO MUSEU DE ARTE CONTEMPORANEA)

Por TOM



«Concordaram (os ministros) em que o apaziguamento do Mediterrâneo resultante destes acórdos contribuiria para a execução do resolvido em 4 de novembro de 1937 relativamente à retirada dos estrangeiros participantes na guerra civil e facilitaria os acórdos relativos à retirada do material».

Deve ter-se presente que nesta altura da guerra não devem as Lojas nem o «Komintern» desejar que se retire de Espanha pessoal nem material. Porque se ficasse em Espanha apenas o que é espanhol, a vitória de Franco estaria alcançada dentro de 48 horas. Mas as exterioridades legalistas em França não se dispartiram, ainda daquele formulário e a Inglaterra toma por bom o palavrório das declarações officiosas. É uma forma característica da ironia britânica...

Mais assuntos: a Europa Central. Convieram os ilustres políticos em que se deve procurar uma solução pacífica e justa dos problemas daquela região. Isto é, a França não obteve que a Inglaterra se compromettesse a defender pela intervenção armada a integridade da Checoslováquia.

Trataram ainda os ministros de assuntos do Extremo-Oriente e de casos que iam ser apresentados na próxima reunião do Conselho da S. D. N.

Em resumo: a política externa francesa está nitidamente subalternizada e aceitou as indicações de Londres. Não será muito airoso, mas é a menos pior das políticas, é mesmo a única possível. Ou isto ou o isolamento. Porque a Europa não podia de forma alguma aceitar a política de rancores do *Quai d'Orsay*. E a França será rebocada numa orientação, que deveria, por decôro e utilidade própria, ter iniciado de livre e espontânea vontade...

DOIS BRINDES EM ROMA

Já vimos de forma sumária no em que consistiram as diligências para acertar as políticas entre Roma e Londres e entre Paris e Londres. A-pesar-de já um tanto atrasados estes factos, era indispensável recordá-los para os endentar na lógica dos que se seguiram.

Nestas combinações internacionais, a Itália tomou um rumo a que a forçaram, mais que as preferências ou natural propensão, as atitudes dos seus «amigos» e dos seus «irmãos latinos». Mas, hábil e subtil, procura compensar as coisas. E depois de se haver estabelecido o acôrdo ítalo-britânico, recebeu com inusitada pompa a visita do seu poderoso aliado germânico.

A viagem do «Führer» a Roma foi dos acontecimentos mais importantes desta quadra diplomática, sem dúvida. A recepção feita a tão assinalado hóspede foi digna das éras cesaristas. Não nos deteremos a descrever o cerimonial e as ostentosas paradas militares em honra do Condutor duma nação tradicionalmente militar. Esse aspecto espectacular, embora de grande importância para o decôro do acto, não nos interessa grandemente. Passemos às palavras e vejamos o pouco nelas expresso, — pouco, visto que a palavra

foi dada aos homens e principalmente aos diplomatas para esconderem o seu pensamento...

Chegou Hitler a Roma em 3 de maio. Saltemos sôbre as festas e manifestações de vários géneros em sua honra realizadas. E vamos dar conta do que, num soleníssimo banquete, em 7 realizado no palácio Veneza, disseram os dois ditadores. As suas palavras são as iguarías que naquela comida melhor nos sabem ou pelo menos mais suscitam o nosso apetite de notícias...

Mussolini brindou. Bom mobilizador dos factos históricos para serviço das suas ideias, lembrou que ambas as potências fizeram a sua unificação nos últimos cem anos. Termos de comparação mais actuais são os que se referem à ideologia política dos dois países:

«Nos últimos tempos ambos os países se libertaram do flagelo das ideologias destruidoras para criarem o novo regime do povo que é característico do nosso século. É neste caminho traçado pela História que marcham unidos os nossos povos, com intenções líais e animados desta confiança persuasiva que deu as suas provas no decurso dos acontecimentos dêstes anos de paz e de entendimento entre ambas as nações».

Depois garantiu que a Itália será líal nesta amizade. Ambas as potências deixaram para trás de si as utopias e procuraram um regime de vida comum internacional, garantia de paz para todos. Esta garantia requiere, porém, que a todos os povos seja reconhecido o direito a uma vida de trabalho e à sua própria defesa.

Com mais palavras, o brinde de Mussolini resumiu-se nisto: a Itália é sinceramente amiga da Alemanha; similitudes históricas, a coincidência de regimes e a cooperação prestada nos últimos tempos cimentam esta amizade. É preciso que a Europa tenha esta realidade presente.

Hitler foi um tudo-nada mais extenso. Sentiu-se comovido com as manifestações que em Itália lhe foram prestadas. Referiu-se à identidade de sistemas, mas acrescentou logo a indicação numérica de quanto pode e vale esta aliança, mercê do avultado número de indivíduos, que nelas se integram:

«O movimento nacional-socialista e a revolução fascista criaram duas grandes potências que hoje, num mundo de decomposição e perturbações, se erguem como um bloco de ordem e de progresso são. Sucede assim que a Itália e a Alemanha têm os mesmos interesses e estão intimamente ligadas pela comunhão da sua doutrina espiritual. Surge assim na Europa um bloco de cento e vinte milhões de homens resolvidos a defenderem os seus direitos vitais e eternos e a afirmarem a sua atitude contra tôdas as forças no caso de elas quererem opôr-se à evolução natural da Alemanha e da Itália».

Esta identidade de sentimentos perante o mundo moderno criou a sólida amizade, que liga as duas potências. Durante os últimos anos, esta amizade foi rijamente provada na incude da hostilidade geral. Hitler teve a ha-

bilidade de lisongear o fascismo, lembrando a sua ascendência romana. Resurge o Império Romano, ao lado do Império Germânico. Mas a Alemanha garante que respeitará os direitos da Nação vizinha:

«A minha vontade inabalável e o meu testamento para o povo alemão é que seja considerada inviolável a fronteira dos Alpes, que a natureza ergueu entre nós. Sei que se abrirá diante da Alemanha e da Itália, então, um futuro grandioso e fecundo.

«Duce»! Como vós e o vosso povo tendes mantido a vossa amizade pela Alemanha em dias decisivos, assim eu e o meu povo provaremos a mesma amizade para a Itália em horas difíceis».

E terminou elogiando a fôrça, beleza e recursos da Itália Renovada.

Claro está que os jornais se deitaram a adivinhar o que veramente teria constituído o assunto das conferências celebradas entre Hitler e Mussolini. E uns aventaram que foi principalmente a questão checoslovaca, outros que a expansão económica das duas potências nos Balcans, outros a questão colonial e alguns supuseram ainda, ingenuamente, que Hitler foi a Roma para tomar conhecimento do potencial militar italiano. E chamamos ingénuo a êste supôr, visto que nunca se pode fazer ideia da fôrça bélica dum Estado, vendo o que êle mostra numa parada. Do que se estadeou nas ruas de Roma e de muito mais terá a Alemanha conhecimento, sem necessidade das paradas em sua honra organizadas pelo fascismo. Como não há maneira de saber ao certo quais os assuntos que mais pábulo deram às confabulações dos ilustres homens públicos, atenhamo-nos às palavras oficiais.

UM DISCURSO EM GÉNOVA

Mussolini anunciara que em 14 diria em Génova algo de importante sôbre a política externa da Itália. E o mundo aguardou ansioso a sua palavra.

Os adversarios do fascismo e da Itália encontraram fácil assunto para sarcasmos na aceitação do «Anschluss». Mussolini respondeu-lhes de maneira concreta:

«Em 11 de março a Itália encontrou-se mais uma vez numa encruzilhada, que lhe impunha tomar rapidamente uma decisão. Dessa escolha poderiam derivar a desordem, a paz ou a guerra, dela dependia o destino da Europa. Mas os acontecimentos não nos haviam colhido de surpresa; haviam sido previstos no seu entendimento lógico. Por isso a uma diligência diplomática, naquele caso muito mais instante que em quaisquer outros, respondemos imediatamente e muito energicamente: — Não!»

O leitor está a lembrar-se de a França — que ainda não reconhecera a conquista da Etiópia, e obrigára, pela sua atitude, a Itália a rumar a política externa no sentido actual — ter a... a... — iamos a dizer inconsciência, de perguntar a Roma qual a atitude do governo fascista perante o caso do

«Anschluss». E a resposta da Itália, a quem mais uma vez se pedia que fôsse a polícia da Europa e a ala agente e operante numa Europa tocada de inércia e impotência, respondeu com resolução e energia que — «Não!»

Certo é que a atitude da Itália foi bem diversa em 1934. Mas depois disso, comentou Mussolini, farto caudal de água passou «debaixo das pontes do Tibre, do Danúbio, do Tamisa, do Sprea e também do Sena». Tudo o que representava a chamada frente de Stresa morreu e não será a Itália quem o ressuscite.

E para retroceder a uma recordação já apagada no espírito dos italianos, porque a Austria actual estava bem longe de ser a de Meternich e de forma alguma assustava fôsse quem fôsse, Mussolini disse:

«A Itália não podia assumir indefinidamente a tarefa da odiosa Austria dos Habsburgos e de Meternich».

Sim, a Austria fôra outrora bem antipática aos italianos. Depois... pas-sára muita água debaixo das pontes e a Itália deixou de ver na Austria a ameaça, antes lhe parecia uma correcção ou compensação ao poderio germânico. Mas a água dos rios continuou a correr sob as pontes e as potências colocaram a Itália na condição de Nação precita. Houve que enfrentar outra política: —

«Hoje os mundos germânico e romano estão em contacto. A sua colaboração não pode deixar de ser fecunda.»

O «eixo» existe, mas não impedirá que outras potências estabeleçam com a Itália lial cooperação. E Mussolini cita os acôrdos italo-iugoslavo e italo-britânico. Êste último estende-se do Mediterrâneo ao Mar Vermelho e será duradouro e fecundo porque a Itália o cumprirá honradamente, certa de que o mesmo fará a Inglaterra.

Mas as negociações com a França são mais difíceis;

«Com a França não sei se chegaremos a uma conclusão, porque na guerra de Espanha estamos do outro lado da barricada. A França quere a vitória de Barcelona e nós desejamos e queremos a vitória de Franco.»

Assim fica explicado ao mundo que a Itália não se ilude com palavras quanto ao sentido da luta que se trava em Espanha. Não é uma guerra de dois partidos; é uma guerra de ideologias, que decidirá talvez dos destinos da civilização ocidental.

Definidas assim as relações da Itália com a Inglaterra e a França, acrescentou que o seu govêrno deseja a paz com todos. E responde agora a um discurso anti-fascista, que o presidente Roosevelt há meses proferiu:

«As directrizes da nossa política são claras. Queremos a paz com todos e quero dizer-vos que o «Reich» nacional-socialista não deseja menos ardentemente do que nós a paz da sua terra. Mas a paz para ser segura deve ser armada. Queremos a paz, mas devemos estar prontos, com tôdas as nossas fôrças, para defendê-la, especialmente quando chovem os discursos mesmo além do Oceano, discursos sôbre os quais devemos reflectir. Há que concluir que as pretensas grandes democracias se preparam verdadeiramente para a guerra de doutrina? Em todo o caso é bom que se saiba que, nesse caso, os Estados totalitários farão imediatamente bloco e marcharão até ao fim».

Não se pode dizer que não seja claro, nítido e bem expressivo. A política externa da Itália está bem expressa. A reacção mais viva foi a da opinião francesa. Alguns jornais atacaram o «Duce», que dá à França tratamento diverso do que dá à Inglaterra. Estaria certa a censura, se os factos, em França correspondessem às palavras. Mussolini nunca escondeu que em Espanha havia voluntários italianos. A França fala sempre como se estivesse candidamente limpa do pecado de participação no drama espanhol. Ora, como a Itália tem lá os seus voluntários e os seus observadores, sabe bem o que vale a participação francesa e deve nutrir o maior desprezo por uma política de mentiras e hipocrisias, que todos os dias proclama a não-intervenção e todos os dias reforça o auxílio aos «republicanos». O jornalista Pedro Héricourt publicou uma documentação fotográfica desta cooperação, documentação verdadeiramente esmagadora, no seu documentário — «*Les Soviets et la France fournisseurs de la Revolution espagnole.*» Quando depois dum notavel discurso de qualquer ministro francês se folheia êste livro, não pode a gente furtar-se a um sentimento de indignação perante a comédia que se desenrola no mundo. Ora Mussolini, se não verbera os discursos hipócritas, fala como quem bem sabe o que êles valem.

Êste discurso de Mussolini não foi tanto para completar os brindes do Palácio Veneza, como para responder às criticas feitas por êsse mundo á sua política internacional, que tem sido forçada a variar de forma tão sensível. Verdade seja que êle poderia dizer que lhe atirasse a primeira pedra o estadista que houvesse mantido nos actos a coerência requerida pelas palavras. Certos jornais franceses semeiam de remoques os seus comentários aos acontecimentos do «eixo». Um comentador habitualmente sensato, Pedro Bernus, escrevia há dias no «Journal des Debats» que a Itália «foi demasiado longe para poder agora retirar-se do jogo empreendido com certa leviandade». Chega a ser ingénua êste modo de dizer. A Itália esteve em dado momento numa situação de vida ou de morte — graças à França e não à França de Blum, à França de Laval, a considerada civilizada e moderada. Nesse momento foi obrigada a lançar mão à primeira boi que lhe atiraram, porque *primum vivere, deinde philosophari*. Em França chama-se a isto «leviandade».

Na verdade, a política externa da Itália é extremamente desagradavel para a França, mas foi a França que a quis, foi a França muito mais que a

Inglaterra e muito mais que a Rússia, quem empurrou a Itália para a Alemanha.

CASOS VERSADOS
EM GENEVRA

Em 9 abriu a 101.^a sessão do Conselho da Sociedade das Nações. Para quê? Para manter durante mais algum tempo a fachada do edifício colectivo, dos acôrdos internacionais de grande categoria. No programa desta sessão havia graves problemas a tratar: a reforma do Pacto, a questão chinesa, a questão espanhola e a questão do Império Italiano.

Digamos desde já, para abreviar, que os ilustres preopinantes não acharam meio de reformar o pacto, como o Chile requeria, e que esta república sul-americana, coerente com as suas reclamações, abandonara uma sociedade, que não passa de tertúlia de algumas potências.

Sôbre a China também o sr. Wellington Koo teve de se consolar com uma vaga moção, que deixa tudo como está. Resolvam lá essas coisas com o Japão como puderem.

Os outros dois assuntos interessam mais ao comum da gente.

A questão etíope todos querem arrumá-la de vez, a-fim-de dar às relações internacionais da Europa a normalidade e a legalidade necessárias. Mas ninguém desejava dizer abertamente, pelo claro, que todo aquele engenho do pacto se frustrara lastimosamente.

Começou-se pela exposição, que Lord Halifax se prestou a fazer, do acôrdo ítalo-britânico. O delegado da Letónia, sr. Munters, que presidia, manteve a seriedade necessária para que o decôro da sessão fôsse digno do acto histórico realizado.

Não perguntou Lord Halifax se o auditório entendia que o acôrdo estava ou não dentro do espírito de Genebra e se o Conselho não fazia opposição a que se realizasse. Informou a ilustre assembleia de que era facto consumado. Disse que sempre tivera intenção de informar a S. D. N. quando o acôrdo estivesse para se realizar; como isso não se fez, vem ao menos dizer que é caso arrumado. E explica as razões que a tal levaram o govêrno inglês: a questão etíope criara uma situação melindrosa entre a Inglaterra e a Itália. Para bem de ambas as potências e para bem da paz geral, era urgente resolver esta situação. E aproveitou o ensejo, para, do alto da tribuna de Genebra, dar conselhos à França:

«Apreciariamos particularmente que o govêrno francês acolhesse expressamente este acôrdo como contribuição para a paz europeia e que êle fosse também apreciado pelos membros da «Entente» balcânica».

E ninguém se deve escandaliza com aquele acôrdo, porque o seu fim não é senão o da S. D. N.: a paz. Isto disse Lord Halifax em Genebra. O que equivale a dizer que a paz se guarda muito bem sem Genebra.

Outros delegados falaram sôbre o assunto. Merece menção a declaração do sr. Bonnet, ministro dos Estrangeiros da França, que anunciou estar o seu país também em negociações com a Itália. Isto agora anuncia-se como virtude...

O delegado russo, o camarada Wallack Meer, que foi em seu tempo célebre pelo assalto ao Banco de Tiflis, fez as suas reservas: é preciso que as relações internacionais não venham a sofrer com aquele acôrdo italo-britânico! E quanto à Etiópia, não deixou de verberar — êle! — a agressão italiana.

Na reunião de 12, o Conselho votou, por grande maioria, que a cada Estado fôsse concedido o direito de reconhecer ou não o Império italiano. Era o que já todos estavam a fazer sem licença de Genebra. Mas assim os legalistas ficam satisfeitos...

O pobre Negus foi assistir àquilo e levou uma larga exposição. E viu com os seus olhos e com os seus ouvidos ouviu como aqueles sujeitos soles, que o incitaram a uma «resistência», que lhe custou o guarda-sol e o trôno, peroravam sem sequer se molestarem com a sua presença e sem terem dado atenção alguma à sua fastidiosa exposição...

Mais acesa foi a discussão do caso de Espanha.

Del Vayo, ministro dos Estrangeiros de Valencia, (verdadeiramente não sabe a gente, agora, se há-de chamar-se de Valência, se de Barcelona, o «governo» de Negrin...) apresentou um largo e lamuriento apelo ao Conselho. O tom lugente da oratória marxista não impediu que o «orador» cometesse a imprudência e audácia de atacar a Inglaterra e a França, denunciando «a deserção de certas democracias, que conspiraram com os agressores. Vimo-las concluir com êles pactos que não deixarão de facilitar as intervenções estrangeiras em Espanha».

Depois vociferou contra a Itália e contra a Alemanha e contra a não-intervenção, a princípio tão do agrado dos marxistas, mas agora por êles considerada funesta e eliminanda...

A imprudente e impudente filípica de Del Vayo teve ocasião de fazer Lord Halifax sair um pouco da sua fleugma, para lhe castigar a insolência, dizendo que a Inglaterra sabe que ambos os partidos têm recebido auxílio estranho. E, como no caso da Etiópia, o delegado francês apressou-se a dizer que o seu governo está de pleno acôrdo com a atitude da Inglaterra.

Aquela chamada a Londres foi de grandes resultados...

Por fim procedeu-se à votação da proposta de Del Vayo, para acabar a não-intervenção. Obteve apenas os votos do proponente e de Litvinoff. Assim Valência e Moscovo foram ostentamente derrotadas em Genebra.

Um assunto se esqueceu cuidadosamente em Genebra: a Austria. E todavia aquele Estado era socio da Liga. Bem merecia um *requiem*...

Ainda um pormenor: a Suíça declara-se perfeitamente neutra perante os problemas que a S. D. N. suscite. Não quer complicações...

O CASO CHECO-SLOVACO

Demasiado longa vai esta crónica. Não deixaremos, porém, de fazer ainda breve referência à questão checoslovaca. Porque continua a haver na Europa uma questão checoslovaca. Mau é que haja estas questões. Algo terá que se fazer para eliminar a questão. É como com os órgãos do nosso corpo. Quando começamos a dar freqüentemente pela sua existência a saúde não é muita...

Já vimos que a Inglaterra não se quer comprometer com declarações sôbre a questão da Europa Central. Ainda por ocasião da visita dos ministros franceses a Londres, Chamberlain evitou tomar compromissos categóricos. E logo a seguir, segundo noticiaram as agências, os embaixadores inglês e francês em Praga aconselharam o ministro dos Estrangeiros do sr. Benés a entrar em concessões que atenuassem a agudeza do problema sudeta. Foi uma sugestão amigavel, um parecer e não uma insinuação dêstes diplomatas na política interna da Checoslovaquia, segundo se explicara préviamente. Não sabemos se o govêrno de Praga foi da mesma opinião. Aos estranhos no assunto pareceu um conselho demasiado insistente.

De repente, soube-se que o «Führer» dos sudetas, sr. Conrado Henlein, estava em Londres, por convite dum «amigo» inglês, que está em relações muito íntimas com o govêrno de Londres» e que desejava informar-se cuidadosamente sôbre o problema sudeta. E soube-se também que Henlein almoçara com o sr. Winston Churchill, que passa por ser um dos inspiradores da política externa do sr. Chamberlain e por seu embaixador particular para certas diligencias mais discretas. E que ao almoço assistira «Sir» Roberto Vansittart, secretário permanente do «Foreign Office». Diz-se ainda que antes de ir a Londres o sr. Henlein estivera na Alemanha, não se sabe onde, mas poderia muito bem ter sido em Berchstegaden.

Teremos uma intermediação britânica entre o sr. Benés e o sr. Henlein, elevado assim à alta categoria de sub-chefe de estado dum verdadeiro «puzzle» de raças? A Inglaterra não quer vêr-se em dificuldades por causa dum Estado artificial, que nada interessa à sua política. Também não queria abster-se por completo do assunto, porque os princípios são os princípios. Por isso tenta estabelecer uma acalmação, que proporcione ensejo de se resolver um dia o caso a bem, isto é, em paz.

A RUINA DO FRANCO

Ainda um caso: o govêrno francês é, como previmos, um govêrno hesitante, sem as características firmes, que alguns esperavam do chamado «taureau de Vaucluse». A sua debilidade perante a política interna e a sua docilidade perante a política externa britânica — o sr. Chamberlain está a pautar nitidamente a política do Quai d'Orsay — não são de molde a prestigiá-lo excessivamente, num momento em que a França carece dum govêrno bem forte e de iniciativa. Um acto praticou, porém, o govêrno Daladier: nova desvalorização do franco,

após uma alocução ao contribuinte por intermédio da rádio, na qual se descreviam as condições economicas e financeiras da França de maneira verdadeiramente alarmante. Depois duma sessão tempestuosa na Câmara, ficou a divisa francesa em 179 francos por libra! O franco vale a vigéssima parte do seu valor autêntico. Uma catástrofe para todos os que vivem dum ordenado, dum soldo, dum rendimento, duma reforma, dum pé-de-meia! Assim a democracia, cada vez mais avançada, cada vez mais «depurada», atira para a miséria grande parte da população francesa! Ainda há dois anos a libra estava a 75 francos; está agora a 179! Certa imprensa francesa chama a isto «estabilização do franco». Pode ser a estabilização no aniquilamento total. Também é estabilizar...

A esta diminuição da fortuna francesa em 58 por cento há que juntar pequenos pormenores: uma balança comercial desfalcada em 18 biliões de francos; despesas do Estado computadas num bilião por semana; «deficit» anual de 50 biliões; 500 bililões de dívida; agravamento dos preços de retalho em 47 % em 18 meses; etc.

Remedio para situação de tal maneira calamitosa? Intensificar o trabalho e reduzir ferozmente as despesas. Ora o trabalho diminui constantemente, pela redução das horas semanais e pelas greves endémicas; a redução das despesas é de todo impossível num regime democrático, escravo dos partidos e das clientelas.

A França há de curar-se, porque Deus fez as nações curáveis, mas à custa de terríveis dificuldades e terríveis tormentas. Os franceses terão de pagar os desperdícios cometidos pelos homens que levaram ao poder. Estas coisas pagam-se muito caro.

18 de Maio de 1938.

PEDRO CORREIA MARQUES

«Nós temos na península interesses muito especiais e corremos riscos que outros não correm. Consideramos que a opinião pública de alguns países, e designadamente da França e da Inglaterra, está mal formada em relação ao verdadeiro problema espanhol e à natureza dos acontecimentos ali desenrolados. Alguns não acreditam no perigo comunista; nós, ao contrário, vêmo-lo, sentimo-lo, tememos se instale em Espanha com a ajuda estrangeira e, finalmente, se frustre o intento de deixar aos espanhóis a escolha do seu regime futuro — pois não haveria liberdade nacional nem independência onde várias *internacionais* talhassem a seu contento os povos e os governos». — OLIVEIRA SALAZAR.

INTERCÂMBIO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO

PUBLICAMOS no fascículo anterior as Sugestões do Embaixador Nobre de Melo sobre o intercâmbio cultural luso-brasileiro, sugestões que representam um completo programa de bom entendimento entre os dois países irmãos. Podemos acrescentar que deve chegar brevemente a Lisboa o Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, tudo nos levando a crer que dedicará grande parte da sua estada aqui ao patriótico labor de insinuar no ânimo do Governo o espírito geral do que, tão lúcidamente, sugeriu na Conferência do Itamarati. Entretanto, e visto que ao mesmo fim de intercâmbio cultural se destinam tôdas as iniciativas inteligentes de estudo dos problemas que possam interessar a razão de ser dos dois povos, damos aqui lugar a alguns trechos do ilustre sociólogo Gilberto Freire, publicados na «Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional», a que noutra página nos referimos. O artigo destina-se a convocar os competentes para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das Colônias, bem merecendo a atenção dos que possam ouvir o brilhante apelo.

Eis o que escreveu Gilberto Freire:

«Creio que em nenhum gênero de estudos se impõe com maior insistência a cooperação de brasileiros com portugueses e luso-descendentes de outras terras do que neste: o estudo de problemas de arte culta e popular comuns aos nossos países. O inventário, a análise e a interpretação das obras de arte realizadas pelos portugueses na Europa, principalmente depois das conquistas e navegações e, por influência dêles, nos países onde predominou o tipo lusitano de colonização.

Só por êsse esforço, em comum, será possível determinar com segurança as características gerais da arte de sabor português e as suas diferenciações, nas várias terras onde se fez sentir não só a influência do sangue como a da cultura da gente de Portugal. Um povo com uma capacidade única de perpetuar-se em outros povos. Dissolvendo-se neles a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e culturas estranhas mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos dos seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser que, passados séculos, os traços portugueses se conservam na face dos homens e na fisionomia das casas, dos móveis, dos jardins, das embarcações, das formas de bolo.

A arte de origem portuguesa na América como na África, na Ásia e nas ilhas, está cheia dos riscos de tão esplêndida aventura de dissolução. Portugal seguiu em sua política colonizadora aquelas palavras misteriosas das Escrituras: ganhou a vida, perdendo-a. Dissolvendo-se. Por isso tantos dos seus valores de arte mais característicos persistiram. Persistiram e persistem. E persistem em combinações e diferenciações inesperadas, mas que guardam o sabor do original: das raízes hispânicas.

A arquitectura religiosa portuguesa conservou-se no Brasil quasi sem alteração. A militar, igualmente. Nas próprias casas-grandes patriarcaes, tão cheias de combinações novas e de diferenciações às vezes profundas, os traços predominantes conservaram-se portugueses. Na arte do doce, da cozinha, da louça, do jardim, do móvel, da escultura religiosa, dos trabalhos de ouro e prata, dos instrumentos de música, dos brinquedos dos meninos, das embarcações de rio e de mar, a força criadora do português, em vez de se impôr, com intransigência imperial, ligou-se no Brasil ao poder artístico do índio e do negro e, mais tarde, ao de outros povos, sem entretanto desaparecer: conservando-se em quasi tudo o mais característico.

Esse poder de persistência na arte portuguesa é admirável e merece ser estudado com amor e vagar, no Brasil como nos outros países de colonização lusitana. Do mesmo modo é preciso que se estude nos objectos de arte brasileira a influência da Índia, da África, da China, do Japão, através de Portugal, onde tantos traços exóticos foram assimilados, antes de se comunicarem ao Brasil. Outros nos vieram directamente daquela e de outras terras e aqui é que foram assimilados ao todo luso-brasileiro.

Por outro lado não deixou de haver sobre a arte culta e popular de Portugal sugestão da natureza brasileira. E não só sugestão dessa natureza em seu estado crú como influência de uma paisagem e de um meio social colorido fortemente pela escravidão e pela miscegenação. Esses traços de influência ou de sugestão brasileira sobre a arte portuguesa da Europa estão exigindo uma análise pachorrenta e demorada. Eles se encontram nos doces — nos quais certos ingredientes brasileiros se juntaram aos da Índia ou da África, ou simplesmente aos tradicionais, portugueses, para produzirem combinações novas para o paladar, para o olfacto, para a vista. Nos jardins — os bons jardins portugueses — onde mais de uma planta brasileira se tornou elemento valiosíssimo de côr ou de forma artística nova para a Europa. E o pesquisador há-de descobri-los também na arte do azulejo — influenciando-lhe os motivos; na da escultura em madeira; na da própria filigrana; na da pintura; na da louça. Dentre os trabalhos em madeira — e madeira quasi sempre brasileira, que desde o século XVII se tornou a das construções nobres em Portugal — recordarei, de passagem, os que se podem admirar na sala de jantar da casa dos condes de Sabugosa em Santo Amaro. E de plantas brasileiras em jardins portugueses, as que se encontram tão à vontade e cuidadas pelas mãos

de um chacareiro velho, que por muito tempo viveu em Pernambuco, nos jardins dos marqueses de Fronteira e actuais condes da Tôrre. Jardins que me parecem da maior significação para o estudo do espirito artístico do português nas suas qualidades mais características, entre elas, o poder de assimilação do exótico e a capacidade para combiná-lo com os elementos mais tradicionalmente portugueses.

Na pintura portuguesa são traços ou sugestões brasileiras a surpreender e fixar certas notas de côr local que aparecem em retratos de personagens portugueses que estiveram no Brasil. Não só manchas de côr convencionalmente brasileira — papagaios, araras, outros pássaros — como evocações de nossa vida patriarcal e perto da mata virgem: figuras de índios e de escravos negros; trechos de natureza ou de paisagem meio bruta; vultos de animais terríveis.

E não devemos nos esquecer dos numerosos retratos de brasileiros — por conseguinte interpretações artísticas de um tipo de homem ou de mulher de origem portuguesa já diferenciado do europeu pelo cruzamento ou por influências poderosas do meio físico e de condições sociais — que se encontram em Portugal. Uns em museus, outros em casas particulares.

.....

Problemas dessa natureza — todos êles dentro do maior e mais e mais complexo, que é o da interpretação das características gerais do velho espirito português ou do actual, luso-brasileiro, em suas expressões artísticas diversas e nas suas várias maneiras de reagir, pela arte, a influências estranhas e de assimilar, também pela arte, elementos exóticos — precisam de ser estudados em conjunto, por pesquisadores portugueses e brasileiros animados do gôsto — tão raro entre nós — de colaborar.

Essa cooperação se impõe com tanta fôrça que contra ela não prevalecerão os restos de brasilofobia em Portugal nem os de lusofobia no Brasil. Os homens das gerações mais novas, aqui como lá, sentem que ao lado das pátrias políticas, existe esta realidade inegável: a unidade cultural luso-brasileira ou luso-afro-brasileira, a que pertencemos todos os portugueses e filhos de pais colonizados pela gente de Portugal. Essa realidade cultural se apresenta com problemas que exigem para o seu esclarecimento e para a sua interpretação a mais inteligente e constante das cooperações em vez de esforços soltos e prejudicados por patrioteirismos rasteiros.»

Êstes e outros incitamentos semelhantes são os que mais podem interessar o estudo consciente dos problemas culturais luso-brasileiros, como base para futuras ligações de utilidade mútua.

As visitas de amabilidade, as missões de cortesia podem facilitar o necessário estudo, mas são inconsistentes como as alegrias causadas pelo champanhe. Promova-se uma constante e metódica cooperação e o intercâmbio volver-se-á, facilmente, na mais clara e fecunda das realidades.

BIBLIOGRAFIA

TEMAS DE HISTÓRIA de *Rodrigues Cavalheiro* — Prefácio do Prof. *Edgar Prestage*. — Pôrto, 1938. (Livraria Civilização).

Rodrigues Cavalheiro juntou neste volume alguns dos seus muitos ensaios dispersos por jornais e revistas. Nenhum dêles deixa de ter interesse, ou porque o tema seja versado com elementos novos ou mal conhecidos, ou porque é encarado quási sempre por facetas imprevistas.

São vinte um ensaios; e dêles a metade interessa a pormenores de um dos mais deficientemente estudados capítulos da nossa história — o período que vai de 1580 a 1640 e os da Restauração.

Rodrigues Cavalheiro poucas vezes se serve de documentação manuscrita inédita. As notas que reúne prova os seus ensaios, são porém, extremamente importantes, porque foram extraídas com a meticulosidade dum «chartiste» de livros muito pouco lidos, memórias ou informações de diplomatas, onde, às vezes, ninguém suspeitaria algumas observações de interesse para a história pátria.

Porisso, se pode dizer que o trabalho de Rodrigues Cavalheiro consiste em incorporar na historiografia portuguesa algumas notas dispersas ou perdidas, mas tão valiosas, que iluminam com outra luz certos episódios da nossa história. Assim, por exemplo, o estudo sôbre «O Moínho de D. Utécia», é a incorporação de um trabalho de Mercedes Bellesteros — trabalho pouco divulgado e que R. C. admiravelmente aproveita, como sempre faz.

Mas, para nós, os estudos mais valiosos do livro são os que respeitam à Restauração de 1640. R. Cavalheiro interessa-se muitíssimo pela época — e não se ignora mesmo que traz entre mãos uma vida de D. João IV, para escrever a qual, realmente, poucos se encontrariam tão bem apetrechados de informações, colhidas há anos com infatigável devoção.

Acrescente-se para dar a melhor ideia do volume, que o dr. Rodrigues Cavalheiro, — um dos nossos mais brilhantes colaboradores, — é um escritor vigoroso, cuja pena segue obediente a expressão do seu pensamento e da sua cultura. E isso nos leva a crer que essa colecção de ensaios é um dos mais bellos livros de ensaios históricos nos últimos tempos publicados.

O prof. Edgar Prestage, com a sua grande autoridade, escreveu para o livro de Cavalheiro três páginas de prefácio em que aponta mais algumas achegas ao perfil de D. João IV.

A edição é agradável e cuidada.

M. M.

PERFIL DE SALAZAR — Elementos para a História da sua Época por Luiz Teixeira. — Lisboa, 1938.

Este livrinho é o desenvolvimento dum artigo publicado no *Diário de Notícias* em 27 de Abril passado, para comemorar o 10.º aniversário da posse do dr. Oliveira Salazar no Ministério das Finanças. Fez bem Luiz Teixeira em publicar então o artigo e em refundi-lo agora no livro, que se lê dum fôlego, naturalmente, e traz meia dúzia de coisas novas ao estudo da personalidade de Salazar. (Por isso mesmo é que julgamos que fez bem: porque tinha na verdade alguma coisa nova a dizer...)

— Pròpriamente, o «Perfil de Salazar» que Luiz Teixeira nos dá, é apenas um aspecto de Salazar. Mas é um aspecto fundamental por ser o da sua formação.

E a falta de algumas notas sôbre a infância, a juventude de Salazar, e a sua acção como estudante e professor, parece-nos que contribuiu muito para que, às vezes, se acredite agora que Salazar entrou para o Ministério das Finanças um pouco por acaso, — e, de certa forma como resultado de uma espécie de roleta que, às vezes, é propícia à vida das Nações.

Quem ler o livro de Luiz Teixeira não tera dúvida em reconhecer que Salazar se *formou* na meditação dum certo número de ideias e no respeito dum certo número de virtudes, que sendo raros naquele tempo e sempre só precisavam de que as circunstâncias se conluiassem para florescerem plenamente — e frutificarem.

Mas é bem de ver que Salazar não começou apenas — em 27 de Abril de 1928; e parece-nos mesmo que, para compreender o estadista dêstes dez anos últimos, tão cheios de surpresa, é imprescindível conhecer o Salazar anterior, tal como se formou na meditação e no estudo dos grandes problemas do seu tempo, e, não menos, na observação das inquietações que nos afligiam.

O *caso de Salazar* é, sejam quais forem as feições por que o encaremos, bem curioso; mas corremos o risco de não perceber coisa nenhuma, se insistirmos em ver no estadista apenas um técnico, embora inteligentíssimo, a quem, a certa altura, deram para resolver um problema, embora difícil, mas de que se conhecessem os termos.

Parece-nos que, para se chegar a compreender suficientemente o *caso de Salazar* (tanto quanto o poderá ser pelos *contemporâneos*, sem as perspectivas da História), será necessário partir da premissa de que se trata do caso de *um pensador*; e, sendo assim, não há dúvida de que são mais importantes, como elementos de estudo, os escritos de Salazar anteriores a 1928 do que os seus relatórios, entrevistas e notas políticas que escreveu e publicou desde que assumiu as responsabilidades do govêrno, porque nos dão as linhas fundamentais do seu pensamento, tal como êle se ia formando — e tal como êle

se havia de dispôr, em busca das soluções naturais, perante a realidade dos problemas nacionais.

Para facilitar, deveriam reünir-se em volumes as obras completas de Salazar, como se publicaram as de Mussolini, — cuja formação está longe de ter contudo a normalidade, a harmonia da de Salazar; ou então, poderia organizar-se uma antologia em forma de dicionário filosófico e crítico, como se fez para Maurras.

Esta última forma, afigura-se-nos que seria a mais útil (embora não a mais fácil) e de certo que traria muitas surpresas, porque então se havia de ver como o Salazar de hoje vivia já, — não apenas em potência, claro, mas na própria expressão das ideias, — no Salazar anterior a 1928, nos escritos do estudante, do professor e do doutrinário de acção social e política.

Precisamente, é êste aspecto anterior a 1928 que Luiz Teixeira estudou agora e de maneira tão inteligente que provàvelmente, de futuro, não deverá fazer-se muito mais do que desenvolver e explanar ou sublinhar, pela sua importância futura, um ou outro ponto. Especialmente, parece-nos extremamente valiosa a palestra de 1909 do Liceu de Viseu. Salazar tinha 20 anos e as ideias que expôs então surpreendem só por serem de então, mas não por serem de Salazar: — só é pena que Luiz Teixeira não tivesse transcrito na íntegra o texto de tamanho interêsse, nem indicasse a fonte de que se utilizou.

Ainda assim, a evolução do pensamento de Salazar desde aquela época é bem apontado por Luiz Teixeira e não se lhe perde o fio, embora lhe falem duas ou três notas, que nos parecem ter algum interêsse, nomeadamente a importância do respeito e admiração que tinham pelo mestre os seus antigos discípulos da Universidade, os quais, depois de formados, espalhando-se por todo o país, vieram a desempenhar grande papel na constituição do estado de espírito nacional que não só autorizou, mas impôs a chamada de Salazar.

No livro de Luiz Teixeira faltam igualmente algumas observações sobre o escritor, cujo estilo parece ser instrumento de expressão felicíssima, porque na verdade corresponde na construção e na ordem ao pensamento que exprime.

Talvez conviesse aproximá-lo, entre os antigos, a Vieira, e entre os modernos a Anselmo de Andrade, — grande escritor quási esquecido ou desconhecido, mas que em todo o caso é, no seu tipo, dos maiores escritores do seu tempo.

A nota breve que Luiz Teixeira escreve para aproximar o pensamento de Salazar do tomismo, pode ser rica de sugestões. Mas aqui está uma coisa que não disse: — os livros de filosofia, o manual, e o livro de lugares selectos, de que se serviu Salazar estudante.

Talvez fôsse melhor insistir *no que diz* Luiz Teixeira do que *no que não diz*; em todo o caso, assim mesmo, pode compreender-se pelo que fica escrito o interêsse excepcional dêste «Perfil de Salazar» — que não é um livro

retórico e ôco, mas um livro rico de informações e sugestões, que já se não pode dispensar nas suas cento e poucas pequenas páginas, quando se quiser estudar a nossa época.

Não queremos deixar de dizer ainda que o livro de Luiz Teixeira, como obra gráfica, — é uma obra de arte. Podem-se publicar belos livros, em Portugal, quando se tem gôsto.

M. M.

DICIONARIO DE DIFICULDADES DA LINGUA PORTUGUESA por
Vasco Botelho de Amaral — 2 vols. — Pôrto, 1938.

Nesta obra recolhem-se inexactidões prosódicas, cacografias, homófonos, parónimos, neologismos, estrangeirismos, solecismos, êrros de sinonímia e outros vícios de linguagem. Fecha a obra com um «apêndice sintáctico», de grande valor.

Pelo prefácio do sr. Prof. Dr. Agostinho de Campos, vemos que o sr. Vasco Botelho de Amaral é um moço professor de vinte e seis anos; não obsta isso a que o «Dicionário de Dificuldades» seja obra de maduro entendimento e longo estudo, que deve estar na livraria de quantos se empenhem em escrever português escorreito.

Sobretudo, o sr. Botelho do Amaral mostra que sabe aplicar as boas regras da filologia portuguesa e não desperdiçou os ensinamentos e as conclusões dos melhores mestres.

Claro que, em obra tão vasta, haverá não diremos êrros mas pareceres de que se discorda. Não seria possível evitá-lo. Permitir-nos-emos fazer uma ou outra observação, que não diminuem nem pouco nem muito o valor real do Dicionário:

—«*Lançar*. É galicismo escrever: «*Fulano* lançou um golpe de vista *sôbre...*» — Parece que, pròpriamente, galicismo será «golpe de vista».

«*Napperon*, galicismo» — É vocábulo francês.

«*Nascer*. Participio regular: — *nascido*. Irregular: — *nado*». — A classificação é imperfeita. *Nado* é a evolução normal do étimo latino.

Claro está que isto não diminui o mérito do livro, que é grande, nem o do A. que prestou um optimo serviço.

M. M.

«SILVA PÔRTO E A TRAVESSIA DO CONTINENTE AFRICANO»
com prefácio de *Gastão de Sousa Dias* — (Agência Geral das Colónias).

Em excelente edição da Agência Geral das Colónias, acabamos de receber um valioso trabalho para a nossa História Ultramarina do último século: «*Silva Pôrto e a travessia do continente africano*». O livro, que é acompanhado por um elucidativo prefácio de *Gastão de Sousa Dias*, compõe-se de:

I — Documentos referentes à chegada a Benguela de mouros partidos de Zanzibar, que atravessaram o continente africano;

II — Documentação relativa à viagem que António Francisco da Silva Pôrto tentou fazer do Bié à contra-costa, em 1852;

III — Relato de parte da viagem da travessia de Angola a Moçambique, realizada por Silva Pôrto;

IV — Documentos referentes à chegada a Moçambique dos mouros que, de regresso, haviam saído de Benguela a 5 de Junho de 1853;

V — Relatório da parte da viagem realizada sòmente pelos pombeiros de Silva Pôrto, que regressaram a Benguela a bordo da fragata «D. Fernando» e forneceram àquele ilustre sertanejo os elementos para a sua redacção.

Matéria vasta e atraente, com sólida documentação. Um livro seguro, para guardar. E ao mesmo tempo, bem cabida homenagem prestada pela Agencia Geral das Colónias à memoria do grande vulto que foi Silva Pôrto, que tantos serviços prestou à Pátria e tão sacrificado viveu e... morreu.

No referido preâmbulo, o sr. Gastão de Sousa Dias conta como organizou o presente volume:

«Entre os numerosos documentos da História Colonial Portuguesa, apresentados na *Exposição Histórica da Ocupação*, figura uma pequena pasta, cedida pela Santa Casa da Misericórdia do Pôrto, contendo entre outros, alguns officios autografos de Silva Pôrto, referentes à sua tentativa de travessia do Continente Africano em 1852-53.

Porque os documentos, no seu conjunto, eram dum grande interêsse; porque, em certos pontos, a tinta com que foram escritos ameaçara desaparecer;... resolveu a Agencia Geral das Colónias promover a edição dum volume em que fòssem dados à luz êsses documentos e quaisquer outros que os elucidassem ou lhes aumentassem o interêsse.»

O organizador da edição juntou, portanto, aos documentos da Misericórdia do Pôrto os roteiros redigidos por Silva Pôrto, primeiramente o da parte da viagem realizada por êle e depois o do último estudo da travessia, para além do Cutongue, onde o esforçado sertanejo ficou retido por doença. A isto aggregou, finalmente, documentos publicados nos *Anais do Conselho Ultramarino* e no *Boletim Oficial de Angola*, que elucidam bastante os textos. Por conseguinte o livro consta de matéria édita e inédita. Interessa a especialistas e a profanos em assuntos de História Colonial.

Em que consiste, mesmo para o profano, o interêsse e o valor desta publicação? São vários os motivos de atracção e interêsse.

Desde Diogo Cão, até Silva Pôrto, que os portugueses tentaram a travessia da África, do Atlântico ao Indico.

Especialmente no século XVII multiplicaram-se as tentativas.

No século seguinte (no XVIII) registou-se, entre outras, a notabilíssima tentativa do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, governador dos Rios de Sena, o qual, partindo de Tete em 3 de Julho de 1798, conseguiu chegar ao Cazembe, onde morreu trágicamente.

No século passado prosseguiram as tentativas.

Em 1806, partiu de Angola uma expedição empreendida por Pedro João Baptista e Amaro José ou Anastácio Francisco, pombeiros do tenente-coronel Francisco Honorato da Costa, que alcançou Tete em 1811, demorando-se 4 anos no Cazembe. Regressa a Angola, tendo efectuado, portanto, o complemento da travessia.

Quarenta anos depois, um homem corajoso e experimentado, com 16 anos de sertão africano, António Francisco Ferreira da Silva Pôrto, prosseguiu no esforço há quatro décadas interrompido. É o esforço dêsse grande sertanejo, relatado por êle próprio, que se guarda neste livro. São as suas memórias, os seus *Diários* dessa jornada portentosa, que apaixonam como um romance de aventuras, que se lêem neste admirável documentário. Nele se encontra registado tudo quanto é digno de interesse: dias de partidas e chegadas; de «quilombo», de falhas; número de leguas andadas; nomes dos lugares e dos rios; carácter dos sóbas e das tribus; qualidades do terreno — montanhoso ou plano, fértil ou estéril, de mato alto ou rasteiro; usos e costumes das tribus, superstições indígenas, formas de govêrno, agricultura ou indústria cultivadas pelos negros, etc.

Não se podem ler sem emoção essas páginas, escritas em estilo corrente, laconico por vezes, impressionante sempre, pelo realismo e simplicidade.

Não resistimos ao desejo de transcrever uma passagem acerca do povo Ganguela. Depois de dizer que passou o rio Caimbo e que a expedição fez «quilombo» na margem direita do Loaputo, o grande sertanejo acrescenta:

«Caminho plano pela encosta de matos fechados e margem do rio Cuito, terreno fértil, léguas andadas três, rumo de este. *No meio do caminho encontrei uma prova da malvadez do povo ganguela, e consistia em doze caveiras humanas espetadas em páu ferro, e colocadas pela maneira seguinte: oito formando um quadrado, tendo uma no centro, espetada em um páu mais alto, sinal de que era o chefe ou que tinha algum mando, estando em alguma distância três caveiras como sentinelas avançadas.*» Não é do mais belo estilo homérico? E todos os *Diários* de Silva Pôrto estão assim cheios de narrativas, notáveis pelo realismo dramático ou pitoresco, entre as quais avultam as páginas que descrevem o combate entre a sua comitiva e a do sargento Hicuça, e contra a tribo do sóba Guáxi. É dos mais belos trechos da arrojada aventura de Silva Pôrto, que os homens não souberam recompensar como deviam.

Além de documentário e de testemunho da nossa acção em África, os roteiros do intemorato sertanejo constituem monumentos de real valor literário, que podem figurar na galeria das obras dos grandes pioneiros do nosso

BIBLIOGRAFIA

glorioso passado que escreveram com o mesmo vigor com que viviam e actualavam.

A edição, que já dissemos ser excelente, é ilustrada com interessantes gravuras e tem apenso à penúltima fôlha um mapa por onde se pode seguir claramente a travessia de Silva Pôrto e dos seus pombeiros, de Belmonte a Maconde.

E. N.

«CIVILIZAÇÃO E COMUNISMO» por *Mons. Fino Beja* — (Livraria Popular de Francisco Franco).

O eloquente orador sagrado e ilustre sacerdote, Mons. Fino Beja, acaba de publicar mais um volume — o segundo — da série «Cultura Social e Religiosa», que tanto êxito alcançou quando foi dado à estampa o primeiro tomo. O presente trata do «complexo facto espanhol», segundo o autor diz no prefácio, e alguns dos seus capítulos foram lidos, em forma de palestra, ao microfône do Rádio Club Português.

O livro, porém, ultrapassa muito os limites que o autor indica. O estudo do «complexo facto espanhol» leva-o — e ainda bem — a apreciar, profundamente, uma vasta série de problemas que se ligam com a guerra do país vizinho. Baseado num humanismo da mais pura fonte ocidental, Mons. Fino Beja divide o problema que se propôs estudar em três grandes capítulos — Civilização, Comunismo, Religião e Comunismo. Cada um deles é subdividido em seis e sete capítulos, em que faz penetrantes distinções de idéias e de factos. Iluminado pelo princípio histórico da revolução cristã, o autor analisa, primeiramente, os conceitos de civilização e comunismo, enumerando os sentidos erroneos atribuidos pelas diferentes escolas doutrinárias e políticas à palavra civilização: critério individualista, romantico, internacionalista, materialista e racionalista. Critica o abuso das palavras, a inflação do vocabulário, tão calamitosa como a da moeda, a «fraseologia embrutecedora», como a estigmatizou Le Play. Ocupa-se do estudo da civilização na antiguidade, passando em revista as suas várias formas, concluindo que as civilizações antigas eram fundadas no êrro monstruoso de que o homem existe apenas para o Estado! Daqui o Estado-Divindade, característica essencial do direito pagão. A êste conceito, que se tenta renovar em nossos dias, opõe o ilustrado sacerdote o verdadeiro sentido do conceito civilização, conceito amplo e elevado, conceito sempre novo, conceito cristão e humano, que assegura ao homem todo o progresso intelectual e todo o bem estar possível, que lhe reconhece a sua alta finalidade e condiciona os meios sociais para que a possa atingir». Êste conceito funda-se no primado da pessoa humana, a mais nobre categoria e conquista do pensamento ocidental cristão. Ê o resultado da «descoberta do Homem». Opõe-se, fundamentalmente, ao idealismo greco-romano, às categorias da civilização pagã.

No capítulo «A civilização cristã e a idade média», o autor descreve, a traços vigorosos e bem delineados, essa época de intensa actividade religiosa e social, em que se produziram verdadeiros monumentos intelectuais e artísticos. Há muito que foi destruída a lenda duma Idade Média tenebrosa e retrógrada, esmagada pela tirania da intolerância. Mons. Fino Beja desfaz, por sua vez, êsse lugar comum histórico. Quando se referem à Idade Média, os historiadores (?) racionalistas e livre-pensadeiros atribuem-lhe factos que se deram como reacção ao renascimento do paganismo, em princípios do século XV. A religião, ou antes, «o factor religioso que domina tôda a actividade humana», (Maritain) era, e é, a guarda avançada da heresia política, religiosa ou social. Por isso a Igreja reagiu contra o renascimento pagão dos séculos XV e XVI, contra o falso humanismo epicurista e luterano. A Igreja, de resto, acompanhou todo o verdadeiro progresso da chamada Renascença: nas artes, na literatura, na ciência. É facto provado há muito pela verdadeira História. Só os «primatas» do espírito ainda o desconhecem ou fingem ignorar.

«Democracia e demagogia» constituem a matéria do quinto capítulo da 1.^a parte do livro. Segundo o método empregado em tôda a obra, o autor começa por distinguir e esmerilhar os conceitos de Democracia e Demagogia, classificando esta de corrupção daquela, que se funda nos falsos «dogmas» da bondade natural do homem e da soberania do povo, preconizado por Rousseau e por todos os Enciclopedistas. Da desordem demagogica, provém a reacção do Estado totalitario moderno; isto é, do individualismo feroz e absoluto caíu-se na tirania, como medida de salvação pública. Uma das ideias mestras do Estado totalitario, absorvente, ditador dos corpos e das consciencias, é uma espécie de Nacionalismo divinizado, que o autor, fazendo-se éco da voz da Igreja, condena. Como tal, define o que é nacionalismo: conceito de pátria unidade moral e racial, proclamando esta definição como a verdadeira, em opposição ao nacionalismo — idolatria do Estado e da Raça. Insurge-se, por consequência, contra a «nacionalização» da consciencia, do espírito e do pensamento. Faz excepção, é claro, do nacionalismo português, que «mergulha as suas fundas raizes nos mais puros e longinquos filões da tradição cristã nacional».

Fala depois na necessidade dum Grémio das nações, baseado no Cristianismo, de onde, aliás, a ideia do Sinedrio de Genebra derivou. A verdadeira origem da S. das N. está, efectivamente nestas palavras: «não há mais judeus nem gentios, nem escravos nem homens livres: todos sois um em Cristo!» Crítica, naturalmente, a S. das N. saída do tratado de Versalhes, «parlamento internacional em que algumas grandes democracias exercem em seu proveito verdadeira coacção ou hegemonia» e «ponto de convergência do judaísmo, da maçonaria, da plutocracia e do comunismo.»

Finda esta parte com o estudo do capital e do capitalismo, em que são

definidos o regime capitalista e o materialismo argentário. Dá como causas da grande concentração de capitais, da super-produção e da miséria das massas, o trabalho da máquina, inventada a favor do homem, mas convertida, nas mãos do capitalismo, em factor de miséria humana.

A segunda parte do livro é consagrada ao estudo do Comunismo, suas origens e seu desenvolvimento, ao carácter da doutrina social, económica e messianica. É dos capítulos mais proveitosos e actuais, pois fornece copiosos elementos para o estudo do problema. Sucessivamente, o autor aborda as questões: propriedade, a luta de classes, a família e a mulher, a escola e a educação, o estado e o indivíduo, o messianismo russo e o «Komintern». A sua crítica do marxismo, quintessencia do comunismo, é apoiada em citações autorizadas e desenvolvida com brilho e clareza. Passa em revista o valor teórico da doutrina, a sua infiltração entre *os intelectuais sem emprego*, e o operariado, que desconhece mas se faz arauto de princípios (?) que lisongejam o seu amôr próprio e o seu orgulho. Êsse sentimento, porém, só induz o proletariado ao êrro, e à desordem consequentemente.

Falando da propriedade, analisa-a como facto natural, expondo tódas as formas que o fenómeno tem assumido através das idades. O direito de propriedade não é, evidentemente, um direito absoluto e ilimitado. Foi até certo ponto o abuso da propriedade que gerou a doutrina absoluta contra a propriedade. Segundo diz luminosamente, Mons. Ketteler, foi do falso direito de propriedade que nasceu a falsa teoria do comunismo.

Combate, também, a doutrina do Estado único proprietário, senhor abstracto de todos os bens, que encontra a sua expressão mais radical no Estado comunista.

A luta de classes, o grande êrro do materialismo histórico, dá-lhe ensejo a fazer uma crítica magistral à heresia marxista. A êsse êrro, que provocou a grande catastrophe russa e o sangrento conflicto espanhol, opõe, como facto predominante da História, o Cristianismo. À falsa e arbitraria divisão das classes em burguezas e proletairas, Mons. Fino Beja, contrapõe a verdade histórica dos movimentos das várias classes, que são muitas.

Critica a errada noção marxista do *maior valor*, cujo resultado prático está patente na Russia. O que é preciso é restaurar a noção da dignidade do trabalho, do seu carácter espiritual, em todas as classes — é a sua conclusão.

Na mesma ordem de ideias, aprecia os problemas da situação da mulher e da família, cuja decadencia se deve, em grande parte, à legislação do Estado moderno; da abolição da autoridade paternal na família; do odio dos marxistas à família, que chegam a afirmar que o marxismo é incompatível com a família; do amôr livre e suas horriveis consequências. Estas páginas são das melhores da obra.

A Escola e a Educação merecem ao autor profundo estudo, em que en-

cara os multiplos e delicados aspectos do problema, concluindo por condenar a escola laica, a neutralidade em materia de educação, o ensino crítico antes do autoritário, a posse da criança pelo Estado — todos os dogmas nefastos da escola nacionalista moderna, em suma.

Conclue esta parte por uma análise bem documentada do messianismo russo e do seu órgão político e executor — o «Komintern».

A terceira e última parte deste livro, cheio de oportunidade, é constituída pelo estudo comparado de religião e comunismo, estudo feito com notável conhecimento de causa, que vai desde o exame do implacavel ateismo militante, sua genese histórica e filosófica, até à insofismavel conclusão de que é absolutamente impossivel qualquer colaboração entre católicos e comunistas. A experiência, de resto, já se tentou. As frentes populares já quizeram realisar a fusão entre si e os organismos da acção operária católica. Falharam desastrosamente, por culpa da intransigencia atea dos comunistas. Essa unidade chegou a realizar-se em Espanha, e o resultado viu-se. Está demonstrado, «históricamente», a irreductibilidade entre o catolicismo e o comunismo. Para experiências já basta. O espirito comunista, eivado de asiastimo, é adversário nato do pensamento ocidental cristão. O Pan-ateismo comunista, como penetrantemente classificou o autor as aspirações imperialistas da raça eslava, opõe-se, monstruosamente, à nossa civilização secular — obra prima de conquista sôbre os instintos bestiais e primários da espécie.

Para concluir, a obra de Mons. Fino Beja é uma esplendida síntese dos problemas mais urgentes e importantes da nossa época, constitue uma pequena «suma» de combate contra o ateismo moscovita e internacional, que deve ser lida por tôdas as pessoas que pretendem estar apetrechadas convenientemente contra o inimigo mundial número um, que ameaça destruir tôdas as categorias espirituais do Ocidente.

EUGÉNIO NAVARRO

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO — Rio de Janeiro.

Entrou, finalmente, em realização o plano do Ministro Gustavo Capanema de divulgar os valores artísticos e históricos do Brasil perante nacionais e estrangeiros.

Não se trata duma publicação como o nosso «Boletim dos Monumentos», que para cada valor artístico ou monumental reserva uma documentada e exhaustiva monografia. Chamando-lhe «Revista», o Ministério da Educação do Brasil deu-lhe um carácter mais acentuado de divulgação ao alcance de todos.

Este 1.º número refere-se, principalmente, a monumentos architectónicos, como sejam o Forte de São Tiago de Bertioga; A Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas em S. Pedro da Aldeia; o Seminário de Belem da Cachoeira; a Igreja dos Montes Guararapes; a Capela de Santo António, no Município de S. Roque; a Igreja dos Remédios; a Igreja de S. Francisco Xavier e a Capela de N. S.^a de Sant'Ana; mas publica interessantes artigos de Roquete Pinto e Raimundo Lopes sobre «Estilização» e «A Natureza e os Monumentos Culturais» e notas muito elucidativas sobre os Museus: Regional de Olinda, Mariano Procópio de Juiz de Fora e Coronel David Carneiro de Curitiba. Há ainda um estudo de Francisco Marques dos Santos sobre a litografia no Brasil, cujos primeiros documentos datam de 1826; uma valiosa contribuição de Heloisa Alberto Tôrres para a protecção ao material arqueológico e etnológico do Brasil, e as sugestões de Gilberto Freire para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das Colónias, de que noutro lugar reproduzimos longos trechos. O mobiliário nacional é reproduzido em 22 gravuras de cadeiras, poltronas, bancos, mesas, cómodas e camas, quasi tudo século XVIII, predominando o D. João V. Num ou noutro móvel revela-se a inspiração indígena, principalmente nas cabeceiras das camas. Durante muitos anos, o mobiliário antigo conservou-se nas velhas casas coloniais, não se espalhando nem desagregando. Nos últimos tempos, com o predomínio do mobiliário moderno e ultra-moderno, que tudo tem invadido, começaram a circular peças antigas de rara beleza que, por isso mesmo, têm atingido altos preços e despertado grande procura, embora nem sempre o ambiente lhes seja propício.

Consta o volume presente de 170 páginas de texto e dezenas de gravuras, sendo apenas de estranhar que sua apresentação gráfica não revele melhor o extraordinário adiantamento que já atingiu no Brasil a arte de compor, imprimir e brochar.

A. P.

PROPAGANDA DO BRASIL — Opúsculos, mapas, plantas e prospectos do D. P. B. e do Touring-Club.

Sugestivos, brilhantes, aliciadores são todos êsses materiais de entusiástica propaganda que nos mostram o Brasil, maravilha dos Trópicos, como uma das regiões mais belas e sedutoras do Planeta. Vistas panorâmicas, exemplares da flora, obras gigantescas ao lado de paisagens grandiosas, monumentos e edifícios hiper-civilizados — não há encantos da imaginação que possam comparar-se ao sabor local de cada zona do Amazonas ao Pampa, das feéricas praias do Rio aos deslumbramentos apoteóticos da Serra do Mar.

Há 20 anos, os livros sobre o Brasil eram obras raras de Biblioteca.

Ilustrações — quasi só tinham autoridade as litografias coloniais de Debret. Hoje, em ofset, em rotogravura — podemos pressentir em minutos toda a exuberância prodigiosa do grande continente, mercê destes alegres e iluminados prospectos, tão semelhantes aos que a Itália e Alemanha espalham aos milhares por todo o mundo.

Sobre a moderna poesia brasileira, a *plaquette* que recebemos reproduz versos de 26 poetas, dentre os quais cumpre mencionar Alvaro Moreira, Augusto Schmidt, Felipe d'Oliveira, Jorge de Lima, Guilherme d'Almeida, Manuel Bandeira, Mário d'Almeida, Murilo Mendes, Ribeiro Couto e Ronald de Carvalho.

O volume sobre «Arte Moderna» reproduz trabalhos muito discutidos de Portinari, Gobbi, Teruz, Santa Rosa, Rossi, Segall, Pennacchi, Cavaleiro, Georgina de Albuquerque, Tarsila, Campello, Haideia Santiago, Maria Francisca Manuel Santiago, Carlos Leão, Paulo Werneck, Ismael Neri, Osvaldo Goeldi, Adrienne Janacopulos, Landucci e Alcides Rocha Miranda.

Na poesia, como na pintura e na escultura, é flagrante o movimento de renovação, que acompanha a transformação vertiginosa do Brasil, em todos os seus aspectos culturais. E, assim como no romance os assuntos característicos de cada região estão absorvendo os escritores, transformando a língua escrita num instrumento vivo e quente da linguagem popular, assim nas artes plásticas são os motivos populares, no seu veio mais social — dansas, jogos e festas — que dão aos pintores e aos escultores os motivos mais ricos de inspiração. No fundo — uma tendência cada vez mais fremente para o legítimo nacionalismo das letras e das artes.

A. P.

BRASIL — de Peter Fuss — Atlantis-Verlag — Berlin-Zürich.

É um volume ainda fresco da tinta de impressão, eloquente e encantador. Habilíssimo fotografo percorreu o Brasil em todas as direcções e dos mais belos trechos colheu aspectos soberbos, fazendo-os depois reproduzir com a nitidez que a rotogravura sabe fixar. Não nos aparece o Brasil representado pelo Senhor de Engenho com a família toda à frente em cortejo, a rede da sésta ou o clássico mosquiteiro. Também os barcos não varam nas praias, nem os desembarques se fazem às costas dos negros. Belos portos, cais magníficos, avenidas largas, edifícios suntuosos, praias ultra-modernas — é o que nesse volume se pode admirar com real encantamento.

Só é de sentir que na notícia histórica, em várias línguas, com que abre o luxuoso Album, o seu Autor ainda se permita ignorar o que todos os historiadores de responsabilidade já deram como certo sobre a descoberta do Brasil. Diz o sr. Fuss:

«Julgando tratar-se duma grande ilha, Cabral não deu maior impor-

tância ao descobrimento que acabava de realizar, ao qual atribuiu apenas a vantagem de assegurar abrigo aos navios que demandavam a Índia».

Tanto Cabral deu importância ao descobrimento que logo mandou André Gonçalves para Lisboa, a comunicar o feito a D. Manuel. Por outro lado, Cabral não andava apenas à procura de abrigos para as naus. Conforme escreveu Rocha Pombo na «História do Brasil» o grande Capitão «trazia recomendações categóricas para verificar se dentro da jurisdição portuguesa segundo o Tratado de Tordesilhas, valiam alguma coisa as terras de cuja existência mais que se suspeitava em Portugal». E, segundo Capristano, outro notável historiador brasileiro, as instruções para se procurar terra a Ocidente partiram inicialmente de Vasco da Gama que, na sua viagem de 1497-1498, quando se afastou 800 léguas da costa africana, teve a «certeza; de uma terra ainda não conhecida». E «nas longas entrevistas que teve com Pedr'alvares é natural que o ousado marinheiro mais de uma vez lhe falasse no problema que pressentira».

A. P.



A Dôr! o Amor! — Eis tôda a evolução:
Por ela, acorda a Forma que dormia;
Por êle, a Alma é ânsia, aspiração

.....

Os homens enchem de almas o Infinito.
A Lenda é uma verdade que o não foi!
Criam verdura as ânsias do granito.
E o simples homem cria o Deus, o Herói.

ANTONIO CORRÊA D'OLIVEIRA

OBRAS REGISTRADAS NA CONSERVATÓRIA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

LIVROS

Ferreira de Castro — «Pequenos Mundos e Velhas Civilizações» — Fascículos 9 e 10 — Lisboa — 1938.

Leopoldo Nunes — «Um Drama na Legião» — Novelas de amor e de aventuras no Tércio espanhol — 218 páginas — Lisboa — 1938.

O. Neves — «Ambas o querem» — Vol. 4 da Colec. Branca — 300 páginas — Lisboa — 1938.

José Soares d'Almeida — «Normas de Moral» — 160 páginas — Lisboa — 1938.

António Augusto Mendes Gouveia — «O Critério Supremo» — 42 páginas — Lisboa — 1938.

Nuno Catarino Cardoso — «Brasões de algumas famílias nobres de Portugal» — 16 páginas — Lisboa — 1938.

Nuno Catarino Cardoso — «Arte Manuelina» — 20 páginas — Lisboa — 1938.

Nuno Catarino Cardoso — «Lápides e sepulturas brasonadas» — 16 páginas — Lisboa — 1938.

Nuno Catarino Cardoso — «Museu de Lisboa» — 16 páginas — Lisboa — 1938.

João Ferreira de Almeida, tradutor — «O Novo Testamento» — 436 páginas — Lisboa — 1938.

M. Ferreira de Mira — «Gente Moça» — 232 páginas — Lisboa — 1938.

Júlio Antunes da Cruz Neves — «Da Higiene Moral do Instinto Genésico» — 2.ª ed. — 172 páginas — Lisboa — 1938.

António Simões Corrêa — «Legislação penal de uso corrente» — 1.º fascículo — 64 páginas — Lisboa — 1938.

JORNAIS E REVISTAS

Informações — trimestral — Pôrto — 1938.

Modas e Bordados — Vida Feminina — revista semanal — Lisboa — 1938.

Notícias de Beja — semanário — Beja — 1938.

Boletim Literário — da Associação de Classe dos Editores e Livreros de Portugal — N.º 1 — Lisboa — 1938.

O Exército — mensário — Pôrto — 1938.
A Voz da Serra — tri-mensário — Ceia — 1938.

Medicina — Revista mensal da Associação dos Estudantes de Medicina de Lisboa — 1938.

O Informador Fiscal — quinzenário — Pôrto — 1938.

A Caridade — mensário — Lisboa — 1938.

Semana Tirsense — semanário — Santo Tirso — 1938.

A Saúde — bi-mensário — Coimbra — 1938.

Boletim do Industrial — mensário — Pôrto — 1938.

Ecos de Belem — tri-mensário — Lisboa — 1938.

Ecos do Sul — quinzenário — Vila Rial de Santo António — 1938.

Movimento — quinzenário — Lisboa 1938.

Democracia do Sul — diário — Évora — 1938.

O Montemorense — semanário — Montemor-o-Novo — 1938.

Arquitectura — revista mensal — Lisboa — 1938.

Distrito de Vizeu — semanário — Vizeu — 1938.

Ecos dos Olivais — quinzenário — Coimbra — 1938.

O Nauta — quinzenário — Ilhavo — 1938.

O Norte Desportivo — bi-semanário — Pôrto — 1938.

O Jornal de Coimbra — tri-mensário — Estarreja — 1938.

Boletim do Sporting Club de Portugal — tri-mensal — Lisboa — 1938.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

«Album de Crochets» — de *Carolina Homem Cristo* — 28 páginas — Lisboa — 1938.

«No Campo» — Canção para piano de *Artur Claudino dos Santos*, sobre versos de *Oliveira Passos* — Lisboa — 1938.

BIBLIOGRAFIA

«Breve Fantasia em mi menor» — para piano, por *Artur Claudino dos Santos* — Lisboa — 1938.

«Céu Azul» — Romanza para piano de *Artur Claudino dos Santos* — Lisboa — 1938.

«Anuário da Construção Civil e Artes Decorativas» — N.º 1 — Lisboa — 1938.

«Anuário do Comércio e Indústria de Portugal para 1938» — por *Alfredo de Brito* — 1.112 páginas — Lisboa — 1938.

LIVROS RECEBIDOS

50 — *Francisco de Sá de Miranda* — «Obras Completas» — Vol. I — 324 páginas — texto fixado, notas e prefácio pelo prof. M. Rodrigues Lapa — Livraria Sá da Costa Editora — Lisboa.

51 — *Francisco de Sá de Miranda* — «Obras Completas» — Vol. II — 298 páginas — texto fixado, notas e prefácio pelo prof. M. Rodrigues Lapa — Livraria Sá da Costa Editora — Lisboa.

52 — *D. Francisco Manuel de Melo* — «Cartas Familiares» — 292 páginas — Seleção, prefácio e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa — Livraria Sá da Costa Editora — Lisboa.

53 — *João de Barros* — «Panegíricos» — (Panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria) — 224 pág. — Texto restituído prefácio e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa — Livraria Sá da Costa Editora — Lisboa.

54 — *Tomás António Gonzaga* — «Marília de Dirceu e mais Poesias» — 268 páginas — Com prefácio e notas do prof. M. Rodrigues Lapa — Livraria Sá da Costa Editora — Lisboa.

55 — *Renato Descartes* — «Discurso do Método e Tratado das Paixões da Alma» — 256 páginas — Tradução, prefácio e notas pelo prof. Newton de Macedo — Livraria Sá da Costa Editora — Lisboa.

56 — *Diogo do Couto* — «O Soldado Prático» — 252 páginas — Texto restituído, prefácio e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa — Livraria Sá da Costa Editora — Lisboa.

57 — *Vasco Botelho de Amaral* — «Dicionário de dificuldades da língua portuguesa» — Vol. II — 434 páginas — Editora Educação Nacional — Pôrto — 1938.

58 — *Rodrigues Cavalheiro* — «Temas de História» — Prefácio do prof. *Edgar Prestage* — 244 mais VIII páginas — Livraria Civilização — Pôrto — 1938.

59 — *Diogo de Macedo* — «Iconografia tumular portuguesa» — Subsídios para a formação de um museu de arte comparada — 52 páginas — Lisboa — 1934.

60 — *Diogo de Macedo* — «Espanha de Ontem» — 96 páginas — Lisboa — 1937.

61 — *Augusto da Costa* — «Portugal Inglaterra» — Fragmento de história futura sobre a Aliança inglesa — 58 páginas — Editorial Império — Lisboa — 1938.

62 — «*Dez Anos na Pasta das Finanças*» — Edição do S. P. N. — Lisboa — 1938.

63 — «*Ano XII — Acção corporativa no comércio e na Indústria*» — 160 páginas — Lisboa — 1938.

64 — «*Quelques images de l'art populaire portugais*» — Texto de *António Ferro* e *Augusto Pinto* — Desenhos de *Paulo* — Edição do S. P. N. — Lisboa — 1938.

65 — «*Le Brésil*» — Características géographiques, économiques, historiques, sociales, politiques et intellectuelles — 80 páginas — Rio de Janeiro — 1937.

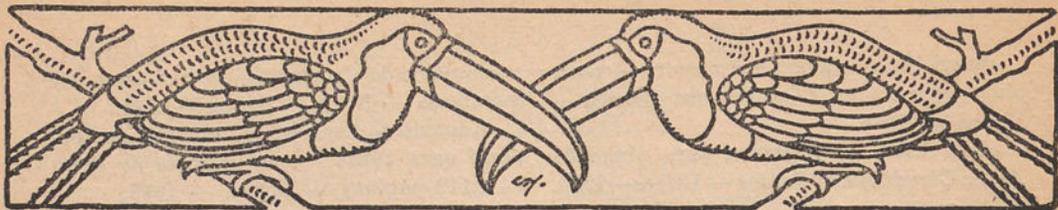
66 — «*Sumário dos Lusíadas*» — por *António Maria da Silva* — Versão chinesa — 72 páginas — Macau — 1937.

67 — *Eduardo Tourinho* — «Os últimos dias de Oscar Wilde e Outros Estudos» — 176 páginas — Baía — 1938.

68/72 — *Octávio de Mariaiva* — *Natura medicatriz* — «A nova psicologia» — «Yoga» — «A loira do cocktail» — e «A princesa russa» — Conferências e novelas — Funchal — 1936 e 1938.

73 — *Diogo de Macedo* — «*Gaia a de nome e renome*» — Monografia evocativa — 48 páginas — Lisboa — 1938.

74 — *Afrânio Peixoto* — «*Viagens na Minha Terra — Portugal*» — Desenhos de *Alberto de Sousa* — 244 páginas — Pôrto — 1938.



NOTAS E COMENTÁRIOS

«OCIDENTE»

Ultrapassou todos os nossos cálculos o êxito obtido pelo 1.º número de «Ocidente». A primeira tiragem, superior a tôdas que conhecemos de Revistas literárias publicadas nestes últimos 30 anos, esgotou-se em 3 semanas, e de novos e velhos nos chegaram as mais calorosas palavras de louvor e incitamento, algumas até que apenas podemos aceitar pelo entusiasmo que exprimem e nunca pelas excessivas classificações dadas à nossa iniciativa e à forma de a realizar.

Houve também, segundo nos dizem, notas chôchas de certos sapos viscosos, que têm o triste veso de estrilar sempre que se aproxima gente. Os nossos leitores já conhecem a história, tão antiga e estafada ela é. A raposa dizia que estavam verdes. E os garotos atiram pedras às árvores, quando os frutos não lhes ficam ao alcance das mãos. Sabemos disso e não perderemos tempo a olhar para trás. A nossa missão é andar para diante e fiquem certos de que andaremos.

CENTRO DE ESTUDOS NACIONALISTAS

Como complemento da nossa Revista, vamos organizar um Centro de Estudos nacionalistas, que, por meio de conferências, concertos, concursos

e exposições, agite os mais interessantes problemas nacionais e congregue num mesmo alto sentido de espiritualidade portuguesa os elementos mais válidos da hora actual.

Brevemente, exporemos o plano completo da nova agremiação.

A FESTA DA «MOCIDADE»

Não cremos que deixasse de impressionar-se fundamente quem tenha assistido aos exercícios e desfiles da «Mocidade» nos dias 28 e 29 de Maio. Crianças e adolescentes, em número de muitos milhares, pulsaram uníssonos na mesma ânsia de se mostrarem dignos duma Nação que os condicionou e dos altos destinos que os esperam. Espectáculo admirável de colorido, de alegria, vida e movimento, representou mais alguma coisa que o agitar de bandeiras multicôres e o cândido esvoaçar de milhares de asas simbólicas procurando o espaço no ímpeto da largada. Há 30, há 20 anos só se realizavam simulacros de reuniões infantis para obras de caridade ou de subserviência partidária. E só uma pressão ininterrupta mantinha em relativa ordem as tristes crianças sacrificadas a intuítos subalternos. Hoje, como poucos anos de estímulo, a criança já quer associar-se e ser alguém, já sente individualidade e razão de existência, já *crê* e *quere*. E assim como os dirigentes a impelem

para diante e para mais alto, no desejo de a esclarecer e valorizar, assim ela se sente atraída para uma generosa mística de ressurgimento, que não significa vaidades ou lisonjas, clamores de protesto ou paradas de humilhação — a mística incorruptível da ideia de Pátria, que se sente desabrochar na Mocidade actual com fervor, que talvez nunca tenha igualado. *Mais* e *Melhor*, foram as palavras com que o dr. Oliveira Salazar selou as demonstrações daqueles dois dias. *Mais* e *Melhor* serão os desejos de todos aqueles, de pureza de sentimento, que desejem a Nação cada vez mais prestigiosa e o seu futuro cada vez melhor.

SALAZAR E O EXÉRCITO

No banquete oferecido pelo Exército ao Sr. Presidente do Conselho disseram-se verdades cortantes que muito devem ter sensibilizado os que, directamente ou por meio da radiofonia, as ouviram, sobretudo os boateiros e derrotistas que, a propósito e despropósito de tudo, fazem gala em intrigar e corroer. O exército está no seu lugar e sabe, com nitidez, qual é a sua missão, seus direitos e suas obrigações. E sabe também, como o dr. Oliveira Salazar, onde está o inimigo. A época, funesta e sinistra, das revoltas feitas por uma dúzia de soldados e meio cento de carbonários — já lá vai. Pouco a pouco, o Exército estará sinceramente integrado nos princípios vitais da Nação e desempenhará, com lial segurança, o papel que lhe compete na defesa do País e na consolidação bem firme da ideia de Pátria. E, porisso mesmo, a Revolução continua, para que êle possa, dentro dela, identificar-se de corpo e alma com «essa realidade superior que é a vida da nossa gente, a História da nossa terra».

Podem sossegar os inventores de casos e os *patriotas* internacionalis-

tas, que não conseguem deter o ritmo da purificação que vai alastrando pelo país inteiro. As novas gerações que hão-de surgir da «Mocidade» que hoje nos está dando exemplos de civismo não comportarão sequer tais artífices do pérfido derrotismo.

PÁGINA MUSICAL

Iniciamos hoje, em *hors-texte*, a publicação de páginas musicais inéditas dos nossos melhores compositores. A primeira, escrita expressamente para «Ocidente», é de Óscar da Silva, o insigne «virtuoso» do piano que, depois de nos ter dado em quasi 40 anos de exaltação artística, algumas das mais belas páginas românticas da música portuguesa, se dedicou, desde 1931, à escrita de obras modernas, de delicado sabor novo. Óscar da Silva, que se educou na cultura clássica, pendendo naturalmente para a composição romântica por virtude do seu temperamento essencialmente e integralmente português, entende ser de inteira lógica a evolução de suas tendências para a harmonização moderna, em que vê e sente recursos e expressões que não se conheciam antes ou, pelo menos, se não applicavam à composição. Nessa maneira de ver, realizou já uma obra extensa e notável, que tem merecido dos grandes críticos estrangeiros os mais rasgados louvores e que êle executará brevemente em Portugal numa série de concertos a realizar nas principais cidades do País. A «Valsinha», que nos deu, bastante difícil de executar é um trecho subtil da alma do compositor, moldado no feitio moderno, mas revelando bem o fundo saúdoso e enternecido do Artista.

A FEIRA DO LIVRO

Radicou-se já no gosto do público leitor a feliz iniciativa da «Feira do Livro». O Rossio é um ponto de reü-

nião agradável e, como sempre há alguns abatimentos nos preços, muita gente aproveita esta quadra para sortir suas bibliotecas. O êxito há-de crescer de ano para ano e certamente hão-de vir, para futuro, novas iniciativas combinadas com a da «Feira». Conferências literárias, declamações de versos, leituras — seriam motivos de interesse que muita gente chamariam com as naturais vantagens. No próximo ano, «Ocidente» contribuirá quanto em si caiba para que esse programa se cumpra, em pleno acôrdo com a Associação dos Livreiros e Editores.

MISSÃO CINEGRÁFICA ÀS COLÓNIAS

Já saiu da Guiné para Cabo Verde a Missão Cinegráfica, dirigida pelo Major Carlos Selvagem, escritor e colonialista ilustre. Na Guiné foram filmados interessantíssimos aspectos, o mesmo estando a acontecer em Cabo Verde, donde a Missão seguirá para S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. O telégrafo e o telefone já tinham suprimido as distâncias para a escrita. O rádio suprimiu-a para a voz. E o cinema para a voz e a vista. Em cinco ou seis meses, a Missão vai percorrer cem mil quilómetros de terras africanas, e de tudo o cinema nos oferecerá no fim do ano os aspectos mais característicos dentro dum enredo impressionante e sugestivo. Tôda a vida pitoresca e original das cinco colónias africanas passará a nossos olhos como um desenrolar de acontecimentos que se estivessem passando regularmente no âmbito estreito dum distrito ou de uma província continental. E isso, porque o espírito colonizador português de tal maneira se vincou em cada uma dessas zonas longínquas, que os imensos milhares de milhas de distância se diluem numa unidade moral, política

e administrativa de notável precisão. O grande filme de conjunto e os filmes especiais de cada colónia mostrarão essa unidade e todos os aspectos mais característicos de cada uma das regiões.

FALSAS NOTÍCIAS

Vai realizar-se ainda este mês um Congresso para tratar das notícias falsas espalhadas pela Imprensa. Nada mais oportuno, neste período tão grave de desconfiança internacional, em que muitos incidentes são agravados e até criados pela bisbilhotice e febre de novidade de certos jornalistas. Oxalá se chegue a uma solução proveitosa e se estenda depois a profilaxia contra os reclamos falsos que todos os dias iludem os leitores sobre as mil virtudes de produtos, que só têm o mérito de enriquecer os fabricantes...

PORTUGAL NA EXPOSIÇÃO DE NOVA YORK

Fala-se pouco das nossas relações com a América do Norte e, no entanto, existem por lá algumas dezenas de milhares de portugueses, tão patriotas como os melhores, que bem se esforcem por lembrar sempre o nome de Portugal e que bem contentes devem estar agora, ao saberem como na Exposição Internacional de Nova York, em 1939, o nosso país se vai fazer representar com brilho e grandeza.

Em Paris, o Pavilhão português sobressaiu pela concepção original e pelo arranjo sumamente artístico. Em Nova York, o mesmo acontecerá visto estarem todos os trabalhos de organização entregues ao mesmo Comissário Geral — o Director do S. P. N., sr. António Ferro.

Louvando sem reservas a resolução de se concorrer à Exposição de

Nova York, com todo o entusiasmo «Ocidente» arquiva em suas colunas a nota officiosa que resume o plano da participação de Portugal:

«A Exposição Internacional de Nova York de 1939 intitula-se «O Mundo de amanhã».

Portugal, em obediência ao programa geral estabelecido por essa designação do certame, procurará demonstrar que o Mundo de amanhã será, não a deificação da «aparelhagem que diminua o homem, nem o delírio do mecânico, nem o colossal, o imenso, o único», segundo palavras do sr. Presidente do Conselho à embaixada de portugueses do Brasil, mas sim, condicionado evidentemente pelo progresso e pela civilização, e para nos servirmos de frases do mesmo discurso, o regresso à «simplicidade de vida», à «pureza dos costumes», à «doçura dos sentimentos», ao «equilíbrio das reacções sociais». O Mundo de amanhã, visionado na nossa representação, longe de ser a apoteose da máquina, será, pois, a glorificação da vida simples e pura, baseada no Estado Corporativo e nos seus esteios fundamentais: o espírito cristão, o amor da Pátria e do trabalho, a construção da Família e o respeito do próximo e de si próprio. Segundo a tese que a participação portuguesa defenderá em Nova York, o futuro terá como alicerces naturais o culto do passado, das tradições, e a manutenção das realizações e reivindicações do momento presente.

Assim, de acôrdo com essa ideia geratriz, a representação de Portugal compreenderá três partes distintas e fundamentais: a evocação do *Passado*, com a lembrança do esforço descobridor e colonizador; a demonstração do *Presente*, pela visão de conjunto, sintética e incisiva, da obra do ressurgimento nacional realizada pelo Estado Novo; e, finalmente, em

grande alegoria, a concepção do *Futuro*.

Esta demonstração será feita através de várias salas e numerosos documentos e gráficos. Duas estátuas, as do Infante Navegador e do sr. dr. Oliveira Salazar, simbolizarão o Passado e o Presente. No recinto destinado às diversas nações, organizar-se-á a Grande Sala de Honra da nossa representação, em que figurará a estátua do Chefe do Estado.

O nosso pavilhão compreenderá dois corpos: um para as salas do Passado, Presente e Futuro, outro — especialmente destinado à propáganda das belezas naturais do País e do pitoresco maravilhoso da nossa arte popular — cuja fachada, de curioso ineditismo, será constituída por uma vitrina imensa, que apresentará aos olhos dos visitantes colocados no exterior do edifício, alguns dos mais característicos tipos regionais portugueses. Numa galeria, em situação à parte, expor-se-ão os nossos produtos industriais e comerciais rigorosamente seleccionados pelo Comissariado Geral e apresentados artisticamente pelos decoradores do pavilhão.

O projecto do pavilhão português é da autoria do architecto Jorge Segurado, que parte em breve para Nova York, onde vai dar começo à realização dos trabalhos».

A PROFISSÃO DAS LETRAS NO BRASIL

O «Diário de Notícias» do Rio de Janeiro está ouvindo a nova e a velha geração sôbre assuntos literários de oportuno relêvo. Respondeu há dias o sr. Osvaldo Orico, recentemente eleito para a Academia Brasileira de Letras, falando sôbre sua iniciação nos trabalhos literários e outros pontos

mais. Pedimos licença para arquivar nesta revista a pergunta e a resposta sôbre a profissão das letras:

«Acredita que, no Brasil, a literatura seja, em breve, uma profissão?

— Quando a literatura chega a ser uma profissão em certo país, é que êsse país atingiu o índice da civilização na Cultura. Acredito que, dentro em breve, chegaremos a êsse estado de coisas, e o escritor não será mais obrigado a fazer das letras mero dilettantismo, simples recriação instantânea, mas a vida mesma, no preen-

chimento harmonioso de tôdas as horas.»

Entre nós, já há alguns escritores que vivem apenas da sua nobre profissão. E mais haveria, decerto, se outra fôsse a cultura geral e se não andassem os editores tão escaldados com as miríficas obras dos vários mistificadores das letras que fazem descrever do valor daquelas que realmente o têm. Lançam-se, em regra, as culpas tôdas sôbre os editores, mas nem sempre são êles os responsáveis únicos.



Remeteremos «Ocidente» número a número, *contra reembolso de 11 escudos*, a quem deseje a remessa dessa forma.

— Encarregamo-nos também de expedir todos os livros aqui anunciados e quaisquer outros, desde que nos seja enviada, com o pedido, a respectiva importância.

— São agentes-depositários de «Ocidente»:

Ao norte de Coimbra — Livraria Tavares Martins, Pôrto.

Em Lourenço Marques — J. A. de Carvalho.

Rio de Janeiro — Livraria Moura, R. do Ouvidor, 145.

Londres — Livraria Nutt.

Buenos Aires — Palácio del Libro.

Representante geral no Pôrto — José Pinto (José de Miranda).



"PEREGRINAÇÕES
EM LISBOA"

por
NORBERTO DE ARAÚJO

"ANA PAULA"

Romance
por
JOAQUIM PAÇO D'ARCOS

são as duas últimas
novidades literárias
apresentadas pela

Parceria António Maria Pereira

RUA AUGUSTA, 44 a 54
Telefone **26080** // LISBOA

LIVRARIA PORTUGÁLIA

75, RUA DO CARMO LISBOA

Livros nacionais e estrangeiros

Sempre as melhores novidades de
**Obras Literárias, Arte,
Medicina, História, Direi-
to, Economia,** tanto na-
cionais como estrangeiras

Serviço rápido de encomendas

para todos os países da Europa e América

Informações bibliográficas
sobre todos os assuntos

Fornecimento de livros
para o Continente, Ilhas e Colónias

Dirijam os seus pedidos à

PORTUGÁLIA

75, Rua do Carmo ~ LISBOA
TELEFONE 2 0971



Unico
**HOTEL
DE LUXO**
da Capital



Telegramas: **Avizhotel**

Telefones **4 8101**
4 8103

AV. FONTES
PEREIRA DE MELO

AVIZ
HOTEL

**LISBOA
PORTUGAL**





RAÍNHA DA HUNGRIA

O encanto natural da mulher que quer conservar a sua beleza, deve ser completado com uma escolha criteriosa de produtos de beleza.

~ Os produtos **Rainha da Hungria** embelezam, provocam e conservam o encanto. Para peles normais deve substituir-se o sabonete pela **Pasta de Amendoas Rainha da Hungria** que refresca, torna a pele fina, transparente e aveludada. Preserva a pele do cieirol, manchas, sardas e irritações.

~ Conserve a frescura do rosto com **Agua Rainha da Hungria** que purifica a epiderme e limpa os poros. Use o **Pó de Arroz Rainha da Hungria** e aplique na sua toilette os **CREMES** de dia e de noite, que evitam rugas, tonificam e aveludam a epiderme.

Para cada caso especial da sua pele **CONSULTE-NOS**

ACADEMIA CIENTÍFICA DE BELEZA
AVENIDA DA LIBERDADE, 35 || LISBOA || TELEF. 21866

Os nossos produtos encontram-se à venda nas boas casas ou enviam-se contra reembolso para as localidades que os não tenham

RIO DE JANEIRO

por AFRÂNIO PEIXOTO

Acaba de ser publicado
 na tam conhecida e apreciada colecção **ENCICLOPEDIA PELA IMAGEM**

ALGUNS DOS SEUS CAPÍTULOS:

Notícia geográfica e histórica / Passeio pelo Rio de Janeiro / O Rio de ontem e o de hoje / Vida carioca no fim do Século XIX / Tijuca / Copacabana / Flamengo, etc.

Á prosa admirável e erudita de Afrânio Peixoto, 78 magníficas gravuras vêm ainda enriquecer este volume, para que assim melhor julgueis o título de **"CIDADE MARAVILHOSA"**

Todo o português sentir-se-há arrebatado perante a grandiosa beleza da capital da Pátria irmã

Um volume de 64 páginas, profusamente ilustrado **Esc. 6\$00**

Pelo correio à cobrança 7\$00

LELLO & IRMÃO, editores, 114, Rua das Carmelitas - **PORTO**
AILLAUD & LELLOS, LIMITADA / 80 a 84, RUA DO CARMO / **LISBOA**
 e em todas as livrarias do País

RELOGIOS

para
 homens e senhoras

Das melhores marcas

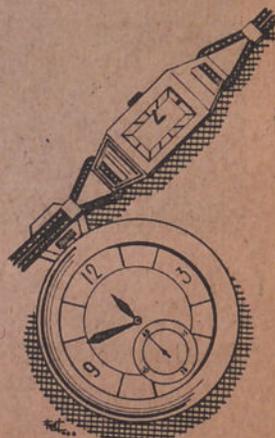
A Prestações
 Com ou sem Bonus

**DESPERTADORES,
 CARRILHÕES,
 RELOGIOS-MEALHEIROS
 E DE MESA**

~ **Garantia absoluta**

Oficina de Reparações

RELOJOARIA
 Rua da Madalena, 46
Telefone 29704 LISBOA





os mais belos modelos
EM EXPOSIÇÃO

Visitem sempre
a nossa casa

Em LISBOA
CALÇ. DO SACRAMENTO, 6
(ao Chiado)

Em COIMBRA
AVENIDA NAVARRO

LIVRARIA FERIN

FUNDADA EM 1840

TORRES & C.^{TA}

70 R. Nova do Almada 74 — Tel. 2 4422

Recebe todas as novidades
literárias
NACIONAIS e ESTRANGEIRAS
Assinaturas de jornais e revistas
estrangeiras

Fine "Macieira"

*a única cujas reservas
começaram há mais de*

Meio século

Pura aguardente de vinho

S
E
D
A
P
U
R
A



RAJA

P
A
R
3
0
\$
0
0



*A
Litografia Nacional do
Porto imprime para
Portugal inteiro!*

*Ultimos exemplares
de algumas excelentes
obras a preços mínimos*



O RIO DE JANEIRO EM 1922
— Ferreira da Rosa, com numerosas
ilustrações — broch..... 10\$00

//

MÚSICA DO PARNASSO—Botelho
de Oliveira, broch..... 5\$00

//

PENSAMENTOS BRASILEIROS
— Vicente L. Cardoso, broch.... 5\$00

//

VIDA DE CASTRO ALVES
— Xavier Marques, broch..... 5\$00

//

FAUSTO DE GOETHE—Tradução
Castilho — broch..... 15\$00

REMESSA IMEDIATA LIVRE DE PORTE
CONTRA VALE DO CORREIO

Galeria de Arte

*Decorações
Estofadores
Mobiliário
Antigo
Moderno*



*Voile e Estamines de Seda
fabricação Nacional*

EM EXCLUSIVO



25, R. NOVA DA TRINDADE | TELEF. 2 5680

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Linha rápida da ÁFRICA OCIDENTAL

Saídas de Lisboa no primeiro sábado de cada mês, pelas 16 horas, com destino aos portos de Funchal, S. Vicente, Praia, Príncipe, S. Tomé, Cabinda, Sazaire, Ambriz, Luanda, Dande, Pôrto Amboim, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Mossâmedes, Pôrto Alexandre e com baldeação em Luanda para os portos de Landana, Noqui, Boma e Matadi.

Linha rápida da ÁFRICA ORIENTAL e OCIDENTAL

Saídas de Lisboa no quarto sábado de cada mês, pelas 16 horas, com destino aos portos de Funchal, Príncipe, S. Tomé, Pointe Noire, Luanda, Pôrto Amboim, Lobito, Mossâmedes, Cape Town, Lourenço Marques, Beira, Moçambique e com baldeação em Luanda para os portos de Landana, Noqui, Ambrizete, Boma e Matadi e com baldeação em Lourenço Marques para os portos de Inhambane, Chinde, Quelimane, Macuse, Pebane, Angoche, Pôrto Amélia, Ibo e Mocimboa da Praia.

Atenção—Os paquetes desta Companhia estão classificados na classe 100A1 do Lloyd's

Para esclarecimentos e mais informações:

Séde - LISBOA

Rua do Comércio 85 - Tel. PABX 23021/6

Sucursal no PORTO

R. Infante D. Henrique, 73, 2.º - Tel. 1434

UMA OFERTA EXCEPCIONAL AOS NOSSOS ASSINANTES

UM GRUPO DE **10** VOLUMES
POR METADE DO SEU VALOR

MEU BRASIL _____

Poemas de Catulo Cearense, 1 vol. de 216 pags.

ANTÓNIO NOBRE _____

pelo Visconde de Vila-Moura, 1 vol. de 224 pags. com 22 ilustrações.

DOENTES DA BELEZA _____

Contos do Visconde de Vila-Moura, 1 vol. de 176 pags.

ARTE DE SER PORTUGUÊS _____

por Teixeira de Pascoaes, 1 vol. de 160 pags.

VERBO ESCURO _____

por Teixeira de Pascoaes, 1 vol. de 224 pags.

OS BASTIÕES DA NACIONALIDADE _____

por Elísio de Carvalho, 1 vol. de 448 pags.

LAUREIS INSIGNES _____

por Elísio de Carvalho, 1 vol. de 272 pags.

OS OLHOS DA ALMA _____

Romance cinematográfico de D. Virginia de Castro e Almeida, 1 vol. de 224 pags. com 20 ilustrações.

A ALEGRIA, A DÔR E A GRAÇA _____

por Leonardo Coimbra, 1 vol. de 226 pags.

AS GRANDES AMOROSAS _____

por Sousa Costa, 1 vol. de 96 pags.

VALOR DOS 10 VOLUMES **60\$00** / OFERECEMOS POR **30\$00**

Mande-nos um vale de 30 escudos e receberá na volta do correio os 10 volumes

EDIÇÕES DA ANTIGA IMPrensa DA UNIVERSIDADE

CAROLINA MICAËLIS — Algumas palavras a respeito dos púcaros de Portugal	10\$00
Romances Velhos em Portugal	25\$00
JOÃO DE BARROS — Ásia, 1. ^a década	60\$00
QUIRINO DA FONSECA — A Caravela portuguesa	40\$00
CARTAS DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA — 3 vols.	100\$00
DAMIÃO DE GOIS — Crónica do felicíssimo Rei Dom Manuel — Partes I, II, III e IV	100\$00
RODRIGUES LOBO — Églogas	20\$00
D. FRANCISCO MANUEL DE MELO — Epanáforas de vária História portuguesa	30\$00
FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA — História de Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses — Vols. I, II, III e IV — Partes I a IX	170\$00
J. LÚCIO DE AZEVEDO — Os Jesuitas do Grão-Pará	30\$00
AUBREY BELL — Literatura portuguesa	30\$00
SOUSA VITERBO — Subsídios para a história da Música em Portugal ...	60\$00
VIEIRA GUIMARÃES — A Ordem de Cristo	35\$00
OBRAS COMPLETAS DE GIL VICENTE — Vol. I	30\$00
FR. PANTALEÃO DE AVEIRO — Itinerário da Terra Santa	20\$00
ANTÓNIO CALDEIRA PIRES — História do Palácio Nacional de Queluz, vols. I e II	50\$00
LUIZ XAVIER DA COSTA — Francisco Vieira Lusitano, poeta e abridor de águas fortes, 2. ^a edição	40\$00
ANTÓNIO JOSÉ TEIXEIRA — Documentos para a história dos Jesuitas ...	20\$00
DISPERSOS DE MARTINS SARMENTO	50\$00
ANTERO DE QUENTAL — Cartas inéditas dirigidas a Oliveira Martins	12\$00

ENVIAMOS CONTRA VALE SEM OUTRAS DESPESAS
BRASIL OU ESTRANGEIRO — MAIS 25 % PARA PORTES E REGISTO